

Estado, Poder e Revoluções:
reflexões em um mundo em crise



COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA, 5

Alexandre Blankl Batista
Carla Luciana Silva
Gilberto Calil
Rodrigo Paziani
(organizadores)



Estado, Poder e Revoluções: reflexões em um mundo em crise



COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA, 5

ORGANIZADORES

Alexandre Blankl Batista
Carla Luciana Souza da Silva
Gilberto Grassi Calil
Rodrigo Paziani

IMAGEM DA CAPA:

Mural de los Mitos, Huaca del Sol, Trujillo, Peru

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:

Antonio Pinto da Silva Júnior



COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA, 5

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E79

Estado, poder e revoluções: reflexões em um mundo em crise/
organizado por Alexandre Blankl Batista ... [et al.]. – Porto
Alegre:FCM, 2019.

210 p. (Coleção Brasil República; v.5)

Vários autores

ISBN: 978-85-67542-324

1.Revoluções – História e historiografia. I. Batista, Alexandre Blankl. II.
Silva, Carla Luciana,Org. III. Calil,Gilberto Grassi,Org. IV. Paziani,
Rodrigo,Org. V. Título.

CDD 909.82

CIP-NBR 12899

Conselho Editorial Coleção Brasil República

In Memoriam:

Dr. Ciro Flamarion Cardoso
Dr. Edmundo Fernando Dias
Dr. Octávio Ianni
Dr. René Armand Dreifuss

Coordenadores:

Dr. Mário Maestri, PPGH da UPF, Passo Fundo, RS. Secretário
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR

Dr^a. Ana Luíza Reckziegel, UPF, Passo Fundo, RS
Dr. Antonio de Pádua Bosi, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr^a. Carla Luciana Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, UFBA, Salvador, BA
Dr. Claudio Lopes Maia, UFG, Goiânia, GO
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Diorge Konrad, UFSM, Santa Maria, RS
Dr. Enrique Padrós UFRGS, Porto Alegre, RS
Dr. Eurelino Coelho, UEFS, Feira de Santana, BA
Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG, Goiânia, GO
Dr^a. Mônica Piccolo, UEMA, São Luís, MA
Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal
Dr. Marcio Antônio Both da Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ, Ijuí, RS
Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC, Florianópolis, SC
Dr. Renato Lemos, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Rômulo Mattos, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Sonia Regina de Mendonça, UFF, Niterói, RJ
Dr. Tiago Bernardom, UFPB, João Pessoa, PB
Dr. Walmir Barbosa, IFG, Goiânia, GO
Dr^a. Vera Barroso, FAPA, Porto Alegre, RS
Dr^a. Virgínia Fontes, UFF / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CEM ANOS DEPOIS: A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917	15
<i>Felipe Demier</i>	
A RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA: OS PLANOS ECONÔMICOS E A TRANSIÇÃO DO LENINISMO PARA O STALINISMO	25
<i>Anderson Prado</i>	
ESTADO E TRANSIÇÃO SOCIALISTA	45
<i>Helder Gomes</i>	
O LONGO VERÃO DA ANARQUIA: ANARQUISMO, REVOLUÇÃO E GUERRA CIVIL NA ESPANHA	65
<i>Jorge Christian Fernández</i>	
A PAIXÃO REVOLUCIONÁRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS	87
<i>Claudia Monteiro</i>	
AS GREVES DE 1917 NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	97
<i>Frederico Duarte Bartz</i>	
“A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA ESTAVA NOS CAMPOS – E TAMBÉM NAS RUAS”: AS MOBILIZAÇÕES DOS/AS SEM-TERRA E A REPRESSÃO AOS/ÀS CAMPONESES/AS NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960	113
<i>Alessandra Gasparotto</i>	
CAMPONESES E DITADURA: POBREZA SUBVERSIVA E REPRESSÃO NO ARAGUAIA	135
<i>Patricia Sposito Mechi</i>	
RESISTÊNCIA FORA DO EIXO: a POLOP e a luta contra a ditadura	149
<i>Eurelino Coelho</i>	

A REVOLUÇÃO BURGUESA E AUTOCRACIA NO BRASIL 171

David Maciel

REFLEXÕES SOMBRIAS SOBRE REVOLUÇÃO E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL 191

Gelsom Rozentino de Almeida

Para Alexandre Blankl Batista, *in memoriam*

INDIZÍVEL DIZÍVEL

Enfrentar o imponderável
O insuportável, o indizível
Levantar a fronte
Bater no peito
Tanto faz a hora
O momento
O jeito...

Difícil tarefa!

Pode-se perder batalhas
Pode-se perder guerras
Pode-se perder ideias
Mesmo perder as contas

Mas perder um amigo
Companheiro de lutas
É simplesmente inacreditável
Impensável...

... E necessariamente dizível.

Rodrigo Paziani

APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 marcou os 100 anos da Revolução Soviética. A grande revolução, a referência mundial para a classe trabalhadora. O medo espalhado para a classe dominante. Como se houvesse um presságio na singela frase de Marx e Engels “um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo....” A Rússia entraria para a Europa e passaria a ser portadora do espectro da revolução mundial da classe trabalhadora.

Mundo afora, com ênfase no Brasil, 2017 foi um ano de lembranças, discussões, estudos sobre o processo revolucionário soviético. Foram muitos eventos, foram publicações e homenagens. O mais relevante foi descobrirmos que novos estudos vêm sendo desenvolvidos, novas questões sendo levantadas, novos problemas sendo resolvidos. A revolução teria que atacar o Estado e estabelecer novas linhas de poder, o poder dos soviets é o poder de toda classe trabalhadora.

É com esse sentido que apresentamos esse livro. Fruto inicialmente de um evento, seus autores reelaboraram, retomaram leituras, ampliaram reflexões a partir da experiência acadêmica. Agora nos é possível apresentar o resultado no formato de livro das propostas escolhidas.

Mas o processo de confecção dessa obra não pode deixar de mencionar a tristeza que a marcou, a perda física de um dos organizadores da obra na flor de sua juventude apaixonada e revolucionária, o professor doutor Alexandre Blankl Batista. Isso explica a dificuldade dos demais organizadores finalizarem o processo de fechamento do livro, pois a falta de nosso Amigo nos doeu mais do que nos era possível suportar ao retomar os materiais desse livro.

A obra reúne textos de grande qualidade e relevância para o debate que está colocado como desafio para o estudo das revoluções.

Neste sentido, nada mais necessário do que iniciar a coletânea de artigos com um balanço crítico acerca do processo revolucionário russo. Em “Cem anos depois: A Revolução Russa de 1917”, Felipe Demier realiza uma instigante discussão com certa historiografia em voga nos nossos dias – fortemente revisionista e de matriz liberal – que pretende relativizar e, no limite, desqualificar a herança revolucionária de *Outubro* de 1917. “Embalados pela Onda conservadora”, como afirma o próprio autor, tais historiadores têm disseminado teses extremamente controversas – casos da relação imediatista entre comunismo e terrorismo, entre estalinismo e leninismo, ou ainda a concepção apassivada de que haveria uma “cultura política autoritária” nascida no seio do “povo russo”. Face a cada um destes equívocos – teóricos, políticos, históricos – Demier busca reposicionar dialeticamente as condições históricas

concretas da Revolução Russa, vista em suas contradições e limites históricos no tempo presente.

No capítulo “A Rússia revolucionária: os planos econômicos e a transição do leninismo para o stalinismo”, Anderson Prado procura estabelecer algumas reflexões sobre o processo revolucionário através de um elenco de fatores que, partindo da Revolução Russa sob a égide de Lenin, possibilitaram a transição política e econômica para o stalinismo. Tomando por base teórica a perspectiva de que a Rússia revolucionária vicejou em condições históricas singulares (e não menos dilemáticas) – os traços semifeudais e a ausência de industrialização, a política anti-imperialista e de isolamento em relação às potências capitalistas – o autor busca compreender e analisar como os desdobramentos da revolução, emanada “de um país excluído da modernidade”, priorizaram (sobretudo no período de Stálin) o desenho de uma política econômica de modernização e aceleração industrial expressa, por intermédio de “razões práticas”, na Nova Política Econômica (NEP) e nos Planos Quinquenais.

O debate sobre a transição socialista na Rússia soviética é o enfoque principal de Helder Gomes em “Estado e Transição Socialista”. Partindo do materialismo dialético referendado nas obras de Marx e Engels (em particular, o tema da revolução), o autor busca realizar uma “síntese” analítica em torno, segundo suas palavras, “da experiência concreta de realização do projeto soviético de transição ao socialismo”. Seu objetivo é o de explicar (e explicitar) o processo revolucionário russo face às lutas contra o capitalismo imperialista e a implantação, através do Estado, de um modo de produção inseparável historicamente das várias etapas de construção do socialismo.

“O longo verão da anarquia: anarquismo, revolução e Guerra civil na Espanha”, de Jorge Fernandez, coloca a questão do processo revolucionário incompleto, que sofre a reação fascista antes mesmo da tomada do poder. Os anarquistas não iriam querer um poder cosntruído na forma partido soviética, mas suas experiências autogestionárias e a revolução no campo dos comportamentos, da moral da classe trabalhadora ja foram o suficiente para serem aniquilados pelo fascismo que dominaria por décadas o Estado espanhol.

Cláudia Monteiro, por sua vez, coloca em cena um tema polêmico, porém mobilizador de um rico debate: a paixão revolucionária. Em “A paixão revolucionária: reflexões teóricas”, Monteiro parte da figura clássica do militante de esquerda para pensar (e provocar) criticamente os elementos “não-rationais” que fundamentam o engajamento, o sacrifício e a disciplina a determinados projetos, programas e ações coletivas, sob o risco de abandonar sua vida privada e familiar. Partindo de referenciais teóricos extraídos de sua

tese de doutorado sobre a militância comunista no PCB entre 1945 e 1947 – destaque para as contribuições de Pierre Ansart, Eugene Enriquez e Sigmund Freud – a autora tenta desvendar os sentimentos e paixões na política.

Frederico Duarte Bratz no texto “As greves de 1917 no Brasil: história e historiografia” traz um texto direto e objetivo, no sentido de buscar a história do movimento operário, mostrando o acúmulo de forças existente que levou à construção das greves de 1917. Mais que isso, o autor busca as distintas leituras feitas pela historiografia das greves. Assim como a Revolução, as greves ainda têm muito a nos ensinar. Não é porque uma historiografia se consolidou sobre um tema que ele não pode ser retomado trazendo novas contribuições que tenham passado ao largo da posição cristalizada.

Alessandra Gasparotto traz um tema até então pouco conhecido do grande público: “A luta pela reforma agrária estava nos campos – e também nas ruas”: As mobilizações dos/as sem-terra e a repressão aos/as camponeses/as no Rio Grande do Sul no início da década de 1960. Recuperar a história desse movimento permite problematizar a ação da classe trabalhadora rural no processo de embates e lutas sociais. O golpe de 1964 não apenas acabou com as organizações, mas foi vitorioso até agora em dominar a escrita de uma história que apaga os sujeitos em conflitos e em lutas realmente organizadas nos seus processos reivindicativos.

Patricia Sposito Mechi também traz um tema candente e pouco conhecido. “Camponeses e Ditadura: pobreza subversiva e subversão no Araguaia. A guerrilha do Araguaia foi um importante momento da resistência à Ditadura. Mas ainda que sem esse objetivo, ela ajudou a mostrar a situação de precariedade e misérias às quais estavam submetidos os camponeses que viviam na região do Araguaia. Os militares que prenderam, mataram e torturaram foram implacáveis em punir os camponeses que receberam ajuda e estabeleceram relações sociais humanitárias com os guerrilheiros.

Em Resistência fora do eixo: a POLOP e a luta contra a ditadura, Eurelino Coelho retoma o tema da esquerda de resistência e luta contra a ditadura. Tema “fora do eixo” da historiografia dominante”, que além de buscar consolidar posições sobre os limites da luta da esquerda, atribui a ela um poder e um alcance que jamais alcançaram. O historiador estudando a história da POLOP desconstrói algumas dessas posições.

Os dois últimos texformam um conjunto de reflexões que parte do mesmo referencial: a a reflexão de Florestan Fernandes e sua leitura sobre a Revolução burguesa no Brasil. David Maciel, em *Revolução e Autocracia Burguesa no Brasil*, faz uma leitura processual, traçando elementos que permitem visualizar a longa duração do processo de contrarrevolução, a revolução passiva impulsionada pela burguesia brasileira e a autocracia que a caracteriza. Gelsom Rozentino de Almeida, em *Reflexões sombrias sobre Revolução Burguesa e*

Autocracia no Brasil, trata da mesma questão, mas centrando sua análise no período mais recente da história, desde o processo de redemocratização. Situado no momento do Golpe de 2016, recua a análise para o projeto do governo Dilma Rousseff para discutir as opções econômicas dos governos petistas. São leituras que em seu conjunto contribuem para compreendermos os meandros da dominação burguesa no Brasil nas últimas décadas.

Os dois últimos textos formam um conjunto de reflexões que partem do mesmo referencial: a reflexão de Florestan Fernandes e sua leitura sobre a Revolução burguesa no Brasil. David Maciel, em “Revolução e Autocracia Burguesa no Brasil”, faz uma leitura processual, traçando elementos que permitem visualizar a longa duração do processo de contrarrevolução, a revolução passiva impulsionada pela burguesia brasileira e a autocracia que a caracteriza. Gelsom Rozentino de Almeida, em “Reflexões sombrias sobre Revolução Burguesa e Autocracia no Brasil”, trata da mesma questão, mas centrando sua análise no período mais recente da história, desde o processo de redemocratização. Situado no momento do Golpe de 2016, recua a análise para o projeto do governo Dilma Rousseff para discutir as opções econômicas dos governos petistas. São leituras que em seu conjunto contribuem para compreendermos os meandros da dominação burguesa no Brasil nas últimas décadas.

Ou seja, estamos diante de um conjunto de textos que toma temas mais ou menos conhecidos e que recolocam questões a partir de discussões historiográficas, à luz de novos documentos e novos problemas investigativos. Em um contexto de acirramento da crise capitalista e de seus dramáticos desdobramentos, é fundamental retomar a análise dos distintos processos revolucionários e formas de organização dos trabalhadores.

Carla Luciana Silva, Gilberto Calil, Rodrigo Paziani

Março de 2019

Um ano do assassinato de Marielle Franco

Um ano sem saber quem mandou matar

CEM ANOS DEPOIS: A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Felipe Demier¹

Uma anedota sobre a antiga União Soviética dizia que nos livros de história do país o futuro era certo, e o passado, imprevisível. De Stálin a Gorbachev, a cada cúpula burocrática que ascendia ao poder a historiografia oficial via-se impelida a realizar novas alterações nos tempos pretéritos, mudando não só a interpretação de certos fatos, como inserindo novos personagens e apagando outros. A sarcástica anedota encontra um paralelo científico em certa advertência feita por historiadores marxistas contemporâneos que, argutamente, nos lembraram de que a história feita pelos pesquisadores é sempre a história do tempo presente, isto é, que as análises do passado não são desvinculadas dos projetos societários abraçados por aqueles que as fazem. Tanto a anedota soviética quanto a advertência científica parecem perfeitamente apropriadas aos debates ocorridos quando de importantes efemérides, nos quais historiadores, cientistas sociais, jornalistas e intelectuais se enfrentam tanto no passado, quanto no presente. Argumentos são esgrimidos e atraentes polêmicas são travadas. Ao que tudo indica, este é o caso do presente centenário da Revolução Russa de outubro de 1917.

Quando a Revolução Francesa completou seu bicentenário, em 1989, o historiador britânico Eric Hobsbawn percebeu como as polêmicas que então se davam sobre o tema permitiam dividir seus participantes em dois campos: os defensores e os adversários da *Grande Revolução*. Naquela ocasião – destacou Hobsbawn –, em função do avanço do neoliberalismo, pareciam predominar no mainstream acadêmico, jornalístico e político os participantes do segundo campo. Atualmente, o mesmo parece já ocorrer com o centenário soviético, quando os adversários hodiernos da Revolução Russa vêm obtendo, claro, mais espaço e público para suas diatribes dirigidas à primeira experiência vitoriosa de uma revolução realizada por trabalhadores e trabalhadoras. Embalados pela Onda Conservadora, os amantes mais ou menos declarados da reacionária ordem atual se esforçam para deslegitimar os feitos de *Outubro* de 1917, tratando-os, todos, como expressões de um terrorismo despropositado desencadeado por massas manipuladas e dirigidas

¹Doutor em História e Professor do curso de Serviço Social da UERJ.

sanguinários ávidos por edificar e preservar um poder despótico.

Nesse raciocínio, os adversários contemporâneos de *Outubro* parecem apenas reeditar o esquema analítico dos adversários neoliberais da revolução francesa quando de seu mencionado bicentenário, substituindo apenas os personagens da trama: se o “ignorante” proletariado de São Petersburgo assume o papel dos “raivosos” sans-culottes parisienses, o “criminoso” partido bolchevique toma o lugar do “terrorista” clube jacobino e, óbvio, os tiranos Lênin, Trotsky, Sverdlov e demais artífices da tomada do Palácio de Inverno substituem os “irascíveis” Robespierre, Danton, Marrat e cia. Segundo seus atuais detratores, a Revolução Russa não teria sido senão a consumação de um projeto totalitário, gestado, pelo menos, desde 1903 pelos bolcheviques, ao passo que Lenin não passaria de um antecessor – e mesmo um preparador político – de Stálin na sucessão de um regime despótico iniciado com a queda do Governo Provisório de Kerensky.

O que vertebra, portanto, a argumentação dos atuais adversários de *Outubro* é a tese de que o estalinismo seria uma simples continuidade linear do leninismo, cuja essência seria um projeto político de corte totalitário que acabou por se estabelecer em face de massas populares atrasadas, analfabetas e impotentes. Durante um bom tempo, no espírito da “guerra fria”, a historiografia e ciência política liberais, em especial as de influência norte-americanas, trabalhavam com a noção de um “povo russo” (incluindo aí as outras nacionalidades não russas que integravam a extinta União Soviética) subjugado por uma ditadura totalitária implantada por Lênin e Trotsky, e simplesmente continuada por Stalin e seus sucessores. De uns anos pra cá, antenados com a perspectiva *revisionista* que impregna boa parte das pesquisas históricas – e que já havia se apresentado com força quando do bicentenário da Revolução Francesa, como notou Hobsbawn –, uma certa corrente historiográfica, também de matiz liberal, passou a afirmar que o próprio “povo russo” nutriria secularmente uma concepção autoritária acerca das relações sociais e políticas (uma “cultura política autoritária”), e, nesse sentido, teria tido na ditadura inaugurada em 1917 uma expressão estatal compatível com sua subjetividade e anseios políticos. Para tal corrente interpretativa de *Outubro*, não só Stalin teria sido um legítimo sucessor e continuador de Lênin, como este último, por sua vez, teria – após um breve interregno entre fevereiro e outubro de 1917 – sucedido a dinastia dos Romanov enquanto representante político de uma “sociedade autoritária”.

Destaquemos aqui, brevemente, dois aspectos que estruturam as

narrativas produzidas por este grande campo liberal dos intérpretes de *Outubro*, isto é, destes adversários, no passado e no presente, da Revolução Russa.

O primeiro deles é que não é difícil notar em suas perspectivas analíticas o culto à democracia liberal como a forma plena e perfeita de organização política da espécie humana, o que leva a uma virulenta condenação dos bolcheviques, e mesmo do “povo russo”, no caso dos *revisionistas*, por terem dela se afastado. A essa dimensão idealista, soma-se um indisfarçável anacronismo. Não só a democracia representativa – com todos os seus inexpugnáveis ingredientes repressivos contra o movimento operário, não custa lembrar – só existia, quando da *Revolução de Outubro*, em algumas poucas nações originárias do capitalismo industrial (com destaque para Inglaterra, França e Estados Unidos), como o *desenvolvimento desigual e combinado* da industrialização na *atrasada* formação histórico-social russa não permitia que um regime democrático-liberal aparecesse como uma opção exequível no cardápio político do país. Esta impossibilidade democrático-liberal, por assim dizer, ficou evidente em todo o comportamento da burguesia russa ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

Sem jamais ter desafiado seriamente o absolutismo czarista empunhando um programa democrático, nem mesmo tendo buscado qualquer tipo de aproximação com as ingentes massas camponesas ou mesmo com a numericamente reduzida, porém socialmente concentrada, classe operária do país, a burguesia liberal russa foi conduzida ao poder em fevereiro de 1917 por meio de uma revolução popular na qual ela não tomou parte. De porte do leme do Estado, não ousou, até ser deposta por uma insurreição operária meses depois, tomar nenhuma só medida de cunho democrático. O Governo Provisório não foi capaz de alterar em um milímetro a nobiliárquica estrutura agrária do país, não atendeu às reivindicações por direitos sociais dos trabalhadores fabris, não garantiu nenhum direito às nacionalidades oprimidas pelo império czarista, protelou ao máximo as eleições para uma assembleia constituinte e, por fim, não ousou retirar o país de uma guerra a qual, interessante apenas para as burguesias imperialistas do Ocidente, lhe custava milhões de vidas camponesas no front, acirrava a fome no campo e intensificava a carestia nas cidades. Não satisfeita em nada fazer para edificar um regime democrático-liberal, tal como preconizado pelos mencheviques (e mesmo pelos “velhos bolcheviques” – como Zinoviev, Kamenev e Stalin – até

a chegada de Lênin em abril), a burguesia russa conspirou incessantemente para derrubar a possibilidade de sua construção. O apoio da maioria da burguesia russa e seus partidos ao levante de Kornilov deixou evidente que a classe dominante do país buscava não só derrubar o seu próprio Governo Provisório (por demais “democrático” e permeável à presença de lideranças advindas de partidos ligados aos trabalhadores), como desejava substituí-lo por uma ditadura militar restauracionista.

Desse modo, não seria equívocado dizer que os liberais historiadores de hoje são os únicos que, retrospectivamente, desejam verdadeiramente que houvesse tido uma democracia liberal na Rússia de 1917, ao passo que os liberais de ontem, mais realistas, sabiam muito bem que só uma cruenta ditadura poderia lhes salvar a pele e a propriedade. O desejo dos historiadores liberais de hoje por um regime democrático-liberal na Rússia de cem anos atrás diz mais sobre o seu apego a nossa insípida democracia representativa do século XXI, cada vez mais *blindada* às aspirações populares, do que propriamente sobre a possibilidade real de sua implantação na sociedade russa do início do século XX. Tomando a revolução como um terrível e lamentável acidente dentro de um inelutável curso “democrático-liberal” dos povos, os analistas liberais do passado não intentam mais do que fechar as portas da história a ela no futuro. Seus verbos estão no pretérito, mas suas armas, no presente.

O segundo aspecto a ser destacado referente a estas tendências historiográficas hostis a *Outubro* é sua junção proposital entre dois momentos, duas fases distintas do processo aberto com a tomada do poder pelos bolcheviques, o que se verifica na já mencionada concepção liberal de que o stalinismo não teria sido senão uma evolução natural do leninismo. Muitos argumentos poderiam ser utilizados para refutar tal assertiva, e desde há muito tempo as pesquisas históricas disponibilizam dados à porfia que evidenciam profundas diferenças, em vários níveis da vida social e política, entre os períodos anterior e posterior a 1928, quando já se pode falar em uma consolidação do estalinismo na União Soviética. O aumento significativo da diferença salarial, a reaparição da prostituição, o desrespeito à autonomia das nacionalidades não russas, o crescimento exponencial de uma casta burocrática privilegiada e a proibição a qualquer tipo de divergência política no interior do partido bolchevique são alguns dos muitos elementos que, já nos anos 1930, expressavam as profundas mudanças ocorridas no tecido

social soviético em função das opções políticas e econômicas da camarilha estalinista que se assenhoreou do poder após a morte de Lênin, em 1924. No entanto, para refutar a tese liberal em tela bastaria assinalar o fato de que, sob ordens de Stalin, milhares de revolucionários do período 1917-1924, entre eles praticamente todos os componentes do comitê central presidido por Lênin quando da *Revolução de Outubro*, foram presos, enviados a campos de trabalho forçado e fuzilados. Na sede da tenebrosa Lubianka, muitos dos íntimos colaboradores de Lênin foram barbaramente torturados para, com suas famílias feitas reféns, confessar crimes inexistentes e depois assassinados impudentemente. Assim, falta aos adeptos da tese da continuidade Lênin-Stalin explicar por que o último, um “mero continuador”, teve que eliminar fisicamente praticamente todos os aliados do primeiro, “seu mestre”.

Buscando contornar essa incontornável objeção, muitos dos intérpretes liberais de *Outubro* se refugiam na afirmação de que, sob o comando de Lênin e Trotsky, o aparelho repressivo também vitimou milhares de pessoas. Tratando abstratamente a violência, esses intérpretes perdem de vista o conteúdo histórico social da repressão da qual lançou mão o jovem regime revolucionário, imerso em uma guerra civil resultante da ofensiva militar desencadeada pelos adeptos da velha ordem aliados a exércitos de mais de uma dezena de nações capitalistas que invadiram o país. Salvo condenáveis exceções (como o crasso erro em Kronstad), foi contra estas forças militares contrarrevolucionárias que os bolcheviques de Lenin e Trotsky dirigiram suas armas, e não contra os próprios revolucionários, como faria posteriormente Stalin. Tentar igualar historicamente *ambas as repressões por serem ambas repressivas* é tão despropositado como querer igualar – para lembrarmos mais uma vez o caso francês – Robespierre tanto aos girondinos do *Diretório*, quanto a Luís XVI e sua entourage absolutista, pelo simples fato de que todos eles deceparam a cabeça de seus inimigos. Convém lembrar, ainda, que, diferentemente do *incorruptível* chefe jacobino, Lênin e Trotsky não executaram nenhum só dos seus Dantons.

Por fim, ao igualar Lênin a Stalin, o que fazem os intérpretes liberais de *Outubro* é, simplesmente, igualar a revolução à contrarrevolução. Nesse ponto, aliás, convergem inteiramente com os decrépitos estalinistas do presente. Tanto uns quanto outros maculam a revolução em sua história, fazendo-a assumir os crimes dos seus corrosivos inimigos internos do passado. Com isso, sejam eles críticos ou apologetas do *Outubro* centenário, não passam, no presente, de irreconciliáveis inimigos daqueles que não suportam esperar mais cem

anos para outra revolução socialista.

É um vezo dos pesquisadores dos tempos pretéritos quererem encontrar seu objeto de estudo no tempo presente. Na maior parte dos casos são os historiadores aqueles que, movidos pela necessidade de justificar suas empresas exploratórias nos arquivos, caem na armadilha de tentar encontrar nos dias correntes a permanência dos aspectos constitutivos centrais de seu objeto do passado. Se é verdade que a força do cristianismo hoje justifica o interesse de pesquisa sobre as origens milenares do fenômeno, equivocado, no entanto, seria afirmar que os traços do cristianismo primitivo ainda se fazem presentes tanto em Roma, quanto nos templos mercantis espalhados ao redor do mundo, controlados por vendilhões cujo nível de adoração ao Deus Mercado fazem parecer descrentes os discípulos de Paulo no século I. Enquanto objeto específico e determinado, a Revolução Russa, é claro, não mais existe. Se toda revolução, como Saturno, devora seus filhos – e no caso russo, por conta da degeneração estalinista, também os pais foram devorados –, o fato é que até os netos de Outubro já estão quase todos mortos. O partido bolchevique, os *soviets* e mesmo a União Soviética, por determinadas razões concretas, pereceram. Aqueles que hoje procurarem por eles e seus sucedâneos não encontrarão senão meros simulacros, alguns bem caricaturais. Parafraseando Heráclito, pode-se dizer que nunca se fará duas vezes a mesma revolução.

Há, contudo, outro vezo dos pesquisadores do passado, simetricamente oposto ao descrito acima, e igualmente problemático. Este consiste em desconsiderar que, como Hegel assinalou, toda superação contém uma permanência, mesmo que elevada a outro momento, novo e (sempre) contraditório. Considerar que nada permanece do passado é tão equivocado quanto confundi-lo com o presente. Ainda no pós-Segunda Guerra, alguns, dentro do próprio campo marxista, cogitaram que as condições históricas determinantes dos eventos russos de 1917 já não serviriam de base para pensar o contexto europeu, no qual o proletariado, gozando de serviços sociais e adormentado pela “racionalidade tecnológica”, estaria incorporado à sociedade industrial burguesa e, portanto, incapaz de se lançar em uma luta disruptiva contra ela. Não só na Europa, como também em outras partes do mundo capitalista, novos sujeitos revolucionários eram buscados entre estudantes, intelectuais e camponeses.

Para os apologetas socialdemocratas do capitalismo *welfareano*, por sua

vez, as reformas sociais, mesmo que tendo como uma de suas causas a própria existência da União Soviética, teriam dispensado e mesmo inviabilizado a ocorrência de uma revolução. Aberto às pressões das massas populares, capazes de se expressarem por meio do sufrágio universal, o Estado já não seria mais o tal *comitê dos negócios comuns da burguesia* e um *aparelho repressivo de dominação de classe*, tal qual Marx e Engels sugeriram, e como se apresentou na Rússia diante de Lênin e seus seguidores. Tomado como algo intrinsecamente neutro, desprovido de um conteúdo de classe, ele deveria ser progressivamente ocupado pela esquerda com vistas a direcioná-lo para políticas sociais favoráveis aos setores populares. O horizonte, portanto, não ia além de um capitalismo com direitos.

Com o fim da União Soviética, discursos “inovadores” gestados anteriormente foram desenvolvidos e amplificados. Não foram poucos os que, na esquerda, açodadamente seduziram-se com a retórica prestidigitadora que afirmava a existência de uma sociedade “pós-industrial”, “da informação”, na qual o trabalho teria perdido a sua centralidade e onde a própria classe trabalhadora teria deixado de existir. A “velha” *questão social* já não teria mais lugar no mundo hodierno. O fim da oposição capital x trabalho e o triunfo do mercado sobre a planificação econômica encontraram correspondência na historiografia por meio da proliferação de teorias que negavam a validade de toda e qualquer teoria, assim como de teses que apontavam o colapso epistemológico da razão, da ciência, das “grandes narrativas”, das análises “totalizantes/totalitárias”, em suma, da luta de classes como uma ferramenta interpretativa da realidade histórico-social. Nas pesquisas sobre o mundo contemporâneo, o capitalismo, obnubilado por “imaginários”, “discursos”, “práticas culturais” e “atores da sociedade civil”, já não era mais um problema, uma questão.

Enorme parte da esquerda, eufórica ou resignadamente, assumiu o papel de ala esquerda do partido da ordem burguesa, nutrindo expectativas de que as contrarreformas poderiam ser ao menos combinadas com a diminuição da pobreza extrema por meio da expansão de políticas sociais compensatórias e focalizadas. De maneiras diferentes, os arautos políticos do neoliberalismo contrarreformista, a esquerda transformista e os atraentes acadêmicos do “marxismo não dá conta” vocalizavam/vocalizam o mesmo desejo não recôndito do capital: uma nova revolução é impossível, e o capitalismo é um dado natural, eterno.

No entanto, passados cem anos dos *dez dias que abalaram o mundo*, se é verdade que os artífices intelectuais, os dirigentes políticos e as formas de organização popular responsáveis por Outubro de 1917 – assim como a nação por ele criada, a União Soviética – já não se fazem mais presentes, o mesmo não pode ser dito das determinações mais gerais do processo que conduziu à primeira revolução vitoriosa dos trabalhadores na história. Vetusto e decrépito, porém resiliente, o capitalismo imperialista segue em sua sanha mercantilizadora, tornando venal tudo o que existe sobre a Terra, incluindo corpos, gostos, água e, claro, a própria terra.

Perseguindo cegamente a valorização do valor e salvaguardando o dogma da propriedade privada, a irracionalidade do capital obstaculiza que a cooperação humana possa assumir uma racionalidade humanista, desenvolvendo sua potencialidade criadora em face da natureza e colocando seus produtos a serviço da própria humanidade. Quanto mais apta está a ciência a prolongar nossas vidas, mais a própria ciência, domesticada pelo capital, nos mata por meio de alimentos ultraprocessados cancerígenos e balas mortíferas de longo alcance. Além de exploração, miséria, fome e guerras genocidas, a sociabilidade burguesa, ao atingir sua senilidade, provoca também uma epidemia de angústia e depressão, levando ao paroxismo a “solidão em massa” certa feita apontada por Marx. A sordidez do tempo presente se expressa no fato de que justamente quando todas as condições parecem colocadas para que a humanidade finalmente se emancipe, e possa se tornar sujeito do próprio mundo, é que a possibilidade de destruição da vida sobre o mundo se torna cada vez mais real. Quando a própria razão, prostituída, se converte em instrumento da barbárie, o real parece já não ter mais nada de racional.

Contrariando “constatações” e vaticínios mencionados aqui, o capitalismo, a despeito de todas as suas revoluções tecnológicas e informacionais, segue sua marcha de expropriações e, com isso, aumenta exponencialmente a quantidade de despossuídos cuja única mercadoria a ser vendida numa sociedade produtora de mercadorias é a sua própria força de trabalho. A promessa de novos “empreendedores” não é senão a ideologia de um processo que tem gerado mais e mais trabalhadores. Para desgosto de uma esquerda *cool*, dedicada a performances digitais e lutas comportamentais, o crescimento acelerado da classe trabalhadora à escala mundial e seu protagonismo nos embates sociais contemporâneos são fatos incontornáveis. Cada vez mais heterogêneo, feminino, negro, asiático e, sobretudo, precarizado, o

proletariado se expande numericamente. Em quase todos os países, os trabalhadores, como classe social, são, hoje, em termos absolutos e proporcionais, muito maiores do que o eram na Rússia de 1917. Sua crescente densidade social oferece uma incrível força política potencial, anunciando um novo tempo de lutas.

A inexistência ou fracasso de alternativas ordeiras que pudessem oferecer alguma melhoria para a vida dos trabalhadores foi, como alguns estudiosos corretamente apontam, um elemento decisivo para se explicar o porquê daqueles homens e mulheres *sem nada a perder* terem aceito o convite bolchevique à insurreição. Como indicamos, para alguns teóricos do pós-Segunda Guerra, as reformas e direitos presentes na Europa do “bem-estar social” teriam dispensado a necessidade de revoluções anticapitalistas no continente. Ora, se, na periferia do capitalismo, as possibilidades de reformas sociais e ampliação de direitos sempre foram e continuam sendo bloqueadas pelas classes dominantes nativas atreladas ao imperialismo, a própria Europa *welfareana*, por sua vez, em função das contrarreformas e sucessivos planos de “austeridade”, já não existe mais. Em todas as partes do sistema, portanto, a era dos direitos sociais parece encerrada, mesmo que em algumas delas esta mal tenha existido de fato. O centro do sistema se *periferiza*, e a periferia se torna um verdadeiro inferno terrestre.

Sem a possibilidade de ampliar ou mesmo garantir direitos sob o capitalismo, as classes trabalhadoras ao redor do mundo parecem ter um cardápio político não muito diferente daquele que teve o operariado fabril russo em outubro de 1917. Lançando mão de uma analogia histórica mais livre, pode-se dizer que o capitalismo mundial, em seu afã contrarreformador, se *russifica*, na medida em que, tal como na velha Rússia de 1917, dá fortes indícios de não dispor mais de condições que possam oferecer alternativas ordeiras aos que vivem ou tentam viver do seu próprio trabalho. Se antes não se podia *ainda* gozar de direitos sociais, hoje não se pode *mais*. Diante dessa situação, o proletariado parece só poder se portar tal qual o Mefistófeles de Goethe, cuja tarefa é constantemente *negar*, pois *tudo o que existe merece perecer*. A revolução socialista coloca-se, cem anos depois, como uma necessidade.

Nesse cenário, o interesse de investigação sobre a centenária Revolução Russa mostra-se prenhe de sentido. Os defensores de Outubro de 1917 devem lançar seus olhos para o passado, manter suas mentes no presente e depositar suas esperanças no futuro. Há cem anos, os *famélicos da terra* mostraram que era possível.

A RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA: OS PLANOS ECONÔMICOS E A TRANSIÇÃO DO LENINISMO PARA O STALINISMO

Anderson Prado¹

A ideia desse capítulo perpassa pela possibilidade de elencarmos os fatores históricos que se sucederam durante a Revolução Russa, sob a égide de Lenin, e a transição para o stalinismo. Para tal, tento apontar aqui os fatos históricos que foram decisivos para a União Soviética no campo político e social.

Dentro dessa proposta, nesse momento nos interessa a Rússia revolucionária, que no bojo de sua transformação política foi responsável por uma miscelânea de acontecimentos que marcaram não só sua própria história como dos países fronteiriços. Para isso buscamos fatos que remontam ao início do século XX, mais precisamente o primeiro grande período bélico, 1914, onde a Rússia também esteve presente atuando como no *front* aliado.

A Rússia entrara na guerra já abatida com uma revolução interna de 1905 que acontecera dentro da própria nação, onde no bojo da legalização das associações operárias de 1903, os partidos marxistas comandavam uma insurreição muito radical, especialmente os Mencheviques, contra uma repressão secular czarista que havia abolido a servidão há 40 anos, mas que na prática, camponeses ainda viviam numa Rússia semifeudal. Mencheviques e socialistas revolucionários vão as ruas de São Petersburgo em janeiro de 1905, acontecimento conhecido como domingo sangrento devido à atividade antirrevolucionária da guarda imperial, culminando em um grande número de mortos, que para muitos historiadores, foi a gênese da revolução comunista acontecida na Rússia doze anos mais tarde, fato que será tratado de maneira mais minuciosa ainda nesse trabalho. Nisso, as convulsões sociais que o país vivia aos poucos foram criando condições propícias à revolução.

Ao alvorecer da primeira grande guerra, a Rússia com um contingente numeroso de soldados adentrou no conflito com finalidades distintas entre os soldados, voluntários, aristocratas, camponeses e desempregados que foram arregimentados, cada um ao seu “ritmo”, e que antes do final da guerra voltaram para seu país para travar sua guerra “particular”, a Revolução.

¹ Doutor em História-Unisinos-RS – Professor Departamento de História – IFPR- campus Irati.

Recém-industrializada, a Rússia em 1917 amargava uma crise social generalizada, onde uma massa de trabalhadores sucumbia ao trabalho e a miséria em uma nação em que o Czar Nicolau II não dera conta de conter o empobrecimento do povo russo, e os Bolcheviques, liderados pelo chefe do partido bolchevista Vladimir Lênin, tendo como aporte ideológico as teorias marxistas, se levantavam em várias revoltas no mesmo ano, até chegar a outubro, em que a “Revolução de outubro” oficializa a revolução comunista da Rússia. A partir de então, mudanças significativas não somente na Rússia, mas em todo o mundo passaram a fazer parte da política mundial.

Tentativa para alguns, consolidação do socialismo para outros, fato é que a velha Rússia semifeudal, ao desenrolar da revolução e pós revolução, acabou embrenhando-se na política do isolamento e agressão às potências capitalistas, que a viam como uma ameaça, o que se provou uma preocupação acertada do ponto de vista “imperialista”. Tendo como resultado a consolidação do fenômeno burocrático do stalinismo que acabara por conduzir à uma rota completamente imprevista, um desenvolvimento muito distinto e complexo de quase tudo que pensara os teóricos marxistas até o advento da revolução russa, e tal distinção como já dissemos, merecerá um aporte teórico apropriado no discorrer desse trabalho.

Na prática, o que se deu foi o fato de que a revolução socialista não emanou de uma nação onde o capitalismo atingiria seu auge, como previra Marx e Engels, e sim de um país excluído da modernidade que pouco havia se acostumado a não servidão, onde a indústria que tanto evoluíra em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, mas que na Rússia ainda germinava a passos lentos e ainda contando com as aldeias esparsas de uma nação com dimensões continentais que em 1905 tinha 90% de sua população formada por camponeses. *“A Rússia não era o elo mais forte, e sim o elo mais fraco da cadeia capitalista”* (LENIN,1982) e comparado aos países já citados, o atraso em relação a economia foi determinante. Em relação ao isolamento, o próprio Lênin pioneiramente percebeu que no oriente, após a repercussão de 1905, fomentou-se movimentos anticolonialistas na Índia, China, Turquia e Pérsia, fatores que levaram-no (refiro-me a Lenin) a deduzir no decorrer da revolução de 1917, que a internacionalização do socialismo seria um fato possível, mas que a história mostrou ser diferente.

Enquanto isso, os meandros da revolução se davam a partir de turbulentas e violentas negociações entre o sistema destituído e a nova ordem, como

também, entre as próprias vertentes revolucionárias, prática que foi uma constante durante décadas do período comunista na Rússia. Nisso a via não capitalista aberta na Rússia em 1917, apresentou enormes e imprevistos desafios, muito superiores aos problemas que quase todos os teóricos imaginavam que o socialismo teria de enfrentar.

Tentando compreender a Revolução Russa a partir de bases teóricas as quais foram assentadas em pressupostos marxistas, alguns apontamentos se tornam necessários para que possamos adentrar na ideia de aplicabilidade da teoria marxista, seu cunho propositivo que fomentou não somente ideias, mas também a ação de toda uma sociedade. Como já foi dito, um “totalitarismo comunista”, emergido sobre a pobreza econômica e cultural de um país semibárbaro, não foi a proposta de Marx e Engels, onde imaginavam que a nova sociedade emanaria a partir da riqueza universal então já acumulada pelos países centrais. Para Robério Paulino Rodrigues, *“assim, Marx e Engels assinalaram em: “A ideologia alemã” que o advento do socialismo pressuponha convulsões sociais pelo menos em alguns países mais desenvolvidos”* (RODRIGUES, 2006).

Nessa perspectiva, a nova ordem, o socialismo genuíno, só teria sentido se alicerçado sobre as bases de um acúmulo capital já existente. Teoria a qual havia lhes rendido críticas no sentido de acreditarem demasiado quando em *“O manifesto do Partido Comunista”*.

A burguesia havia desenvolvido a tal ponto as forças produtivas, a produtividade do trabalho e a riqueza material nos países capitalistas desenvolvidos que o socialismo partiria desse patamar, sendo então, uma “superação” (MARX, ENGELS, 1980).

Creio na pertinência de se elencar tais fatores para que possamos compreender a distância entre as teorias originais do que pretendia ser o marxismo socialista e a realidade soviética. Com a consolidação do stalinismo essa distorção teórica se dá no momento em que comparamos os fatos que ocorreram na Rússia e os embasamentos teóricos deixados pelos fundadores do marxismo no que tange a superação da antiga ordem, o capitalismo. Segundo Rodrigues:

As obras de Marx e Engels, especialmente este primeiro, estão mais dirigidas a dissecar o funcionamento do capitalismo até o séc. XIX e a interpretação histórica das distintas formações sociais sob a ótica materialista e dialética do que pensar uma futura sociedade socialista (RODRIGUES, 2006).

Fato é que ao se tratar da configuração e do processo histórico que se deu na Revolução Russa, seja propositiva ou não, muitas vezes é preciso distinguir tais elucubrações teóricas, ao menos algumas diversas vezes, do programa político/social que a Rússia “experenciou” e conhecido como stalinismo.

Entre as obras de Marx, o formulador teórico da ideia comunista, já em 1844 surgira apontamentos pioneiros nos “Manuscritos Econômicos - Filosóficos”, ideias retomadas alguns anos depois com o advento literário do “Manifesto do Partido Comunista” de 1848 e tendo seu aprimoramento e amadurecimento teórico sobre o provável funcionamento econômico da nova sociedade nos textos iniciais do Grundrisse, que em síntese, mesmo correndo o risco de ser simplista demais, tinha como premissa não só a destituição do poder burguês, representado pelo Czar e por uma aristocracia minoritária, porém dominante, mas de toda a propriedade privada, que segundo os revolucionários, era a gênese da exploração. A superação da divisão social do trabalho e o fim da distinção de classes também faziam parte das proposições do partido Bolchevique.

Tais formulações teóricas serviram como embasamentos filosóficos para a gênese da revolução, mesmo sabendo da importância de se atentar para o fato de que tais teorias, muitas vezes, foram adequadas conforme as necessidades factuais durante o processo revolucionário.

Tendo perpassado pelas bases filosóficas do fato, o que nos interessa aqui é o desenrolar dos acontecimentos na Rússia revolucionária e dos países que foram adequados a nova ordem, assim, aquilo que se presenciou após o ato revolucionário foi uma efervescente onda de revoltas e movimentos ditos antirrevolucionários que tiveram como desfecho uma guerra civil dentro do país que perdurou por três violentos anos.

Os planos econômicos da Rússia

Durante os três anos da guerra civil russa, a prioridade em repor as frentes de batalhas, de ambos os lados, foi uma estratégia cara e trabalhosa com relação a economia da época. As lutas que irromperam em março de 1918 e se prolongaram até 1921, tiveram como desfecho uma vitória convincente do Exército Vermelho que guerreou sob a batuta de Trotski. Tal vitória, que dizimou as tropas brancas, em grande parte se deu devido ao apoio das

forças de intervenção de quatorze países, apoio o qual após a guerra veio a se tornar oneroso à combatida Rússia.

O “*Comunismo de Guerra*”, regime imposto pelos bolcheviques para sobrevivência dentro do sistema pensado pelos revolucionários, foi decisivo para as frentes de batalhas, porém, deixou saldos desastrosos perante a população. Tal sistema regido pela cúpula russa tinha por característica um controle rigoroso sobre a produção e distribuição de quase a totalidade dos cereais cultivados nos campos da Rússia e países sob seu domínio.

Os principais afetados pelo comunismo de guerra foram os camponeses, onde a política de requisição de excedentes agrícolas foi maciça, e os mesmos que já eram atingidos por colheitas escassas ainda tiveram que contribuir, na grande maioria das vezes de maneira forçosa, com boa parte de seu cultivo. Tal política foi responsável em plena Guerra Civil por um período de moléstia e fome entre a população camponesa.

O comunismo de guerra da Rússia demonstrou já nos primeiros anos de política “livre do capital”, como muitos historiadores tacharam a Rússia pós-revolução, que a radicalidade, sempre tendo como sombra a parcialidade e a violência, foram uma invariável na construção e manutenção do sistema comunal. Não raros os historiadores que trouxeram à luz da história relatos e fatos que marcaram e apontaram as primeiras décadas da Rússia soviética como o momento de terror na história. O historiador Robério Paulino Rodrigues aponta para fato, segundo ele:

Em um quadro de desespero e carências de todo tipo, o comunismo de guerra baseava-se no mais rígido igualitarismo, restringindo qualquer espaço para o interesse individual. Optou-se pelo confisco dos excedentes dos camponeses e as vezes até de sua criação, seus cavalos, etc. Foram proibidos quaisquer empreendimentos privados, tanto na produção quanto no comércio. (RODRIGUES, 2006)

O que se viu após a guerra civil, foi uma Rússia unilateral, porém, afundada em uma crise produtiva, econômica e social. Tais condições contribuíram imensamente para que a escassez de alimentos se agravasse, diminuindo em números anormais a produção dos mesmos e afetando também área industrial que quase não se fazia presente. Por falta de circulação de moeda corrente, as poucas fábricas que haviam na Rússia começaram a pagar os funcionários em espécies, estabelecendo algo próximo de uma troca natural, forçando

assim, um retorno de muitos desses “ex assalariados” aos campos. *“Estima-se que a fome que assolou o país no inverno de 1921-22 tenha matado cerca de cinco milhões de pessoas, levando o governo a recorrer e aceitar ajuda internacional para reduzir seus efeitos”* (REIS FILHO, 1997)

Vivenciando o eminente fracasso econômico do comunismo de guerra, seus próprios idealizadores, salvo algumas divergências entre historiadores sobre os formuladores de tal plano econômico ², Lênin e Trotski reconheceram que, independente das prioridades militares, as orientações econômicas do plano ultrapassaram em muito, o que a sociedade semifeudal da Rússia poderia suportar, trazendo à economia severos prejuízos. Essa aparente contradição entre as condições jurídicas e políticas socialistas e a realidade da revolução foi percebida pelos bolcheviques, que atentaram para o fato de que não seria viável, para não dizer impossível, impor por mais tempo aos produtores, especialmente do campo, que somava-se milhões de unidades produtivas pelo vasto território russo, uma política de arrecadação tributária que se distanciasse muito da secular prática de comércio que não objetivasse um mínimo interesse pessoal. Em outras palavras, seriam necessários estímulos para que o camponês retornasse sua capacidade produtora.

Nisso, agora isolada, a Rússia e os países sob seu domínio, veem como prioridade para esboçar uma reação econômica, a aceleração industrial, mesmo levando em consideração que tal desenvolvimento partiria do zero, pois como já mencionamos a Rússia não havia atingido um patamar industrial se comparado aos outros países da Europa.

A partir disso, a Rússia estabeleceu novas práticas econômicas que serviram como um (re)estabelecimento da economia socialista, tendo em vista o fracasso anterior. A NEP (Nova Política Econômica) foi o plano estabelecido para tal reformulação. *“Lênin reconheceria ao tentar justificar a NEP: “erramos ao tentar passar diretamente da produção à distribuição comunista”*” (BLACKBURN, 1992). Essa nova política veio da possibilidade de aceitação a novas concessões econômicas pelo pensamento de Lênin, prevendo novos mercados internos como forma de dinamizar a economia.

Assim, veremos agora como se deu essa nova economia de Rússia e quais foram as novas possibilidades trazidas por esse plano econômico, que para muitos revolucionários bolcheviques da época, mostrou-se como um retrocesso revolucionário e uma fraqueza de seu representante máximo, Lênin.

² Ver: TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Unesp, 2007.

A NEP - Nova Economia Política – 1922

Como já dito, para muitos bolchevistas o novo plano econômico implantado por Lênin após a guerra civil, tido como uma tentativa de corrigir erros cometidos com o comunismo de guerra ressoou como uma deficiência do poder revolucionário instaurado na Rússia. Fato é que, independente da unanimidade ou não do novo plano, esse “recuo” teve de ser feito frente ao descontentamento generalizado nos campos e na cidade. Além desses fatores, a política de industrialização de Rússia agora, mais do que nunca, mesmo que paradoxal, dependia da elevação da produtividade no campo.

Como já haviam se esgotados os excedentes do campo, devido a acirrada tributação agrícola imposta pelo plano anterior, a requisição de alimentos junto ao camponês foi substituída pela circulação de alimentos, ou seja, um livre comércio – entenda-se por livre comércio uma comercialização sob o controle do estado, que serviria como estímulo à produção entre os camponeses, assim, com esse afrouxamento nas requisições pelo estado e uma certa liberdade de comercialização de produtos, estabelecia-se a primeira medida da NEP.

Há de certa forma um ressurgimento, mesmo que discreto do capital privado tanto no comércio quanto na indústria, com predominância é claro, nas grandes propriedades de intervenções e administrações do Estado, tendo o monopólio financeiro, dos meios de comunicação e dos transportes.

A volta das sementeiras e do crescimento da produção agrícola, já a partir de 1922, mostrou o acerto da opção. Com o novo relaxamento, os camponeses sentiram-se estimulados e a recuperação econômica, mesmo que ainda calcada em técnicas e instrumentos rudimentares de trabalho sobre a terra, fez deslanchar a produção de cereais, um setor absolutamente essencial para suprir as necessidades alimentares do país (RODRIGUES, 2006)

Com o aumento produtivo nos campos, o plano industrial da Rússia começara a dar sinais de recuperação. Esse setor angariou investimentos de grande monta por parte do Estado, tendo como finalidade recuperar décadas de atraso industrial, tal política de investimento foi uma prioridade durante a NEP. A resposta não demoraria a surgir, e em 1926 a indústria atingiria níveis correspondentes aos anos que antecederam a Primeira Guerra, tidos como período próspero na Rússia Czarista.

Como já comentado, a Revolução teve como tônica majoritária a extinção do capitalismo, (atentando para o fato de que Marx elaborou suas teses usando o termo *superação do capitalismo*); com a requisição e conseqüentemente a escassez dos alimentos, a desvalorização e quase extinção da mão de obra assalariada no período que corresponde a revolução e a guerra civil, a moeda corrente, o rublo, praticamente sai de circulação. Porém, agora após as novas medidas econômicas, a circulação de produtos e uma crescente industrialização, o retorno de cálculos nos métodos do capitalismo se fez necessário, com isso o retorno do rublo, foi inevitável, o que para os revolucionários mais conservadores, era mais um adiamento da teoria marxista, mesmo que utopista para alguns, da extinção do dinheiro. Nisso, uma estabilidade da moeda mostrara-se uma condição fundamental pensando a partir de uma racionalidade econômica ³. Outro ponto importante da economia ressurgiu com as primeiras medidas da NEP, a exportação, modalidade comercial que havia estagnado pelos motivos óbvios já aqui elencados. “Com a magnífica colheita de 1922, que permitiu reiniciar uma modesta exportação, o mujique ⁴ acha-se mais à vontade do que nunca depois da Revolução.” (CROUZET, 1996)

Porém, mesmo com esse sensível avanço econômico na Rússia, a indústria, sobretudo a pesada, ainda se encontrava em dificuldades, pois não acompanhou o desenvolvimento produtivo do campo, o qual foi o grande “beneficiado” com a NEP. As taxações e impostos a indústria eram severas, o que em um prazo curto de tempo resultou em demissões em massa, contribuindo para o retorno de muitos ex-camponeses que tentaram a vida na cidade ao campo.

Mais tarde, outra consequência da NEP, já prevista por Lênin, foram os anos de fome na Ucrânia devido as tributações impostas pelo governo de Stalin. Com uma política chamada mista, onde apresentava-se a intervenção do Estado na economia, porém, com métodos de liberdade ao acúmulo de

³ Durante a década de 1920, a oposição trotskista, no que parece um paradoxo, chegou a pedir a estabilidade do rublo, ainda que em detrimento dos resultados do plano. (apud RODRIGUES, 2006)

⁴ Mujique era a denominação dada ao camponês russo, normalmente antes de o país adotar o regime socialista (1917). Ela indica certo grau de pobreza, uma vez que a maioria dos mujiques eram servos (chamados de almas na Rússia) antes das reformas agrícolas de 1861. Depois desse ano, os servos receberam determinadas áreas para trabalhar a terra e se tornaram camponeses teoricamente livres, mas que em muitos casos ainda trabalhavam em um regime de servidão, muito parecido com o que aconteceu no Brasil logo após a abolição da escravatura. Esses camponeses livres foram então conhecidos (até 1917) como mujiques.

capital, uma antiga aristocracia ressurgiu nos campos da Rússia e países anexos, os Kulaks ⁵, classe que durante o Czarismo era responsável por grande parte da economia vinda do campo, os quais tornaram-se os principais alvos da Revolução.

Em relação a essa tensão dentro da NEP, tido por muitos como um projeto econômico apenas paliativo para a crise da Rússia soviética, trouxe à luz fatos importantes e discussões teóricas sobre os rumos a serem tomados pelo partido. É nesse contexto que duas grandes sugestões tomam forma e acabam por polarizar os debates acerca dos caminhos à serem seguidos.

N. Bukharin e Preobrajensky foram os teóricos da revolução que trouxeram ao campo do debate suas propostas para o desenvolvimento econômico russo, debate o qual também veio representar uma luta prática e política entre os grupos do poder:

O Estudo sobre as polêmicas teses de Bukharin e Preobrajensky torna-se importante para que se possa entender as opções tomadas pelo país na arena econômica a partir do final dos anos 1920, que estão na gênese do que se chamou de sistema soviético a partir dos anos 1930. (RODRIGUES, 2006, p. 109).

Bukharin orientava que a NEP não deveria ser entendida e aplicada apenas como um plano político de ordem circunstancial, mas que deveria ser exatamente o contrário. Deveria ser pensada como o plano duradouro entre os camponeses e operários, nisso o socialismo teria sua consolidação de maneira gradual e que tal aliança seria vital, mesmo ciente da possibilidade do desenvolvimento econômico acontecer de maneira perceptivelmente lenta. O próprio Bukharin afirma:

As diferenças de classes no nosso país ou a nossa técnica atrasada não nos levarão a ruína; podemos até construir o socialismo sobre esta base de miséria técnica; o crescimento deste socialismo será muito lento, avançaremos a passo de tartaruga, mas construiremos o socialismo a acabaremos sua construção (apud TROTSKI, 1977,p.71).

⁵ Eram camponeses resultado da reforma de Stolypin introduzida em 1906 com o intuito de criar um grupo de fazendeiros prósperos que apoiariam o governo do Czar. Posteriormente, na década de 1930, os Kulaks foram alvo das políticas de coletivização do campo realizadas por Stalin, que acreditava serem eles o último bastião do capitalismo no campo.

Em relação a teoria marxista, ao que nos parece, alertava-se para a impossibilidade de um avanço socialista sob bases técnicas e materiais precárias, onde na perspectiva de Marx tais condições somente socializariam a miséria e a penúria - apontamentos que, segundo alguns historiadores, Bukharin não levou em consideração.

Segundo Bukharin, tendo a Rússia e os países sob seu jugo, uma economia prioritariamente e majoritariamente agrícola, seria imprescindível para o desenvolvimento na forma socialista, que a economia alavancasse a partir do *enriquecimento do camponês*⁶. Comparando as produções do período do comunismo de guerra aos anos iniciais da NEP, Bukharin aponta para o fato da necessidade de estímulo ao camponês, onde o mesmo sentir-se-ia atraído a produzir, fato contrário às arrecadações compulsórias do plano anterior.

No outro pólo das discussões teóricas e políticas para os rumos a serem tomados pela Rússia, estava Preobrajenski, amplamente conhecido como um dos principais direcionadores da orientação econômica e que tinha como líder partidário Leon Trostki, com quem, Preobrajenski veio a romper tempos depois.

Preobrajenski não se colocara de forma completamente contrária à aliança do governo com os camponeses, porém, suas divergências teóricas com Bukharin eram notórias. Para Preobrajenski, Bukharin teria formulações meramente utópicas sobre a economia do momento, que beiravam a “antirrevolução”. Segundo Preobrajenski, tal desenvolvimento lento e gradual e a acumulação de bens no campo implicariam sérios e eminentes riscos a continuidade das Repúblicas Soviéticas, sempre levando em consideração um “fantasma” permanente: a possibilidade de uma nova agressão imperialista e o isolamento e bloqueio severo mantido pelo capital internacional; nisto, a Rússia e os países então socialistas tinham como recursos apenas suas próprias fontes.

Nesse sentido, as idéias de Preobrajenski baseavam-se na “*acumulação socialista primitiva*”⁷, que segundo ele seria uma fase preliminar do socialismo.

⁶ Ao calor da luta, Bukharin proporcionou uma célebre frase que anos mais tarde iria lhe custar muito caro quando caiu em desgraça perante Stalin. “Devemos dizer o seguinte a todos os camponeses, a todas as classes de camponeses: enriqueçam, acumulem, desenvolvam suas agriculturas. Somente os imbecis podem afirmar que a pobreza deve sempre existir entre nós; no momento, devemos aplicar uma política que elimine a pobreza. A acumulação na agricultura significa demanda acrescida de produtos industriais, o que por sua vez, estimula o desenvolvimento de nossa indústria e produz, em troca, os efeitos positivos na agricultura” (apud MARTINS RODRIGUES. In: PREOBRAJENSKI, 1979).

⁷ O conceito enfatiza a possibilidade da constituição de uma transição ao socialismo pelo uso do planejamento estatal

Para isso, seria de vital importância uma rápida industrialização da Rússia, em decorrência disso, tornar-se-ia inviável a política proposta por Bukharin, onde se permitiria o acúmulo de capital no campo, o que pouco contribuiria para a política de industrialização. Com isso, mesmo tendo sido relativamente bem-sucedida as políticas da NEP, certo arrocho nos tributos aos camponeses seria uma prerrogativa na teoria econômica de Preobrajenski.

Junto com o acirramento tributário aplicado aos camponeses, veio também uma política de valorização de produtos industrializados visando uma recuperação do setor, assim como também, a desvalorização dos produtos agrícolas, tudo com o objetivo de elevar a Rússia ao um patamar industrial com capacidade econômica suficiente para seu auto-sustento socialista. Essa prática comercial, a priori apresentou resultados significativos quanto a aceleração industrial, de contrapartida, ocasionou o que ficou conhecida como “Crise das tesouras”, onde manifestações e movimentos de greves deflagraram por conta da crise que se prenunciara no campo com tamanha dicotomia entre os preços dos produtos agrícolas e industriais, separando cada vez mais “as hastes da tesoura”.

Mesmo com algumas divergências de aceitação, o preterimento dos planos econômicos de Bukharin, fez com que Preobrajenski, apesar de nesse momento já estar em desacordos políticos com seu mentor Trotski, liderasse esse novo momento político e econômico nas Republicas Soviéticas, tendo como auxílio agora, outro personagem que virá a ser fator de estudo central desse estudo, Josef Stalin.

No fim de 1932, a crise das tesouras se acirra e os preços de produtos agrícolas e industrializados entram em uma disparidade nunca vista antes. Os preços dos ditos produtos industrializados ultrapassavam uma porcentagem atingida somente em 1913, onde no período anterior a revolução isso havia acontecido. Porém, diferentemente das altas anteriores, que ocorreram devido a escassez produtiva, tanto agrícola quanto industrial, agora no auge da NEP, a Rússia e seus países submetidos vivem uma colheita de grande rendimento e fartura, o que faz com que os depósitos dos camponeses, desestimulados a

e de trocas desiguais entre o setor privado agrário e artesanal com o setor industrial estatal em uma economia capitalista ex-colonial, até mesmo semi-colonial, onde conseqüentemente a etapa de acumulação capitalista primitiva foi ausente ou fraca ao desenvolvimento do capitalismo avançado, pré-condição favorável à constituição de uma estrutura produtiva socialista, sendo assim, fazia-se necessário que na acumulação socialista se desse de forma a viabilizar a efetivação das condições exigidas na etapa primária do socialismo.

entregarem seus produtos a preços baixos e conseqüentemente comprarem produtos manufaturados a preços díspares, ficassem abarrotados de produtos.

A crise, portanto não é causada por uma insuficiência da produção, mas pela impossibilidade de garantir a troca dos produtos industriais e agrícolas. Os camponeses, embora necessitem deles urgentemente, não podem comprar os artigos industriais por serem muito caros (CROUZET, 1996, p. 132)

O momento também conta com agitações operárias dentro do seio do operariado, onde greves surgem dentro da indústria pesada. Nota-se nos centros de Moscou, uma economia paralela, onde longe das fiscalizações do Estado, milhares de *nepmen*, comerciantes intermediários, acabam fortalecendo uma economia privada com a comercialização de produtos industrializados que conseguiam livrar das tributações do Estado.

Para conter não só o avanço desse comércio paralelo, como também, atenuar a crise das tesouras, o Estado intervém a favor dos preços de produtos agrícolas, coincidindo com uma magnífica colheita de cereais, somada a uma parcela de produtos que ainda permaneciam nas mãos dos camponeses e que hesitaram em vendê-los devido aos baixos preços. Isso permite um grande lastro de exportação desses produtos, o que fortalece alguns agricultores que não demoram a acumular capital, pois como previa a NEP, esse estímulo era um dos fatores que ajudaria na produção agrícola.

A crise não atenuou-se suficientemente dentro de toda República soviética, onde, na cidade, os operários continuaram a viver oprimidos pela fome, assim como no campo os camponeses mais abastados reproduziam práticas de arrendamento e compra de terras, e, também oprimidos, os pequenos agricultores eram submetidos e explorados dentro do processo de acúmulo de capital.

A NEP revela-se incapaz de desenvolver as formas produtivas da agricultura e o país acha-se a “beira da fome”. Agrava-se o processo de diferenciação social e os camponeses abastados alugam, alugam cada vez mais, terras e mão de obra concentrando em suas mãos a utilização do solo e dos meios de produção (CROUZET, 1996, p.139)

Com o fantasma constante da “anti-revolução”, representada plenamente na figura dos Kulaks, junto com a eminência de medidas extremas em forma de um novo plano de economia, a repressão e perseguição permanente a

esses camponeses abastados e não quistos dentro da sociedade socialista, como era de se esperar, foram implacáveis.

Essa política de repressão e de acirramento tributário sobre os camponeses, sendo eles prósperos ou não, foi só o começo de uma série de radicalidades cometidas de forma sistemática pelo governo de Josef Stalin, que após a morte de Lênin em 1924, assumira o poder de forma centralizada, autoritária e despótica. Tal forma de governar, conhecido como *Stalinismo*, perpetrou na história uma longa carga de culpa ao marxismo pelos números exorbitantes de vítimas, no sentido literal, dessa política onde Stalin burocratizou as teorias de Marx e que no auge de seu poder assemelhava-se mais ao despotismo oriental do que uma sociedade comunal.

O Plano Quinquenal

O Plano Quinquenal, como foi nomeado essa nova política estabelecida nas repúblicas soviéticas, teve seu início em 1929, tendo como proposição não só um fortalecimento, mas um avanço no setor industrial da Rússia onde já havia uma mínima estabilidade. Contudo, para um país que pretendia sustentar-se em um sistema socialista, porém isolado, ainda era pouco. Durante os próximos cinco anos, toda a Rússia dependeria da arrecadação do campo para esse fortalecimento - fator que será analisado de forma especial nessa pesquisa.

Essa nova política econômica não demorou em apontar resultados satisfatórios: a lentidão do crescimento econômico dos tempos da NEP deu lugar a um entusiasmo “aventureiro” motivado pelos avanços na indústria. Tal entusiasmo, é pertinente deixar claro, partia da cúpula política da Rússia e do setor industrial, porque no campo esses resultados eram inversamente proporcionais, pois como já dito o capital investido na indústria vinha majoritariamente das arrecadações feitas através de uma política de tributação autoritária sobre os camponeses.

Uma revolução pelo alto, um processo de industrialização e urbanização sem paralelos na história humana até aquele momento, inédito pela sua realização recorde. Depois de estabelecidas as primeiras metas, até o final do ano de 1929 seria aprovada uma variante ótima para o Primeiro Plano, na qual as metas mais cautelosas foram sendo trocadas por objetivos sempre mais ousados. (RODRIGUES, 2006, p. 91)

Tais metas a serem atingidas, não eram de forma alguma estabelecidas entre acordos, tão pouco em discussões democráticas com os produtores, mas de forma centralizada, de cima para baixo, por representantes técnicos e dirigentes do órgão responsável, o GOSPLAN, criado em 1921 como centro de planejamento, mas que ganhou uma importância significativa e se tornou nos anos 1930 o principal organismo de controle estatal da economia. “Em uma alocação de recursos que se tornaria um padrão na URSS por décadas, já durante o primeiro plano de cinco anos os setores de indústria pesada, energia e infra-estrutura de transportes receberam prioridade máxima, absorvendo 78% do total dos investimentos” (NOVE, 1991, p.34)

Esse arrocho não se deu exclusivamente no campo (mesmo sendo em sua maioria). O setor industrial, apesar de crescer, tem na sua força motriz o trabalhador como mais uma “vitima”, pois, ao aumento da taxa de lucro industrial ocorreu um declínio significativo no salário dos operários: segundo Richard Pipes, em 1933 tinham ganhos na quantia de um décimo do que ganhavam às vésperas do avanço industrial em 1926. (PIPES, 2002, p.70)

Porém, no campo político internacional, tal crescimento colocava em xeque as críticas ao sistema socialista, tendo em vista que, desde 1929, os países capitalistas enfrentavam uma crise sem precedentes, na qual o próprio sistema se punha de joelhos perante as dificuldades econômicas em quase todo o globo. Contrariando isso, a Rússia nesse momento gozava de um crescimento industrial que permitia-lhe realizar proezas no campo econômico, apesar de sobrecarregar a economia dos países anexados a ela.

Além de uma severa crise econômica, o Ocidente convivia também com sérias contradições entre os distintos imperialismos que se preparavam para uma nova guerra pela repartilha do mundo. Enquanto os países capitalistas mais avançados atravessavam uma severa crise, mergulhados na depressão e na estagnação, a URSS se beneficiou temporariamente de confusão e conflitos entre eles e pode crescer em ritmos muito superiores à média do mundo capitalista, atraído a atenção e despertando a admiração não só de aliados. Como os demais severos críticos anticomunistas que passaram a fazer caravanas te Moscou para observar in loco as vantagens do planejamento (RODRIGUES, 2006,p.91)

Toda essa economia instituída pelo Plano Quinquenal teve como direcionamento a produção de bens de capital: aço, ferro, carvão, óleo e maquinaria pesada. Essa preocupação com a indústria pesada não foi apenas

devido à necessidade econômica, mas também em função de interesses bélicos: isto foi possível não somente pelo fato do isolamento dos países soviéticos – o que lhes obrigava a estar sob a eminência de conflitos bélicos – mas também devido aos direcionamentos geográficos e políticos que a Europa capitalista estava passando naqueles anos de grave crise. Preocupação esta que se mostrou pertinente no final dos anos 1930, onde a Europa mais uma vez eclode uma guerra global. “A parcela de orçamento alocada de alguma forma à defesa nacional saltou de 3.4 % em 1933 para 33 % em 1940, como se o país pressentisse antecipadamente sobre quem recairia a maior porção da ira nazista” (REIS FILHO, 1997, p. 57)

Não se pode dizer que o Plano Quinquenal foi elaborado previamente, de forma teórica, assim como fora a NEP (que obteve menor resultado), mas foram razões de ordem prática que impulsionaram o plano. O impasse criado pela NEP exigia uma reformulação rápida e eficaz, o que explica seu caráter radical já nos seus meses iniciais.

Até o início dos anos 1940, devido ao estado de guerra não só na Europa, mas agora em boa parte do mundo, os planos quinquenais desaparecem em meio as urgências da guerra, porém com um saldo (em termos de industrialização) incrível: a União Soviética, sob a batuta de Stalin, colocou-se em nível de igualdade ou até superior a grande maioria dos países sob o regime capitalista. Notoriedade e supremacia que chancelava o governo de Stalin, apesar da história desvendar no seu transcorrer os custos humanamente catastróficos deste processo.

Após esse levantamento, mesmo que de forma sucinta do sistema econômico vigente na Rússia e suas Repúblicas Soviéticas, sobretudo dos anos 1930 em diante (que nos interessa), será agora pertinente analisarmos de forma mais minuciosa como fora esse processo de industrialização, não somente nas fábricas, mas sobretudo, na sua pavimentação, ou seja, o que realmente esteve por trás desse desenvolvimento rápido e intenso da indústria soviética. Como isto foi possível? Quais foram os fatores que explicam esse vertiginoso crescimento?

Alguns autores apontam, como a gênese desse desenvolvimento, certas premissas que serviram como base para a revolução em 1917. Robério Rodrigues aponta que

[...] uma transformação tão gigantesca não pode ser explicada sem levar em conta em primeiro lugar a erradicação do capitalismo e da propriedade privada,

a nacionalização dos principais meios de produção, monopólio do comércio exterior e o planejamento centralizado a partir do Estado (RODRIGUES, 2006, p. 122)

Segundo ele, a gênese socialista contida num Estado centralizado e forte com o poder não só da captação, mas de alocação de recursos e uma condução planejada desse desenvolvimento, tiveram vital importância, e assim, uma possível explicação para o “fenômeno” stalinista. Para o historiador Richard Pipes, as artimanhas individuais de Stalin serviram como possíveis motivações para um povo recém-saído da “semi feudalidade” aventurar-se numa entrega quase que total a um ideal socialista, mesmo que para isso custasse sua recém-conquistada liberdade.

O governo conseguiu aumentar o entusiasmo com a “construção do socialismo” prometendo que isso aprimoraria significativamente o padrão de vida. Mas isso foi um chamariz que iludiu o consumidor. Na realidade o padrão de vida declinou vertiginosamente (PIPES, 2002, p.74)

Tal orientação se confirma ao analisar o fato de que o financiamento à industrialização implicou na queda drástica dos valores salariais recebidos pelos operários, algo aqui já relatado nas referências aos estudos de Alec Nove. Também faz-se pertinente salientar o fato da juventude russa ainda viver sob os signos da “glória” da Revolução, que dispunha de energia e entusiasmo tanto no campo do trabalho quanto no militar.

A partir destes pressupostos, o que se compreende dos planos econômicos implantados ou impostos no período Stalin, foi que houve uma miscelânea de fatores que contribuem para explicar essa ascensão soviética, sobretudo quando se busca uma compreensão a partir das fontes econômicas e aparentemente ligadas ao conceito de progresso. Mas também coube aos historiadores, assim a nós também, compreender que não só de motivações e entusiasmo se levantou a indústria soviética, pois sabemos da proximidade do despotismo oriental que servia como premissa a figura central da União Soviética, Stalin, e de que maneira foram feitas as arrecadações junto aos camponeses e que serviram como base majoritária do impulso industrial.

A partir daqui este estudo direciona e intensifica uma análise do que ficou conhecido perante a história como a “Década do terror”, sobretudo para os países soviéticos sob o jugo da Rússia. Aquilo que os próprios

historiadores da época chamaram de “O grande salto dos anos 30” se revelou como um período onde os métodos de coerção e de arrecadação de impostos (especialmente de cereais) ficaram marcados na história por sua radicalidade, e que para muitos beiravam a insanidade devido a crueldade na aplicabilidade dos planos. Esse método radical de arrecadação de grãos junto aos camponeses ficou conhecido como coletivização, ou seja, não somente indústrias, comércios e bancos agora eram parte inerente ao Estado, mas tudo o que se plantava em qualquer campo dos países soviéticos. O começo da coletivização se deu em 1927, mas sistematizou-se a partir dos Planos Quinquenais, tornando-se assim a maior fonte de arrecadação do Estado nos dez anos seguintes.

Assim, a máxima do governo de combater qualquer indício de capitalização individual, principalmente a propriedade privada, os Kulacs, que durante a NEP conseguiram desenvolver uma “aristocracia” mesmo que velada, foram os primeiros e principais alvos da coletivização, na qual Stalin fez questão de declará-los traidores da revolução.

Os bolcheviques chamavam um fazendeiro de vilarejo que possuía mais que 24 acres de terra ou empregava trabalhadores na fazenda de kulaks – a palavra russa para “punho”. Stalin os via como potenciais líderes de uma futura insurreição e, em 1929, proclamou a política de “liquidar” os kulacs como classe. (CAWTHORNE, 2012, p. 69)

Essa tributação em forma de arrecadação, já era feita sob a produção dos camponeses que plantavam em suas pequenas propriedades, porém, agora os campos haviam sido confiscados pela coletivização e tudo que plantavam eram propriedades governamentais, não restando nem suficiente para sua subsistência.

Esse modelo de plantação coletiva imposto por Stalin, não ocorreu apenas na Rússia, mas em quase todo território soviético, onde algumas regiões foram especialmente atingidas pela coletivização devido sua fertilidade do solo. Regiões como a Cáucaso, a Ucrânia, o Baixo Volga e mais tarde a Criméia foram as que mais padeceram sob esse processo que, em termos humanos, obteve um resultado trágico.

Mas tal sistema de produção coletiva não se deu sem um planejamento ou meta; pelo contrário, houve uma enorme mobilização do governo para realocamento de tropas para arregimentar trabalhadores em forma de campos coletivos (conhecido como *Kolkoses*), nos quais estes trabalhadores a

princípio foram encorajados a trabalhar nos campos para o Estado - o que mais tarde se tornaria uma atividade compulsória.

Essa medida destina-se a reconstituir a agricultura em novas bases: reunir os milhões de lavouras particulares que cultivavam centenas de milhões de parcela de terras, na maioria minúsculas, e que constituíam um obstáculo ao desenvolvimento de uma agricultura racional (CROUZET, 1996, p.85)

Com o intuito de sistematizar a produção nos campos soviéticos, iniciara-se uma mudança significativa na geopolítica Repúblicas Soviéticas: o trabalho forçado em busca de uma produção significativa em tempo reduzido tornar-se-ia uma constante ao longo da década de 1930. Para tal, conforme dito antes, o recrutamento obrigatório - na maioria das vezes feita pelo exército de forma violenta - deram a tônica do período. A execução do plano coletivo nos campos com seu alto poder de arrecadação só foi possível pelo teor majoritariamente militar impostos sobre os camponeses.

A grande prioridade ao que Marx denominava em "O Capital" (1988) de Setor I da economia partiria da orientação de preterir setores da indústria leve, também conhecida pelo autor como Setor II. Nesse bojo de negligências a alguns setores, abarcaria também os setores da construção civil que tinha como foco a habitação, mergulhando assim a URSS num período de carências e restrições mesmo aos que não moravam no campo.

A ideia de acumulação, mesmo que contraditória ao sistema comunal, tornou-se uma prioridade na política econômica de Stalin, onde sua legitimação se daria através da busca em "ultrapassar" o capitalismo em termos de capacidade econômica. Metas que foram buscadas através do arrocho sobre a população Soviética em todos os setores, levando grande parte à miséria.

Ao estabelecer uma lógica de disputa com o capitalismo na arena econômica, além de ter de armar-se para enfrentar a constante ameaça de agressão, o ritmo de acumulação da URSS passava a ser ditado não pelas necessidades internas do país, mas antes de tudo pela competição com o Ocidente. Assumia-se assim a mesma lógica de acumulação do capitalismo, mas que em um grau mais elevado, pois se tratava de conseguir em muito menos tempo o que o capitalismo levou séculos para conquistar (ROBÉRIO, 2006, p.111)

Todo o investimento voltado a indústria pesada não demorou em alargar ainda mais um problema já antigo na Rússia e agora em todos os países

soviéticos, onde a carência ou quase inexistência de bens de consumo foi uma constante. A submissão da população ao trabalho forçado nos campos não foi o único reflexo das coletivizações, pois produtos básicos para a subsistência não estavam ao alcance da população devido a lógica da economia vigente.

Para fechar o ciclo que venha explicar esse crescimento industrial na URSS não poderíamos deixar de salientar que toda a força motriz que fazia girar esse sistema vinha dos ombros dos trabalhadores: enquanto os camponeses “engordavam” os celeiros do Estado com suas colheitas, os operários das fábricas eram explorados a exaustão, não diferente das penúrias sofridas nos primórdios do capitalismo, paradoxalmente tão combatido pelo novo sistema vigente, o comunismo.

Assim, a guisa de conclusão, esse trajeto histórico sobre os planos econômicos e governamentais da URSS nos trazem aportes informativos e históricos que demonstram muitas discrepâncias entre o breve governo de Lenin e o governo de Stalin. Os debates teóricos e ideológicos entre leninismo e stalinismo se alargam pelas mais diversas vertentes do conhecimento histórico, passíveis de múltiplas interpretações, porém, os fatos históricos nos trazem certa clareza sobre essa distinção. A história é testemunha disso.

Bibliografia

BUKHARIN, N. *Abc do comunismo*. Bauru – SP. Ed. Pro. 2002.

CARR, E. H. *História da Rússia Soviética*. Porto: Afrontamento. 1979.

CASADEI, Eliza. B. *Jornalismo e ressignificação do passado: os fatos históricos nas notícias de hoje*. Curitiba: Appris. 2012.

CAWTHORNE, n. *Os crimes de Stalin: a trajetória assassina do Czar Vermelho*. São Paulo: Madras. 2012.

CROUZET, M. *A época contemporânea: O declínio da Europa e o mundo Soviético*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

HOBSBAWM, E.J. *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

LENIN, Vladimir, I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletário na Revolução*. São Paulo: Centauro. 1992.

MARX, K; Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista – 1848*. Porto Alegre: L&PM. 2001.

MILNER, R. *Rússia e a antiga União Soviética*. Barcelona: Folio S. A., 2007.

PIPES, R. *Comunismo*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.

REIS, J, A. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. Franca: UNESP, 1997.

RODRIGUES, Robério, P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP. 2006.

SEGRILLO, A. *Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens*. Revista Projeto História nº 41: História, historiadores e historiografia. São Paulo: PUC, 2008.

TRAGTENBERG, M. *A revolução Russa*. São Paulo: UNESP. 2007.

TROTSKI, L. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Lech. 1977.

ESTADO E TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Helder Gomes¹

Introdução

As principais referências científicas a respeito da transição socialista estão baseadas nas elaborações pioneiras de Karl Marx e Friedrich Engels iniciadas em meados do século XIX. O objetivo deste texto é buscar uma síntese, que reúna as contribuições desses clássicos do materialismo dialético e relatos analíticos da experiência concreta de realização do projeto soviético de transição ao socialismo, no sentido de compreender as dificuldades de se avançar na revolução permanente requerida, diante das forças do imperialismo organizado em nível mundial. A motivação metodológica procura resgatar a categoria *modo de produção*, como elemento central na compreensão das fases necessárias de um processo de transição socialista, ultrapassando as perspectivas limitadas à dimensão analítica da *formação econômico-social*. O pressuposto seria, então, entender o capitalismo em seu estágio mais avançado de organização mundializada e, portanto, a exigência do espraiamento internacional das lutas revolucionárias como condição para a construção de formas superiores de sociabilidade.

O texto está dividido em dois sentidos fundamentais e alguns complementos. Primeiro, procura apresentar uma leitura sintética dos principais ensinamentos de Marx e Engels sobre o tema da revolução, procurando limpar as interferências interpretativas, especialmente aquelas resultantes da propaganda difundida parte a parte na chamada *Guerra Fria*. Na sequência, são pinçadas algumas contribuições sobre os primeiros momentos da Revolução Russa, como forma de compreender tratar-se de uma fase preliminar, logo após a tomada do poder pelos soviets, o que permite distinguir as concepções muitas vezes confundida entre transição ao socialismo e transição socialista ao comunismo. Os trechos complementares do texto mostram o desejo do autor em buscar sínteses que possam contribuir para interpretar o caráter do Estado nos vários estágios da construção do socialismo, numa etapa bastante avançada de interação imperialista em escala mundial, como base para interpretar

¹ Helder Gomes, economista, mestre em Economia e doutor em Política Social pela UFES.

criticamente os avanços e as limitações das experiências concretas que ousaram, ou ousam, colocar em prática o projeto de revolução anticapitalista.

As contribuições de Marx e Engels

A crítica dialética às primeiras formulações socialistas se referia à sua projeção idealizada e à difusão ideológica de modelos de cidades autogestionadas, sem empregados e patrões, por elas não apresentarem um plano para sua realização. Mas essa crítica não deixou de contextualizar a produção intelectual dessas primeiras proposições, formuladas no início do século XIX.

Ao estado imaturo da produção capitalista, à situação imatura das classes correspondiam teorias imaturas. A solução dos problemas sociais, que, nas condições econômicas por desenvolver, permanecia ainda oculta, devia ser tirada da cabeça. A sociedade só oferecia anomalias; eliminá-las era tarefa da razão pensante. Tratava-se de inventar um sistema novo, mais perfeito, de ordem social, e de o outorgar à sociedade de fora para dentro, por meio da propaganda e, sempre que possível, por meio do exemplo de experiências modelo. Estes novos sistemas sociais estavam de antemão condenados à utopia; quanto mais elaborados nos seus pormenores, mais tinham de se perder na pura fantasmagoria (ENGELS, 1985, p. 133).

Com o avanço da expansão capitalista em nível mundial, as contribuições de Marx e Engels puderam expressar melhor a organicidade submetida a um plano.

O proletariado conquista o poder público e transforma, por força deste poder, os meios de produção sociais que se escapam das mãos da burguesia em propriedade pública. Por este ato liberta os meios de produção da qualidade de capital até aqui possuída e dá ao seu caráter social plena liberdade para se afirmar. Torna-se agora possível uma produção social de acordo com um plano preestabelecido. O desenvolvimento da produção torna a existência ulterior de diversas classes sociais um anacronismo. Na medida em que a anarquia da produção social se desvanece, apaga-se também a autoridade política do Estado. Os homens, finalmente senhores do seu próprio modo de socialização, tornam-se assim, ao mesmo tempo, senhores da Natureza, senhores de si próprios – livres.

Levar a cabo esta ação libertadora do mundo é a vocação histórica do proletariado moderno. Aprofundar as suas condições históricas, e assim a sua

própria natureza, e deste modo levar a classe chamada à ação, a classe hoje oprimida, à consciência das condições e da natureza da sua própria ação, é a tarefa da expressão teórica do movimento proletário, do socialismo científico (ENGELS, 1985, p. 167-168).

Trata-se, como se vê, de um plano elaborado num nível bastante elevado de abstração. No entanto, esse amadurecimento intelectual, já no final do século XIX, não se produziu de forma linear e sistematizada. O que nos deixaram esses autores foi uma série de fragmentos, composta por manifestos, panfletos, prefácios, trechos de livros, textos publicados em jornais, cartas e mensagens aos membros das organizações políticas internacionais das quais faziam parte. No entanto, toda essa obra carrega uma carga de reflexão teórica, que transbordava de um esforço intelectual muito mais amplo, da dedicação à construção dialética de uma perspectiva de elucidação das leis que regem o funcionamento da sociedade capitalista. Para explicar as leis gerais da acumulação capitalista, os autores sentiram necessidade de recorrer ao estudo das sociedades precedentes, com o objetivo de entender o capitalismo como um modo de produção e, mais que isso, descobrir os movimentos que levam à transição de um modo de produção a outro. Nos manuscritos, de 1845-46, ao procurarem se afastar do materialismo de Feuerbach, que passaram a conceber como apenas intuitivo, limitado à percepção de um objeto que lhe aparecia imutável, Marx e Engels (2007) acabaram dando um passo fundamental na construção de seu materialismo dialético e histórico.

Para isso, foi necessário também superar suas próprias convicções, de que a história seria condicionada por uma *essência genérica do ser humano*, ou pelo caráter determinante do *trabalho em geral*, concepções que pareciam agora apenas substituir o *espírito* presente na formulação de Hegel (GONTIJO, 1982). A partir dali, o trabalho passou a ser concebido pelos dois autores em suas distintas formas de existência, com base nas relações diretas do ser humano com a natureza e consigo próprio, em sociedades determinadas no tempo e no espaço.

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas ‘puros’ a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também ‘objeto sensível’; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como ‘objeto sensível’ e não como ‘atividade sensível’ – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os

homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração ‘o homem’ e não vai além de reconhecer no plano sentimental o ‘homem real, individual, corporal’, isto é, não conhece quaisquer outras ‘relações humanas’ ‘do homem com o homem’ que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê, por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e tísicos, a buscar refúgio numa ‘concepção superior’ e na ideal ‘igualização no gênero’; é obrigado, por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto da indústria como da estrutura social (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

Com a formulação do conceito de *modo de produção*, a consciência, a razão e a natureza sociável da humanidade deram lugar à capacidade humana de produzir sua própria existência material e intelectual como marcas distintivas essenciais, pois os seres humanos passam, a partir daí, a ser definidos como aqueles que são *o que produzem* e *como produzem*, em modos de produção determinados historicamente.

No entanto, o modo de produção não seria apenas a forma de organização técnica das forças produtivas, mas o conjunto generalizado das relações econômicas, jurídicas, políticas e socioculturais, que se estabelecem por um determinado período em certas partes do mundo, incluindo a difusão de formas de pensar, de acreditar e de se comportar, requisitos para a sua reprodução de maneira generalizada ou predominante.

Nos *Manuscritos* de 1857-58, publicados sob o título *Grundrisse* (MARX, 2011b), existe uma parte dedicada às *Formas que Precederam a Produção Capitalista*. Naquele texto fica expressa uma interessante formulação sobre *vias alternativas* experimentadas pelos povos de várias regiões do mundo na transição das sociedades comunais primitivas, tidas como forma universal na fase pré-histórica da humanidade, para outras formas de organização social: *o despotismo oriental* (asiático), *o escravismo ocidental* (antigo), *o modelo germânico* e *o eslavo*. Cabe destacar o quão equivocado tem sido pensar a formulação dos modos de produção como simples *etapas sucessivas*:

Em sentido literal isto é incorreto, pois não somente o modo asiático de produção coexistiu com todos os demais, como não há referência, na argumentação das FORMEN [*Formas que Precederam a Produção Capitalista*], ou em qualquer outra parte, de que o modo antigo tivesse evoluído dele.

Devemos, portanto, entender que Marx não se refere à sucessão cronológica, ou mesmo à evolução de um sistema a partir de seu predecessor (embora, obviamente, seja este o caso do capitalismo com relação ao feudalismo), mas à evolução num sentido mais geral (HOBSBAWM, 1986, p. 37-38).

Marx e Engels passaram a observar, portanto, um diversificado processo histórico de separação do sujeito que trabalha das condições objetivas de produção de sua própria existência. Na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1959, Marx (2008) revela de forma resumida como as relações de Estado emergem desses vários processos de organização da produção social.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 45).

Na seção 4 do primeiro capítulo d'O *Capital*, sobre o *fetichismo da mercadoria*:

[...] imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. [...] O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores (MARX, 2013, p. 153).

O processo de superação das amarras *fetichizadas* que contribuem para a reprodução das sociedades de classe requer um longo e penoso processo de revolução na base material.

O reflexo religioso [*fetichizado*] do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento (MARX, 2013, p. 154).

Os apontamentos destacados acima, antes de repositórios da verdade, são considerados aqui como contribuições importantes para o que segue neste texto. A nova forma de sociabilidade que se projeta nasceria do seio da sociedade corrente, portanto carregada de suas marcas fundamentais. Num primeiro estágio da nova sociedade, o produtor individual receberia uma parcela da riqueza social correspondente ao mesmo *quantum* de trabalho que deu à sociedade e essa distribuição deriva das formas de propriedade que se vão estabelecendo em cada época (MARX, 2012). Somente numa fase superior da sociedade comunista se consolidaria a possibilidade de reprodução social tendo a produção da existência pautada na perspectiva *de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades*.

No entanto, como os modos de produção não se constituem como estruturas estanques, a transição socialista não ocorreria de acordo com a mera vontade política de uma *vanguarda consciente*. Assim como nas transições que precederam o capitalismo, a destruição da superestrutura jurídica e política presentes nas relações do capital pressupõe um *longo e penoso* processo histórico, que envolve desde a saturação das forças produtivas correntes até a maturação em seu interior das condições objetivas de construção de uma nova estrutura econômica e social, a partir da qual seria possível erigir relações superestruturais superiores às existentes.

Como dito acima, a combinação de duas frentes de elaboração, os estudos num nível bastante elevado de abstração e a necessidade de dar respostas para situações concretas bastante específicas e localizadas (no tempo e no

espaço), levou Marx e Engels a perceber a necessidade de uma *suprassunção* permanente dos conhecimentos acumulados. No Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto Comunista*, os autores fazem um alerta importante, muitas vezes esquecido:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada a medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses (MARX; ENGELS, 2010, p. 71-72).

De forma mais explícita, outro exemplo da necessidade de um amadurecimento permanente do conhecimento acumulado foi dado pelos autores no Prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*:

E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* [comunidade rural] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista (MARX; ENGELS, 2010, p. 73).

É interessante notar esse amadurecimento intelectual sobre a possibilidade da revolução socialista. Se, antes, os argumentos desses autores pudessem sugerir que a revolução teria muito mais chances de acontecer nos países de industrialização avançada, ficaria mais difícil afirmar que eles pensavam ser impossível revoluções socialistas a partir de países não completamente industrializados, considerando o que deixaram explícito em suas últimas contribuições sobre o assunto.

Numa carta de Marx à comunista russa Vera Ivanovna Zaslitch, escrita em 1881, o autor afirma que a comuna rural existente na Rússia poderia ser a base de um processo revolucionário de *regeneração social*, desde que fossem criadas as condições para seu *desenvolvimento espontâneo* (MARX, 2013).

Com o Prefácio de 1882 (MARX; ENGELS, 2010), também parece ficar mais nítido que seus autores não tinham em mente a possibilidade do *socialismo em um só país*. A proposição envolve a consolidação de um novo modo de produção, o que requer certo alastramento de processos revolucionários em várias regiões do globo, pressuposto para garantir uma cooperação internacional contra a reação imperialista. A formação do mercado mundial exigiria, para a superação definitiva do modo de produção capitalista, a combinação de ações revolucionárias em nível internacional. Isso estava de alguma forma grafado desde a primeira versão do *Manifesto* de 1948: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ELGELS, 2010, p. 69).

A etapa após a tomada do poder e a via socialista

A dialética de Marx e Engels não permitia aos autores uma projeção passo a passo do processo de transição socialista até a consolidação das sociedades comunistas.

Muito curiosamente, nenhuma discussão de ‘planejamento’, que iria ser o critério central do socialismo, nem de rápida industrialização, com prioridade para as indústrias pesadas, se encontrava nos textos de Marx e Engels, embora o planejamento esteja implícito numa economia socializada (HOBSBAWM, 1995, p. 368).

O objeto de maior preocupação seria a fase inicial da transição. No auge das repercussões dos procedimentos após a tomada de Paris, Marx escreveu a Kugelmann em pleno 12 de abril de 1871:

Se você olhar o último capítulo de meu *Dezoito Brumário* [publicado no início de 1852] verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de esmagá-la, e isso é essencial para qualquer revolução popular no Continente (MARX, 1978, p. 291, grifos no original).

Logo depois, em 30 de maio de 1871, após o massacre dos *comunares* pelas forças militares, Marx analisa o processo, reafirmando: “Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011a, p. 54).

Destruir e substituir a máquina do Estado capitalista, entretanto, não significa concebê-lo como um mero instrumento. Parece sugestiva a posição de Bianchi (2007) sobre o uso da expressão *máquina do Estado* por Marx, não como instrumento, mas como uma metáfora, considerando sua definição de máquina industrial. Aceita essa proposição, uma interpretação possível poderia ser formulada, afastando-se da crítica sobre uma suposta visão instrumental do Estado por Marx, nos seguintes termos: a dialética de destruição revolucionária da superestrutura que emergiu da formação e da consolidação das relações sociais de exploração burguesa envolve, fundamentalmente, a eliminação das forças motrizes estruturais que marcam a acumulação de riquezas nessa forma específica da luta de classes. Somente assim seria possível dar cabo dos elementos de ligação (ou de transmissão) dessas forças propulsoras à superestrutura política e jurídica, pondo no chão concomitantemente suas ferramentas assistenciais, ideológicas e coercitivas de intervenção concreta, cujo conjunto também cuida de legitimar todo o processo de acumulação privada de capital.

Feita essa observação, segue-se com a delimitação do principal objeto de preocupação de Engels e Marx nesses fragmentos políticos, conforme também pode ser lida nas indicações da *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p. 29).

O conteúdo do debate sobre essa primeira fase da transição socialista, nesse mesmo texto de 1875, acompanha aquela abordagem de trechos, já assinalados acima, que compõem a Seção 4, do primeiro capítulo d'*O Capital* (MARX, 2013), publicado oito anos antes.

Numa fase superior da sociedade comunista, (...) o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades' [...]

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção [...]. O socialismo vulgar [que sonha com uma distribuição mais justa da produção, sem relacioná-la adequadamente com as relações de produção a cada tempo] herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (MARX, 2012, p. 31-33, grifos no original).

Assim, não haveria modelos unilineares a seguir, tampouco processos contínuos de transição socialista. A cada uma das diferentes formas que podem assumir as estruturas socioeconômicas (especialmente as formas de propriedade, se puramente estatal, coletivizada, ou formas combinadas etc.), de cuja interação resultariam determinadas formas de distribuição, corresponderiam formas superestruturais específicas (mais centralizadas, ou mais descentralizadas), condicionadas pela dimensão estrutural de cada momento ou de cada espaço geográfico considerado durante um período de transição ao socialismo.

O debate socialista no início do século XX

Com a Revolução Russa de 1917 e a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ficaram ainda mais nítidos a descontinuidade da revolução, os avanços e os recuos colocados em prática, nas tentativas de adequar os projetos de transição ao socialismo à realidade.

Nos primeiros momentos, Lênin compreendia que, uma vez promovida a tomada do poder, seria necessário implantar uma forma diferenciada de estrutura socioeconômica como base para a transição ao socialismo. Na sua

defesa, de 1922, do *imposto em espécie*, Lênin (1987) cita alguns documentos escritos anteriormente e aponta a necessidade de se compreender que a construção da *ditadura do proletariado* ainda estava num momento bastante incipiente e, ainda, que ele mesmo, chegou a acreditar na possibilidade muito mais rápida dessa edificação.

[Dizia, no folheto de 1918, que se], 'dentro de uns seis meses o capitalismo de Estado fosse implantado em nosso país, isto seria um imenso êxito e a mais sólida garantia de que, ao fim de um ano, o socialismo se afirmaria entre nós definitivamente e se tornaria invencível. [...]

Segundo penso, não se conhece uma única pessoa que, ao ocupar-se da economia da Rússia, tenha negado o seu caráter de transição. Tampouco nenhum comunista negou, a meu ver, que a expressão 'República Socialista Soviética' significa a decisão do poder dos soviets em levar até o fim a transição para o socialismo, mas de modo nenhum significa o reconhecimento do novo regime econômico como socialista.

Contudo, o que significa a palavra transição? Aplicada à economia, não significará que no atual regime existem elementos, fragmentos, partículas, tanto de capitalismo como de socialismo? Todos o reconhecem. Mas nem todos, ao reconhecerem isso, param para pensar que elementos dos diversos tipos de economia social existem na Rússia. Aqui está o cerne da questão. [...]

Por acaso não está claro que *quanto mais* alto nos elevarmos na escala política, *quanto mais plenamente* encarnamos nos soviets o Estado socialista e a ditadura do proletariado, *menos* nos é permitido temer o 'capitalismo de Estado'? Não está claro que, neste sentido, *material*, econômico, da produção, não nos encontramos ainda na 'ante-sala' do socialismo? E que não se pode entrar pela porta do socialismo a não ser atravessando esta 'ante-sala', ainda não alcançada por nós? [...]

[Agora, é possível observar que os] raciocínios citados, que datam de 1918, contêm uma série de erros quanto aos prazos. Estes se revelaram mais longos do que se supunha então (LÊNIN, 1987, p. 144-154, grifos no original).

Nesse mesmo texto, Lênin (1987) apontou as marcas estruturais da sociedade russa naquele momento. De um lado, a urgência de integração econômica nacional encontrava barreiras no (re)fracionamento das classes sociais e na descontinuidade da divisão social do trabalho, em especial no que se refere às relações campo-cidade. Para ele, o nível de pobreza e de destruição era tão avassalador, que não haveria condições imediatas para colocar em marcha uma economia socialista. Mesmo sob o risco de permitir algum fortalecimento das frações de classe consideradas como *pequena burguesia*, o poder soviético procurava, de imediato, promover uma política

de abastecimento que substituisse o *sistema de confisco* em vigor no período da *guerra comunista* por um *imposto em espécie*, liberando parcialmente e sob vigilância a *pequena economia*, especialmente, a comercialização local de alimentos e combustível (lenha etc.).

O 'comunismo de guerra' nos foi imposto pela guerra e pela ruína. Não foi e nem podia ser uma política que respondesse às tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória. Uma política acertada do proletariado, que exerce sua ditadura num país de pequenos camponeses, é a troca do trigo pelos produtos industriais necessários ao camponês. Somente essa política de abastecimento responde às tarefas do proletariado; só essa política é capaz de consolidar as bases do socialismo e levá-lo à vitória completa (LÊNIN, 1987, p. 156-157).

Por essas justificativas, parece que o problema estaria mesmo nas dificuldades em avançar de imediato na planificação socialista. Novamente se colocava a questão, já apresentada por Engels e Marx, da impossibilidade de se constituir imediatamente uma nova forma de Estado, ainda mais em se tratando das precárias condições resultantes de uma guerra revolucionária, de natureza destrutiva, numa Rússia que se encontrava num estágio ainda bastante atrasado do desenvolvimento capitalista.

Após a morte de Lênin, em 1924, a *NEP* já apresentava resultados mais visíveis e o debate em torno dela se acirrava na mesma medida em que o poder soviético procurava se consolidar ante os desafios estruturais e as disputas internas. Do debate que seguiu à morte de Lênin, podem-se destacar pelo menos quatro elementos: a) as dificuldades internas resultantes dos entraves ao progresso revolucionário nos outros países e, portanto, do isolamento internacional; b) as concessões às frações da burguesia e às pressões imperialistas (externas); c) as repercussões administrativas e políticas dessas concessões no interior das instituições públicas e das organizações políticas e socioeconômicas do proletariado engajadas na revolução; d) as interpretações sobre a reversão capitalista e as proposições de caminhos revolucionários a seguir.

A recuperação da proposta de revolução permanente

Diante dos desafios iniciais, o principal crítico da situação reconhecia:

Uma ditadura de pureza química só poderia existir em meio imaterial. O proletariado dirigente é obrigado a contar com as outras classes e, segundo a relação de forças no interior do país ou na arena internacional, a fazer concessões às outras classes para manter a sua dominação. Toda a questão está em saber quais os limites dados a essas concessões e qual o grau de consciência com que são feitas. [...]

Ante à paralisação do desenvolvimento revolucionário nos outros países, a NEP, representando um recuo profundo e duradouro, era inevitável. Aplicamo-la, sob a direção de Lênin, com plena unanimidade. Este recuo foi reconhecido como tal, com pleno conhecimento de todos [...]. A pequena burguesia adquiriu, até certo ponto, a possibilidade de acumular. Mas, o poder e, por consequência, o direito de determinar os limites dessa acumulação continuaram, como antes, nas mãos do proletariado. [...]

[Agora, diante da dualidade de poder, a] questão que se põe então é a de saber se a dita direção é capaz de compreender a necessidade de uma mudança de política e se, na prática, está em condições de a realizar. Voltamos assim ao problema de saber em que medida o poder de Estado se encontra ainda nas mãos do proletariado e do seu partido, isto é, em que medida continua a ser o poder da Revolução de Outubro (TROTSKY, 1981, p. 8-10).

As interpretações sobre aquele momento, no calor do debate após a morte de Lênin, colocavam a visão oficial na defesa de que sua política estava voltada para a *edificação do socialismo nacional*, enquanto a crítica anarquista se associava aos reformistas na perspectiva de que o poder soviético estaria promovendo a restauração do capitalismo na Rússia. Nesse sentido, buscava-se uma alternativa a esses dois extremos, propondo-se a interpretação sobre a *dualidade do poder* (TROTSKY, 1981). O risco iminente do regime dual de concessões confundir a promoção revolucionária com a defesa de interesses burgueses, além das ameaças externas promovidas pela pressão imperialista remetem a recuperar a proposição de Marx e Engels da *revolução em permanência*, tal como destacada na Carta à Liga dos Comunistas, de 1850:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (MARX; ENGELS, 1982).

Tal mensagem foi captada por Trotsky (1985, p. 22) nos seguintes termos:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

Dessa forma, também não faria sentido a proposição do *socialismo em um só país*.

O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente (TROTSKY, 1985, p. 24-25).

Na medida em que o capitalismo se consolidou por vastas regiões do planeta, intensificando as interações próprias do mercado mundial, as experiências isoladas que pretenderam avançar na construção revolucionária foram continuamente ameaçadas a um retrocesso.

O imperialismo é o momento de redistribuição do monopólio da produção, da tecnologia e do crédito. É a etapa em que se aprofundou a fusão do capital bancário com o capital produtivo, movimento que promoveu a generalização das sociedades por ações nos vários ramos da atividade econômica, a instauração do crédito como *arma* fundamental na concorrência e na centralização do capital, bem como as novas oportunidades para a especulação e para a acumulação fictícia de capital em larga escala (LÊNIN, 1979).

Foi criada, assim, uma rede de abrangência global, controlada por grandes *holdings* sediadas nas grandes potências imperialistas. Elas reproduzem, com apoio de seus respectivos Estados nacionais, uma hierarquia de subordinações sobre as decisões de produção e de investimento em nível internacional, tendo o monopólio da produção, dos processos de inovação e das linhas de financiamento como o principal mecanismo de gestão centralizadora do processo de acumulação em escala mundial.

Dessa rede de cooperação econômica hierarquizada nasceu também todo o aparato geopolítico repressor, invasor e de difusão ideológica, que contribui para a reprodução do modo de produção capitalista em nível mundial. É nesse sentido que fica descartada a perspectiva de se projetar uma transição como um processo *unilinear* rumo ao comunismo. A resistente *anarquia da produção*, organizada em nível mundial, contraria o caminho da superação das relações do capital mais arraigadas, requerido para o horizonte da planificação econômica mais generalizada. Em particular, o isolamento de projetos societários socialistas impede o acesso à produção mundial de conhecimentos científicos e tecnológicos, condição para a internalização de processos de inovação, de cuja difusão depende a evolução das forças produtivas endogenamente. Restrições imperialistas impedem a integração aos circuitos internacionais de comercialização de meios de produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas, algumas fontes energéticas de alta tecnologia), assim como de alguns meios de consumo estratégicos, como alimentos, energia, medicamentos etc.

Nessa perspectiva, avançar na transição socialista e atingir o modo de produção comunista seria, portanto, resultado do alastramento pelo mundo de experiências concretas e exitosas de tomada do poder pelas forças populares, num processo permanente de cooperação revolucionária.

A instabilidade e o provisional numa transição

Como visto, da base socioeconômica resultante da *guerra revolucionária* não pode emergir imediatamente uma superestrutura jurídica e política nitidamente definida. O improvisado, o provisional, a contínua mutação, a instabilidade ou a inconstância são marcas passíveis de serem observadas nas tentativas de se estabelecer alguma governabilidade nos períodos iniciais da

transição de um modo de produção a outro e, no caso da construção do socialismo, não poderia ser diferente. Normalmente, emerge nessas circunstâncias um regime de força que procura garantir, mesmo de forma parcial, alguma capacidade de intervenção e controle governamental.

[...] o Estado pós-revolucionário combina, como norma, a função do controle do processo político geral com a do controle do processo de vida material da sociedade. É a interação íntima entre os dois processos que produz dificuldades aparentemente insuplantáveis para a dissidência e a oposição (MÉSZÁROS, 2002, p. 1028).

No entanto, o rigor exige certa distinção entre as dimensões analíticas em que a instabilidade e o provisional se estabelecem nessas situações. Assim, parece interessante pensar que, num nível mais elevado de abstração, o Estado possui uma natureza instável, especialmente perceptível nas primeiras fases dos processos de transição, que se manifesta mais concretamente em formas de intervenção provisionais e muitas vezes improvisadas, tendo, portanto, uma materialização determinada pelas *condições objetivas* dos territórios e dos momentos em que elas se realizam.

Se é assim, a natureza instável do Estado, numa transição ao socialismo, derivaria dos traços herdados da fragmentação na estrutura de classes constituída no período anterior à crise estrutural e à *guerra revolucionária* (nos casos em que esta for exigida). A esse fracionamento originário se agregariam dois outros fatores fundantes: os estratos sociais emergentes, que normalmente se formam a partir da implantação dos projetos iniciais de novas formas de propriedade e de organização da produção; e a pressão externa imperialista, cujas modalidades (intervenções militares, bloqueio econômico, apoio à sabotagem e à promoção de dissidências internas etc.) corroborariam para a desintegração social. A combinação desses movimentos fragmentados, motivados por interesses difusos, internos e externos, dificultaria a formação de uma nova estratificação social. Resultariam daí as condições para certa autonomia do comando estatal, mas, ao mesmo tempo, o prolongamento do período requerido para a estabilização de uma nova superestrutura política e jurídica, ou seja, para a consolidação da *ditadura do proletariado*, condição para se avançar rumo ao comunismo.

Em outra dimensão, caberia lembrar que a guerra, qualquer que seja, possui um caráter amplamente destrutivo. Dependendo das condições em

que pode ocorrer, uma *guerra revolucionária* pode atingir estágios de grande devastação, até mesmo de ruína, o que colocaria a seleção de prioridades num patamar muito avesso ao que poderia se suceder numa situação de estabilidade social. A destruição dos equipamentos públicos, por exemplo, inviabilizaria o atendimento pelas autoridades das demandas multiplicadas em situações como essas, e a maioria delas exigiria atendimento improvisado, de iniciativa local, inclusive informal, sem qualquer controle das autoridades provisórias. Da mesma forma, a possibilidade de aniquilamento, parcial ou total, das antigas unidades produtivas também requereria procedimentos imediatos para a garantia do abastecimento essencial, em condições bastante adversas, provisórias e improvisadas.

Últimas considerações

A etapa necessária do socialismo não decorre imediatamente da guerra revolucionária pela tomada do poder. Essa etapa precisa ser construída, inclusive pela espontaneidade da luta de classes mais geral, exigindo uma fase prévia de explicitação das contradições que culminariam numa crise sistêmica de desagregação social e de instabilidade política no interior do próprio capitalismo. Essas seriam as condições para a substituição das formas de poder corrente por formas transitórias e, portanto, instáveis de relações políticas, até que se constituíssem as condições objetivas de instauração do Estado socialista, ou da *ditadura do proletariado*. Esta etapa imediata pode se desenvolver entre avanços e recuos num período muito longo e evoluir em meio às iniciativas estatais voltadas para promover a coletivização da propriedade e da produção. Em frente à desestruturação produtiva e às pressões imperialistas, a vanguarda no poder se vê obrigada, também, a abrir concessões à acumulação privada, procurando ganhar forças estruturais e construir formas alternativas de legitimação. Essa situação não deriva da vontade da vanguarda no poder pós-revolucionário, ela é fruto das condições objetivas em que se desenvolvem as relações do capital e de como elas se perpetuam por muito tempo, por estarem organizadas em nível mundial.

Dessa forma, a ditadura do proletariado só emerge com a consolidação das condições estruturais de amadurecimento das frações trabalhadoras como classe em permanente revolução. Além disso, o Estado socialista só pode ser

concebido, como tal, quando reunidas as condições para um longo processo de sua autodestruição, ou de seu definhamento (LÊNIN, 2007). Isso significa que, uma vez instaurada a ditadura do proletariado, estaria a sociedade preparada para desconstruir os resquícios capitalistas, até que não fizesse mais sentido a sua própria existência como forma de Estado.

Ao conjunto de transformações que nascem com a exacerbação estrutural das contradições do modo de produção a ser superado (que gerariam a desagregação social, instabilidade política e substituição das formas de poder estabelecidas), até o longo processo de construção e definhamento do Estado socialista, denomina-se aqui transição do capitalismo ao comunismo.

Não se trata de um processo unilinear. Além das condições mais gerais, de definição dos rumos a tomar, outras se agregam. Entre estas se destacam a introdução ou não do *cálculo econômico*, a *centralização* e a *descentralização* (da planificação, das decisões, da propriedade e/ou da gestão das unidades produtivas), envolvendo as discussões sobre: o Estatismo, a gestão participativa, a autogestão, o controle social sobre as ações governamentais, a política distributiva, o controle das migrações e da urbanização, a educação laica e independente do poder anteriormente dominante, a escolha do padrão tecnológico (considerando que a produção de C&T não é neutra, a necessidade de reduzir a separação do trabalho intelectual do trabalho manual etc.) adequado a uma transição socialista efetiva, entre outros. Tudo isso coloca em debate os modelos, as regras gerais a serem seguidas e, especialmente, as dificuldades de realização do processo de transição.

Da perspectiva da totalidade, a consolidação da ditadura do proletariado só pode ser projetada em escala mundial. Entre todas as alterações exigidas na organização da produção dos meios de existência humana, uma parece se destacar como pressuposto para as demais. Trata-se da contínua transformação nas formas de produção e de difusão do conhecimento científico e tecnológico que, de maneira especial, começa com a alteração radical dos processos educativos na perspectiva de construção do *ser humano novo*, nos termos de Ernesto Che Guevara (LÖWY, 1999), envolvendo desde os aparatos formais da educação infantil até o ensino superior, mas, também, a diversidade de alternativas de garantir uma formação de qualidade de cunho universal.

Referências

BIANCHI, Álvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo. *Lua Nova*, São Paulo: Cedec, n. 70, p. 39-82, 2007.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante!, Moscou: Edições Progresso, 1985. p. 104-168.

GONTIJO, Cláudio. Dialética da propriedade e gênese do capitalismo. *Boletim SEAF*, Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, n. 2, p. 43-68, 1982.

HOBBSBAWN, Eric J. Introdução. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13-64.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

_____. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. l. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante!, Moscou: Edições Progresso, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: jan. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

TROTSKY, Leon. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. *A revolução permanente*. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

O LONGO VERÃO DA ANARQUIA: ANARQUISMO, REVOLUÇÃO E GUERRA CIVIL NA ESPANHA

Jorge Christian Fernández¹

Sabe-se que a Guerra Civil Espanhola, ocorrida de julho de 1936 a abril de 1939, foi um evento singular num contexto extremamente peculiar como foram os anos 1930, período de excepcional polarização político-ideológica num complexo quadro de crise mundial. Não foi apenas uma guerra civil, mas antes uma guerra civil carregada com fortes tons ideológicos e que acirrou as lutas de classes, não somente na Espanha. A onda expansiva da violenta explosão política e social desatada na Península Ibérica teve reflexos internacionais, cindindo em campos opostos um planeta que já se encontrava às portas de uma nova “grande guerra”. Para amplos setores da direita², a guerra espanhola passou a adquirir um caráter de “cruzada antibolchevique”; já para milhares de pessoas identificadas com uma opção política mais à esquerda³ a defesa da Espanha Republicana, liberal, burguesa e democrática, passou a simbolizar a ideia de defesa do humanismo, moderno e progressista, contra o obscurantismo e a barbárie que viam representadas pelo fascismo e outras forças retrógradas que ameaçavam a Espanha, desde o levante militar de julho de 1936.

No entanto, a questão espanhola trazia em seu bojo outro elemento: concomitante à insurgência das direitas contra a República democrática, desatou-se um movimento popular armado decidido, em um princípio, a

¹ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. E-mail: intbrig@yahoo.com.br

² Ao nos referirmos a “direita” desenhamos um amplo e variado espectro de forças conservadoras e defensoras da ordem constituída oriundas, mas não somente, da burguesia e dos setores médios: latifundiários e outros setores proprietários, nobreza, empresários, militares e forças auxiliares, Igreja Católica, monarquistas tradicionalistas ou constitucionalistas. Esses grupos encontravam representação parlamentar em diversos partidos políticos. Alguns, como a *Confederación Española de Derechas Autonomas* (CEDA), congregavam os setores mais tradicionais. Além disso, havia uma “nova direita” que albergava os fascistas da *Falange Española* e das *Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalistas*.

³ Na margem oposta, a esquerda reunia outro leque diversificado, tanto pelo pensamento político quanto pela origem social: setores médios e alguns burgueses progressistas, setores populares urbanos e rurais. A coloração política ia desde os liberais moderados, passando por distintas correntes socialistas, comunistas até chegar ao anarquismo.

barrar o golpismo e defender as conquistas sociais republicanas. Todavia, uma parte deste movimento transbordou seu conteúdo e evoluiu no sentido de um processo revolucionário social *sui generis*, encabeçado pelos anarquistas da *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) e *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), seguidos pelos *comunistas heterodoxos* do *Partido Obrero Unificado Marxista*, o POUM. Para entendermos melhor este processo, é necessário um recuo temporal para situar o leitor sobre as particularidades do anarquismo, ou *comunismo libertário*, espanhol.

Origens do anarquismo espanhol

Segundo James Joll (1977, p. 265), em nenhuma outra parte do globo, o anarquismo adquiriu a influência que teve na Espanha, onde se constituiu uma força revolucionária que se manteve vigente por quase setenta anos. Ainda não existe um consenso dos historiadores sobre o porquê do anarquismo ter-se tornado um movimento de massas justamente ali. Para Joll (p. 266), havia uma confluência de fatores que passavam pelo atraso estrutural, por um governo negligente e por uma desigualdade social extrema, especialmente no campo, onde a riqueza dos senhores era mais destacada em função da miséria dos camponeses sem terra. Acrescente-se a isso o caráter retrógrado das classes dominantes e seus mecanismos de controle, como a *Guardia Civil*, e a presença asfixiante da Igreja Católica, o que acirrava os ânimos da população mais pobre. No entanto, como ele mesmo ressaltou, tais condições objetivas eram encontradas em outras partes da Europa, como a Sicília, sem ter dado resultado semelhante. Então Joll arrisca uma hipótese cultural:

Talvez, ainda, o individualismo, o orgulho e o auto-respeito próprios, comumente atribuídos como características do espanhol, o tornasse capaz de aceitar prontamente uma doutrina que, de forma mais extrema que a religião protestante, atribui a cada indivíduo a responsabilidade das suas próprias ações (JOLL, 1977, p. 266).

Embora sem resolver a questão, a hipótese de Joll, entretanto, nos convida a refletir a respeito do misticismo e da ignorância seculares que perpassavam as camadas populares. Enfim, sobre todo um sistema de crenças e práticas adotadas por uma população analfabeta e de poucos horizontes (em sua

maioria) que, em determinado momento, ao não encontrar mais respostas na religião católica, passaram a adotar a doutrina anarquista em substituição, de modo consciente ou não.

Já Anthony Beevor (1989, p. 21) destacou que o sucesso do anarquismo na Espanha passava por duas questões. Primeiro, pelo estabelecimento de uma “ponte histórica” entre o anarquismo e as velhas tradições das comunas rurais; e depois, pela construção de uma espécie de “crença secular e laica” em substituição à decadência do binômio monarquia - igreja e seu arcabouço ideológico ofertado:

A sua estrutura de comunidades cooperativas [do anarquismo], associando-se livremente, correspondia a antigas tradições de ajuda mútua e a organização federal apelava para sentimentos descentralizadores. Oferecia igualmente uma alternativa moral forte a um cínico sistema político corrupto e a uma igreja hipócrita (BEEVOR, 1989, p. 21).

E mesmo o historiador marxista Pierre Vilar, sem deixar de destacar as causas estruturais do conflito, aponta que a Guerra da Espanha também pode ser vista, em certo aspecto, como um conflito religioso, de “desequilíbrio espiritual” (VILAR, 1989, p. 23); um país dividido entre a fé católica mais tradicional, cujos adoradores ainda vivenciavam a religião como no Século XIII e imaginavam o mundo de acordo com esta concepção. Na contramão, existia em parte da população (especialmente setores populares da Andaluzia, Catalunha e Aragão) um milenarismo revolucionário mesclado a um ateísmo militante, uma espécie de “fé mística em uma melhora da humanidade pelo triunfo da Razão sobre a superstição e o dogma” (VILAR, 1989, p. 24).

De qualquer modo, a experiência revolucionária anarquista na Espanha não surgiu apenas das subjetividades de indivíduos com ideias emancipatórias e crenças num futuro melhor para a humanidade. Houve um longo caminho efetivo de preparação antes da “ação revolucionária espontânea”, onde o ideário do *comunismo libertário* se fundiu com a prática revolucionária, expressa por meio de um minucioso trabalho de décadas de organização (sindical, camponesa, juvenil, etc.) e educação libertária (escolas, jornais, panfletos, etc.), amparados em uma longa tradição de compromisso e militância, como destacou Noam Chomski (In: GUÉRIN, s.d, p. 27). Deste modo, não nos surpreende a reação imediata das associações de trabalhadores anarcossindicalistas frente ao levante militar de 18 de Julho de 1936:

La agitación de comienzos del 1936 llevó al estallido de la revolución social, las organizaciones de los trabajadores contaban ya con la estructura, la experiencia y la conciencia para emprender la tarea de la reconstrucción social. [...] todo esto subyace tras los logros espontáneos y la obra constructiva de la Revolución Española. (CHOMSKI, In: GUÉRIN, s.d, p. 27).

Deve ser destacado que Espanha recebeu o anarquismo em primeira mão, isto é, diretamente dos discípulos de Bakunin. Foi Giuseppe Fanelli, o “apóstolo de Bakunin” o responsável pela divulgação do anarquismo na Espanha, quando de sua chegada em 1868, em meio a um turbulento cenário político⁴ no marco da proclamação da Primeira República Espanhola, a qual durou quatro anos (JOLL, 1977, p. 267).

Seria em Madri primeiro e em Barcelona depois, onde surgiram os primeiros núcleos anarquistas, a base de todo o movimento. Contudo, era na Andaluzia, em meio ao campesinato sem terra, onde se concentrava a maior parte de seus adeptos⁵. Quatro anos depois da chegada de Fanelli, os bakuninistas já somavam em torno de cinquenta mil pessoas no país (BEEVOR, 1989, p. 21). No entanto, foi em Barcelona onde o movimento operário anarquista construiu alicerces mais sólidos, quiçá em virtude da preexistência de organizações operárias da indústria têxtil e de núcleos intelectuais pequeno-burgueses (de influência federalista). A vinculação entre ambos os grupos deveu-se à ação de Rafael Farga Pellicer, pintor e um dos primeiros adeptos espanhóis de Bakunin (JOLL, 1977, p. 268-269).

Beevor aponta que o anarquismo sofria de um “otimismo” excessivo, que levava seus adeptos a “menosprezar a influência que o hábito e o medo da mudança infligiam na mentalidade das pessoas” (BEEVOR, 1989, p. 22). Nesse sentido, setores anarquistas mais radicais apostavam no voluntarismo,

⁴ A Primeira República foi marcada por um clima de permanente conflito, beirando a guerra civil, em virtude das manobras dos setores da extrema-direita católica ultraconservadora, os Carlistas, e a esquerda republicana e federalista. Houve certa confluência entre as ideias dos federalistas (e até dos separatistas) espanhóis com o anarquismo bakuninista e proudhoniano, especialmente no tocante ao projeto de comunidades independentes e soberanas, cuja estruturação similar aproximaria federalistas e anarquistas. Além disso, os federalistas do presidente Py e Margall também projetavam uma revolução social na “nova” Espanha federal que surgiria (JOLL, 1977, p. 267).

⁵ Foi na Andaluzia onde, periodicamente, aconteciam atos de extrema violência, como em 1883, quando quatorze militantes anarquistas foram executados em praça pública, após um simulacro de julgamento, por haver participado em uma suposta conspiração (a *Mano Negra*) para eliminar a classe proprietária andaluz. A vingança chegaria nove anos depois, quando 4.000 camponeses tomaram a cidade de Jerez e assassinaram comerciantes e proprietários “exploradores” (THOMAS, 1996, p. 84).

esperando que suas ações *diretas* despertassem as massas do seu letargo de forma espontânea, emulando as práticas dos chamados *Tigres Solitários*, militantes ácratas que efetuavam atos individuais de violência política com a finalidade de destruir o Estado. Acreditavam que ao atingir os representantes no vértice do Poder eles abalariam, subseqüentemente, as estruturas do mesmo. Para Beevor, (1989, p. 22) tais práticas de terror, longe de surtir os efeitos almejados, apenas contribuíram para uma espiral de violência e repressão. No entanto, não pode ser menosprezado o efeito psicológico do terror e insegurança constante que os atentados anarquistas deixaram nas elites e na burguesia espanhola durante muito tempo, apesar do alto custo pago, em vidas, pelos ácratas que se imolavam em nome da causa da emancipação social.

O Anarquismo das primeiras décadas do Século XX até a queda da Monarquia

No início do Século XX, uma vertente “mais culta do anarquismo” (THOMAS, 1996, p. 85) dedicou-se à fundação de escolas Racionalistas, como a de Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna de Barcelona. Ferrer, um livre pensador ateu e anticlerical e que não se autodefinia como anarquista, segundo Joll (1977, p. 277), propunha uma educação radical, científica, libertária e plural que abalava os cânones do estreito ensino tradicional, de base religiosa. A ousadia de enfrentar a Igreja Católica e a conservadora sociedade espanhola custou a Ferrer a própria vida, posto que foi considerado “mentor intelectual” do episódio revolucionário conhecido por Semana Trágica de Barcelona⁶, em virtude de sua longa trajetória como “propagandista” da revolução. Assim, condenado mais por preconceito do que por provas concretas, Ferrer foi fuzilado pelo governo, tornando-se um símbolo da causa libertária internacional.

⁶ Após a derrota espanhola na Guerra Hispano-Americana (1898) e com o sucessivo fracasso das campanhas militares do exército espanhol no Marrocos, acirrou-se o clima de animosidade social e política. Em julho de 1909, o alistamento forçado de reservistas na Catalunha desatou uma onda de violência política sem precedentes, com a queima de igrejas e conventos, bombas e assassinatos seletivos. Embora a insurreição não tenha sido iniciada pelos anarquistas, foram estes que se colocaram prontamente à cabeça do movimento, bem como foram eles os principais alvos da repressão estatal que se seguiu, dentre eles, Ferrer.

Mas, além da comoção causada pela Semana Trágica e seus desdobramentos, esta também se constituiu em um ritual de passagem para uma nova fase de organização do movimento operário anarquista. Em 1910 surgiu em Barcelona uma associação sindical organizada e revolucionária de trabalhadores anarquistas, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), inspirada na forma e na prática da CGT francesa. Contudo, como assevera Joll (1977, p. 283), o fenômeno da CNT foi tipicamente espanhol, tanto pela difusão em larga escala do pensamento anarquista quanto em função da aliança efetiva entre trabalhadores urbanos e rurais. Ambos os elementos se locupletavam e favoreciam a expansão do movimento⁷. Joll nos explica a metodologia de propaganda das ideias ácratas:

As ideias do anarquismo e da greve geral em particular foram difundidas, no Sul, por propagandistas itinerantes e por grande número de folhas volantes e panfletos difundidos pelos centros anarquistas nas cidades de província. Lidos com atenção à luz fraca da caserna, onde os jornalistas (sic) viviam aos magotes, ou explicados aos iletrados pelos camaradas que sabiam ler, reativaram as esperanças numa imediata regeneração da sociedade. (JOLL, p. 283)⁸

Assim, a nova forma de organização sindical permitiu que as antigas reivindicações dos trabalhadores, mal ou não atendidas, passassem a ser secundadas por protestos e greves, muitas vezes terminando em revoltas e atentados num crescente alarmante para a ordem constituída. Neste processo de tomada de consciência e acúmulo de forças por parte da classe trabalhadora, a Revolução Russa de 1917 teve também sua influência na Espanha, em meio aos círculos operários, intelectuais e no campesinato sem terra, espaços onde a CNT já se fazia presente. Teceram-se analogias com a situação russa, sobre o papel do proletariado e do campesinato:

En un país predominantemente agrícola, donde se acentúa la crisis agrária, donde un sistema aristocrático desgastado se resquebraja en medio de las catástrofes políticas y donde las clases medias tienen poco peso social, no basta con algunos núcleos proletários superexplotados por un capitalismo

⁷ Em 1931, a CNT atingiu mais de meio milhão de filiados (JOLL, 1977, p. 290).

⁸Esses “propagandistas itinerantes” a que se refere Joll, verdadeiro substrato responsável pela expansão do anarquismo, se destacavam por sua dedicação e fé na causa. Essa elite da militância ácrata pautava-se pela austeridade e era dotada de um rígido código ético-moral que não raras vezes os impedia de fumar ou beber álcool. Os mais radicais podiam ser vegetarianos ou celibatários (JOLL, 1977, p. 285).

frecuentemente extranjero, para que el movimiento obrero tome valor decisivo de dirección?. (VILAR, 1978, p. 107).

A questão levantada por Vilar baseou-se nas análises feitas por Lênin em 1923 quando, comparando a situação da Rússia em 1917 com a da Espanha concluindo que desta poderia sair uma segunda revolução socialista, visto que as condições lá encontradas pareciam anunciar a iminência de uma revolução social. Esta “visão premonitória” de Lênin sobre a revolução espanhola tornou-se tão em voga na época que tanto aqueles que a desejavam, quanto aqueles que a temiam pareciam antever com certeza a sua chegada em cada momento social convulsivo. Ou seja, a peculiar formação histórica da Espanha parecia colocar a chave do progresso social nas mãos dos trabalhadores, e na Espanha, estes estavam principalmente em torno a CNT.

De fato, entre 1917 e 1923 foi um momento de acirramento dos conflitos de classe, um *estado de guerra civil virtual* (JOLL, 1977, p. 286) que colocou a CNT, e o sindicato socialista *Unión General de los Trabajadores* (UGT), frente a frente contra as patronais, enfrentando todo tipo de violência e represálias, mas também revidando com greves e sabotagens. Em 1923, em meio à crise marroquina, as elites espanholas procuraram uma saída autoritária para “ordenar” o complexo quadro interno. Fecharam-se as Cortes e instaurou-se a ditadura do general Miguel Primo de Rivera. O objetivo era restaurar a ordem social mediante intervencionismo do Estado, tanto na economia quanto na vida social do país. A ditadura atingiu temporariamente certos objetivos propostos, utilizando medidas protecionistas na economia, exercendo controle dos sindicatos (com apoio da UGT socialista, fator que cindiu o movimento operário) e efetuando uma intensa repressão política, cujo alvo principal era a CNT⁹.

Entretentes, a CNT também enfrentava questões internas. Uma delas era a querela entre os sindicalistas revolucionários (como Ángel Pestaña e Salvador Seguí) e os anarquistas mais radicais. Os primeiros focavam a sua estratégia na organização sindical e nas ações sindicais a curto prazo, deixando a revolução para “depois”, algo que os ácratas se recusavam a aceitar. Outras divergências se davam em torno à participação (ou não) da CNT no campo parlamentar e a colaboração com partidos políticos opositores. Por fim, o

⁹ Estes aspectos peculiares pincelaram este governo com um nítido verniz fascista, mas tratava-se de mais uma ditadura militar, apenas modernizada com elementos inspirados no fascismo italiano.

desencanto com a Revolução soviética, à medida que se conheciam as contradições internas do processo revolucionário russo, levou a CNT a romper o flerte com a III Internacional comunista, em 1922, e reafirmar seus compromissos com a I Internacional e o bakuninismo (JOLL, 1977, p. 287-288), não sem antes provocar mais uma cisão, que daria origem ao *comunismo heterodoxo* do POUM.

Segundo Joll (p. 289-290) a ditadura de Primo de Rivera provocou um refluxo na atividade da CNT, colocada na clandestinidade e sob a mira de violenta repressão estatal. Esta foi obrigada a se reestruturar em termos de tática e estratégia revolucionária, frente à quase impossibilidade de manter a atividade sindicalista legal. Para manter acesa a chama revolucionária, os anarquistas fundaram, em 1927, a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI), a qual passaria a ser uma espécie de *núcleo duro* de revolucionários que pregavam a pureza doutrinária e objetivavam a reconstrução do movimento anarquista de acordo com as bases lançadas por Bakunin (JOLL, 1977, p. 290). Este “retorno às bases” certamente se vinculava ao desencanto com a experiência russa, o que teria estimulado, segundo Guérin (1992, p. 149), os anarquistas espanhóis para preparar uma revolução genuinamente libertária, sob o signo da anarquia, considerada a “última esperança”.

Mas, nesse meio tempo, a ditadura de Primo de Rivera e a do seu sucessor, o general Berenguer e sua ditadura mais “liberal”, evidenciaram seus limites em meio a um mundo em crise estrutural, sendo insuficientes para salvar a monarquia de sua *débâcle*. Em 1931, o impopular rei Afonso XIII decidiu abdicar de seu trono, pressionado pela sociedade em geral, que exigia um governo democraticamente eleito e de cunho republicano, conforme os resultados das eleições municipais. Derrotado, o rei partiu para a Inglaterra a fim de “evitar um banho de sangue”. Conforme Jackson (s.d., p. 44), com este “gesto” apenas postergava um confronto inevitável.

O Anarquismo e a Segunda República

A Segunda República foi proclamada em junho de 1931 e instalou-se no poder uma coalizão de burgueses republicanos, radicais e socialistas moderados, inicialmente presidida por Niceto Alcalá-Zamora e, depois, por Manuel Azaña. Ambos os gabinetes se propuseram a introduzir uma série de reformas sociais,

a começar por um processo profundo de laicização do Estado, o que reacendeu a luta anticlerical entre os liberais e catalisou o ódio dos setores conservadores e católicos contra a República (THOMAS, 1996, p. 95). A reforma educacional, de corte liberal, tendente à modernização e valorização profissional do ensino, também provocou a ira religiosa. Além disso, o contexto da Crise de 1929 também afetou a capacidade de atuação do governo. Por outro lado, o projeto de reforma militar, visando redução e modernização dos efetivos do exército adequando-o à realidade, encontrou resistência por parte da camarilha militar.

Mas o principal problema continuava sendo a questão da posse da terra. Neste sentido, foi criado um organismo de fomento da reforma agrária que, teoricamente, deveria reassentar camponeses sem-terra em terras expropriadas pelo governo, mediante indenização. Contudo, os entraves da burocracia, a lentidão da máquina estatal e a indiferença de alguns membros do governo, desinteressados em atingir o cerne do problema, acabaram relegando a reforma agrária a um segundo plano, causando insatisfação nos meios populares. Se, por um lado, as reformas intentadas pelo primeiro governo republicano foram insuficientes para atender às necessidades das classes menos favorecidas, por outro foram suficientemente agressivas para irritar as camadas dominantes, principalmente por causa do anticlericalismo governamental.¹⁰

Além da acirrada oposição da direita o governo burguês teve de enfrentar problemas com os setores populares, especialmente com os anarquistas. Para os anarquistas, a República os colocava frente a um dilema: por um lado, os setores moderados da CNT, como Pestaña, que exigiam mais ênfase nas reformas econômicas, mas predispostos a negociar com o governo; por outro, os setores radicais albergados na FAI, que desconsideravam a mudança do regime e continuavam em guerra declarada contra o Estado. Todavia, a clivagem doutrinária não era a única fissura a atingir a CNT. Para Thomas (1996, p. 90), a CNT também estava dividida em função da geografia e da faixa etária de seus membros. Em Barcelona e outras cidades, o operariado urbano tendia a atrelar-se à linha sindicalista, mais moderada e dada à negociação. Já no meio rural, especialmente na Andaluzia, os camponeses anarquistas pareciam apenas esperar pelo momento adequado para dar início à revolução social em seus povoados.

¹⁰ Em 1932, conspiradores monarquistas, apoiados por alguns militares comandados pelo general José Sanjurjo, intentaram um golpe que fracassou devido ao seu caráter limitado, as greves do operariado, e ao “vazamento” da conspiração. Refeita da derrota, a direita aprendeu a lição: as condições não estavam ainda maduras para um assalto ao poder.

Na questão etária, os setores radicais, como a FAI, costumavam atrair militantes entre os 20 e os 40 anos de idade. Além disso, havia uma *Federación Ibérica de Juventudes Libertárias* (FIJL), onde se concentrava propriamente a militância juvenil. Na CNT, a faixa etária costumava ser mais elevada. Dentre os radicais, destacavam-se os defensores da ação direta mais violenta, como Buenaventura Durruti e Francisco Ascaso. Eram homens duros, forjados em décadas de luta, nos presídios ou na clandestinidade, cujas histórias e lendas inspiravam os aspirantes mais moços, cada vez mais desiludidos com o reformismo do comando da CNT, que ainda manifestava esperanças com a República.

Porém, já no início, entre em julho e agosto de 1931, houve enfrentamentos com a CNT, que organizou greves setoriais da construção civil e dos telefônicos e uma tentativa de greve geral, todas abafadas com extrema violência pelo exército (THOMAS, 1996, p. 95). Além do mais, no meio rural, a morosidade do Estado com relação à reforma agrária chocava-se frontalmente com a premência dos sem-terra. Em janeiro de 1933 houve um ressurgimento de distúrbios no campo, quando os camponeses anarquistas incitaram a ocupação das terras e chegaram até à ocupação temporária de alguns povoados, como ocorreu na aldeia de Casas Viejas, na Andaluzia (JOLL, 1977, p. 294-295). A repressão do governo à comuna libertária de Casas Viejas foi desigual, e o massacre de vinte e cinco anarquistas (queimados vivos pelas forças do governo) repercutiu negativamente na opinião pública de todo o país.

Isolado e abandonado por seus aliados e pela base, o governo burguês reformista caiu presa da sua inflexibilidade. Não havia enfrentado decididamente a direita nem conseguido superar o seu preconceito de classe, visto que não procurou suporte nas camadas subalternas para o seu programa de reformas. Desmoralizado politicamente e sem poder contar com o apoio das massas, cada vez mais atraídas para opções políticas mais radicais como o anarquismo ou o comunismo, o governo reformista perdeu as eleições de 1933 para uma coalizão de partidos de direita capitaneada pelos católicos, a CEDA. Neste contexto, a esquerda, que estava dividida não somente por questões programáticas, mas também entre os que haviam ou não apoiado o governo burguês, saiu prejudicada, visto que o momento político favorecia as coalizões e não partidos isolados. Desta forma, a divisão entre as esquerdas e o boicote às eleições (por parte da CNT, em especial) cobrava seu primeiro

preço ao favorecer indiretamente a ascensão da direita.

A coalizão conservadora, eleita principalmente pelos votos da classe média e pelo novíssimo eleitorado feminino, tinha uma finalidade essencialmente “restauradora” e um caráter regressivo em relação às reformas sociais. Não foi mera casualidade que este período passou para a história como “Biênio Negro”. Frente às medidas retroativas do governo da direita, parte da esquerda reagiu com a radicalização da sua prática política, mesmo que ainda dividida quanto a ação. Diante do que consideraram uma possibilidade concreta de ascensão fascista, somada à crescente impopularidade do governo e a sua desilusão com as promessas republicanas, os socialistas tomaram a iniciativa de romper com a legalidade constitucional e intentaram desencadear uma insurreição em nível nacional, com o apoio da CNT (JOLL, 1977, p. 296-297). Assim, o Biênio Negro foi responsável por catalisar uma aliança revolucionária entre socialistas e anarquistas em outubro de 1934.

Segundo Thomas (1996, p. 160), na capital, o levante foi facilmente sufocado pelas tropas do governo. Na Catalunha, os autonomistas cansados pela morosidade do governo central em relação à concessão do estatuto de autonomia catalã, aproveitaram a radicalização dos dirigentes e das massas e proclamaram a “República Catalã”. Mas esta teve curta duração, pois o Exército não aderiu, abortando a fugaz intentona separatista. O levante se consolidou somente na região mineira das Astúrias, graças a uma efetiva união das esquerdas, como uma decisão tomada a partir das bases que atropelaram os seus respectivos dirigentes. Socialistas, comunistas e anarquistas superaram querelas políticas e se uniram numa espontânea frente unida antifascista, a UHP, *Unión de Hermanos Proletários*. Foi proclamada uma “República Socialista” em outubro de 1934, com sede em Oviedo, e foram mobilizados para a luta mais de trinta mil trabalhadores os quais montaram um soviet de soldados, operários e camponeses, nos moldes de 1917. Esta união suscitava espanto e admiração mesmo entre os próprios membros do grupo. A “visão profética” de Lenin parecia concretizar-se, afinal.

Não obstante, o governo não esperaria o alastramento das chamadas revolucionárias, chamando dois experientes generais para dirigir as operações de guerra contra a rebelião. Eles eram Manuel Godeed e Francisco Franco, ambos pouco simpáticos aos republicanos e esquerdistas em geral. Franco comandava os mercenários da Legião estrangeira espanhola, o *Tercio de Extranjeros*, e as tropas coloniais do Marrocos: as mais preparadas tropas do

Exército espanhol. Os rebeldes, frente a um poderoso e moderno Corpo de Exército pouco tinham a opor, além de alguns fuzis, dinamite e de sua “vontade e fé revolucionárias”. Ainda mais que os levantes esperados em outras províncias não eclodiram como previsto. O foco de Astúrias permaneceu isolado do resto da Espanha. O movimento revolucionário capitulou após alguns dias de intensos combates. A seguir, as forças de ocupação dedicaram-se à tortura e aos assassinatos. A brutalidade da repressão empregada contra o levante produziu, segundo Joll (1977, p. 296), 10.000 baixas (mortos ou feridos) entre os 70.000 operários que participaram do levante. Outros autores enumeram mais de 1.500 mortos, três mil feridos e trinta mil presos políticos (THOMAS, 1996, p. 167.). Mas, independente dos números, as atrocidades dos repressores repercutiram assustadoramente não somente na Espanha, mas no mundo todo, em meio ao fortalecimento do nazi-fascismo.

A derrota do levante asturiano suscitou várias leituras possíveis de acordo com o prisma político empregado. A esquerda, com a maioria de seus dirigentes presos, idealizou-a como “gesta revolucionária e ensaio geral” e a própria repressão e o cárcere serviram para fortalecer a consciência dos revolucionários. As classes médias mostravam-se cada vez mais atemorizadas e buscavam a proteção dos grupos e partidos autoritários. Já a direita, ciente da pressão das classes subalternas, não somente pelo levante, mas pelas greves, sabotagens, e paralisações não escondia seus anseios de acabar com a democracia e instaurar um governo autoritário. Mas o episódio de Astúrias provocou uma fratura no seio da sociedade, extrapolando como nunca a polarização política entre as mais variadas classes e setores da população. A essas alturas era impossível manter uma neutralidade ou evitar assumir uma posição definida. E dado o rancor existente entre ambos os espectros políticos e o ódio entre as classes, também seria cada vez mais impossível chegar a uma conciliação capaz de reatar o pacto social.

O ano de 1935 marcou uma tentativa de conciliação social por parte dos partidos de centro-direita, ainda no poder, tolerando até uma reorganização parcial das forças da esquerda. Esgotadas as possibilidades de mediação política e com a governabilidade abalada pelas manobras conspirativas de militares com a direita católica, o presidente Alcalá-Zamora dissolveu as Cortes e fixou uma data para nova eleição para fevereiro de 1936. Começava imediatamente a campanha eleitoral e com ela a conformação de dois grandes blocos ideologicamente antagônicos que dominariam a cena política: a *Frente*

Nacional, representando a união das direitas e a *Frente Popular*, pela esquerda. Na verdade, ambas as coligações apresentavam complexos amálgamas desiguais e heterogêneos. Mantiveram-se afastadas das frentes, por divergências programáticas ou filosóficas, a *Falange* e a CNT-FAI. Conforme Joll (1977, p. 297) “os anarquistas pregaram, como antigamente, a abstenção; mas, às suas exortações muitos ficaram indiferentes e certamente grande número de votantes da CNT foram engrossar a maioria dos candidatos da *Frente Popular*”. Longe de ser “revolucionária”, a plataforma da *Frente Popular* incluía a retomada de uma série de medidas reformistas do primeiro governo republicano, embora intensificada na ação estrutural. Tais como a ênfase na reforma agrária, a efetiva implantação do ensino laico e as medidas protecionistas dirigidas às classes trabalhadoras. Alguns termos do programa pontuavam reivindicações conjunturais importantes, tais como a outorga definitiva dos estatutos autonômicos aos catalães e bascos e, principalmente, a anistia geral aos presos em decorrência do malfadado levante de 1934. Cabe lembrar que a Frente Popular antifascista somente foi possível graças à aproximação dos republicanos de Azaña com a fração socialista moderada de Indalécio Prieto, os quais contaram com o incentivo dos *comunistas ortodoxos* do Partido Comunista Espanhol, o PCE, que, seguindo as orientações da *Komintern*, instavam todas “as forças democráticas e progressistas” (exceto os “trotskistas”) a superarem suas diferenças e se aliarem em prol da luta contra o fascismo. Ela teve o mérito de atingir um amplo espectro político nunca antes visto, pois incluía desde os socialistas (moderados e revolucionários), o conjunto dos partidos da burguesia republicana, os partidos regionalistas (bascos e catalães) e, por fim, os comunistas. Após eleições relativamente pacíficas para um clima tenso, as urnas confirmaram a estreita vitória da *Frente Popular*: 4.654.116 votos contra 4.503.505 da *Frente Nacional*, e apenas 526.615 dos partidos de centro (THOMAS, 1996, p. 179).

Inconformados após as recontagens de votos, os setores da direita reiniciaram as ligações conspirativas; enquanto o novo governo, empossado às pressas e pressionado por um eleitorado impaciente, deveria implantar com urgência as reformas prometidas. Segundo Paz, (1974, p. 227-228) os presos políticos começaram a ser libertos pelos companheiros mesmo antes da anistia, e muitas terras ociosas começaram a ser ocupadas antes da reforma agrária. Nas cidades, o anticlericalismo reacendia com atentados à bomba e incêndios contra igrejas e jornais de direita. O boicote dos empresários contra

a política trabalhista do governo impulsionou os sindicatos a declararem greves que assolaram o país durante todo o período, além da ocupação das fábricas. O clima, no campo e nas cidades, tornava-se cada vez mais instável e suscetível à explosão da violência: simples discussões políticas em cafés e bares terminavam com feridos ou mortos. Bandos armados de ambos os lados caçavam-se mutuamente nas ruas e a polarização ideológica atingiu o auge do extremismo: na direita, a *Falange*; e na esquerda, a CNT-FAI e a *Juventud Socialista Unificada* (JSU) transbordavam de jovens decididos a empunharem armas.

Pouco a pouco, a *Frente Popular* se desintegra devido aos seus interesses desiguais, pois o governo pretendia a manutenção da legalidade burguesa e as paulatinas reformas, enquanto a esquerda radical, especialmente a CNT/FAI, avançava em sentido revolucionário. Essa fragilidade propiciou que o mosaico das forças reacionárias se tornasse um bloco monolítico em torno de um objetivo único: tomar o poder antes da esquerda radical.

Durante os meses que antecederam julho de 1936, a Espanha tornou-se presa de graves conflitos que atingiram quase todas suas regiões. No campo, as massas camponesas já estavam radicalizadas, expropriando e coletivizando terras sem o aval do governo republicano, enquanto muitos trabalhadores, incentivados pelas centrais sindicais UGT e CNT, passavam a ocupar e autogerir fábricas, abandonadas pelos donos em busca de proteção e segurança para seus capitais. Conforme Guérin, “o assalto à propriedade privada” parecia, para os elementos de direita, um inequívoco sinal da “revolução comunista” (s.d., p. 157). Porém, destarte as crenças de extremistas de direita e esquerda e que apontavam para uma revolução anunciada, o que ocorria na Espanha era a falência e a incapacidade de um governo burguês e moderado em conter grupos extremistas cujas práticas políticas extrapolavam o marco institucional do Estado espanhol. No entanto, seriam justamente os militares que romperiam com a ordem legalmente constituída representada pelo governo republicano. A *Unión Militar Española* (UME), uma sociedade secreta militar conservadora, havia estreitado os laços com os monarquistas de Calvo Sotelo e Gil Robles e também com a *Falange*, garantindo uma base de apoio civil. Os militares rebeldes que planejaram o levante, os generais Mola e Sanjurjo, fracassado golpista de 1932, esperavam que o governo caísse rapidamente, permitindo a instalação de um governo *de facto*. Dentre as primeiras medidas que seriam tomadas estavam a prisão e supressão dos dirigentes sindicais,

políticos e quaisquer elementos contrários ao golpe e já se falava em “punições exemplares”, ou seja, execuções (MATTHEWS, 1975, p. 81). O golpe estava planejado para de julho de 1936, sem data definida. Todavia, foram os acontecimentos do dia 12 de julho que precipitaram o levante: o assassinato do tenente Castillo, da *Guardia de Asaltos*¹⁰, instrutor das milícias socialistas, e a revanche, a execução do deputado e conspirador monarquista Calvo Sotelo. Era o pretexto que os militares buscavam para iniciar o golpe contra a República.

Guerra e Revolução: a experiência anarquista

A rebelião militar iniciou-se na madrugada de 17 de julho de 1936, no território colonial do Marrocos espanhol. Quando a notícia do levante começou a ser veiculada pelas rádios e jornais no continente, as organizações da esquerda exigiram armas ao governo para resistir, caso a insurreição se espalhasse pelo resto da Espanha. Mas o governo burguês moderado temia mais o povo do que os militares rebeldes e achava, erroneamente, que poderia comprar sua lealdade com cargos ministeriais. No dia seguinte, em vários pontos da península, militares e grupos armados civis da direita tomaram a iniciativa e se insurgiram. A defesa da República sobrou para um heterogêneo grupo de militares leais e diversas organizações populares que, após a recusa do governo de Casáres Quiroga em armá-las, decidiram então atuar por conta própria e, contando com a ajuda de militares leais, obtiveram armas para o combate contra os sublevados. A República, traída pelo seu próprio aparelho coercitivo, não detinha mais o monopólio da violência. Ou seja, o Estado espanhol entrava em colapso e seu poder fragmentava-se graças à sublevação militar por um lado e o povo armado por outro. Enquanto isso, os rebeldes, que esperavam tomar o controle do território espanhol em poucas horas, tiveram os seus ímpetos detidos pela defesa popular que passou a assaltar os quartéis. Não obstante, já ocupavam quase um terço do total do território espanhol. A rebelião fora derrotada em quase todas as grandes cidades e em Madrid, mas triunfara em regiões onde predominavam valores agrários tradicionais e onde as forças populares não estavam organizadas.

¹⁰ A *Guardia de Asaltos* era uma força policial auxiliar criada para proteger o governo da República em 1931, já que a tradicional *Guardia Civil* era suspeita de simpatias monarquistas, não sendo confiável para a defesa da República.

Na Catalunha, a derrota do levante coube diretamente às forças populares apoiadas por militares leais que abriram as portas dos quartéis ao povo. Porém, o movimento popular de 19 de julho de 1936, comandado pela CNT-FAI, com o objetivo de conter a sublevação transbordou em seu conteúdo evoluindo para uma autêntica revolução social libertária. Por toda a Espanha republicana, a falência e dissolução do poder estatal nos moldes tradicionais levaram ao surgimento de poderes paralelos alternativos e autônomos, e que provocaram profundas modificações na estrutura social. Paradoxalmente, a contrarrevolução, personificada no levante militar, havia deflagrado finalmente a revolução (ARÓSTEGUI, 1985).

A diferença da Revolução Russa, com seus sovietes, a experiência espanhola prescindiu destes organismos, pois tinha na CNT-FAI uma poderosa organização já estruturada de onde surgiram diversos comitês de base, responsáveis por coordenar desde o início as ações específicas para manter o funcionamento da dinâmica social e a ordem: comitês de guerra, encarregados das tarefas militares; de bairro, que organizavam a administração pública, dentre outros (GUÉRIN, s.d., p. 158). Ou seja, os anarquistas exerciam de fato o poder em lugar do Estado, entretanto, não quiseram depor o mesmo acreditando que ao exercer o controle somente sobre a base, a economia coletivizada, a superestrutura política deixaria de existir e que o Estado burguês seria naturalmente asfixiado (GUÉRIN, s.d., p. 159). Pouco antes, em maio de 1936, a CNT fez um grande congresso em Zaragoza, bastião anarquista. Ali reafirmaram sua plataforma política, onde se destacava a abolição da propriedade privada e do Estado, o que, conseqüentemente, colocaria um fim a divisão dos homens em classes. Indo além, os anarquistas também esboçaram no programa de Zaragoza o funcionamento das futuras comunas libertárias

baseadas na livre associação dos operários nos seus sindicatos, produzindo e trocando necessidades e unidos em federações regionais e nacionais para a realização de seus objetivos comuns, para formar uma Federação Ibérica de Comunas Anarquistas. Nas comunas, as decisões seriam tomadas por *comitês* encarregados da agricultura, higiene, cultura, disciplina, produção [...] e estatística" (JOLL, 1977, p. 298).

No entanto, o Golpe de 18 de Julho, gerou uma situação concreta diferente de um projeto. A revolução, antes futura, teve de ser feita às pressas.

Na tarde de 20 de julho de 1936, a CNT-FAI era senhora de Barcelona e da Catalunha toda. A *Generalitat*, o governo catalão de Companys, se ajoelhou frente à Durruti e García Oliver, lideranças anarquistas que haviam comandado as milícias armadas da CNT-FAI no combate contra os insurretos de direita. Mas, em vez de depor o governo e destruir o Estado, a CNT-FAI decidiu, na contramão da teoria, colaborar com a manutenção da democracia burguesa e com as outras forças da *Frente Popular*, tendo inclusive membros da CNT-FAI assumido funções ministeriais, como o próprio García Oliver e Federica Montseny. Evidente que tal posição recebeu inúmeras e severas críticas, desde a base militante até lideranças e do movimento anarquista internacional. Porém, Guérin nos explica o motivo dessa contradição entre teoria e prática:

[...] La necesidad de combatir con milicias antifascistas a los cohortes del general Franco imprimió a la Revolución un carácter de autodefensa, [...] militar. Los anarquistas pensaron que, para enfrentar el peligro común, tenían que unirse, quisiéranlo o no, con las demás fuerzas sindicales y hasta con los partidos políticos dispuestos a cerrarle el paso a la rebelión. Al dar las potencias fascistas un creciente apoyo al franquismo, la lucha “antifascista” degeneró en una guerra verdadera, de corte clásico, en una guerra total. (s.d, p. 160)

Ou seja, o “desvio” era estratégico e pragmático. Sem esta colaboração, os anarquistas temiam ser isolados e que “sua revolução” corresse sérios riscos, até porque esta distava de estar consolidada e ainda era circunscrita a espaços geográficos restritos. É sabido que o debate “guerra ou revolução” dividiu o campo das esquerdas na Espanha, mas entre os anarquistas o dilema se deu ainda num controverso equilíbrio entre “guerra e revolução”, um duplo processo que muitos anarquistas pretendiam levar concomitantemente. No entanto, priorizar a participação na guerra antifascista significou abrir mão paulatinamente dos seus princípios e, com o passar do tempo, a guerra em defesa da República burguesa acabou por estrangular a revolução libertária, como veremos adiante.

O sonho anarquista: a autogestão

A autogestão operária e camponesa é um dos pontos mais relevantes da experiência anarquista, embora também seja um dos menos estudados

(PEIRATS apud GUÉRIN, s.d. p. 161), seja pela sua diversidade ou porque tal experimento do comunismo libertário chocava-se com as propostas do socialismo estatizante vencedor pós-guerra.

É fato que, depois de julho de 1936, os anarquistas catalães¹² tiveram condições para empreender diversas medidas sociais e econômicas destinadas a construir uma nova sociedade. Enquanto o governo não retomou o controle do aparato de Estado, em meados de 1937, a CNT-FAI teve alguns meses para levar adiante seu experimento social. Num primeiro momento, as milícias organizadas em *comitês* exerceram quase todas as funções antes pertencentes ao Estado: controle dos portos, das fronteiras, das municipalidades e, fundamentalmente, funções policiais autônomas. Cada milícia chegou mesmo a montar sua estrutura investigativa, repressiva e seu aparato legal, sendo simultaneamente polícia, tribunal, juiz, carcereiros e executores de sentenças (BELLATEN, 1962). As milícias representavam o “povo em armas”, a garantia e salvaguarda da revolução, daí sua importância, tanto no *front*, quanto na retaguarda. No plano econômico, conforme Joll (1977, p. 305), os sindicatos operários, de acordo com seus ramos (transportes, metalúrgicos, telefônicos, etc.), passaram a tomar conta das indústrias, enquanto surgiam novos sindicatos que englobavam profissionais autônomos, como os sapateiros, pedreiros e barbeiros. No campo, algumas tentativas de coletivização foram bem sucedidas, mas outras, empreendidas à força, contaram com a resistência dos pequenos proprietários e arrendatários, que subsistiram em meio a comunas agrícolas. Ali, onde os bens eram de propriedade coletiva, tudo se decidia em assembleias dirigidas por um comitê de trabalhadores do campo (GUÉRIN, s. d.). O controle da produção e a distribuição agrícola também passavam pelos comitês camponeses, que se repartiam coletivamente e em função das necessidades de cada família que compunha a comuna. Segundo Guérin (s.d., p. 166), a mecanização e a planificação da produção agrícola chegaram a aumentar de 30 a 50% o rendimento da terra, antes subaproveitada pelo latifúndio. A indústria coletivizada, especialmente a de guerra (armas, veículos, indústria química, etc.), também apresentou índices de produtividade elevados devido à concentração e organização racional da produção. Além disso, operários, técnicos e engenheiros, trabalhando em conjunto desenvolveram maquinário e produtos de qualidade, apesar das carências.

¹² Na Andaluzia também houve experiências libertárias, mas de curtíssima duração, em função da rápida ocupação pelas forças franquistas.

No plano comportamental, a CNT-FAI fechou bares noturnos e proibiu os bordéis, bem como reprimiu o alcoolismo, as drogas (incluído o café) e o ócio, considerados maléficos à “moral revolucionária”. Não se deve esquecer o incentivo dado pelos anarquistas à educação de um modo amplo (a herança de Ferrer) visando a “libertação do obscurantismo”, por meio de suas “milícias da cultura”, encarregadas de acabar com o analfabetismo e a ignorância nos setores populares, trazendo até estes peças de teatro e exposições de cinema, por exemplo. Por fim, em certas regiões, os anarquistas aboliram até o dinheiro em função de um sistema de vales e trocas, o que nos dá uma ideia da amplitude e profundidade intentada pela experiência ácrata.

O fim do sonho anarquista: a guisa de conclusão

Diversas práticas combinadas contribuíram para o fracasso do projeto libertário, na sua maioria, advindas da burguesia e das forças adversárias, mas não podem ser descartadas as contradições internas do anarquismo, como a capitulação dos reformistas.

O desmantelamento das milícias populares foi fundamental para frear o ímpeto revolucionário. O governo republicano teve consciência de que para voltar à ordem institucional burguesa e recobrar sua autoridade deveria submeter as milícias, pois estas constituíam um empecilho para a centralização do poder e do comando unificado na guerra contra o fascismo. Por isso, a criação de um Exército Popular Republicano (EPR) foi uma das principais metas dos republicanos burgueses, comunistas e socialistas. Assim, as milícias foram dissolvidas e integradas no “novo exército” de caráter “antifascista”, onde o PCE teve destaque, em virtude do prestígio pelo vínculo direto com a URSS e por ser o principal destinatário da ajuda militar soviética. Segundo Guérin (s. d., p. 161), mesmo após os episódios de maio de 1937, quando o EPR desarmou a força as últimas milícias que não pretendiam perder seu status de “cidadãos armados”, lideranças anarquistas reformistas proibiram os operários de contra-atacar, em nome da “aliança antifascista” e abdicando do projeto revolucionário.

A experiência libertária também enfrentou problemas decorrentes da guerra circundante e das disputas políticas, dentro do campo republicano. Mesmo quando o funcionamento das comunas e das indústrias coletivizadas

era muito satisfatório, estas se viram limitadas em função de recursos e insumos básicos que vinham do “exterior”, ou seja, de áreas fora do controle anarquista, onde o governo, a burguesia nacional ou internacional e forças rivais, como os socialistas e os comunistas ortodoxos (sem falar nos *quinta-colunistas* da retaguarda), sabotavam solapada ou abertamente o comunismo libertário. Vamos a alguns exemplos: a CNT-FAI nunca deteve o controle do capital. Os bancos estatizados não realizavam empréstimos para as cooperativas autogestionadas. Sendo assim, seus recursos foram poucos e limitados às expropriações do início da guerra. O comércio exterior também estava nas mãos do governo, o que dificultava as relações comerciais. Guérin (s. d., p. 171-173) ressalta que a maior hostilidade sempre veio da cúpula do Frente Popular, em especial do PCE, “defensor” da propriedade privada em função da aliança com a burguesia. Os comunistas, como os ministros Uribe e Comorera, não somente socavaram a experiência autogestionária pela legislação, ou pela burocracia estatal: Unidades militares republicanas, comandadas por oficiais comunistas, desataram a repressão militar contra as coletividades, depois de maio de 1937, praticamente pondo um fim a uma inédita experiência da posse e controle dos meios de produção por parte daqueles que geram a riqueza: os próprios trabalhadores. E embora uma “sombra” da CNT continuasse a fazer parte do Frente Popular até a derrota da República, a revolução libertária como tal havia sido sufocada.

Bibliografia

ARÓSTEGUI, Júlio. *La Guerra Civil Española: 50 Años después*. Barcelona: Labor, 1985.

BEEVOR, Anthony. *A guerra civil de Espanha*. Lisboa: Livros do Brasil, 1989.

BELLOTEN, Burnett. *La Revolución Española, las Izquierdas y la Lucha por el Poder*. Mexico DF: JUS, 1962.

GUÉRIN, Daniel. *El anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, s.d.

JACKSON, Gabriel. *A República Espanhola e a Guerra Civil 1931-1939*. Lisboa: Europa-América, s.d.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

MATTHEWS, Herbert L. *Metade da Espanha Morreu*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1975.

PAZ, Abel. *O Povo em Armas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VILAR, Pierre. *Historia de España*. Barcelona: Crítica, 1978.

A PAIXÃO REVOLUCIONÁRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS

Claudia Monteiro¹

Um dos pontos de partida para pensar o engajamento do militante de esquerda é a reflexão sobre o que motiva este militante: Por que ele se dispõe a encarar e suportar tantos sacrifícios? Por que muitas vezes ele abandona a segurança de uma vida familiar, privada e uma carreira cômoda para se aventurar na dedicação a um partido político ou a uma causa revolucionária?

Para esta reflexão partirei de leituras realizadas no desenvolvimento da minha tese de doutorado (acerca da militância comunista no PCB - Partido Comunista do Brasil - no período da legalidade do partido entre 1945 e 1947) e utilizarei como referencial teórico em especial autores como o historiador Pierre Ansart e o psicossociólogo Eugene Enriquez e os apontamentos destes autores sobre as contribuições do pensamento de Freud e a psicanálise na análise da dinâmica dos sentimentos e paixões na política.

Sobre as paixões

No afã de alcançar a objetividade e o domínio do racional há, no meio acadêmico e científico, uma espécie de “silenciamento das paixões”, sendo que a própria ponderação sobre esses aspectos da vida passional dos sujeitos parece ser uma atividade suspeita e constrangedora, especialmente quando a assunto é a militância de esquerda, dado o enquadre da militância nos pressupostos de cientificidade e da objetividade do marxismo.

Entre os próprios militantes a explicação para o surgimento do seu engajamento é visto como conseqüência de leituras e esclarecimento acerca do marxismo, de experiências vividas na luta de classes, da denúncia da exploração, do combate às injustiças e à desigualdade social, sem pontuar sobre as motivações mais primárias e passionais das identificações com a causa, o partido, seus mártires do passado, seus líderes e com os demais militantes

¹Professora do curso de graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

com quem trava conhecimento ao adentrar no partido. Tudo o que se refere aos sentimentos seria sinônimo de fraqueza, de inferioridade e de falta de objetividade ou racionalidade. A oposição fácil e aparentemente óbvia entre razão e sentimento torna a simples menção aos afetos como algo menor, negado, desconsiderado e silenciado.

É claro que há exceções, podemos citar aqui, por exemplo, o pensador marxista e militante José Carlos Mariátegui que, em artigo da década de 1920, já escrevia que não podemos explicar o engajamento dos comunistas unicamente nos termos do racionalismo, segundo o autor “só o mito possui a virtude de preencher o eu profundo”, em texto sobre Gandhi, Mariátegui se perguntava: “*Por acaso a emoção revolucionária não seria uma emoção religiosa?*” (MARIÁTEGUI, 1924, p.198)

Mariátegui afirma:

A inteligência burguesa entretém-se numa crítica racionalista do método, da teoria e da técnica dos revolucionários. Que incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. (MARIÁTEGUI, 1925, p.3)

Se observarmos especificamente o tema das paixões na política das esquerdas há, desde os tempos do Manifesto Comunista de Marx e Engels, uma verdadeira profusão de apelos comoventes. Na revista “A Nova Ordem” (L’Ordine Nuovo) editada em 1919 pelos militantes italianos Gramsci, Tasca, Togliatti e Terracini, há em seu primeiro número, ao lado do título, as seguintes palavras de ordem: “*Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força*”. Ou seja, ao mesmo tempo em que há uma demanda pela razão e pela organização é vital para a militância de esquerda o apelo à agitação e ao sentimento de entusiasmo, sem o qual não há militância.

Não precisamos de muita teoria para verificar o quanto, em qualquer ato ou evento político (um comício, uma assembléia, uma passeata, etc.), o envolvimento das pessoas, no júbilo, nos aplausos, nas vaias, nos gritos de guerra, são expressões de emoções intensas. Basta estarmos presente ao menos uma vez em qualquer um desses eventos para chegarmos a esta conclusão. A paixão é parte essencial da ação política.

No entanto, há dois preconceitos em relação às afetividades que dificulta

sua inclusão como parte do entendimento sobre a política nos estudos acadêmicos: Em primeiro lugar um preconceito amplamente difundido de que as comunidades tradicionais são unidas por fortes laços afetivos enquanto que nossas sociedades (fruto do iluminismo e dos avanços da ciência) são marcadas por uma neutralidade afetiva. E em segundo, no âmbito das humanidades e das ciências sociais, um preconceito racionalista que rejeita o absurdo, o irracional e tudo isso que concerne à emotividade política como difícil ou impossível de ser explicado, em termos de análise científica quantitativa ou qualitativa. As afetividades, por não poderem ser mensuradas, medidas ou quantificadas, são negligenciadas nas explicações acerca dos processos políticos.

Sobre o conceito de Paixão segundo a psicanálise

É muito comum na análise dos discursos políticos observarmos o delineamento da presença do elemento extremamente mobilizador do maniqueísmo: A luta entre o bem irrefutável e o mal absoluto se desenha claramente nos discursos políticos. Os militantes utilizam-se amplamente da ambivalência dos sentimentos de amor e ódio, (pulsão de vida e de morte) tão necessários para o fortalecimento das ligações afetivas dos membros de um grupo entre si e para a definição daquilo que demarca a alteridade e o oponente. Como observou o psicossociólogo Eugene Enriquez, a linguagem política *“favorece a posição maniqueísta, em que são projetadas sobre os adversários todas as características negativas”*, os sentimentos hostis direcionados para os *“outgroups”* (os de fora) e o *“o fenômeno de desprezo e ódio contra o exterior reforça a coesão do grupo e coloca-o em posição de guerra potencial contra estrangeiros”* (ENRIQUEZ, 1990, p.58 e p.95). Para Pierre Ansart, há na criação ideológica *“um gozo complexo que mobiliza os gozos de identificação e agressividade: construir ou remanejar uma ideologia é, por sua vez, pensar com outro e contra outro”* (ANSART, 1983, p.77).

Para Maria Rita Kehl, partindo dos pressupostos filosóficos da psicanálise, a matéria-prima de que se originam as paixões são as pulsões (*trieb* - instinto): Eros (Deus do amor - pulsões de vida) e Thânatos (deus da morte - pulsões de morte) (KELH, 1987).

Parece-nos mais evidente a relação entre pulsão e vida, que significa o

desejo de satisfação do prazer e de supressão da dor, no entanto, é mais enigmática a hipótese da pulsão de morte. Elaborada por Freud no texto “Além do Princípio do Prazer”, a pulsão de morte teria sua evidenciação dos sonhos que revivem cenas de angústia, a partir da análise dos traumas dos veteranos de guerra, contrariando o princípio de prazer ao nível do inconsciente. A pulsão de morte explicaria a psicodinâmica do trauma, o porquê do retorno inconsciente de cenas de sofrimento (FREUD, 2010).

Freud explica a pulsão de morte como se fosse uma tentativa do psiquismo de busca de retorno ao estado inorgânico, sem movimento e, conseqüentemente, sem tensões. O movimento, a tensão seria a pulsão de vida, o motor que faz cada ser se agregar ao outro. Já a pulsão de morte seria desagregador, explicaria a tendência à hostilidade e à violência. Podemos lançar a hipótese de que, no caso da análise dos grupos esta hostilidade e violência sempre seria direcionada para aqueles não pertencentes ao grupo, proporcionando uma ligação mais forte entre os aderentes.

O discurso ideológico se constitui em um ato de criação que apresenta uma intensidade afetiva e um fervor específicos, por mobilizar os sentimentos libidinais responsáveis pelas identificações dos membros do partido entre si e com o líder, bem como os sentimentos de ódio ou repúdio contra aqueles não pertencentes ao grupo.

Segundo Pierre Ansart, em “*La gestion des passions politique*” (A gestão das paixões políticas), há um trabalho deliberado na emissão de mensagens políticas em atingir a adesão do público receptor por meio da sensibilização:

Os fenômenos modernos de propaganda, de imposição sistemática de ideologias, nos permitem melhor compreender hoje em dia o quanto a sensibilidade política não é um estado de fato, mas também o resultado de múltiplas mensagens, apelos, interpelações, dramatizações que vêm sustentar ou modificar diariamente os sentimentos coletivos. Os estudos sobre a influência e a persuasão política nos deixam vigilantes ao fato de que as confianças e desconfianças, as admirações e os ódios, são, permanentemente, o objeto de trabalho múltiplo de renovação e de inculcação. (ANSART, 1983, p.19)

Para o autor os meios de persuasão emocional são, em primeiro lugar, os discursos, falados ou escritos, difundidos por meios audiovisuais e publicações. É através da linguagem, através de palavras e de figuras de estilo, que o homem político transmite mensagens estimulantes, indignações e apelos. No entanto, resta sempre a dúvida sobre a eficácia desses apelos comoventes

porque, com efeito, poucos procedimentos objetivos permitem discernir exatamente até que ponto e com quais consequências estas mensagens comoventes são interiorizadas (Idem, p.19).

Uma teoria da produção e do consumo de mensagens políticas comovente supõe então que seja examinada as trocas entre três níveis heterogêneos de realidade: o sistema de produtores (lugar eminentemente organizado que nós chamaremos de campos dos produtores de bens comoventes) – as mensagens e seus conteúdos – e enfim os receptores, socialmente situados e suas próprias contradições psíquicas (Idem, p.20-21).

Refletindo sobre o âmbito da recepção, do consumo das mensagens e da escuta dos cidadãos, Ansart conclui que a própria abundância de apelos líricos nos discursos políticos só pode ser explicada pela sua aceitabilidade por aqueles que a recebem. Porque uma mensagem incomoda, comove ou são rejeitadas com irritação é condicionada pelo lugar do sujeito da escuta no sistema social, seu pertencimento à tal categoria ou à tal religião, mas não só isso, pois há na escuta ou na leitura de uma mensagem política toda uma dimensão propriamente afetiva que opera no sentido de suscitar empatia, concordância, riso, zombaria, ódio ou irritação. Mobilizando defesas (ironia, ódio, indiferença, irritação) ou identificações (empatia, entusiasmo, júbilo), envolvimento que levam aqueles que ouvem a chorar ou rir, se revoltar ou se resignar, a aceitar ou ignorar uma determinada mensagem. Essa recepção é sempre solitária, embora esteja sujeita à sugestão ou contágio quando o sujeito da recepção esteja imerso em um grande grupo de pessoas (discutiremos este assunto mais adiante).

Para o entendimento do porquê destes diferentes tipos de reação e das diversas recepções que uma mesma mensagem pode suscitar, e para entender onde surgem emoções de uma escuta e mesmo as paixões políticas, é fundamental nos aproximarmos do pensamento de Freud e o desenvolvimento da psicanálise.

A psicanálise é uma tentativa de reintegrar o que foi banido da consciência moderna às custas da repressão e da negação. Freud refaz o caminho a partir da repressão até o inconsciente (descobrimo o inconsciente, descentrando o sujeito, que não é mais senhor dele mesmo, não é senhor em sua própria morada, pois há um inconsciente que o controla), *“Freud tem intenção de ajudar a dar voz às paixões que, caladas, se manifestam através dos sintomas”* (KEHL, 1887, p. 491). O objeto da psicanálise é o inconsciente, o reprimido,

os “instintos e seus destinos”.

Pensando o domínio das paixões junto à psicanálise, e o duplo sentido da palavra domínio, não somente como repressão ou silenciamento, mas também como territórios, é importante entender, os vastos territórios da paixão que, segundo a psicanalista Maria Rita Kehl, propicia que o desejo se liberte de suas fixações primárias, podendo se mover mais livremente por territórios muito mais amplos que o terreno da paixão sexual, a primeira que nos ocorre quando se pensa em paixão (Idem, p. 472).

Neste sentido a paixão revolucionária tem uma característica oposta à paixão sexual, enquanto esta quer exclusividade, aquela quer adesões, é militante. O proselitismo da paixão revolucionária revela um desejo do militante de ter concordância, outros que compartilhem um mesmo projeto ou ideologia, revela também a intenção de ter adeptos e seguidores, ser admirado, enfim, de ser amado. Novamente, a relação à dois, de transferência e, por conseqüência, de identificação.

A palavra paixão vem de PATHOS (do grego) – paixão que também significa sofrimento, passividade. Sujeito que não é nem racional, nem agente e senhor de suas ações, segundo o psicanalista Manoel Tosta Berlinck, quando *pathos* (a paixão) acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorear desse acontecimento, a não ser como paciente (BERLINCK, 2008, p.18). O sujeito é movido, ele padece, é passivo. O pathos é sempre provocado pela presença ou imagem de algo que me leva a reagir, é sinal de que eu vivo na dependência permanente do Outro. O apaixonado está em busca do perfeito, da completude, de onipotência (quando se pode tudo), e da eliminação da falta, este estado de carecimento enquanto necessidade de algo que não temos. Este estado de falta de certa forma é suprimido por uma ideologia política, para a qual o militante dedica todas as suas energias e esforços. Podemos mesmo arriscar dizer que se engajar politicamente significa se sentir onipotente, perfeito e completo, tal como o apaixonado.

Tendo em vista o debate sobre paixões políticas é importante também analisarmos no diálogo com os textos de Sigmund Freud os livros considerados mais “sociológicos” *Psicologia das Massas e Análise do Eu* e *O mal-estar na civilização*. Nestas obras Freud enfatiza a questão do “vínculo social” e a importância do conceito de identificação para entender o papel das afetividades na política.

Em torno do processo psicológico de identificação concorre uma série de fatores: idealização, imitação, simpatia, contágio mental, hipnose, fascínio amoroso, projeção, etc.

Para Laplanche, na obra de Freud, o conceito de identificação assumiu progressivamente um valor central, porque, mais do que um mecanismo psicológico entre outros, é a operação pelo qual o sujeito se constitui (LAPLANCHE, 2001, p.277). Como lembra Enriquez, o vínculo com o outro é anterior ao ser, o ser se constitui a partir do vínculo e não o contrário (ENRIQUEZ, 1990).

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud lança como preceito os termos definidos por Gustave Le Bon, para quem as massas² eram mais do que a soma dos indivíduos e sim algo novo que surgia da união, uma alma coletiva. Neste sentido, o indivíduo experimentaria no interior de uma massa, por influência dela (por imitação, contágio, sugestão), uma mudança profunda em suas características, pela supressão das inibições instintivas, pela intensificação dos afetos e diminuição da capacidade intelectual (FREUD, 2011, p.39).

Investigando o enigma da sugestão que caracteriza a união das massas, para além da significação de “uma influência qualquer”, e refletindo sobre as condições que a produzem, Freud recorre “*a hipótese de que as relações de amor (ou, expresso de modo mais neutro, os laços de sentimento) constituem também a essência da alma coletiva*”, (Idem, p.45). Cada indivíduo se liga libidinalmente ao líder, por um lado, e aos outros indivíduos da massa, por outro.

Estes laços amorosos que se acham desviados de suas metas originais (seus fins sexuais) são nomeados por Freud como identificações: “*a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por ‘modelo’*”, (Idem, p.62) mas também pode surgir da percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto de instintos sexuais, o que explica a ligação recíproca dos indivíduos da massa, por terem em comum algo muito forte, o mesmo amor pelo líder. O dito amor por uma causa não existiria se esta causa não fosse encarnada por pessoas que, no presente e no passado,

² Utilizarei o termo “massa” procurando entender a maneira como Freud o compreendia. Apesar de estar ciente de todo o questionamento acerca dos preconceitos e incompreensões sobre as “massas” tal como o apresentado nos estudos dos historiadores E. P. Thompson e Natalie Zemon Davis, devido às delimitações do tema, preferi não inserir esta discussão no presente texto.

viveram e morreram por ela. Enfim, o amor é sempre direcionado às pessoas e não às causas políticas.

Para Freud, a identificação seria *“a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”, aquela do interesse especial do filho homem por seu pai, que gostaria de crescer e ser como ele. O pai, neste caso, é o modelo primordial”* (Idem, p.60). Apesar de remeter ao vínculo originário (filho com o pai), Freud observa que podem coexistir várias identificações ao longo da história de vida de um indivíduo. No entanto, podemos dizer, interpretando Freud, que todas as identificações posteriores contêm o resquício daquela identificação primária com o pai, daí a reprodução do modelo paterno nas figuras de liderança religiosas ou políticas.

Além disso, é preciso considerar os laços comunais e as redes de socialização construídas no dia-a-dia da militância. A compreensão do fenômeno do engajamento não deve ser buscada apenas na ideologia, mas também nas experiências cotidianas, pois além da sedução a uma causa, o engajamento proporciona certas gratificações no dia-a-dia, que motivam a permanência do indivíduo no grupo, principalmente os laços afetivos construídos, como no caso dos comunistas cujo trabalho contínuo, que se estendia muito além do período eleitoral, fornecia uma forte identidade social e proximidade entre os membros. Assim sendo, há um encanto e uma sedução, de um lado pela ideologia e pelo conjunto simbólico-afetivo criado em torno do partido, encarnado por líderes e grandes nomes e mártires do passado, e de outro, pelo pertencimento a um grupo, pelos laços afetivos construídos e pelo compartilhamento de interesses em comum.

Toda a economia afetiva deve ser considerada na análise do engajamento. Do recrutamento à ação, mais do que a comunhão de ideais, a mediação de pessoas próximas (com as quais existe algum vínculo afetivo) é necessária na orientação do indivíduo em um determinado grupo. Neste sentido é importante o papel de indivíduos reconhecíveis (familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho) na passagem à ação, pois os vínculos interpessoais ensejam credibilidade aos apelos e inspiram com maior intensidade os militantes a agirem conforme suas convicções.

A existência de vínculos afetivos entre os membros e destes com o partido é que também tornam tão dramáticas as traições e as desistências, pela total desqualificação dos implicados, permeados por ressentimentos e ódios.

Para Ansart, os partidos comunistas constituíram-se, de certa maneira,

em uma contra sociedade, ativamente produtora de mensagens comoventes, de símbolos, de laços afetivos e de práticas coletivas. Do ponto de vista dos militantes, o partido não é um objeto indiferente afetivamente, pois, julgado mais digno de estima que seus rivais, este partido é o preferido a todos os outros. Ser ligado a um partido implica em “*sentir suas ordens como benéficas, aprovar seus objetivos como desejáveis e julgar seus líderes como os melhores governantes*” (ANSART, 1983, p.109-111). Como um aparelho afetivo, o partido oferece um oásis de conforto e confiança para seus membros diante de um mundo incerto e inseguro porque destituído de vida solidária. Um dos elementos agregadores de um partido político é a ideologia, simultaneamente um sistema de ideias e de sentimentos:

A ideologia política enquanto um sistema ordenado e coerente de imaginário coletivo associa mais estreitamente a ideia e a paixão, as representações e os afetos. É neste sistema de representação – que sintetiza por sua vez a interpretação da situação, a designação dos objetos a alcançar, os meios para realizar – que vão amarrar estreitamente as linguagens e os sentimentos. A ideologia política [...] é simultaneamente um sistema de ideias e um sistema de sentimentos, suscetíveis de constituir, segundo as situações e as conjunturas, um modo de expressão e de canalização dos afetos e/ou um modo de controle (Idem, p.77).

Portanto, de acordo com Pierre Ansart, uma ideologia política se constrói a partir da união entre linguagem e sentimentos e não é apenas o resultado de um projeto intelectual e racional. Ou seja, existe em um nível mais elementar da militância a difusão de ideias e opiniões políticas que não se baseiam apenas em projetos partidários ou em obras escritas de intelectuais, mas sim em experiências vividas, nos boatos, na leitura de libelos e panfletos ou no debate informal em algum espaço do cotidiano. Nem sempre estas opiniões poderiam ser traduzidas por escrito ou sustentar uma discussão teórica. Assim sendo, a influência de pessoas conhecidas ou de alguma organização visível, como um sindicato ou um grupo de jovens, tem um impacto muitas vezes maior do que a formação intelectual ou a diretiva da cúpula partidária. Estas opiniões difundidas de um modo nebuloso demonstram, pelo próprio fato de não serem decorrentes de uma base conceitual, que pessoas comuns, como eram a maioria dos militantes comunistas, têm capacidade para sentir, pensar por si próprias e emitir juízos baseados neste discernimento que envolve objetividade, mas também subjetividade.

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

BERLINCK, Manoel Tosta. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2008.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1990.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do Princípio do Prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KELL, Maria Rita. A psicanálise e o domínio das paixões. In: NOVAES, Adauto. *Os sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LAPLANCHE, Jean. Identificação. *Vocabulário da psicanálise / Laplanche e Pontalis*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Gandhi, 1924, *La escena contemporanea*, Lima, Amauta, 1964.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O homem e o Mito, 1925, disponível: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1925/01/16.htm#tr1>, acessado em 17/01/2018.

AS GREVES DE 1917 NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Frederico Duarte Bartz¹

Introdução

A onda de greves gerais ou generalizadas ocorridas durante o inverno de 1917 acabou se tornando uma referência para quem estuda o movimento operário brasileiro. As paralisações se iniciaram em São Paulo, em julho daquele ano, alcançando grandes proporções e afetando o principal centro industrial do Brasil. Os militantes sindicais paulistanos, principalmente os anarquistas, lograram sucesso tanto na mobilização, quanto na organização dos trabalhadores, constituindo um Centro de Defesa Proletária que teve uma série de reivindicações atendidas. Posteriormente, os trabalhadores que lideraram o movimento foram perseguidos e algumas conquistas foram revogadas por ação da burguesia, mas a importância desta paralisação se manteve como grande referencial de luta coletiva por muito tempo.

O impulso grevista se alastrou pelo interior do estado e por outras regiões do país, como na cidade de Porto Alegre, onde se constituiu uma Liga de Defesa Popular, na cidade do Recife, em Curitiba e no Rio de Janeiro. A Greve Geral ensejou um movimento muito amplo que fez com que os militantes anarquistas e sindicalistas começassem a discutir as possibilidades de derrubada do Estado Burguês e a implantação de uma nova ordem social. Os projetos revolucionários, inclusive, já começavam a receber alento das notícias que chegavam da Europa, especialmente da Revolução Russa.

As greves de 1917 (a Greve Geral de São Paulo, mais especificamente) se fixaram na memória da militância como um momento marcante para a formação da classe trabalhadora no Brasil, sendo interpretada como o ápice da mobilização operária durante a Primeira República. Além da memória, os historiadores também deram grande importância a essas greves, desde os primeiros estudiosos ligados ao PCB, que reconheciam a capacidade de agitação dos libertários, apesar das críticas pela falta de uma direção partidária, até os

¹Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS e Doutor em História pela mesma universidade

autores ligados à história social do trabalho, que valorizavam a atuação dos anarquistas e sua proximidade às organizações de base. Colocando isso em perspectiva, meu objetivo, neste texto, é discutir a importância das Greves de 1917 para a historiografia do movimento operário brasileiro, considerando a diversidade de interpretações ao longo do tempo, tentando compreender os diferentes fatores que influenciaram estas leituras.

As Greves de 1917 no Brasil

A Greve de 1917 em São Paulo passou para a história como uma das maiores mobilizações da classe trabalhadora brasileira. A paralisação, comandada por sindicatos e associações influenciadas por militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, tornou-se um marco na história da Primeira República, ajudando a enfraquecer as estruturas de poder da oligarquia dominante. Apesar de o movimento ser lembrado, muitas vezes, como a primeira grande mobilização operária em termos nacionais, é importante recordar que ela não foi a primeira Greve Geral no país, nem foi apenas uma única paralisação, localizada na capital paulista, mas foi um processo mais amplo, resultado de um longo acúmulo de experiências anteriores, que envolveu operários e operárias de várias regiões do Brasil (BADARÓ, 2009. p.13-59).

O ano de 1917 foi marcado pelo acirramento das contradições sociais resultantes da Primeira Guerra Mundial, que se arrastava por três anos, dizimando milhares de pessoas na Europa. Na Rússia, a crise e o autoritarismo levaram a uma grande revolta popular, que derrubou o Czar e mobilizou a classe trabalhadora russa em uma luta revolucionária que vai desembocar na vitória dos bolchevistas em outubro. A crise econômica, resultante da Grande Guerra, fazia crescer o descontentamento do operariado, por conta do aumento dos preços e escassez dos alimentos e pelo aumento da carga de trabalho, que não era acompanhada pelos salários. Além disso, as notícias que vinham da Europa sobre o grande movimento popular russo, enchiam os militantes de esperança de que o capitalismo, com todas as suas injustiças, poderia estar próximo do fim. Todos esses elementos aliados a um longo trabalho dos militantes sindicais prepararam o terreno para a maior onda de greves já ocorrida até aquele momento na República Brasileira.

Em São Paulo o movimento grevista iniciou-se em julho e se alastrou devido à morte do operário José Martinez em um protesto. A partir daí o movimento se tornou massivo, fazendo com que militantes sindicalistas e anarquistas formassem um Comitê de Defesa Proletária para organizar as reivindicações dos grevistas, entre as quais estavam as 8 horas de trabalho, o direito de associação, aumento de salário e liberdade aos presos grevistas. No auge do movimento, a parede contou com 100.000 aderentes, em uma cidade que possuía em torno de 500.000 habitantes, paralisando toda a vida econômica da capital paulista. Ao final, os trabalhadores conseguiram ter muitas de suas reivindicações atendidas.

Na cidade de Porto Alegre também houve uma Greve Geral, no mês de agosto daquele mesmo ano, em que militantes anarquistas e sindicalistas formaram a Liga de Defesa Popular, fazendo uma lista de reivindicações aos patrões e ao Governo do Estado. Assim como em São Paulo, os trabalhadores e trabalhadoras tomaram conta da cidade, suspendendo várias atividades e conquistando muitas de suas reivindicações. Logo após, em Recife, a classe operária cruzou os braços articulando um grande movimento liderado por uma Comissão de Greve que reuniu representantes de vários sindicatos e paralisou a vida da capital pernambucana. No Rio de Janeiro também foi deflagrada em 1917 uma greve generalizada, assim como houve significativos movimentos paredistas ou manifestações de solidariedade em cidades como Pelotas, Curitiba, Campinas, Santos, Niterói, Petrópolis, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Belém e Manaus.

A onda grevista acabou se dissipando porque algumas reivindicações operárias foram atendidas, mas também houve desarticulação por conta da repressão que atingiu diversos militantes após o encerramento das greves. Porém, o movimento operário não estacionou em 1917, pois as movimentações persistiram nos anos seguintes. Em 1918, por exemplo, houve uma insurreição operária organizada pela Aliança Anarquista do Rio de Janeiro; no ano de 1919, foi fundado o primeiro Partido Comunista do Brasil (na verdade uma frente ampla que congregava anarquistas, sindicalistas e simpatizantes do bolchevismo); naquele mesmo ano outra insurreição eclodiu em São Paulo (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1967. p.115-202). Grandes greves continuaram sendo deflagradas até pelo menos 1920, no entanto, o imaginário social consagrou largamente as mobilizações de 1917 como o ponto alto do movimento operário na Primeira República. Para compreender este

processo, é necessário analisar de uma perspectiva historiográfica os diversos significados que a Greve Geral assumiu ao longo do tempo.

Os primeiros esforços interpretativos e a crítica ao anarquismo

Como afirma a historiadora Christina Lopreatto em seu livro sobre a Greve de 1917 em São Paulo, a mobilização foi cantada em prosa e verso ao longo do tempo, inserindo-se na obra de poetas e romancistas, assim como ficou gravada na memória de personagens que viveram aquela época (LOPREATTO, 2000. p. 25). O evento, porém, não tinha centralidade nos primeiros estudos que se realizaram sobre a história do movimento operário brasileiro.

A história dos movimentos sindicais e operários passa a ser estruturada nos anos de 1960, com duas obras muito importantes editadas em 1962: *A Formação do PCB*, de Astrogildo Pereira e *História das Lutas Sociais no Brasil*, de Everado Dias. O livro de Pereira é fundamental para a historiografia referente à organização dos trabalhadores, pois inicia uma tradição mais consolidada de interpretação das lutas operárias no Brasil. Em linhas gerais, Pereira mostra que as agitações anarquistas, dentre as quais a Greve de 1917 seria um episódio importante, encontraram no próprio anarquismo uma limitação de suas possibilidades. Com efeito, o marxismo, que seria adotado pela classe trabalhadora a partir da fundação do PCB em 1922, mostrava que a ação sindical sem um projeto político partidário tendia a ser inócua. Os acontecimentos relativos ao ano de 1917 são interpretados como parte de um período de agitação maior, que se estenderia até o ano de 1919, apontando para um acontecimento politicamente mais significativo, que seria a formação do PCB, como superação de uma fase de agitação sem objetivos políticos mais concretos (PEREIRA, 1962. p.25-33).

História das Lutas Sociais no Brasil, de Everado Dias, segue uma argumentação similar em relação aos limites do anarquismo, no entanto valoriza mais a atuação dos militantes sindicais, inclusive dando bastante destaque às movimentações da Greve de 1917. Dias se vale de uma descrição do clima político e social da capital paulista depois do início da Primeira Guerra Mundial elaborado por Antônio Figueiredo, em seu livro *Evolução do Estado no Brasil*, de 1926. Para Figueiredo, a deflagração da Greve de 1917 é considerada

como parte de um processo de acumulação de contradições sociais que vinham se acumulando por conta do açambarcamento de alimentos, do aumento do preço dos aluguéis e de outros fatores que majoravam a carestia de vida. Everardo Dias argumenta que os militantes foram pegos de surpresa pela extensão da greve e com sua difusão, afirmando que o movimento poderia ter se tornado uma greve revolucionária se não tivesse ocorrido um acordo para a solução do conflito (DIAS, 1962, p. 81-86).

Assim como Pereira, Everardo Dias entende o movimento de 1917 como parte integrante de um período maior de agitação que incluiria duas tentativas de insurreição em 1918 e 1919, mas que demonstrava os limites dos anarquistas para a organização política da classe trabalhadora. Em sua lógica mais geral, esta leitura está articulada a uma interpretação histórica que se encontra no livro de Octavio Brandão, *Agrarismo e industrialismo no Brasil*, publicado em 1926, em que o autor trata da formação sócio-econômica brasileira, mas também faz uma recapitulação histórica das mobilizações políticas que agitavam a Primeira República. Brandão faz um esforço por demonstrar as limitações do movimento operário influenciado pelos anarquistas, que haviam sido hegemônicos até o surgimento da corrente comunista (BRANDÃO, 2007, p.113-117).² A análise reconhece a capacidade de mobilização desses militantes, mas denuncia a falta de objetivos políticos claros e de uma ideologia revolucionária que guiasse a classe trabalhadora em direção à Revolução Social. O autor considera que o grande acontecimento que vai marcar o período é a superação do anarquismo pelo comunismo, a partir da influência da Revolução Bolchevista e da fundação do PCB no ano de 1922.

A interpretação proposta por Octavio Brandão se insere nas disputas entre anarquistas e comunistas, sendo que os últimos desejavam estabelecer uma nova hegemonia dentro do movimento operário brasileiro. A imagem do anarquismo como algo pequeno burguês, representativo de um período que se encerrava, superado pelas novas necessidades de uma sociedade industrial, se tornaria muito importante no desenvolvimento posterior dos estudos sobre o movimento operário brasileiro. É importante notar que as interpretações de Brandão, Pereira e Dias, tiveram um impacto importante na produção posterior. Vemos, por exemplo, algumas das teses desses autores

² O livro, originalmente, saiu com o pseudônimo de Fritz Mayer e local de publicação como sendo Buenos Aires.

sendo retomadas pelos primeiros trabalhos acadêmicos realizados sobre o movimento operário brasileiro nos anos 1970.

Em 1974 foi publicada uma das primeiras análises acadêmicas que teve como centro de sua análise a paralisação de 1917. Tratava-se de um artigo de Boris Fausto, intitulado *Conflito Social na República Oligárquica: a greve de 1917*, publicado na revista *Estudos Cebrap* e em linhas gerais, foi reproduzido na obra posterior *Trabalho urbano e conflito social*, de 1976. O estudo apresenta um maior fôlego em termos de pesquisa e análise de fontes. O eixo central da análise de Fausto aponta para um refinamento e aprofundamento da tradição interpretativa dos autores ligados ao PCB, pois sua principal crítica em relação àquelas mobilizações era o caráter espontâneo do levantamento operário, assim como a falta de uma direção política mais clara que poderia levar a classe trabalhadora a conquistas maiores naquele período (FAUSTO, 1974. p.80-109). Consolidava-se a interpretação da Greve Geral de 1917 como um movimento de massas espontâneo e sem uma direção efetiva que poderia ter aproveitado suas potencialidades.

Entretanto seria equivocado imaginar que apenas uma interpretação pouco simpática aos anarquistas existisse até este momento. Na seara dos libertários, Edgar Rodrigues, principal historiador e memorialista da tradição anarquista brasileira, fazia uma análise do movimento de 1917 através da lógica da mobilização social e da expressão da revolta dos trabalhadores. Em seu livro *Nacionalismo e Cultura Social*, de 1972, no capítulo “Jose Martinez” (o sapateiro morto pela polícia em 1917, fato que tornou a greve um movimento massivo em São Paulo), é feita uma descrição dos acontecimentos e mobilizações daquele ano a partir de uma perspectiva positiva, destoando da narrativa dos comunistas (RODRIGUES, 1972. p.147-159). Mesmo neste caso, a movimentação é entendida a partir de uma conjuntura mais geral de ações do movimento operário brasileiro, organizado pelos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários. As Greves de 1917 vão ganhar maior destaque a partir do final dos anos 1970, quando existe uma nova conjuntura política e uma renovação historiográfica que permitem que isso aconteça.

A renovação da história social do trabalho e a centralidade das Greves de 1917

No final da década de 1970, o Brasil foi sacudido por uma onda de manifestações operárias que catalisaram forças sociais no combate contra a Ditadura Militar e que colocaram novamente o problema das condições de vida da classe trabalhadora no centro dos debates políticos brasileiros. O centro irradiador destas mobilizações era o ABC paulista, devido ao surgimento de um novo sindicalismo, marcado pela participação ativa da base, contrapondo-se ao burocratismo das antigas direções sindicais ligadas ao comunismo e ao trabalhismo. O período de abertura política seria marcado pela constituição do Partido dos Trabalhadores, o que teve grande impacto entre os intelectuais, estimulando o engajamento na defesa da democracia e das pautas sociais.

Nesse período ocorre também de uma renovação da história do movimento operário, ampliada para uma história social do trabalho, com forte influência dos historiadores ingleses, especialmente Edward Palmer Thompson. Com isto, a herança dos anarquistas no movimento operário brasileiro passou por uma grande valorização, ao mesmo tempo em que se atacou duramente a perspectiva historiográfica dos comunistas. É interessante notar que sinais desse interesse parecem já aparecer antes do novo sindicalismo, visto que Boris Fausto apontou, em seu artigo de 1974, que a Greve Geral de 1917 era entendida pelas gerações mais jovens como um ato simbólico único, representativo *“das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas não contaminadas pela infecção burocrática”* (FAUSTO, 1974, p.81). A conjuntura do final dos anos 1970 potencializou o interesse por aquele acontecimento, fazendo com que os estudos sobre o movimento operário tivessem um grande impulso.

A coletânea de Paulo Sergio Pinheiro e Michael Hall, *A Classe Operária no Brasil*, de 1979, contém um apanhado extremamente rico de documentos produzidos por militantes anarquistas, assim como relatos de greves e outras manifestações. A greve de 1917 é abordada a partir do relato de Edgar Leuenroth, um dos principais líderes anarquistas de São Paulo, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 1966. Além disso, a Greve Geral paulistana é estudada tendo como base as reivindicações do Comitê de Defesa Proletária publicadas no jornal *A Plebe* e um texto analítico de outra liderança anarquista, Gigi Damiani (HALL e PINHEIRO, 1979, p.226-243). As escolhas

são bastante significativas porque, além da publicação de fontes primárias, também são colocadas em primeiro plano os pontos de vista das lideranças libertárias que estavam à frente daquele movimento.

Neste mesmo espírito, aparecem outros trabalhos acadêmicos, como os livros de Yara Maria Aun Khoury, *As greves de 1917 em São Paulo*, (1981) e de Cristina Heblig Campos, *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921* (1988).³ Ambos os livros buscam valorizar o anarquismo, o papel das lideranças libertárias e de seu trabalho de base, sendo que a obra de Khoury se destaca por apresentar um grande número de textos produzidos pelos militantes da época, especialmente os publicados nos jornais *A Plebe* e *O Combate* (KHOURY, 1981. p. 29-221). No caso de Campos, existe uma clara revisão dos pressupostos analíticos da tradição comunista, pois a autora parte do princípio que a falta de centralidade política e de estruturas rígidas que marcava os anarquistas foi justamente o que permitiu uma melhor articulação da classe trabalhadora naquela época (CAMPOS, 1988, p.47-52). A Greve de 1917 surge como o ponto mais significativo das mobilizações organizadas pelos libertários, o momento em que os trabalhadores teriam potencializado seu espírito de revolta, voltando-se contra as estruturas sociais e também contra o Estado.

Apesar da importância da greve paulistana, também começa a existir um resgate de movimentos similares em outras regiões do Brasil. No mesmo contexto de ressurgimento do movimento sindical e de combate à Ditadura Militar, foi publicado em Porto Alegre um ensaio chamado *A Greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Partindo de uma perspectiva do poder de Estado e seguindo uma direção contrária à crítica libertária, o autor (ligado ao trabalhismo) analisa o movimento grevista ocorrido em Porto Alegre como se fosse um precursor da futura orientação trabalhista surgida com Getúlio Vargas, pois Borges de Medeiros teria agido como um mediador entre os conflitos do capital e do trabalho, antecipando as diretrizes do varguismo (BODEA, 1979, p.21-66).

No Rio de Janeiro, destaca-se o trabalho de Maria Cecília Velasco e Cruz, com *O amarelo e o negro: matizes do comportamento operário na República Velha*, tese de mestrado defendida em 1981, no PPG em História do IUPERJ.

³ Os dois livros se originam em Dissertações de Mestrado, defendidas respectivamente no PPG em História da PUCSP em 1978 e no PPG em História da UNICAMP em 1983.

A autora se debruça sobre as greves generalizadas de 1917, na antiga Capital Federal, mostrando que o movimento dos trabalhadores cariocas era mais heterogêneo que o paulistano, com forte presença dos reformistas, o que teria impedido a articulação de uma Greve Geral (VELASCO E CRUZ, 1981. p.80-144.). Neste mesmo período e seguindo a mesma lógica, também pode ser incluída a dissertação de Antônio Paulo Rezende, “*A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência*”, na qual o autor dedica um bom espaço para analisar o movimento paredista de 1917 em Recife, onde tiveram forte atuação os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários (REZENDE, 1981. p.75-87).

Posteriormente, em 1994, encontra-se a dissertação de Adhemar Lourenço da Silva Junior, *Povo! Trabalhadores! Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*, apresentada ao PPG em História da UFRGS. A análise se contrapõe à perspectiva de Miguel Bodea, de antecipação do trabalhismo, estudando a Greve Geral em consonância com outras manifestações populares ocorridas naquele mesmo ano, como a paralisação dos calceteiros e os tumultos contra os comerciantes alemães por ocasião da entrada do Brasil na guerra (SILVA JR., 1994. p.29-343). Por fim, encerrando este ciclo de estudos que tem como objeto as Greves de 1917, está a obra de Christina Lopreatto “*O espírito de revolta: a greve geral anarquista de 1917*”, publicado no ano 2000⁴.

Esse livro merece particular atenção, pois, além de caracterizar a paralisação como anarquista, a autora se dedica a mostrar que o movimento não foi espontâneo, nem lhe faltou direção consciente, pois foi antecedido de um intenso trabalho de conscientização da classe operária. A autora demonstra o trabalho de longo prazo dos militantes anarquistas, em sua atuação nos sindicatos e em outros espaços da classe trabalhadora. Desta forma, os libertários teriam experiência acumulada para fundar ligas de bairro e comitês contra a carestia, preparando o terreno para a eclosão da greve em São Paulo (LOPREATTO, 2000. p.69-124). Tanto a análise de Silva Junior para Porto Alegre, quanto de Lopreatto para São Paulo, marcam o amadurecimento deste movimento de revisão historiográfica, inserindo o movimento grevista em um contexto mais denso da mobilização local, cristalizando a crítica ao caráter espontâneo, a falta de direção e a uma possível incapacidade do movimento dado pela historiografia anterior.

⁴ Texto originalmente defendido como Tese de Doutorado no PPG em História da UNICAMP em 1996.

O centenário do movimento: balanços e novas perspectivas em relação a 1917

Depois de um período em que as Greves de 1917 tiveram grande importância nos estudos sobre o movimento operário brasileiro, o tema, como outros relacionados ao sindicalismo na Primeira República, foi perdendo força durante o fim dos anos 1990 e ao longo da primeira década do século XXI. Retomando o estudo do objeto, um artigo importante de autoria de Luigi Biondi foi publicado no ano de 2009, nos *Cadernos AEL*, intitulado *A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas*. Neste texto, o autor faz um balanço do olhar lançado sobre as greves ao longo do tempo, filiando-se a uma perspectiva crítica em relação aos primeiros estudos que criticavam a falta de direção e o espontaneísmo do movimento paredista. Biondi aponta, porém, para as divisões da classe trabalhadora que marcaram o cenário de 1917, as disputas entre trabalhadores italianos e nacionais, além do papel que o movimento teve para além da consciência de classe (BIONDI, 2009, p.263-306).

Ao ressaltar estes fatores, o artigo parece ser sintomático de uma orientação mais geral da historiografia recente que acabou resultando no esvaziamento do interesse pelo sindicalismo e pela militância operária na Primeira República: a tendência dos historiadores ligados à história social do trabalho de se voltar para os fatores de pluralidade da classe trabalhadora, quebrando os paradigmas que haviam conduzido à preferência pelos processos de construção e unidade da classe, que marcaram os estudos anteriores sobre o anarquismo. É necessário agregar também, além disso, o avanço de perspectivas pós-modernas e pós-coloniais no âmbito da disciplina que reforçaram essa inclinação.

O centenário do movimento paredista, em 2017, propiciou o lançamento de novos textos sobre a Greve Geral e, embora não tenha ocorrido uma explosão de estudos em torno do tema, a data permitiu o avanço das reflexões no sentido de resgatar aquele fenômeno histórico. A conjuntura política do centenário foi marcada pelos efeitos do Golpe Parlamentar de 2016, e pela realização de uma grande Greve Geral, uma das maiores na história do país, por conta dos ataques contra a classe trabalhadora (como a contrarreforma trabalhista, da previdência e da lei que amplia o processo de terceirização). Verifica-se que o olhar lançado sobre as Greves Gerais vai ser determinado

pela pluralidade e dispersão de temas que marcou a história do trabalho em um período recente, mas também pela necessidade de retomar o objeto como algo significativo para o tempo presente, um tempo marcado pelo aprofundamento da exploração do capital sobre o trabalho.

Durante o ano de 2017, apareceram livros que procuraram, na medida do possível, servir como veículos de divulgação ou realizar apanhados abrangentes sobre o movimento grevista. Um dos esforços de síntese e retomada do tema foi o livro do jornalista e militante comunista José Luis del Roio, *A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*. A intenção da publicação fica clara já no início do livro, quando o autor responde à necessidade da publicação de se lançar mais um texto sobre a Greve Geral, ponderando que *“muito poucos são os brasileiros que conhecem o que se passou naquelas semanas de junho e julho de 1917 em São Paulo. E qual foi sua importância”* (DEL ROIO, 2017, p.21). Outra obra com propósito similar é *1917-2017: 100 anos da Greve Geral, passado ou futuro?*, do também jornalista Isaías Dalle Nogare Liebana, em um projeto organizado pela Central Única dos Trabalhadores e pela Fundação Perseu Abramo. Mais do que o livro anterior, o autor busca fazer uma comparação da situação dos trabalhadores brasileiros das duas épocas (1917 e 2017), tanto que o autor divide o seu texto entre uma seção dedicada à Primeira República e outra dedicada às condições sociais e políticas do Brasil governado por Michel Temer (LIEBANA, 2017, p.19-109).

Outra iniciativa de síntese relacionada à Greve Geral de 1917 é a coletânea *“A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas”*, organizada pelo coletivo libertário Biblioteca Terra Livre. Entre os textos, destacam-se os de Hamir de Paula sobre a lógica territorial do movimento; o de Samanta Mendes sobre o papel das mulheres na mobilização e o de Cleyton Godoy sobre a repressão aos trabalhadores paulistas (GODOY, MARCHEZIN e SILVA, 2017, p.61-137).⁵ A coletânea se destaca pela diversidade dos temas e, como nos casos anteriores, também faz referência à necessidade de se resgatar a memória de 1917 tendo em vista o cenário das lutas atuais. O que difere é a forma como os organizadores analisam as mobilizações do tempo presente, pois, na introdução, todas as centrais sindicais são acusadas de serem “pelegas” e a

⁵ Os títulos destes artigos são, respectivamente, “São Paulo 1917: os operários fizeram história... e também geografia”; “A atuação e a importância das mulheres na Greve Geral de 1917 na cidade de São Paulo” e “Policiamento, criminalização e repressão política na Greve Geral de 1917”.

greve geral de 28 de abril caracterizada como uma “micareta”! Mesmo não havendo mais dúvida sobre o caráter proletário do anarquismo histórico, os organizadores, nesta introdução, parecem ter se esforçado ao máximo por dar razão a Octávio Brandão e Astrogildo Pereira em suas piores caricaturas sobre a torre de marfim em que viviam os libertários.

Para além das coletâneas indicadas, o centenário do movimento estimulou a reflexão sobre a Greve de 1917 a partir de uma perspectiva que ultrapassava os aspectos imediatos da luta econômica e organização sindical implicada na paralisação, como é o caso do meu artigo *Liga de Defesa Popular: a construção de um espaço de luta política entre os trabalhadores organizados de Porto Alegre após a Greve de 1917*, publicado na *Revista Mundos do Trabalho* em 2016. Nesse texto procurei mostrar a construção e o desenvolvimento da LDP, um organismo criado para gerir a Greve Geral em Porto Alegre, que sobreviveu ao movimento, tornando-se um instrumento político de aproximação com o Governo Municipal, assim como uma arena de disputa entre diferentes tendências (BARTZ, 2017, p.117-130). Outro trabalho que aponta a complexidade das movimentações implicadas neste período de grandes movimentações é o artigo *Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917*, de Edilene Toledo, publicado na revista *Estudos Históricos*, em abril de 2017. A historiadora situa os movimentos grevistas ocorridos em diversas partes do Brasil a partir de relações complexas que incluem as dinâmicas de circulação de informações e militantes, em um período em que o movimento passava por uma grande reestruturação, o que faz com que a paralisação seja percebida a partir de uma perspectiva mais ampla (TOLEDO, 2017, p. 497-518).

Em termos de trabalhos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação, se destaca a dissertação de Eujácio Roberto Silveira defendida no PPG de História Econômica da USP, no ano de 2016, intitulada *São Paulo 1917-1921, aprendendo a ser patrão: o fazer-se da fração industrial da burguesia*. Mesmo que o centro do estudo não seja sobre a Greve Geral de 1917, ela é um “pontapé inicial”, um momento privilegiado para compreender a organização da burguesia como classe no processo de luta contra as reivindicações da classe trabalhadora. Assim como os artigos anteriores, a Greve de 1917 aparece como objeto potencial para estudar o desenvolvimento de outros fenômenos, neste caso, a tomada de consciência da burguesia industrial na busca de uma maior organização em face de uma classe operária

que se tornava cada vez mais atuante (SILVEIRA, 2017, p.192-302).

Por fim, no ano de 2017, outra dissertação também mostrou as potencialidades da Greve de 1917, não como objeto de análise, mas como projeto pedagógico, é a dissertação *À luta camaradas! A Greve Geral de 1917 – São Paulo: ensino de história e análise de conjuntura através de um jogo de tabuleiro moderno*, apresentada por Mateus Pinho Bernardes ao PPG em Ensino de História da UFSC (BERNARDES, 2017, p.101-211). Trata-se da produção de um jogo de tabuleiro cujo objetivo é fazer com que os alunos tenham acesso ao tema a partir de uma atividade lúdica. O mais interessante é que, para além da criatividade na construção do jogo, o trabalho procura trazer para o cotidiano dos alunos a questão da luta operária, como algo significativo para um presente marcado por um profundo retrocesso político e social. Neste caso, afirma-se na produção de Bernardes as duas diretrizes que marcam esta retomada das pesquisas sobre as Greves Gerais de 1917 no ano de seu centenário: a ligação com os problemas do presente e a multiplicidade de aspectos ligados ao desenrolar do movimento.

Conclusão

Olhando em perspectiva a maneira como as Greves de 1917 foram interpretadas, observa-se um primeiro período em que os autores ligados ao PCB criaram uma interpretação sobre o tema marcada pela crítica às posições anarquistas, baseada na falta de uma direção política clara, voltada para a construção de um partido revolucionário, além do que as grandes manifestações eram vistas como explosões espontâneas. Para eles, o episódio mais cheio de significado se deu quando um grupo de dissidentes anarquistas fundou o PCB, em 1922, criando um organismo potente para a agregação política da classe. Esse entendimento foi duramente atacado na década de 1980, durante o surgimento de uma nova história social do trabalho, em um momento em que a burocracia das direções sindicais recebia as mais vivas críticas de parte dos defensores do novo sindicalismo. As Greves de 1917 (particularmente a greve paulistana) foi alçada a ponto fulcral para a formação da classe operária brasileira, um momento de mobilização intensa da base dos trabalhadores e de independência dos dirigentes sindicais na defesa de seus camaradas.

Em muitos aspectos, a revisão historiográfica reforçou o mito da Greve Geral de 1917 como momento ímpar da classe operária brasileira. O caráter cada vez mais delimitado das pesquisas acadêmicas fez com que se perdesse uma visão de conjunto do fenômeno, já que os estudos priorizavam realidades locais. Assim, a Greve Geral de São Paulo, Porto Alegre e a greve generalizada do Rio de Janeiro ficaram ligados às manifestações de suas bases. Uma crítica que se pode fazer é a falta de uma perspectiva sistêmica nacional para as Greves de 1917, além de faltar um encadeamento mais claro com fenômenos posteriores, como as Insurreições Operárias de 1918 e 1919 e a formação do PCB no ano de 1922. Pode-se considerar que se perdeu uma virtude dos primeiros estudos que era propor esquemas amplos de mudança social que transcendesse as realidades particulares.

A chegada ao centenário do movimento incentivou a retomada e a circulação de trabalhos sobre o tema. Em primeiro lugar, as novas investigações mostram que as Greves Gerais de 1917 não são um assunto encerrado, que os estudos realizados anteriormente não encerraram os debates sobre o processo. Ainda existem muitos aspectos a serem explorados em relação àqueles acontecimentos e o centenário da grande mobilização, associada à atual conjuntura de retirada de direitos dos trabalhadores, deve servir de ensejo para colocar novamente o tema em destaque. Os artigos mais recentes mostram que as Greves Gerais podem proporcionar o estudo de temáticas mais amplas, enriquecendo o conhecimento histórico. Retomar 1917 como temática de estudo deve ser também um convite para compreender o período para além desta data e para além do próprio acontecimento.

Bibliografia

BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz; MELO, Clóvis e ANDRADE, Aristélio Travassos. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARTZ, Frederico Duarte. Liga de Defesa Popular: a construção de um espaço de luta política entre os trabalhadores organizados de Porto Alegre após a Greve de 1917. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis. Vol. 8, n. 16, Julho/Dezembro de

2016.

BERNARDES, Mateus Pinho. *À luta camaradas! A Greve Geral de 1917 – São Paulo: ensine de história e análise de conjuntura através de um jogo de tabuleiro moderno*. Florianópolis: PPG em Ensino de História da UFSC, 2017. (Dissertação de Mestrado).

BODEA, Miguel. *A Greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BIONDI, Luigi. A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cadernos AEL*, v. 15, n.27, 2009.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007 [primeira edição de 1922].

CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1988.

DEL ROIO, José Luis. *A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*. São Paulo: Alameda, 2017.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

FAUSTO, Boris. Conflito Social na República Oligárquica: a greve de 1917. *Estudos Cebap*, São Paulo, n.10, out/dez, 1974.

GODOY, Cleiton Peron Franco, MARCHEZIN, Lucas Tadeu e SILVA, Rodrigo Rosa (org.). *A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

KHOURY, Maria Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: o movimento operário: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

LIEBANA, Isaías Dalle Nogare. *1917-2017: 100 anos da Greve Geral, passado ou futuro?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

LOPREATTO, Christina. *O espírito de revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

PEREIRA, Astrogildo. *A Formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

REZENDE, Antônio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência. (1900-1922) Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981. (Dissertação de Mestrado)*.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *Povo! Trabalhadores! Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1994. (Dissertação de Mestrado).

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 2017, vol.30, n.61.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *O amarelo e o negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: PPG em História do IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado).

“A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA ESTAVA NOS CAMPOS – E TAMBÉM NAS RUAS”: AS MOBILIZAÇÕES DOS/AS SEM-TERRA E A REPRESSÃO AOS/ÀS CAMPONESES/AS NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

Alessandra Gasparotto¹

“O ruído de alto-falantes, irradiando discursos, chegava até o território do hotel, no centro de Porto Alegre. Mesmo sem conhecer a cidade, sai à rua. Anoitecia e os bondes passavam repletos. Algumas carroças puxadas a cavalo misturavam-se familiarmente com os automóveis.

Atravessei a rua e caminhei na direção de onde vinham mais nitidamente as vozes dos alto-falantes. Não andei muito. Uma pequena multidão concentrava-se num largo, que depois vim a saber ser a Praça da Prefeitura. Realizava-se um comício.

- Que comício é este? perguntei ao primeiro que encontro, na periferia da multidão, atento ao orador, que pelo jeito era um estudante.

Comício pela reforma agrária. De apoio aos “acampamentos”. O jovem orador deixa o microfone, outro toma-lhe o lugar. É um homem de 40 anos, aproximadamente, gestos largos, voz clara ‘vibrante, incisiva. Revela-se, de começo, um bom conhecedor da vida do homem do campo rio-grandense. Fala de seus contêrrâneos de Encruzilhada do Sul, do exemplo que êles deram, ainda em julho de 1960, fundando o Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MASTER – destinado a impulsionar a luta pela reforma agrária. Depois, cita algumas cifras comparativas da produção e da produtividade na zona da Colônia e na zona da Fronteira, argumenta, discute com um suposto interlocutor.

- O velho Flodoardo Silva lançou um apelo às mulheres gaúchas, falando de supostas ameaças que pesariam sobre seus lares com a atual luta pela reforma agrária. Velho Flodoardo, você sabe muito bem como vive a mulher gaúcha no campo!... O latifúndio não faz apenas espoliar o homem: desonra e humilha também a mulher. Veja, por exemplo, velho Flodoardo, que enquanto na zona da Colônia a estatística oficial registra um número de filhos ilegítimos de 2 a 3 por cento, na Fronteira, onde domina absoluto o latifúndio, esta porcentagem se eleva a mais de 20! Por que, velho Flodoardo Silva? Por causa da miséria a que o latifúndio reduz a família do peão, pois o latifundiário, seus filhos, seus apaniguados têm poder indiscutível sôbre a vida e a honra dos que lhe servem...

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

- É verdade! Muito bem! - gritam entre a multidão. Os aplausos e o foguetório não haviam deixado ouvir o nome do orador. Pergunto a alguém a meu lado.

- Este é o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues. É também presidente do Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Milton Rodrigues termina seu discurso, estouram foguetes e ouve-se uma banda de música que se aproxima. [...]

Este era um dos lados de Porto Alegre em começos de fevereiro. Naquela demonstração se via que a luta pela reforma agrária estava nos campos – e também nas ruas. Transformara-se em tema universal de discussão, formava opinião pública.

Ninguém ignorava que havia o reverso da medalha. Bem próximo à Praça da Prefeitura – disseram-me depois – estavam reunidos, em sessão permanente, há dias, os homens da FARSUL, sigla famosa de uma das fechadas e reacionárias organizações de ‘ruralistas’ do Brasil, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Em sua sede, nas vizinhanças do local do comício, estavam reunidos, àquela mesma hora, o ‘velho’ Flodoardo Silva, Batista Luzardo, o antigo ‘centauro dos pampas’, Glicério Alves, Viriato Vargas e outros representantes dos mais conhecidos e categorizados do latifúndio pecuário gaúcho. São eles os remanescentes, em plena decadência, de uma estirpe de antigos caudilhos que teve seus dias de glória e que se findam melancolicamente. É em vão que hoje eles “lançam o grito”, ainda que tenham as sedes de suas estâncias famosas, na Fronteira, repletas de armas contrabandeadas. O grito se perde nas coxilhas. Os peões não os entendiam mais... Sabem os velhos estancieiros que não podem mais confiar cegamente como no passado, em ‘seus peões’- ‘os homens de Fulano’, ‘os homens de Beltrano’... Os peões se estão libertando do antigo avassalamento feudal dos estancieiros. [...]

Nenhum sintoma tão evidente da decadência dos velhos estancieiros gaúchos do que a existência mesma dos “acampamentos”, fenômeno que se observa hoje por todo Rio Grande do Sul, na campanha como na colônia, junto às estâncias – às centenas, aos milhares, durante dias seguidos, deixando o estancieiro inquieto e nervoso, mas já impotente.

Viriato Vargas ameaçou à moda antiga: “Reagiremos de armas nas mãos!”

Eis o que resta da famosa bravata gaúcha.

Acrescentou o velho estancieiro ser “preferível a insurreição sangrenta”. Desejaria, com a ajuda de forças exteriores à fazenda – porque com as suas não conta mais – esmagar um levante extemporâneo dos sem-terra. Porque sabe que o ‘acampamento’ é um início de mobilização geral dos miseráveis do campo rio-grandense, e uma acumulação de forças, uma tomada de consciência, um despertar que se generaliza. E, mais do que tudo, um desafio aberto ao latifúndio, no Rio Grande e no Brasil.”²

² *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, número 161, 16 a 22 de março de 1962. p. 7. O *Novos Rumos* era o periódico oficial do Partido Comunista Brasileiro e circulou entre os anos de 1959 e 1964. A matéria intitulada “Acampamentos abalam a Estância: Os Latifundiários em pânico investem contra Brizola” foi a primeira de uma série de cinco reportagens produzidas pelo enviado especial do jornal e publicadas entre março e abril de 1962.

A narrativa acima, produzida pelo jornalista comunista Rui Facó, retrata uma Porto Alegre dividida nos idos de fevereiro de 1962. Nas ruas e praças da capital gaúcha encontravam-se militantes e apoiadores/as do movimento sem-terra e seus mais tenazes opositores: os representantes de um latifúndio supostamente *decadente*, agrupados em torno de uma organização *fechada e reacionária* de “*ruralistas*” - a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul).⁴ Nas palavras de Facó, o que mais assustava tais estancieiros³ era a percepção de que os acampamentos que surgiram e se espalharam pelo estado prenunciavam algo maior: um despertar dos homens do campo, dos seus *peões*, que se generalizaria por todo o país.

A reportagem do jornal *Novos Rumos*, impregnada de uma retórica militante, é representativa do contexto histórico que abarca o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, no qual as disputas em torno da questão agrária se acirraram de forma significativa no estado e no país. Neste texto, trato de examinar tal contexto, com ênfase nas lutas pela terra e na repressão que se abateu sobre os/as camponeses/as no Rio Grande do Sul.⁵

Para tanto, dividi o texto em dois momentos: na primeira parte, apresento alguns elementos sobre a conjuntura gaúcha no período, partindo de dados sobre a situação econômica e política do estado e suas relações com o quadro de concentração fundiária que então se apresentava. Além disso, abordo algumas questões vinculadas à política agrária implementada durante o governo de Leonel Brizola (1959-1962), do Partido Trabalhista Brasileiro. A partir destas reflexões, discorro acerca das lutas pela terra que se originaram no período,

³A Farsul foi criada em 24 de maio de 1927, durante o I Congresso de Criadores do Estado do Rio Grande do Sul. A agremiação nasceu com o nome de Federação das Associações do Rio Grande do Sul e em 1965 se transformou em Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, nome que preserva até os dias atuais.

⁴O jornalista citava em seu texto quatro estancieiros do Rio Grande do Sul: João Batista Luzardo, fazendeiro e dono de uma área de mais de dez mil hectares em Uruguaiana, era um proeminente político gaúcho que, entre outros cargos, exerceu mandatos de deputado federal em quatro legislaturas e foi embaixador do Brasil no Uruguai (1937-1945) e na Argentina (1945; 1946-1947); Glicério Alves, diretor da Farsul entre 1953 e 1954 e proprietário de uma área de mais de 3 mil hectares em São Sepé, e Flodoardo da Silva, dono de mais de 10 mil hectares em duas áreas no município de Uruguaiana. Ele também se refere a Viriato Vargas, que teria ameaçado reagir “de armas nas mãos”. Imagino tratar-se de um engano, pois Viriato, fazendeiro e irmão do ex-presidente Getúlio Vargas, faleceu em 1953. Facó provavelmente se referia a seu filho, Serafim Vargas, que dias antes havia sido denunciado pelo Master por estar “ameaçando, ostensivamente, à mão armada, à sua organização.” *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962. p. 12.

⁵O presente texto se constitui de uma síntese de algumas discussões apresentadas em minha tese de doutorado intitulada “*Companheiros Ruralistas!*” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

tratando, de forma mais específica, da formação e da atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER). Em um segundo momento, analiso de forma mais detalhada a repressão exercida contra os/as camponeses/as no início da década de 1960, tanto no que se refere à violência do estado, quanto à reação patronal.

***“Um despertar que se generaliza”*: as lutas pela terra no Rio Grande do Sul no início da década de 1960**

No final da década de 1950, o cenário da economia gaúcha era de crise, evidenciada pelo baixo desempenho da lavoura e da pecuária. Um estudo desenvolvido em 1965 pelos economistas Cláudio Accurso, Arthur Candal e Arnaldo Veras indicava que o problema fundamental da economia do Rio Grande do Sul foi o baixo crescimento no período 1949-1963, em comparação com a totalidade da economia brasileira. A profunda dependência da economia gaúcha para com seu setor agropecuário faz com que os autores identifiquem neste setor os fatores fundamentais que explicam a sua estagnação. De acordo com tal estudo: *“As causas deste insatisfatório crescimento da produção agropecuária gaúcha acham-se intimamente ligadas ao problema da propriedade da terra, isto é, revestem-se de características estruturais que tornam inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção, crédito, preço...”* (ACCURSO et al, 1965, p. 4) Os autores observam um processo intensivo de concentração de terras entre 1950 e 1960, com grande crescimento de propriedades com mais de 10.000 hectares e um pequeno acréscimo de estabelecimentos de até 10 hectares – os chamados minifúndios⁶, em detrimento de unidades produtivas entre 10 e 50 hectares.

Desse modo, os autores esboçavam um quadro pouco promissor para a economia gaúcha, profundamente associada ao seu setor agropecuário: por um lado, enfatizavam a baixa intensidade de tecnologia utilizada na pecuária, que dependia profundamente da incorporação de novas áreas para seu crescimento, situação agravada pelo quadro de restrição da fronteira agrária, uma vez que *“as propriedades agrícolas abrangem 80% da área total”* do

⁶ O Estatuto da Terra (Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964) classificava os minifúndios enquanto *“propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família.”* (MEDEIROS, 2012. p. 447).

território estadual. Por outro lado, indicavam que a lavoura era dominada por poucos produtos com índices de produtividade melhores em comparação à pecuária, porém insuficientes para a retomada de crescimento. Além desses elementos, o estudo destacava a questão da distribuição fundiária, que apresentava altos índices de concentração de terra e número considerável de minifúndios: *“O Rio Grande do Sul conta com uma distribuição e tamanho de propriedades muito pouco racionais, dificultando, ao extremo, romper com as tendências de hoje. Isso não só acarreta dificuldades de ordem econômica como gera um quadro social cheio de tensões.”* (ACCURSO et all, 1965, p. 33).

Diante deste quadro, o governo de Leonel Brizola adotou algumas medidas que visavam amenizar tais dificuldades e tensões. Segundo Alves (2010),

As primeiras ações do governo do estado que apresentavam alguma intenção de promover mudanças na situação fundiária do Rio Grande do Sul se deram a partir do dia 29 de fevereiro de 1960, quando o governador Leonel Brizola criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). De acordo com o decreto de criação desta, a CETH teria como função promover ‘a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas à construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos.

A partir de um levantamento da situação fundiária do estado realizada pela CETH, que consistiu no mapeamento das áreas com extensão superior a 2.500 hectares e seus respectivos proprietários, foi planejada a criação de um órgão governamental específico para tratar de projetos de reforma agrária, que teria se materializado através de um Grupo de Trabalho, o GT 14.⁷ Meses depois, em novembro de 1961, foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), que tinha por função:

⁷ De acordo com Harres, este Grupo elaborou um documento com algumas considerações sobre a questão agrária no estado, que é definida como uma *“questão de justiça social e desenvolvimento econômico.”* A reforma agrária *“deveria assumir a forma da difusão da pequena propriedade e, embora reconheçam a problemática inerente ao minifúndio, não fazem alusão à qualquer solução coletivista.”* Neste documento estava explícita a ideia da *“democratização da propriedade”*, e tal expressão *“passou a ser largamente empregada como um meio de afirmar o caráter não subversivo do projeto.”* Sua proposta estaria vinculada a uma avaliação do momento político, que exigiria uma *“intervenção mediadora”* por parte do estado, que teria condições de *“paralisar um processo em curso tendente à radicalização.”* (HARRES, 2002, p. 108-109).

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;
4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;
5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de Cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado.⁸

A criação da CETH e do IGRA evidenciavam os esforços empreendidos pelo governo no sentido de reorganizar o aparato administrativo do estado responsável pela questão fundiária. Vale ressaltar que a inflexão na condução da política agrária do governo Brizola - que a partir de 1961 passou a enfatizar a reforma agrária -, deve ser entendida dentro de um quadro de maior radicalização de seu governo, especialmente após o episódio da Campanha da Legalidade.⁹

É neste contexto que se forma o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER). O movimento se constituiu por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. O proprietário, após quase 40 anos sem reclamar da propriedade, começou a exigir dos posseiros cobrança pelo uso da terra, induzindo-os e coagindo-os a comprar a terra sob pena de serem despejados. Estes reagiram e passaram a se organizar, contando com o apoio de membros

⁸ DIÁRIO Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 12.812 em 14 de novembro de 1961.

⁹ A Campanha da Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul para garantir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A investidura de Jango na presidência estava ameaçada por um veto imposto pelos ministros militares. Brizola então “ocupou a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha, formando a chamada ‘cadeia da legalidade’, cujo objetivo era organizar a população em defesa da posse de Jango. As mobilizações populares e as divisões nas forças armadas levaram a um impasse que só foi superado com a aprovação, pelo Congresso, de emenda constitucional que implantou o parlamentarismo no país.” ABREU, op. cit., 2001. Verbetes: Leonel Brizola. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola Acesso em: 21 de julho de 2016.

do Partido Trabalhista Brasileiro, que pleitearam junto ao governo do estado uma solução. Tal mobilização levou à fundação da primeira associação, cujas bases se ampliaram até dar origem ao um movimento mais organizado, que ganhou visibilidade e contou com o apoio de Leonel Brizola. (ECKERT, 1984)

Eckert destaca que a atuação do movimento se modificou ao longo do tempo, de forma que este foi assumindo uma postura mais radical. A autora estabelece uma periodização que auxilia a compreensão sobre a sua trajetória: a primeira fase abrange os meses de junho de 1960 – momento de sua criação – até janeiro de 1962, data em que iniciam os acampamentos; a segunda fase se estende até janeiro de 1963, quando finda o governo Brizola e, com a posse de Meneghetti, *“intensifica-se a repressão sobre o movimento camponês”*; e o terceiro período se prolonga até março de 1964, pois *“com o Golpe, esse movimento tem suas atividades encerradas.”* (ECKERT, 1984, p. 74)

Em relação à primeira fase, a autora indica que desde sua criação até fins de 1961, *“sua organização e penetração junto aos sem-terra era ainda incipiente. É a partir de janeiro de 1962 que o Movimento vai adquirir grande impulso, resultado do apoio que o Governo Brizola passou a emprestar ao movimento camponês, especialmente após agosto de 1961”*. (ECKERT, 1984, p. 77)

Há outro elemento importante nas transformações experimentadas pelo movimento, que diz respeito à sua articulação tanto em nível estadual quanto nacional. Em junho de 1961 ocorreu o primeiro encontro de agricultores/as sem-terra do Rio Grande do Sul, reunindo representantes das diversas associações existentes. Uma das pautas deste encontro era a organização de um congresso estadual, impulsionado pelo anúncio da realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu meses depois em Belo Horizonte. Neste contexto, ingressaram no movimento membros do Partido Comunista, o que também gerou algumas disputas internas e mudanças nas suas orientações.

O Congresso de Belo Horizonte, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil¹⁰, foi realizado em novembro de 1961,

¹⁰A Ultab *“foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade.”* Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

reunindo mil e seiscentos delegados/as oriundos de diferentes regiões do país. Do encontro, resultou a *“Primeira Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil”*, que propunha uma *“radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios”* e o *“máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar”*.¹¹

Conforme Rosa, Brizola havia financiado a participação de lideranças do Master no evento, enquanto representantes do Rio Grande do Sul, *“que acabaram por se aliar às Ligas Camponesas na defesa da realização de uma ‘reforma agrária na lei ou na marra’ - tese que se consagrou vitoriosa no encontro.”* Neste sentido, ele aponta que *“a história do Master sofreu uma inflexão importante depois do Congresso de Belo Horizonte. Pelos poucos indícios que temos, acreditamos que o convívio com os membros das Ligas e as possibilidades de ‘radicalização’ animaram o movimento.”* (ROSA, 2010, p. 48)

Tal inflexão se caracterizou pela formação de diversos acampamentos junto às áreas cuja desapropriação por parte do governo era reivindicada, iniciando o que Eckert aponta como o *“segundo período”* na trajetória do Master. O movimento se amparava na Constituição Estadual e adotava estratégias que buscavam evitar confrontos com a lei. Os acampamentos ocorriam nas estradas que serviam de limite às propriedades reivindicadas, que geralmente eram eleitas em função de seus baixos índices de aproveitamento e o elevado número de camponeses sem terra na área.¹² Conforme a autora,

essa tática de não invadir diretamente a propriedade almejada, mas acampar na estrada, em terras do patrimônio público, foi utilizada muitas vezes e era uma forma legal de pressão, que impedia que a repressão utilizasse a argumentação de *“invasão à propriedade privada”* para tirá-los de lá. (ECKERT, 1984, p. 106)

¹¹ A íntegra do documento aprovado no Congresso está em: STEDILE, João Pedro [org.]. *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003*. p. 73-79.

¹² Conforme Eckert, a escolha das propriedades com menor índice de aproveitamento justificava-se tendo em vista o parágrafo 1º da Constituição do Estado que determinava: *“O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.”* Idem, p. 104.

Um dos marcos deste tipo de ação foi o acampamento realizado às margens da Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962, quando um grupo de famílias sem-terra deslocou-se de Nonoai até uma das estradas que cortavam a fazenda. A área pertencia à Agropecuária Júlio de Maílhos, um grupo de nacionalidade uruguaia que comprava *“terras em diferentes países esperando que estas valorizassem para revendê-las com grande margem de lucro”* (ALVES, 2010) Enquanto aguardava essa valorização, a área – de aproximadamente 25 mil hectares – permanecia improdutiva. Os/as acampados/as exigiram que o governo desapropriasse a fazenda e distribuisse os lotes para as famílias lá reunidas. Eckert (1984) destaca o *“apoio integral do governador à Concentração, assumindo-a como meio justo empregado para se chegar à reforma agrária”*, bem como a posição assumida pela Brigada Militar, que assegurou a segurança dos/as acampados/as e a agilidade com que se deu o processo de desapropriação, comunicado por Brizola perante cerca de cinco mil agricultores no dia 15 de janeiro de 1962.¹³

A partir desta experiência bem sucedida, uma série de acampamentos irrompeu no Rio Grande do Sul entre os anos de 1962 e 1964. As duas maiores ocupações foram a Fazenda Sarandi e o Banhado do Colégio, em Camaquã.¹⁴ Ocorreram acampamentos também em Itapoã, São Borja, São Luís Gonzaga, Santa Maria, Caçapava, Alegrete, Taquari, Cachoeira do Sul, Giruá, Cruz Alta, Torres, Osório, Bagé e Planalto, além de diversas mobilizações que incluíram marchas e ameaças de acampamentos em diferentes regiões do estado.¹⁵

A capacidade de articulação e mobilização dos/as camponeses/as no estado verificava-se também em outras partes do país. O período que abarca os últimos anos da década de 1950 e o início dos anos 1960 foi marcado pela emergência da bandeira da reforma agrária e pela organização dos/as trabalhadores/as rurais. Destaca-se também que em 1963 o governo João Goulart estendeu ao setor rural o direito à sindicalização, dando novas feições

¹³ Dias antes, Brizola havia desapropriado uma área de 596 hectares em Canguçu e outra de 211 hectares em São Jerônimo. (ECKERT, 1984, p. 111).

¹⁴ De acordo com uma reportagem publicada no *Correio do Povo*, mais de 1500 lavradores reivindicavam o loteamento da área de 49 mil hectares, que já havia sido decretada como de utilidade pública pelo Governo do Estado para fins de desapropriação em 1960. *Correio do Povo*, 24 de janeiro de 1962, p. 7.

¹⁵ Em 1964, formou-se um acampamento em Guaíba, às margens da BR 116, bem como houve uma ocupação em Tapas, na chamada Fazenda Santo Antônio, mas estas iniciativas foram frustradas pelo Golpe de 1964.

para as relações de trabalho no campo.¹⁶ As lutas pela terra ganhavam as ruas, mas “ninguém ignorava que havia o reverso da medalha”.

“O reverso da medalha”: mobilização patronal, violência estatal e repressão aos/às camponeses/as

Na reportagem do jornal *Novos Rumos* que dá início a este texto, Rui Facó mencionava o “reverso da medalha”, se referindo à reação enfrentada pelos movimentos de luta pela terra. O jornalista abordava mais especificamente a atuação dos “homens da Farsul”, descrita por ele como uma organização ‘fechada e reacionária de “ruralistas”’. Como procuro evidenciar, muito além de representante de um “latifúndio decadente”, a composição e as características da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul revelam uma entidade bastante complexa, marcada, ao mesmo tempo, por divergências internas e por laços sólidos de coesão e identidade. A Federação reunia então cerca de 124 associações espalhadas pelo estado e se constituía em uma das principais entidades representativas do ruralismo no país.¹⁷

A documentação produzida pela Farsul revela uma atuação significativa no período, seja a partir de ações que objetivavam tornar público os seus posicionamentos, como o envio de telegramas às autoridades e publicação de manifestos na grande imprensa, seja através de iniciativas voltadas à organização dos próprios ruralistas, como a realização de concentrações, reuniões e campanhas¹⁸. Além disso, a entidade e algumas de suas lideranças buscavam se articular com outros grupos, instituições e associações de classe, de forma a estabelecer ações conjuntas e fortalecer suas posições.

¹⁶ O presidente sancionou o “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei 4.214/63), estendendo ao mundo rural a estrutura sindical e os direitos trabalhistas regulamentados para os trabalhadores urbanos a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943.

¹⁷ Utilizo ruralismo na acepção construída por Sônia Mendonça, que defende que este “*deve ser tomado, sobretudo, como um movimento político, constituído a partir de uma rede de posições, agentes e agências*”. Conforme Mendonça, “*Falar em ruralismo(s) significa identificar os grupos que, nos inúmeros contextos históricos, constituíram-se concretamente como os principais responsáveis pela defesa dos interesses desta ou daquela fração da classe dominante agrária, organizados por intermédio desta ou daquela instituição da sociedade civil ou da sociedade política.*” (MENDONÇA, 2005, p. 214)

¹⁸ Em 1962, por exemplo, a entidade lançou um projeto de “Desenvolvimento do associativismo rural e Campanha de Exortação e Advertência”.

A Farsul se opôs sistematicamente aos acampamentos e mobilizações, bem como se pronunciou contrariamente à atuação de Brizola, acusando-o de patrocinar os movimentos dos/as trabalhadores/as sem-terra com fins eleitoreiros e demagógicos. A ação de desapropriação em Sarandi acirrou as divergências entre o governo e os ruralistas, que ampliaram sua mobilização e diversificaram suas estratégias de atuação.¹⁹ Na IV Conferência Rural Brasileira, por exemplo, as ocupações de terras e as desapropriações no Rio Grande do Sul foram objeto de discussão. Realizada nos dias 24 e 25 de janeiro de 1962, a Conferência era organizada pela Confederação Rural Brasileira e reuniu representantes de 22 federações e milhares de ruralistas de todo o país, que debateram a *“a tese do que se poderia chamar de reforma agrária brasileira”*. Durante o evento, membros da delegação gaúcha manifestaram-se contra as ações do governo. Batista Luzardo denunciou: *“Todo mundo sabe perfeitamente que a ocupação da Fazenda Sarandi foi cuidadosa e previamente combinada entre o prefeito de Sarandi e o Governador Leonel Brizola.”*²⁰ Glicério Alves, após o encerramento da sessão solene, fez um pronunciamento *“que teve o apoio antecipado de todos os seus companheiros da Farsul”*, relatando as mobilizações em Sarandi e Camaquã a o incentivo de Brizola para que os/as agricultores/as sem-terra se organizassem. De acordo com este ruralista,

A recomendação [para] que os chamados agricultores sem terra se organizem em grupos, outra coisa não traduz senão um incitamento à desordem, à quebra da paz social, de vez que desses agrupamentos acoroçados pela cobertura oficial, outra coisa não se pode esperar se não a confusão, o desrespeito à propriedade privada e conseqüentemente, à Constituição.²¹

¹⁹A entidade condenou a medida em “NOTA OFICIAL DA FARSUL AO RIO GRANDE E À NAÇÃO”. O manifesto afirmava que: *“Entre os dois extremos na ordenação das modalidades de Reforma Agrária – a reforma conservadora ou pseudo-reforma, e a reforma de tipo totalitário, está situada a reforma democrática. [...] A expropriação dos proprietários ou a apropriação de terras pelo estado são medidas que a reforma agrária democrática justificadamente repele, pois equivaleria, num e noutro caso, em colocar a pessoa sob o arbítrio do estado, despojando-a de direitos primordiais, inalienáveis e anteriores à própria organização jurídica do Estado.”* *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1962. Contracapa. No dia seguinte, foi publicada no *Correio do Povo* uma “Proclamação às classes da Produção e à Opinião Pública”, assinada pela Farsul, Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e Sindicato dos Bancos no Rio Grande do Sul, na qual as referidas entidades se manifestavam contra as ações do governo Brizola.

²⁰ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962. p. 11.

²¹ *Correio do Povo*, 27 de janeiro de 1962. p. 6.

O posicionamento dos ruralistas, enunciado tanto através de cartas abertas ou entrevistas individuais quanto nos pronunciamentos oficiais da Farsul, evidenciam algumas questões relevantes. Nas críticas que figuram em seus discursos, é enfatizado o incentivo de Brizola à organização dos/as sem-terra, compreendido enquanto “*um incitamento à desordem, à quebra da paz social.*” Ainda que a condução da política agrária e as ações de desapropriação sejam reprovadas, é o apoio do governador à união e organização dos/as sem-terra que ganhavam centralidade nas suas declarações. Era o vigor do Master que os alarmava, e tal temor não era sem razão: enquanto eles trocavam acusações com Brizola pelas páginas dos jornais, novas mobilizações surgiram em Caçapava, Itapuã e Alegrete.

Este é um elemento importante porque permite descortinar as expectativas e lógicas de dominação que estavam em jogo naquele momento. A bandeira da reforma agrária assustava os ruralistas porque era empunhada por um movimento social organizado, que reivindicava terra e direitos. Era a ação deste movimento que dava sentido à luta pela reforma agrária e que a tornava tão potencialmente “subversiva”.

A atuação dos ruralistas no período incluiu uma série de articulações, como revela sua participação na criação do IPESUL – um núcleo do IPES no estado²²- e sua intervenção nas disputas eleitorais. Muitos ruralistas defendiam uma ação mais orgânica e ostensiva nas campanhas eleitorais, capazes de incidir sobre seus desfechos. Isso se evidenciou em 1962, quando ocorreu o pleito para o executivo estadual. Naquele momento, foi expressivo o apoio dos ruralistas a Ildo Meneghetti, do PSD, que derrotou o candidato apoiado por Brizola.

Meneghetti se elegeu a partir de uma coligação de cinco partidos, que constituíram uma expressiva frente de oposição aos petebistas. Em sua campanha, apresentou um discurso que referenciava a necessidade das reformas de base e prometeu efetivar um programa de reforma agrária.²³

²² Segundo Dreifuss, o IPES foi fundado em 1961 e atuava junto ao Ibad, formando um complexo que atuava “*como um Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e controlada que a levou ao poder.*” Em seu estudo, o autor buscou evidenciar como estes institutos – que reuniam a “elite orgânica” (formada principalmente por empresários, alguns profissionais liberais, militares, e intelectuais) passaram a patrocinar uma ampla campanha de desestabilização do governo Goulart, além de difundir uma mensagem anticomunista através de palestras, simpósios, debates, propagandas no rádio e TV, filmes e jornais. Núcleos do IPES rapidamente se espalharam pelo país. No Rio Grande do Sul foi criado o Ipesul, em março de 1962; cinco dirigentes da Farsul foram seus sócios-fundadores.

²³ Mercedes Canepa afirma que a defesa das reformas foi um traço comum em todos os candidatos ao governo do estado, embora fosse possível diferenciar o direcionamento de cada um deles em função dos setores sociais (classes, segmentos, grupos) que os apoiavam. CANEPA APUD REBELLO (2014, p. 11).

Uma das primeiras ações do seu governo, no entanto, foi desarticular e descaracterizar o IGRA de suas funções originais. De acordo com Rebello (2014), inicialmente, o instituto passou por um processo de desintegração de seu quadro de funcionários; em seguida, foi reestruturado para desenvolver novas funções, esvaziando o órgão de uma de suas principais atribuições, que consistia em elaborar um plano de reforma agrária para o estado. Em janeiro de 1963, logo após sua posse, o governador exonerou de suas funções 29 dos 32 servidores do IGRA, entre eles Euzébio França, secretário-geral do Master.

O autor aponta que ao *“analisar as atividades do IGRA e os casos das Inspetorias de Terra de Nonoai e Erechim, a fim de visualizar o direcionamento delas, a quem e a que elas estavam atendendo”*, percebeu que os serviços do IGRA, em grande medida, estavam atendendo demandas de outros setores sociais, especialmente os ruralistas, em detrimento do auxílio aos/às assentados/as, característica presente na gestão de Brizola. Ele salienta que:

Além disso, essa nova configuração do IGRA indicava que, se houvesse algum projeto de colonização ou recolonização, estes seriam direcionados às terras devolutas, já que nada assinalava algum tipo de avaliação que pudesse redundar em desapropriação, enquanto era dada grande ênfase ao cadastramento daquelas terras. Dessa forma, não só se evitava o conflito com os interesses ruralistas, como também se alinhava ainda mais a eles, já que esse setor almejava essas terras públicas para expansão da fronteira agrícola. Ou seja, a reforma agrária ganha um novo sentido e direcionamento aos grupos sociais do campo com maior poder de barganha, constituindo-se em um projeto alternativo às reivindicações das massas rurais. (REBELLO, 2014, p. 150)

É importante salientar, como pontuou o autor, que novas desapropriações e distribuições de lotes de terras para famílias já assentadas não avançaram durante o governo Meneghetti, apesar das pressões e mobilizações do Master. Há também denúncias de que o governo estaria entregando lotes de terras em áreas desapropriadas durante a gestão de Leonel Brizola para os seus antigos proprietários, como foi o caso do Banhado do Colégio.²⁴ Em

²⁴ O autor aponta que um estudo de Ivaldo Gehlen constatou que *“teriam ocorrido negociações na Fazenda Sarandi que permitem a reconcentração destas terras desapropriadas na gestão de Brizola”*. De acordo com este autor, não houve mais assentamentos na região de Sarandi depois de 1964, só voltando a acontecer em 1979. Ainda segundo Gehlen, em setembro de 1964, Meneghetti teria transformado *“a desapropriação judicial em amigável”*, indenizando os proprietários *“com um valor vinte vezes superior ao que havia sido depositado”* (Cr\$ 100 mil).

dezembro de 1963, por exemplo, o jornal *Última Hora* publicou um levantamento realizado por uma comissão de agricultores/as do *Banhado*, no qual denunciavam que o IGRA teria entregue lotes de terras a “fazendeiros da região”, em detrimento dos/as camponeses/as.²⁵

Além de frear as desapropriações, o governo estadual atuou no sentido de conter as mobilizações dos/as sem-terra, especialmente do Master, ao mesmo tempo em que se omitia diante de situações de violência no campo protagonizadas por grandes proprietários.

Durante a gestão de Meneghetti “a repressão foi uma constante: agricultores ameaçados, espancados, presos; ranchos queimados; ferramentas apreendidas e, inclusive, assassinato de agricultor ocorreu.” (ECKERT, 1984, p. 294-295) Trata-se do assassinato do líder camponês Lucídio Antunes ocorrido em Santa Bárbara em 1963. De acordo com o relato da autora, o proprietário de uma fazenda pediu a diversas famílias que trabalhavam para ele em regime de “meia” que deixassem a área:

Como os agricultores não concordaram, o proprietário moveu uma ação de despejo, esperando que a Justiça os expulsasse. Desesperados, os camponeses em assembleia na Associação dos Agricultores Sem Terra decidiram enviar para Porto Alegre o secretário da entidade, o agricultor Lucídio Antunes que, acompanhado da diretoria do MASTER, foi pedir providências à SUPRA, que designou um advogado para acompanhá-lo para Santa Bárbara. Lá o advogado contestou a ação – invocando a Lei do Inquilinato no item que prorroga automaticamente os contratos de arrendamento – e obteve ganho de causa para os camponeses. Então, por decisão da Justiça foi sustado o despejo. O proprietário não se conformou e ameaçou os agricultores: ‘ganharam na Justiça, mas vão ter que sair de qualquer maneira, nem que eu tenha que matar um’. Cumprindo a ameaça, no dia 22 assassinou Antunes. (ECKERT, 1984, p. 194-195)

Além disso, o governador teria diminuído “de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra”. GEHLEN APUD REBELLO, op. cit., 2014, p. 116.

²⁵*Última Hora*, 28 de dezembro de 1963. p. 5. De acordo com o levantamento, “a seguinte área desapropriada foi apresentada aos latifundiários, por ordem do IGRA: lotes 36 a 40 do núcleo, ao fazendeiro José Olavo Fay; lotes 28 a 31 do núcleo 4 ao fazendeiro Dorval Ribeiro.” Além disso, no Núcleo 1, “os lotes 1 a 7 ainda por autorização do IGRA, estão em poder dos irmãos Andreotti, também latifundiários.” O levantamento afirmava também que o Instituto teria permitido a construção de uma represa “destinada a favorecer o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra”, obra que prejudicaria vários lotes de terras.

Na ocasião, a delegacia da SUPRA no Rio Grande do Sul enviou um advogado para auxiliar a Associação e emitiu uma nota, afirmando que o assassinato “teve a finalidade de intimidar os demais agregados para afastá-los da referida área.”²⁶ Na reportagem publicada pelo *Correio do Povo* sobre o caso não há menção a qualquer ação ou tentativa de investigar o crime por parte dos órgãos estaduais, tanto da polícia quanto das agências vinculadas à questão agrária.

O livro *Retrato da Repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985* também apresenta dados e entrevistas que abordam a repressão ao MASTER e a seus/suas integrantes. Um dos casos mais marcantes diz respeito a João Machado dos Santos, conhecido como “João Sem Terra”. O pequeno agricultor, uma das lideranças do movimento no estado, “foi sequestrado e torturado várias vezes por agentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops), preso por policiais civis e da Brigada Militar. Um das acusações contra ele era por suposto tráfico de armas para os acampamentos de sem-terra, o que nunca se revelou verdadeiro” (CAMARANO, 2012, p. 57).²⁷ Após sua libertação, o líder camponês viveu 25 anos na clandestinidade, “para fugir da repressão intensificada com o golpe de 1964.” (CIOCCARI e CARNEIRO, 2011, p. 320)

A mesma obra, no capítulo “Revoltas e ocupações: a ordem desafiada no sul”, trata de uma operação policial chefiada pelo coronel reformado da Brigada Militar (BM), Gonzalino Cúrio de Carvalho, em 1963, para “acabar com os seis acampamentos de agricultores que existiam no Rio Grande do Sul”. No âmbito desta operação, segundo o depoimento do dirigente comunista Ari Saldanha, foi formado um cerco pela BM no acampamento Passo do Feio, em Nonoai, onde se encontravam cerca de 60 famílias; lá os/as agricultores/as foram cercados pelas tropas e foi cortado o fornecimento de água, tornando a situação ainda mais crítica.

O referido acampamento havia sido formado um dia antes da posse do novo governador, que prometeu resolver a situação dos/as sem-terra lá

²⁶ *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1963.

²⁷ Em outubro de 1963, o *Última Hora* informava que “João Sem Terra continua sumido”, afirmando que seu sequestro havia se dado na ocasião em que fora descoberto “o plano de formação de um arsenal pelo latifundiário João Kiffer, de São Francisco de Paula”. De acordo com a reportagem, “tudo leva a crer que o sequestro do João-Sem-Terra, ocorrido no município de Nonoai, tenha sido praticado pela DOPS para amenizar a descoberta do arsenal que estava sendo montado por Kiffer no Mato das Flores, onde reinava o jagunço conhecido como Negré.” *Última Hora*, 28 de outubro de 1963, p. 5.

acampados. No entanto, a localidade foi sitiada e um dos líderes do movimento, João Ramão, preso. Uma caravana de sindicalistas e apoiadores dirigiu-se à localidade, mas não pode prosseguir. Por fim, o acampamento foi sufocado e as cabanas dos/as agricultores/as foram incendiadas. (ECKERT, 1984)

As ações de repressão se repetiram nos acampamentos e mobilizações que se seguiram; dias após o episódio de Passo do Feio, a sede da Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de Sapucaia do Sul foi cercada pela Brigada Militar. Segundo Eckert (1984), esta ação tentava impedir a ocupação das fazendas Pachete e Itapuí, localizadas na cidade. A última fazenda era de propriedade de Meneghetti e outras duas pessoas; o Master apontava irregularidades em relação à propriedade da terra, uma vez que um dos agricultores sem-terra afirmava que era o dono efetivo da gleba. Outro exemplo foram as violências registradas no episódio de ocupação de uma fazenda em Morro Alto (Osório)²⁸, ocorrida em setembro de 1963, quando mais de cem soldados da Brigada Militar investiram contra agricultores/as sem-terra, deixando um saldo de mais de dez feridos. (ECKERT, 1984, p. 179)

Rebello (2014) também destaca que, com base em documentos do governo, *“pode-se observar sua preocupação em entrosar a ação da polícia e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), que auxiliava inclusive em transporte de tropas ou de comissões de agricultores sem terra a encontros com o governador ou com seus representantes”*. Haveria, segundo o autor, uma estreita cooperação entre as forças policiais e a Divisão de Terras e Colonização para vigiar os sem-terra; em alguns episódios, há suspeitas que, sob o argumento de fazer o cadastramento dos agricultores acampados, funcionários do IGRA repassavam as informações para a polícia e para arrendatários ou fazendeiros.

Em agosto de 1963, por exemplo, um novo acampamento na mesma região de Nonoai foi rapidamente cercado pela Brigada Militar, em uma ação comandada por Carvalho. De acordo com Rebello, um radiograma da

²⁸ Sobre o episódio, ver: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Do “tempo da Reforma Agrária” ao quilombo: Morro Alto no diálogo dos tempos*. In: III Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Comunicação oral. Neste episódio houve tentativas de interferência da SUPRA; técnicos da superintendência foram impedidos de ingressar no acampamento, o que evidencia os tensionamentos entre os órgãos do governo estadual e federal, que ocorreram em muitos momentos ao longo de 1963 e 1964. De acordo com Rebello, Eliseu Torres, diretor regional da SUPRA, solicitou o auxílio do Exército para garantir o trabalho da agência, *“que vinha tendo seus funcionários barrados pela ação da Brigada Militar no Estado em vários acampamentos.”* (REBELLO, 2014, p. 74).

Inspetoria de Terras de Erechim e Nonoai evidencia que soldados da Brigada Militar foram transportados por viaturas daquela inspetoria. O IGRA, criado para ser um meio de promoção da reforma agrária, tornava-se, sob a gestão Meneghetti, um instrumento de apoio à repressão contra os movimentos sociais do campo.

Há casos em que os próprios fazendeiros conduziam os soldados, como ocorreu em um acampamento iniciado em Tapes no mês de fevereiro de 1964. Neste episódio, os/as agricultores/as sem-terra foram reprimidos em uma ação articulada com a participação de agentes do DOPS, que ficharam os mesmos como “comunistas”. Em outro episódio ocorrido em um núcleo de colonização criado por Brizola, em Itapoã, há denúncias que um fazendeiro da região e o administrador do núcleo, nomeado pelo IGRA, teriam ameaçado de morte e tentado despejar o presidente da Associação dos Sem-Terra daquela localidade, o que evidencia uma ação articulada entre funcionários do governo e os latifundiários.²⁹

Este tipo de ação articulada era bastante comum; de acordo com o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade, *“no período de ascenso da organização camponesa (pré-64), as reações patronais, apoiadas seja por entes do estado ou por suas milícias privadas quase sempre se deram no sentido de coibir a organização e as manifestações das populações rurais”* e como se vê nos casos relatados ao longo do relatório *“foram constantes os episódios envolvendo a participação de delegados, policiais (civis e militares) e forças armadas nas violações contra camponeses.”* (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 54)³⁰

As denúncias dessas violações no Rio Grande do Sul eram geralmente recebidas por parte do governo com certa incredulidade. Ao não apurar as arbitrariedades praticadas por agentes públicos ou por agentes privados, o governo sinalizava para a continuidade destas ações contra os/as sem-terra.

Naquele contexto, a repressão aos/às camponeses se alastrava por todo o país. Alguns estudos apontam para o recrudescimento da violência no campo

²⁹ *Última Hora*, 27 de julho de 1963, p. 5.

³⁰ No caso de militares, é preciso considerar as relações entre membros das Associações Rurais com oficiais e chefes militares das guarnições no interior do estado. Há várias evidências de que tais relações se desdobraram em ações repressivas por parte destes militares em direção aos movimentos de luta pela terra. Em janeiro de 1962, o Master denunciou *“pressões (inclusive, armada) de um general e de ruralistas”* contra os sem-terra em Encruzilhada do Sul. O jornal *Novos Rumos*, editado pelo PCB, em sua edição de 18 a 24 de maio de 1962, denunciou que os *“coronéis latifundiários”* de Bagé estavam hostilizando os movimentos populares. *Novos Rumos*, 14 a 24 de maio de 1962, snp.

e para a aquisição de armamentos por parte dos ruralistas. Um exemplo revelador é o caso de Minas Gerais; de acordo com Starling, os grandes proprietários de terra mineiros, especialmente nas áreas de maior tensão, “*não esperaram por Magalhães Pinto [governador do estado] para sair em defesa de seus privilégios, organizando seu próprio sistema de ação militar defensivo-ofensivo, baseado, via de regra, na criação de milícias particulares que funcionavam como a espinha dorsal de um organismo paramilitar.*” (STARLING, 1986, p. 260) De acordo com a autora, havia indícios de que “*a própria FAREM [Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais], na figura de seu presidente, vinha promovendo a distribuição de armas aos proprietários de terra no estado.*”

Na imprensa da época, muitas reportagens indicavam que havia, por parte dos grandes proprietários rurais, iniciativas no sentido de armarem-se.³¹ Segundo Moniz Bandeira, agentes da CIA, “*com a colaboração de militares, latifundiários, comerciantes e industriais*”, patrocinavam grupos de extrema-direita naquele período: “*Os depósitos de material bélico, bem como os campos de treinamento militar, espalhavam-se por todo o país, escondidos em igrejas e fazendas*” (MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 126).³²

Organizações como a Ação de Vigilantes do Brasil “*apareceram em todos os estados, como forças policiais paralelas, espécie de milícias fascistas, num processo de crescente irradiação.*” Moniz Bandeira afirma que o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) ligado ao Conselho de Segurança Nacional investigou a ação destes grupos e a aquisição de armamentos, muitos dos quais contrabandeados, apurando a ligação dos responsáveis com militares como o Almirante Heck e políticos como Adhemar de Barros. Conforme o autor, o SFICI “*Constatou o desvio de material bélico*

³¹ Em outubro de 1963, por exemplo, foi anunciado pelo Comando da Polícia do Exército a apreensão de material bélico na Guanabara e no Estado do Rio, pertencentes, segundo a notícia, a uma organização denominada “Ação Vigilante do Brasil.” Esta, segundo a reportagem, congregava “*estudantes, fazendeiros e até moças empregadas no comércio, no Estado do Rio*” e vendia armas a fazendeiros para que estes pudessem se defender “*contra a ação dos comunistas*” e organizava-se “00”. *Correio do Povo*, 23 de outubro de 1963. p. 4.

³² Parte significativa das informações de Moniz Bandeira foram obtidas a partir de entrevistas com membros das Forças Armadas, conforme revelam as notas de rodapé em seu livro. Vale ressaltar que sua obra foi escrita em meados da década de 1970, num momento em que, por um lado, não havia constrangimento por parte dos militares golpistas em expor sua participação no processo de deposição de Goulart e, por outro lado, eram limitadas as possibilidades de acesso a fontes documentais que poderiam matizar ou ratificar tais informações. Para uma leitura crítica do livro, em sua edição revista e ampliada lançada em 2001, ver: REZK, Antonio. Moniz Bandeira e o governo João Goulart. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, número 21, fevereiro de 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/021/21res_rezk.htm Acessado em: 15 de dezembro de 2015.

de arsenais das Forças Armadas, tomou conhecimento de que aviões da FAB transportavam armas para os conspiradores e descobriu uma rede de transmissão no Rio Grande do Sul, montada pelo então Major Álcio da Costa e Silva.”³³ (BANDEIRA, 1977, p. 128) Em relação ao Rio Grande do Sul, Dreifuss também aponta que os grandes proprietários de terra nas zonas rurais estavam sendo organizados em unidades paramilitares pelo General da Reserva Armando Cattani.³⁴

Algumas notícias publicadas na imprensa gaúcha revelam indícios quanto ao tráfico de armamentos em áreas rurais. No dia 6 de março de 1964, o *Correio do Povo* publicou uma reportagem sobre um suposto carregamento de armas que estava em um caminhão apreendido em Santo Ângelo. Dizia a reportagem que “segundo jornais cariocas e paulistas”, o Conselho de Segurança Nacional teria recebido um comunicado do III Exército sobre a carga, de procedência argentina, que seria remetida “a diversas associações de proprietários de terra, em todo o país”. Procurado pelo periódico, o III Exército, no entanto, afirmou que “o Comando do III Exército não fez nenhuma comunicação a esse respeito.”³⁵ Dias depois, o general Benjamin Galhardo, comandante do III Exército, reafirmou desconhecer tal apreensão, ao ser questionado por jornalistas. Além disso, disse: “não me consta que as autoridades estaduais tenham feito alguma apreensão deste gênero”³⁶. No mesmo período, outra denúncia de que um caminhão carregado de armas dirigia-se a Bagé fez com que a polícia interceptasse as estradas que davam acesso à cidade.³⁷ De acordo com as evidências disponíveis, é provável que parte considerável dos fazendeiros gaúchos estivesse adquirindo armas e muitos

³³ Álcio da Costa e Silva era filho único do General Arthur da Costa e Silva; em uma breve pesquisa sobre o então major através da internet, não encontrei outras evidências de sua participação no processo que culminou com o golpe de 1964. Bandeira afirma também que elementos vinculados ao Marechal Odílio Denis armavam os fazendeiros no sul do país. Não há menção a quem seriam esses elementos. (BANDEIRA, 1977, p. 124.)

³⁴ Segundo Cunha, o general Armando Cattani, que comandou a 6ª Divisão de Exército em Porto Alegre entre os anos de 1958 e 1959, “exatamente quando Brizola deixava a prefeitura da capital gaúcha para assumir o governo do estado – organizava grandes fazendeiros no interior do Rio Grande do Sul em unidades paramilitares que seriam acionadas na hora precisa do golpe. O general Cattani era tão amigo do general Golbery que foi selecionado por ele para assumir como interventor a prefeitura de sua terra natal, Rio Grande. O posto ficou vago de repente graças à quartelada de março de 1964, que transformou a cidade portuária em “área de segurança nacional” e cassou o mandato do prefeito do PTB, Farydo Salomão, no cargo havia apenas três meses.” (CUNHA, 2011).

³⁵ *Correio do Povo*, 6 de março de 1964, p. 18.

³⁶ *Correio do Povo*, 10 de março de 1964, p. 24.

³⁷ *Correio do Povo*, 11 de março de 1964, p. 20.

deles eram diretamente vinculados às associações rurais de seus municípios.

Os dados relativos à repressão aos/as camponeses/as no período pré-1964 são reveladores do incremento da violência patronal neste período.³⁸ Tais dados corroboram as reflexões de Bruno, quando a autora enfatiza que a violência como prática de classe é um dos principais traços que marcam o perfil das classes e grupos dominantes no campo, juntamente com a defesa da propriedade como direito absoluto. (BRUNO, 2003)

Com a efetivação do Golpe, este quadro de repressão se acentuou e os movimentos de luta pela terra e seus/suas militantes e apoiadores/as foram duramente atingidos. Além disso, os projetos de reforma agrária em curso foram abortados, os órgãos estatais voltados à reforma agrária sofreram intervenções e seus/suas dirigentes e servidores/as foram perseguidos/as. No caso do MASTER, o movimento foi desarticulado e suas lideranças perseguidas. Em reportagem publicada no jornal *Diário de Notícias* de 18 de abril de 1964, intitulada “*MASTER a serviço da subversão no RGS: funcionários desaparecidos*”, há uma nota distribuída pelo III Exército afirmando que o MASTER teve sua sede localizada e arrombada e que os funcionários do movimento haviam sido convocados pelo interventor, mas que não haviam comparecido à sede da entidade.³⁹

Segundo o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (2014), 1196 camponeses/as e apoiadores/as foram mortos/as ou desaparecidos/as entre 1961 e 1988.⁴⁰ O Relatório também aponta que 663 camponeses/as foram atingidos/as por IPMs e/ou processos na Justiça Militar, classificados/as entre denunciados/as, indiciados/as, referidos/as, testemunhas e declarantes: “*A leitura dos processos permite concluir que, independentemente da classificação, foram igualmente perseguidos.*” Destes 663 camponeses, 116 eram do Rio Grande do Sul.⁴¹

³⁸ Tais dados podem ser consultados no Relatório da CCV, especialmente nos anexos I – “Lista de camponeses atingidos por IPMS e processos na Justiça Militar” - e II – “Lista de camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988”. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014)

³⁹ *Diário de Notícias* de 18 de abril de 1964. p. 7.

⁴⁰ Vale ressaltar que há indicações de que este número seja ainda maior; segundo dados do MST, mais de 2000 trabalhadores rurais foram mortos entre 1964 e 1985. Ver: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assassinatos no campo: crime e impunidade. 1964-1985. São Paulo: Global, 1987.

⁴¹ Dados sistematizados por Gilney Amorim Viana a partir de fontes do Projeto Brasil Nunca Mais, Comissão de Anistia/MJ, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/DH-PR. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 408-420).

Os dados acima expostos evidenciam a dimensão da repressão que atingiu camponeses/as e militantes de movimentos de luta pela terra em nosso passado recente e apontam para a necessidade de novas pesquisas acerca do tema. Trata-se de uma tarefa fundamental para compreendermos o legado de violência no campo que perdura até os dias de hoje.

Referências Bibliográficas

ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n. 16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico).

ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRUNO, Regina Ângela Landim. A violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 285. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf

CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: Veredas de uma luta*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1.

CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011. p. 320.

CUNHA, Luiz Claudio. Histórias de tirar o fôlego. *Observatório da Imprensa*, edição 661, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/>

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio*. Camaquã, RS. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

_____. Ruralismo. IN: MOTTA, Márcia (organizadora). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 410 – 414.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. IN: CALDART, Roseli Salete et al. [org.] *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MORAES, Thiago de Aguiar. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988*. 2014. p. 54. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-para-download-4/>

ROSA, Marcelo C. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962–1980). IN: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CAMPONESES E DITADURA: POBREZA SUBVERSIVA E REPRESSÃO NO ARAGUAIA

Patricia Sposito Mechi¹

A ditadura longe dos grandes centros urbanos

Apesar dos avanços recentes nos estudos sobre a ditadura empresarial-militar brasileira, em virtude do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais no âmbito do Estado e de comitês, movimentos sociais, sindicatos, universidades e grupos de pesquisa independentes, há muito a se aprofundar para compreender sua extensão e seus impactos, ainda fortemente presentes na vida social brasileira. Em meados dos anos de 1980, foi possível trazer à tona de maneira mais sistemática denúncias sobre a tortura, os desaparecimentos forçados e assassinatos ocorridos no período. Na época, o tema era quase que exclusivamente de interesse de grupos de familiares de desaparecidos políticos, militantes de direitos humanos, sendo pouco abordado nas universidades, situação que permaneceu até o início do século XXI².

Além da proximidade da ditadura, que terminou em 1985, a pouca incidência de estudos acadêmicos no período também pode ser atribuída à forma como foi realizada a transição para o regime civil, em que personagens de grande influência na ditadura permaneceram na cena política com imensos poderes (por exemplo Jarbas Passarinho, Roberto Campos e José Sarney), num contexto de desestímulo, pela permanência do autoritarismo e das estruturas repressivas, aos estudos sobre o tema. Além disso, a documentação disponível na época era rara e episódica, já que não existiam arquivos abertos. Os documentos históricos mais abundantes do período – os testemunhos – eram vistos com desconfiança, inclusive por historiadores que somente anos mais tarde passaram a explorar mais largamente essa fonte.

Nos anos imediatamente anteriores ao cinquentenário do golpe, percebe-se um maior interesse de pesquisadores sobre o tema, com a promulgação da lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011) e com a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/11), instalada em 16 de maio de 2012.

¹ Doutora em História pela PUC-SP, pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL/PUC-SP) e professora da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

² Entre os grupos estão a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Tortura Nunca Mais.

Os estudos sempre se concentraram principalmente no eixo Rio-São Paulo, mesmo após a ampliação das pesquisas na área. É possível verificar algumas referências e estudos em outras regiões do país mas, em geral, tratavam-se de estudos em grandes centros urbanos ou capitais. Apesar de existir hoje diversos centros de memória e grupos de pesquisa e estudos em universidades e movimentos sociais fora destes grandes centros urbanos, sua predominância ainda é evidente, seja na produção acadêmica, editorial, no acesso à financiamento e nos equipamentos de pesquisa.

Quando se tratam de pesquisas sobre a população rural, a situação se torna ainda mais dramática. Apesar de ser um país com uma grande população camponesa, com importantes movimentos rurais como o Movimento Sem-Terra, os estudos sobre este segmento social ainda são proporcionalmente escassos. As dificuldades para estudar esta população decorrem de diversos fatores, dentre as quais destacam-se a escassez de fontes e o pouco interesse acadêmico e mesmo social. Um exemplo da pouca compreensão dos impactos da ditadura sobre camponeses e indígenas foi a formação, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, de um grupo de trabalho para tratar das violações de direitos humanos sobre camponeses e indígenas em conjunto, tomados desta forma genérica, mesmo sendo os grupos sociais que apresentam o maior número de vítimas.

Destoando um pouco deste quadro, os camponeses da região do Araguaia apresentam algumas particularidades em relação aos demais camponeses brasileiros. Eles estiveram no centro das maiores operações de repressão da ditadura, já que estavam na região onde se instalaram os militantes do Partido Comunista d Brasil (PC do B), que lá organizaram um movimento que ficou conhecido como “guerrilha do Araguaia”. Por isso, diferente de outros grupos de camponeses, começaram a ser feitas referências a eles nos pouco materiais publicados sobre o assunto ainda nos anos noventa. Contudo, não eram o centro da preocupação seja de jornalistas, estudiosos ou dos familiares de desaparecidos políticos. O interesse, nos anos noventa, era por conhecer a ainda obscura história da guerrilha e saber do paradeiro dos militantes.

Foi pela pressão dos próprios camponeses que o tema passou a ser objeto de interesse mais amplo³. Era pelo depoimento deles que se buscavam as

³ Da mesma forma, outra iniciativa que evidencia a importância do estudo dos crimes cometidos pela ditadura no campo, criou-se, em 2014, a Comissão Camponesa da Verdade, cujo relatório está disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20Final%20Comiss%C3%A3o%20Camponesa%20da%20Verdade%20-%2009dez2014.pdf> acessado em: 26 de fevereiro de 2018

informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros desaparecidos e mesmo sobre a história da guerrilha. E, como foram vítimas diretas da violência dos agentes da repressão, contar a história da guerrilha era contar a sua própria história. A partir destes depoimentos, foi se constituindo o movimento dos camponeses atingidos pela guerrilha do Araguaia que passaram a entender que também tinham direito às indenizações previstas pela Lei de Anistia de 1979. Estes depoimentos revelam como a violência se abateu sobre eles e como a repressão das Forças Armadas à guerrilha foi decisiva na deterioração dos meios de subsistência desta população, aprofundando e perpetuando a pobreza na região.

Cotejar estes depoimentos com a documentação produzida pelas Forças Armadas permite compreender a lógica repressiva que orientava as ações dos militares, que extrapolavam o combate à esquerda armada. A seguir, buscamos explorar alguns aspectos desta temática.

Doutrina de Segurança Nacional e Forças Armadas: a guerra contra camponeses

O tratamento das Forças Armadas em relação à população camponesa do Araguaia era um misto de paternalismo e violência, e a repressão a eles diferia em relação à repressão aos guerrilheiros. Existem documentos em que ambos os grupos – camponeses e guerrilheiros, eram vistos pelo Exército sob as lentes da Doutrina de Segurança Nacional, doutrina que orientava as Forças Armadas na América Latina, sob a direção dos Estados Unidos, a partir da guerra fria. Alguns dos aspectos da doutrina, além da documentação produzida pelo Exército, ajudam a compreender a maneira como a população era vista e as especificidades destes em relação a outros grupos sociais⁴.

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, sob a guerra fria, o mundo se achava dividido em áreas de influência das duas superpotências mundiais, Estados Unidos e União Soviética e a cada um desses campos, correspondia um conjunto de características, concebidas como antagônicas: comunismo x capitalismo, autocracia x democracia cristianismo x ateísmo, etc.

⁴ Para um estudo mais completo sobre este tema cf: Mechi, Patricia. Os Protagonistas do Araguaia. Trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha, op. cit.

O Brasil era apresentado como naturalmente alinhado aos Estados Unidos, seja pela sua posição geográfica, seja pelos valores “cristãos e democráticos” que partilhavam. Entretanto, num mundo bipolar, havia uma ameaça constante a estes valores, já que o comunismo seria uma força que se expandia, buscando o domínio mundial. Tal expansão não se daria por meio de uma guerra tradicional, declarada, com tropas fardadas em fronteiras claramente estabelecidas, conforme se vê no trecho abaixo:

Em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se num confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sóciopolítico (ECOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976).

Uma das “vulnerabilidades democráticas” no Brasil, um país profundamente desigual, foi descrita a partir do conceito de antagonismo social, que podia se manifestar como “*violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania*” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p.431 432). Como se vê, um conceito fluido e que apresenta diversas facetas.

Da mesma forma, o conceito de “inimigo interno” também se caracteriza pela sua fluidez e flexibilidade. Num estado de guerra total e não declarada, o inimigo poderia ser estabelecido a partir de uma enorme gama de critérios. A argumentação de Breno Borges Forte⁵ a este respeito é elucidativa:

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado (FORTE *apud* COMBLIN, 1978, p. 48)

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, a guerra havia adquirido novas características e qualquer pessoa era potencialmente um subversivo, um inimigo interno, a ser combatido com novas estratégias de guerra. Não

⁵ Pronunciamento durante a X Conferência de Comandantes em Chefe de Exército americano em Caracas, ocorrida em 1973.

eram utilizados apenas os grandes contingentes de homens fardados e armamentos pesados, mas sim ações de inteligência, com a presença de agentes descaracterizados, infiltrados nos mais diversos espaços. Os meios empregados para a obtenção de informações incluíam a tortura e o “combate ao inimigo” o assassinato e os desaparecimentos forçados⁶.

Além de ações de repressão direta e ações de inteligência, a Doutrina de Segurança Nacional também previa a necessidade de desenvolvimento. O binômio alardeado pelos militares após 1964 “Segurança e Desenvolvimento”, era inversamente proporcional, ou seja, a avaliação dos militares brasileiros era a de que quanto maior fosse o desenvolvimento, menor seria a necessidade de segurança.

Destaque-se que o desenvolvimento era um dos aspectos do combate ao comunismo e não o principal objetivo. Não era pensado no interior de estratégias de melhoramento das condições de vida da população por si, com um fim em si mesmo, mas sim entendido como *meio* de combate ao comunismo, conforme propunha a Escola Superior de Guerra:

Estimular o desenvolvimento para combater as injustiças sociais e as desigualdades entre os homens;

Realizar eficiente ação psicológica associada ao correto emprego da comunicação social, objetivando a afirmação democrática e o fortalecimento moral da sociedade; Aprimorar, continuamente, a eficiência administrativa;

Elaborar e aplicar a legislação adequada à prevenção no combate à subversão;

Realizar o Planejamento global com vistas à Guerra Revolucionária e, dentro dele, o Plano de Segurança Interna;

Por em execução esses planos, de forma agressiva e contínua (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p. 99).

⁶ De acordo com a resolução da ONU de 1978, o desaparecimento forçado consiste em uma “violação complexa dos direitos fundamentais alguns inderrogáveis, praticadas por agentes públicos (geralmente os encarregados da segurança e/ou cumprimento das normas jurídicas), em que, de forma arbitrária, violenta e à margem da lei, detém, encarceram e não raras vezes, assassinam pessoas, não informando os fatos, o paradeiro da vítima, ou a motivação da ação a quem é de direito. Trata-se, desse modo, em qualquer situação ou circunstância, de um crime injustificável contra o direito à vida, à liberdade e a segurança pessoais, composto mediante tortura ou tratamento, pena ou castigos cruéis e apartado do devido processo legal. Acima da normalidade tem suas consequências extrapoladas além da vítima principal, seja em relação à angústia e à dor intermitente do cônjuge, dos filhos, dos parentes e dos amigos, que as circunstâncias do desaparecimento causam, seja na insegurança coletiva gerada por esses crimes já que os ofensores (diretos ou indiretos) aos direitos fundamentais implicados são justamente os encarregados de garanti-los na entidade estatal”. JARDIM, apud PERRUSSO, 2010)

O que foi apresentado até agora, a saber, a modificação na concepção de guerra em função, segundo os militares, do afã de expansão do comunismo, a fluidez do conceito de antagonismo social, a noção de “inimigo interno” e a lógica inversamente proporcional do binômio “Segurança e Desenvolvimento”, são elementos que permitem refletir sobre a violência extremada que se abateu sobre a população do Araguaia. Há um outro elemento, articulado a estes, também importante para entender a maneira como as Forças Armadas atuaram na região. Segundo as Forças Armadas, no Araguaia se desenvolvia o maior dos antagonismos sociais possíveis, “A Guerra Revolucionária Comunista”. Neste estágio de intensa pressão sobre a nação, deveriam ser utilizados todos os instrumentos necessários para extirpar a ameaça comunista. A Guerra Revolucionária comunista era assim apresentada:

(...) tem como característica principal o envolvimento da população do país alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país alvo é utilizado como combatente (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p. 79).

De acordo com os documentos militares sobre a guerrilha e mesmo nas memórias dos agentes da repressão a guerrilha do Araguaia foi considerada uma Guerra Revolucionária Comunista.

Repressão aos camponeses: a guerrilha e a “pobreza subversiva”

A discussão que apresentamos no item anterior evidencia alguns aspectos da Doutrina de Segurança Nacional que, evidentemente, é mais complexa e com maiores desdobramentos do que os elencados. É ela que dá o substrato ideológico da repressão no período que, ainda que indique o comunismo como principal inimigo em seu corpo doutrinário, oferece elementos para a ampla criminalização de toda a população, em particular os trabalhadores.

No Araguaia a lógica que orientou as ações das Forças Armadas na repressão à guerrilha e aos camponeses variou ao longo das campanhas militares, culminando com o entendimento de que na região se desenvolvia uma “Guerra Revolucionária Comunista”, o mais desenvolvido dos estágios

da expansão comunista pelo mundo, o que requeria uma ação em todas as frentes que o inimigo atuava ou poderia atuar. Acreditavam que aquela era a “grande área” descrita por Marighella, conforme conta Lício Maciel no seu livro de memórias:

Estávamos eufóricos. Comprovamos a existência da famosa Grande Área anunciada por Marighella, que estaria sendo preparada desde 1962. A adrenalina e a euforia nos impediam de pegarmos no sono. Todos nós estávamos conscientes de que o que tínhamos descoberto era algo muito grande e muito organizado (MACIEL, 2008).

Ao contrário do que o PC do B imaginava, a região do Araguaia já era observada pelos militares nos anos anteriores. Não foi negligenciada nas análises de especialistas militares em geopolítica, no que se refere ao seu potencial subversivo. Era, contudo uma área em que o Estado estava ausente no tocante ao atendimento mínimo das necessidades de saúde, educação, saneamento básico, justiça, emprego e inexistia quaisquer políticas de garantia de direitos básicos para aquela população.

Nos próprios documentos militares há descrições da miserabilidade da população e recomendações ao governo para o atendimento das demandas da região. No Araguaia não havia hospitais, escolas, estradas, saneamento básico ou acesso à justiça e os poderes locais (prefeitos, vereadores, delegados) eram descritos como corruptos e despreparados, evidenciando um cenário preocupante:

Os dados levantados sobre a vida da população assustaram os militares, que descreveram a ausência de condições mínimas de sobrevivência da região, apontando a inexistência de assistência médica, saneamento e educação. O relatório das operações expunha um caos, uma terra de ninguém, cuja situação foi apresentada como muito grave, indicando a necessidade de uma intervenção (MECHI, 2013).

Os militares se depararam, portanto, com um cenário de extrema precariedade. Viam naquela população um potencial subversivo em função não de aspectos ideológicos, mas sim devido ao seu nível de miserabilidade. Entendiam, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, que era uma população que poderia ser influenciada pelo comunismo, que exploraria, naquela situação de pobreza, o total descaso do Estado com aquela população.

Na lógica em que se estabelece uma relação inversamente proporcional entre segurança e desenvolvimento, esta população se enquadraria nos níveis mais extremos de repressão, dado que estavam num nível de quase nenhum desenvolvimento⁷.

Aliado a isto, a presença de um movimento, identificado pelos militares como uma Guerra Revolucionária Comunista na mesma região, demandava também o uso de todos os recursos necessários (que incluía o abandono da Convenção de Genebra) para neutralizar o que eles entendiam ser o mais alto grau de ameaça comunista já vivida no país.

Em duas das três campanhas de repressão à guerrilha do Araguaia, a relação das Forças Armadas com os camponeses foi decisiva, seja na colaboração espontânea ou forçada através de mecanismos legais ou ilegais. Uma das estratégias para ganhar a confiança da população era levar até eles alguns atendimentos básicos de saúde, fornecer-lhes documentos, já que muitos deles não tinham sequer certidão de nascimento, além de interferir em alguns conflitos entre camponeses e latifundiários da região (que depois serão os grandes beneficiários da atuação dos militares na área).

Com estas ações, ao mesmo tempo em que procuravam ganhar a confiança da população, também mapeavam a área, identificavam os possíveis colaboradores, aqueles que possuíam posses de terra que poderiam (independentemente da vontade dos camponeses) servir como ponto de apoio aos militantes, que nelas poderiam recolher alguns víveres e se esconder.

Estas posses, “para matar a guerrilha de fome” foram invariavelmente destruídas e os camponeses expulsos. Assim, uma primeira modalidade de ataque aos camponeses foi a destruição aos seus meios de subsistência, a expulsão e perda de suas das posses (MECHI, 2013).

Muitos desses camponeses que na época moravam na cidade de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia (ambas no Pará) atravessaram o rio Araguaia e hoje vivem na cidade de Xambioá (Tocantins) enfrentando difíceis condições de vida, já que grande parte deles não conseguiu mais se estabelecer em uma posse e viver como pequenos produtores e, mencione-se ainda, há aqueles que ficaram inválidos para o trabalho, após sessões de tortura.

⁷ Desenvolvimento entendido de acordo com o projeto em vigor na ditadura: capitalismo monopolista, dependente e associado, como sócio menor, aos países centrais.

Este foi outro aspecto que afetou os camponeses: a tortura e o encarceramento ilegal. Além dos métodos já conhecidos de tortura, abordados pela produção acadêmica em geral, há ao menos, uma modalidade específica da tortura em regiões rurais, até onde se pode apurar:

além das celas de delegacias e quartéis, outras modalidades de detenção podem ser mencionadas, tais como o “Buraco do Vietnã”. Tratava-se de um buraco com uma grade de ferro por cima, onde o preso era colocado junto com animais rasteiros – como insetos (formigas, aranhas, besouros) e animais não peçonhentos como o calango – e ali permanecia por dias, tomando sol e chuva. Sua alimentação e suas necessidades fisiológicas eram realizadas ali (MECHI, 2013).

Estas modalidades – destruição dos meios de subsistência, e o “buraco do Vietnã”, específicas do campo, se somaram à tortura praticada contra opositores em geral: o choque elétrico, o pau de arara, as ameaças assassinas de familiares, entre outros.

Os camponeses também foram encarcerados em massa, na famigerada casa Azul, onde mais de 300 pessoas foram mantidas encarceradas, sendo torturadas e onde existem relatos de camponeses desaparecidos (MECHI, 2013).

Tanto a guerrilha quanto as Forças Armadas viam a população local como decisiva para o sucesso de suas ações. Os guerrilheiros esperavam convencê-los, por meio de um longo e pertinaz trabalho de politização das massas, a se juntarem às fileiras de combatentes de um exército popular revolucionário, sob a direção do Partido Comunista do Brasil, pondo em prática a estratégia maoísta de guerra popular (MORAIS, 2005).

Para esta aproximação dos camponeses, os guerrilheiros buscaram se passar por posseiros, mariscadores, comerciantes, entre outras atividades, mas que, com exceção dos guerrilheiros que eram de fato de origem rural, os demais não conseguiram convencer a população local. Glênio de Sá conta um episódio interessante a esse respeito em seu livro:

Tínhamos um vizinho, o Sr. Joaquim, muito vivo e perspicaz. Osvaldão, quando nos apresentou, disse que eu era bom de juquirá [derrubar a mata e limpar o terreno para o plantio], coisa que eu não tinha nenhuma experiência. Seu Joaquim logo percebeu isso ao apertar minha mão. Fez um ar de riso e retrucou:

– Ele deve ser bom mesmo é de caneta (SÁ, 1990).

A escolha daquele local para a deflagração do que seria a “Guerra popular prolongada” também se deveu às características da população. Além de o PC do B avaliar que sendo um local de difícil acesso, seria mais difícil o deslocamento e as operações militares, já que avaliavam que seriam reprimidos por tropas regulares, também viam aquela população como mais propícia ao engajamento na luta, uma população que não tinha posições ideológicas e que poderia ser facilmente conquistada politicamente.

Além desta região, também foi cogitado o desenvolvimento da luta rural no nordeste brasileiro mas, devido à presença nos anos anteriores das Ligas Camponesas na região e, conseqüentemente, a presença de camponeses mais politizados, aliado à ideia de que o nordeste era mais vigiado pelas Forças Armadas do que o norte e centro-oeste do país, optaram pelo Araguaia.

Os guerrilheiros ofereciam algum apoio médico, improvisaram uma escola, e buscaram participar do cotidiano do local. Se desenvolveram laços de amizade e companheirismo, contudo, estes foram confundidos pelos guerrilheiros como apoio à guerrilha.

Após as operações de inteligência e as tentativas das Forças Armadas de aproximação amistosa da população, avaliou-se que, para liquidar a guerrilha seria necessário o uso de extrema violência contra eles. Os já mencionados encarceramentos em massa, destruição dos meios de subsistência, tortura e desaparecimentos forçados foram a tônica do cotidiano dos camponeses do Araguaia na última fase de repressão à guerrilha. Houve camponeses que foram usados como guias do Exército nas matas e há informações que alguns poucos participaram das caçadas e execuções a guerrilheiros. (CAMPOS FILHO, 1997).

No Araguaia, antes da chegada das Forças Armadas, os camponeses viviam numa comunidade cujas características foram destruídas pela violência da ditadura, mas que são importantes recuperar. A maior parte dos camponeses que foram atingidos pela repressão à guerrilha chegaram naquela região a partir da década de 1950. Suas histórias eram as de expulsão de suas terras, exploração e escravização pelos latifundiários.

Vinham principalmente da região nordeste e centro-oeste, de estados como Ceará, Maranhão, Piauí e Goiás, regiões onde se formavam imensos latifúndios e onde se desenvolviam conflitos em torno da questão da terra, como nas Ligas Camponesas no nordeste ou o conflito de Trombas e Formoso em Goiás, entre outros movimentos rurais.

Eram camponeses marcados pela mobilidade. Expulsos pelo latifúndio, pelo avanço da fronteira agrícola, saíam em busca de novas terras, que desbravariam. Tinham uma concepção de que a região limítrofe entre os estados do Pará, Goiás (hoje Tocantins) e Maranhão era uma terra desabitada, desconsiderando a existência de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Derrubavam a mata fechada e davam início às suas roças. Pela dificuldade cotidiana na lida agrícola, pelas longas distâncias entre uma posse e outra, os laços de amizade eram muito estreitos entre esses camponeses. Ajudavam-se mutuamente nas colheitas e plantio, no escambo de suas produções, no auxílio para a subsistência aos que ficaram doentes, no oferecimento de pouso a quem os visitava. Esta dinâmica societária foi entendida pelos guerrilheiros como apoio, já que, ao chegarem na região foram incorporados à comunidade, o que é natural tratando-se de uma comunidade composta majoritariamente por quem não era nascido da região.

O já mencionado ataque aos meios de subsistência dos camponeses para atingir a guerrilha e a expulsão de suas posses, além da miserabilidade que provocou – pois a partir de então aqueles eram camponeses sem terra – provocou também a destruição dos laços de solidariedade cultivados nos anos anteriores e degradou a convivência entre eles.

A situação de agravamento da miséria imposta pelos militares levava alguns camponeses a colaborar em troca de bens materiais. Além disso, o terror, a tortura, também foram instrumentos de “convencimento”. Sem posses, sem meio de vida, os conflitos entre os camponeses aumentaram, sendo solucionados pelos próprios militares. A delação daqueles que tiveram contato com os guerrilheiros passou a ser mais frequente. Nestas condições, a destruição da guerrilha foi questão de tempo. Mas o saldo para os camponeses, foi extremamente negativo e extrapolou a guerrilha (MECHI, 2013).

O que se seguiu após o extermínio dos guerrilheiros foi a manutenção do terror, com a imposição do silêncio sobre o que ocorrera na região entre 1972 e 1974, que se personificava na presença do Major Curio⁸ na área a

⁸ Sobre Major Curio: “ex-agente do Serviço Nacional de Informações, Sebastião Rodrigues de Moura foi responsável pela fase de extermínio da Guerrilha do Araguaia, na qual ficou conhecido como Dr. Luchini.(...) Após o término do conflito, Sebastião Rodrigues de Moura foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982 e 1986, apoiado pelo general-presidente Figueiredo e pelo general Newton Cruz. Foi ainda presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpos de Serra Pelada e eleito prefeito, em 2000, da cidade de Curionópolis,

partir de então. Com o fim da guerrilha, além de ser necessário, na visão dos militares, garantir que as informações jamais saíssem dali, era importante apostar em estratégias de desenvolvimento na área, que já vinham sendo colocadas em prática.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a repressão à guerrilha, algumas obras de infraestrutura na região, como a abertura de estradas, eram realizadas. Havia também importantes incentivos governamentais para a instalação de grandes latifundiários na área. O Araguaia e seu entorno se tornaram a região mais violenta em relação aos conflitos de terra já nos anos finais da ditadura.

Fica claro que o camponês foi reprimido para além da guerrilha. Eram a expressão de uma “pobreza subversiva” na ideologia que embasou as ações dos militares, que, com a permanência do Major Curió na área, mantinham ainda alguma estrutura de repressão, evidentemente de menores proporções mas desta vez, claramente a serviço do latifúndio.

A explosão de sérios conflitos no campo nos anos oitenta, que recrudescer de tempos em tempos, é a expressão mais clara da permanência de estruturas desenvolvidas ou aprofundadas na ditadura no meio rural: a extrema repressão ao camponês, os privilégios garantidos aos latifúndios pela sua expressiva bancada em Brasília, o impedimento do desenvolvimento da pequena propriedade ou de sistemas de cooperativas autônomas de pequenos produtores, garantem à nossa violenta burguesia do agronegócio, a continuidade dos seus rendimentos estratosféricos à custa da degradação do camponês.

Referências bibliográficas

BORGES, Barsanufio Gomide. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. *História Revista*, Goiânia, v. 1, n. 2, jul.-dez. 1996.

que ajudara a fundar em 1981 e fora batizada em homenagem a ele. É bastante significativo que um ex-comandante do extermínio da Guerrilha do Araguaia tenha permanecido na região, sido agraciado com uma cidade em sua homenagem e comandado o maior garimpo a céu aberto do mundo. Também não é possível descartar a relação de cumplicidade que se estabeleceu entre os latifundiários e o militar, até em episódios relacionados a escravidão. Em reportagem de 2004, o jornal Folha de S. Paulo denunciava os municípios das áreas com maior incidência de trabalho escravo no país (Sorriso, Eduardo Magalhães, Redenção e Curionópolis) e Sebastião Rodrigues de Moura, então prefeito, dizia que ‘Minha relação com os proprietários rurais é muito boa, nem podia ser diferente, porque há 300 mil cabeças de gado no município. O que existe são trabalhadores sem carteira de trabalho, mas todos são livres’” (MECHI, 2013).

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CASTILHO, Denis. As transformações socioespaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 3, p. 88-106, ago. 2010.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: Estado Maior das Forças Armadas, 1981.

_____. *Manual básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976.

_____. *Manual básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1975.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. *Revista de Direito*, Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 1, jan.-jul. 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Dossiê Amazônia Brasileira II. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.

MECHI, Patricia. *Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. A Guerrilha do Araguaia e a repressão contra os camponeses: reflexões sobre os fundamentos e as práticas repressivas do Estado brasileiro em tempos de Ditadura. *História Revista*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v.20, n.1, jan/jun 2015.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

PERRUSO, Camila Akemi. O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos e memória. Mestrado em Direito, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

RESISTÊNCIA FORA DO EIXO: A POLOP E A LUTA CONTRA A DITADURA

Eurelino Coelho¹

A História das organizações de esquerda que atuaram na luta contra a ditadura militar corre sempre o risco de se colocar fora do eixo hegemônico da historiografia sobre o período, ou mesmo em posição de explícita oposição a ele. Ao negar validade a certas premissas assumidas pacificamente ou ao sentido atribuído a alguns achados empíricos pelas interpretações predominantes sobre o golpe, a ditadura e as lutas de resistência, abre-se uma situação de ampla e multifacetada divergência historiográfica. Pois não é verdade que as objeções aos vereditos emanados das posições dominantes do campo sejam formuladas apenas sobre questões conceituais ou teóricas, por mais que elas sejam incontornáveis quando se trata de pensar sobre a história.

Decerto que no princípio de qualquer investigação está uma pergunta e, inscritas nela, algumas orientações preliminares que no mínimo (mas frequentemente há mais que esse mínimo) demarcam espaços e modos de busca. Qualquer esforço de pensar sobre essas orientações terá de se mover no plano teórico. Se não vamos repetir a ingenuidade ou a má fé epistemológica dos que se julgam imunes a tais contaminações, o trabalho intelectual implicará, desde o princípio, em fazer a reflexão sobre conceitos, uma tarefa que não pode esperar até que o pesquisador complete 60 anos.² Mas nem só de problemas centrados em aspectos conceituais e teóricos se alimenta a divergência a que nos referimos aqui. Ela mobiliza também objeções elaboradas a partir de resultados de investigações com fontes primárias, dos dados obtidos e de sua interpretação. É nesta trincheira que se acha o presente artigo.

A história da POLOP nos anos da ditadura fornece argumento abundante para a contestação de várias teses que a hegemonia historiográfica tornou

¹ Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisador do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais).

² Uma amostra representativa de reflexões contra a perspectiva teórica predominante se encontra em MELO (2014) e SENA JR. MELO e CALIL (2017). Uma réplica foi publicada por FICO (2017).

lugares-comuns. Isso porque as posições assumidas por aquela organização em sua trajetória simplesmente não se enquadram nas descrições e classificações generalizantes atribuídas à esquerda inclusive por autores que conquistaram pronto reconhecimento como autoridades no assunto. Nascida em 1961, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária se tornaria mais conhecida pelo acrônimo POLOP. Ainda que constituída por militantes oriundos de diferentes tradições políticas, caracterizou-se pela crítica aguda ao PCB e à linha de conciliação de classes adotada pelas correntes comunistas majoritárias.

As diferenças profundas entre essas duas organizações marxistas – a POLOP e o PCB – são amplamente reconhecidas mesmo por estudiosos que atribuem significados e valores muito distintos à história da POLOP: Reis Filho (1990 e 2007), Gorender (1990) e Matos (2002) são os mais citados. Esgrimidas desde a origem, as críticas da POLOP ao PCB se mantinham ácidas anos depois, em face da política traçada por ele para enfrentar a ditadura que priorizava a construção de uma ampla frente oposicionista. Aliás, só pequenas alterações diferenciavam a proposta de frente única contra a ditadura, tal como elaborada em documentos de 1967 (*Informe de Balanço do CC ao VI Congresso*) e 1973 (*Por uma Frente Patriótica Contra o Fascismo*), da frente política nacional democrática pela qual o PCB lutava antes de 1964 (*Declaração sobre a Política do PCB – Declaração de Março de 1958 e a Resolução Política do V Congresso, de 1960*).³ Na outra ponta do espectro da esquerda, organizações revolucionárias desenvolviam políticas em cujo centro figurava a guerrilha, seja como dispositivo tático ou como opção estratégica. A POLOP não ficou imune à atração exercida pela ideia do foco guerrilheiro, mas a aproximação se deu com muitos limites pois sua concepção de revolução, que envolvia o protagonismo de massas trabalhadoras dirigidas por uma vanguarda comunista, não era facilmente ajustável com a imersão completa ou imediata de pequenos grupos na luta armada.

Recusando as duas pontas do espectro das esquerdas no Brasil, a POLOP conduziu por fora do eixo seu caminho de oposição à ditadura. Recuperaremos, a seguir, alguns passos daquela trajetória a partir da leitura de documentos elaborados pela organização nos anos iniciais de sua luta contra o regime militar. Um dos objetivos desta recuperação é mostrar que

³ Os documentos podem ser lidos em Nogueira, 1980.

aquela não foi uma estrada em linha reta. Embora a crítica ao reformismo e ao revisionismo do PCB fosse consensual no interior da POLOP, havia diferentes entendimentos a respeito do significado e do alcance daquela crítica quando se tratou de decidir a política da própria organização. Em outra oportunidade pude mostrar que o debate sobre o *foco* contribuiu para fraturar a organização e que o grupo que permaneceu terminou por fazer uma crítica radical do foquismo. Dessa vez pretendo examinar outros pontos a respeito dos quais foram travados embates no interior da organização. Esta é uma abordagem que tenta fugir das amplas generalizações e que convida a pensar que, na origem de histórias vistas tantas vezes de modo homogêneo existem, frequentemente, desencontros e conflitos.

Aonde vamos? A rota da Direção

Após abril de 1964 a POLOP, como as demais organizações de esquerda, teve de adaptar suas rotinas de atividades às condições da clandestinidade. Não foi uma adaptação fácil, apesar de o golpe ser uma possibilidade prevista pela organização desde sempre. Moniz Bandeira, um dos fundadores da POLOP, publicara em 1962 uma brochura em que estava presente a avaliação do risco real de um golpe fascista ou bonapartista, uma saída política atraente para a burguesia diante do que o autor considerava ser uma crise crônica (BANDEIRA, 1962). Outros textos, inclusive publicados no jornal *Política Operária*, mencionavam o risco de a burguesia optar por um regime de força e já haviam sido tomadas pela organização certas “medidas de segurança”, como nomes de guerra e proteção de residências, ainda no período de legalidade.⁴ A percepção da ameaça, porém, não tornou mais fácil a reação quando chegou a hora.

Os meses imediatamente posteriores ao golpe ainda não foram bem estudados na história da POLOP, mas são visíveis os sinais de despreparo para lidar com a nova situação. A direção viria a reconhecer explicitamente a fragilidade em setembro de 1967, no relatório que encaminhou ao IV Congresso: *“Ainda que nossas formulações gerais previssem tal situação, o fato*

⁴ SACHS, Erico C. *Termo de declaração ao DOPS da Guanabara*, 25/09/1969, fl. 5. Arquivo Victor Meyer, LABELU/UEFS, Feira de Santana (doravante AVM).

é que não estávamos organizatoriamente preparados para tal emergência".⁵ Em seu depoimento ao DOPS, prestado alguns anos depois, Érico Sachs, um dos altos dirigentes, descreve a precariedade da situação: menciona militantes que *"não se adaptavam às novas condições e nem procuravam contato"*, afirma que *"perderam-se bases estudantis pela impossibilidade de se voltar à sala de conferências no centro da cidade"* e que *"outros elementos se mudaram, por precaução, sem avisar e ficaram perdidos"*. Na Guanabara o *"grupo ficou reduzido a menos da metade"* que se voltava para *"intermináveis discussões sobre a situação, se havia possibilidade de reação, sobre a conveniência de luta de guerrilhas, etc. A imprensa toda estava parada e o pessoal absorvido em problemas internos"*.⁶

O objetivo imediato era construir alguma forma de resistência, o que foi tentado inicialmente a partir da articulação com grupos de marinheiros com os quais a POLOP havia aberto relações durante o governo Jango. As reuniões aconteceram durante algumas semanas em aparelhos que eram apartamentos alugados no bairro carioca de Copacabana até que eles foram estourados pelo serviço de espionagem da Marinha (o CENIMAR).⁷ A prisão de vários dirigentes e a estreita vigilância sobre outros criou dificuldades para manter ativa a rede de contatos entre a direção e os quadros intermediários da organização. Um caso documentado é o de Érico Sachs, que também foi preso em 1964 e que declarou depois que, após sair da prisão para responder em liberdade ao processo, permaneceu em situação de quase isolamento pelos meses seguintes. Sob vigilância cerrada dos órgãos de repressão, qualquer contato seu poderia expor outros membros da organização (como de fato ocorreu, segundo seu depoimento). Não há razões para duvidar de que esta era uma condição que se repetia para outros dirigentes.

Rearticular a POLOP e prepará-la para os desafios da nova conjuntura política foram tarefas enfrentadas em dois níveis interdependentes: iniciativas práticas para conectar os quadros e militantes, reorganizar as estruturas de base e direção e retomar a vida política da organização, e tudo isso na clandestinidade, mas também o amadurecimento da análise da conjuntura, a avaliação das condições de luta e a formulação da política para aquele momento

⁵ DN. *Relatório ao IV Congresso*, set. 1967, pág. 2, mimeo. Centro de Documentação e Memória da UNESP, São Paulo. Fundo POLOP (doravante CEDEM).

⁶ SACHS, Erico. *Termo de declaração ao DOPS*, loc. cit, fl. 5. AVM.

⁷ As informações constam nos depoimentos de Ceici Kameyama, Otavino Alves da Silva, Teotônio dos Santos e Moniz Bandeira citados por Oliveira (2007) pp. 116-8.

histórico. As preocupações imediatas com segurança e com a reativação das atividades da organização ocuparam a direção nacional imediatamente após o golpe, e se tornavam mais urgentes diante da constatação do “*crescimento acelerado do número de elementos que se dispõem à luta e que querem colaborar ou mesmo se integrar na organização*”.⁸ Este documento de julho e outro, datado de novembro⁹, dirigidos à militância da POLOP, preocupam-se em informar sobre a estrutura da organização, sobretudo dos organismos de base, e dar instruções sobre seu funcionamento. Os resultados, aparentemente, vieram com lentidão. Em janeiro de 1965 ainda circula uma avaliação bastante negativa do funcionamento da organização depois do golpe:

a reestruturação das bases (...) processou-se com deficiências; a agitação e propaganda permaneceram até hoje carentes do instrumento principal de trabalho, representado pelo jornal (...); o trabalho teórico foi altamente ineficiente (...); a formação de quadros praticamente não existiu; o esquema de relação entre as seções não foi sequer mantido (...); o trabalho de finanças regrediu ao primeiro estágio...¹⁰

A elaboração política, aparentemente, enfrentava condições semelhantes. Os arquivos da POLOP não guardam muitos textos analíticos ou de debate nos meses subseqüentes a abril de 64 e há, como vimos acima, menções frequentes à insuficiência do trabalho teórico. No final de 1965 a situação parece dar sinais de mudança, abrindo-se discussão sobre a conjuntura política (divergências sobre a defesa ou não da posse dos governadores eleitos, ameaçada por vetos da extrema direita)¹¹ e de avaliação sobre o papel da organização. Foi quando circulou nos meios internos um documento um pouco mais robusto, o *Nossas Tarefas diante do movimento de massas*. O texto partia do princípio de que a organização “*passa por uma crise de crescimento*”, decorrente do afluxo de elementos que, diante da derrocada da política de colaboração de classes, eram atraídos pela linha da POLOP. Crescida, a POLOP estaria desafiada a passar de sua fase inicial, essencialmente

⁸ Informe às Bases, 07/1964. CEDEM.

⁹ As bases – como organizar. Circular de org. n. 3, 28/11/64 CEDEM.

¹⁰ Problemas de organização. 01/1965, CEDEM.

¹¹ O Informe Nacional n. 3, da direção nacional propõe apoiar a posse dos eleitos, posição contrária ao que defendiam os Secretariados Regionais de Minas Gerais e da Guanabara, que haviam defendido o voto nulo. A polêmica pode ser reconstituída: *Informe Nacional n. 3*, novembro 1965, pela direção nacional e *A questão da posse dos eleitos*. (s/d), com a posição do SR de Minas. Ambos os documentos encontram-se no CEDEM.

propagandística, para uma nova etapa em que teria de assumir *“responsabilidades de liderança e direção no movimento de massas”*.¹² Com este objetivo em mira, o *Nossas Tarefas* desenvolve uma análise do que foi o crescimento do movimento operário e popular antes de abril de 1964, destacando as consequências desastrosas da ausência de uma direção revolucionária.

Depois da derrota da esquerda reformista teria havido *“crescimento e multiplicação das organizações clandestinas e das tendências revolucionárias”*, mas foi um crescimento desordenado. O *“amadorismo pequeno-burguês”* e o isolamento das organizações contribuíram, segundo o documento, para os *“fracassos das primeiras experiências de resistência armada”*. Além disso cresceram *“tendências ultraconspirativistas pregando ações armadas desvinculadas do movimento de massa e sem bases políticas”*.¹³ As massas, por seu lado, davam sinais de retornar à atividade pelas brechas abertas por *“fraquezas e vacilações das classes dominantes”*, ainda que se mantenham sob tutela da oposição burguesa. O *“salto de qualidade”* depende do *“encontro da vanguarda marxista com o movimento de massa”*, o que *“fará surgir uma força política nova, só ela capaz de comandar o processo histórico brasileiro no caminho da sua revolução”*.¹⁴

Aquela vanguarda teria de dirigir as lutas cotidianas em perspectiva completamente distinta daquela que deriva da direção burguesa, e coordenar a luta legal colocando-a *“na trajetória da insurreição”*. Além de *“consolidar as bases operárias”* em vários pontos do Brasil, a organização deverá *“fazer crescer nossas alianças estratégicas e táticas com outras forças de esquerda”*, traçando *“uma política correta para com Brizola, o PCB, o PSB, o PTB, AP, etc.”* Seria o caminho para *“vencer as limitações do pequeno grupo”* e *“romper a estreiteza da nossa propaganda”*.¹⁵ O documento indica, por fim, medidas práticas, e a mais importante delas é que a POLOP assumia a iniciativa de propor uma *“frente democrática popular que lute pela revogação dos AIs, pelo voto uni-*

¹² *Nossas Tarefas diante do movimento de massas*, 1965, CEDEM, p. 1. A cópia preservada no CEDEM tem uma anotação a caneta com o ano de 1965 e, como há no texto menção à decretação do AI-2, sabemos que é posterior a 27 de outubro.

¹³ *Idem*, p. 3.

¹⁴ *Idem*, p. 5. “Fraquezas e vacilações” das classes dominantes são referências às divisões, surgidas no segundo semestre de 1965, entre grupos políticos que haviam apoiado o golpe. A suspensão das eleições presidenciais, a vitória das oposições nas eleições para governador em outubro e a decretação do AI-2 compõem o cenário da crise.

¹⁵ *Idem*, p. 5.

versal e direto, pelo livre registro departidos e candidatos (...), pela liberdade de expressão intelectual e artística, (...) fim das intervenções nos sindicatos e da tutela ministerial sobre eles...". Uma plataforma ampla, apta a englobar vários setores, como os mencionados acima e também "vários políticos populistas".¹⁶

O *Nossas Tarefas* não está assinado, dificultando a identificação dos responsáveis por sua elaboração e circulação, mas com ele visualizamos posições tomadas a respeito de alguns temas em torno dos quais seriam abertas polêmicas nos anos seguintes. Em 1966, finalmente, a adaptação às condições da clandestinidade dava alguns sinais de avanço e o debate político interno na POLOP pôde ganhar mais densidade. Com as quedas e o estreitamento da malha de espionagem no Rio de Janeiro, o secretariado estadual de São Paulo assumiu a maior parte das atividades de direção. Em abril daquele ano, Érico Sachs enviou para São Paulo o primeiro de uma série de quatro textos sobre os temas que considerava serem prioritários na discussão em curso no interior da organização.¹⁷ São documentos a partir dos quais se pode mapear as questões centrais então debatidas na POLOP sobre a ditadura e seu enfrentamento e acompanhar a elaboração de outra das posições, distinta da que se esboça no *Nossas Tarefas* e justamente aquela que terminou por prevalecer na disputa interna. O título da série era *Aonde Vamos?*

O primeiro texto começa por um tema relativamente consensual no interior da POLOP, a avaliação da derrota da esquerda em 1964 e sua incapacidade, passados dois anos, de responder às condições criadas pelo golpe militar, mesmo em face de evidências de atrito entre facções das classes dominantes que apoiaram o golpe e a ditadura. Segundo ele não foi a superioridade do adversário em campo de batalha que derrotou a esquerda, mas a sua própria política: "*Fato é que não houve luta. Não houve resistência. Houve capitulação e debandada. A derrota foi antes de tudo política. (...) a orientação política impediu a resistência.*"¹⁸ . E foi uma derrota que veio justamente num momento em que se verificava "*expansão do movimento sindical, um novo crescimento numérico do Partido Comunista, a realização*

¹⁶ Idem, p. 6.

¹⁷ As informações constam no depoimento de Sachs ao DOPS, *loc cit.*

¹⁸ CN. *Aonde Vamos? I*. p. 1. Abril, 1966. CEDEM. A série *Aonde Vamos?* foi várias vezes reeditada e reproduzida pela direção da POLOP. Em alguns casos, os documentos circulam com identificação de seu autor e em outros é a Comissão Nacional que aparece como responsável por ele.

de comícios-monstros e inéditos da esquerda nas grandes capitais (...) e apesar da efetiva radicalização das massas"¹⁹.

Para Sachs houve uma *"renúncia voluntária da liderança oficial da esquerda (PC e sindicatos) de defender os interesses específicos do proletariado industrial e agrícola dentro da sociedade burguesa-latifundiária"*, esquivando-se de esclarecer as massas sobre o caráter de classe do Estado, do governo, dos partidos e das forças armadas. Em nome da ilusão de uma aliança anti-imperialista com a burguesia nacional, a esquerda deixou de fazer propaganda comunista e, com isso, manteve intactas as bases da *"tutela burguesa sobre o movimento operário"*. Sachs registra a origem internacional – *"desde os tempos de Stalin"* – dessa política de apoio às burguesias *"progressistas"* e *"nacionalistas"*²⁰ mas problematiza o fato de que ela tenha sido assimilada e mantida por tanto tempo no Brasil, a ponto de que nem mesmo após a última derrota haja sinais de que seria revista. Sua hipótese é de que o PCB, ao adotar o nacionalismo e o populismo (a *"nação"* e o *"povo"* como categorias centrais, ao invés das classes) não apenas viabiliza a aliança com setores burgueses, mas assimila a perspectiva da pequena-burguesia, classe de origem de grande parte dos quadros dirigentes. Ora a

pequena-burguesia é uma classe intermediária, em todas as circunstâncias oferecidas pela sociedade burguesa. Sua ideologia é alimentada pela sua condição material. De um lado, mesmo na situação assalariada, ela vive às custas da mais valia produzida pelos operários industriais; de outro lado, é vítima da política econômica do capitalismo. O fato de não fazer parte dos polos da sociedade burguesa – proletariado e grande burguesia – leva-a, em todas as situações, a negar a importância fundamental que esta contradição exerce na sociedade, tanto em escala nacional quanto internacional. Enquanto pode, resiste a uma ação de classe independente do proletariado, pois essa se choca com seus interesses materiais dentro da sociedade burguesa.²¹

Um proletariado jovem e politicamente inexperiente, no contexto de relativa estabilidade do mercado mundial pós-Segunda Guerra e, mais que tudo, a ausência de uma vanguarda marxista-leninista poderosa e ativa levam a que as ilusões pequeno-burguesas dominem *"não somente a esquerda oficial, como também o próprio proletariado"*.²²

¹⁹ Idem, p. 2.

²⁰ Idem, p. 2.

²¹ Idem, p. 4.

²² Idem, p. 4.

As críticas da POLOP ao PCB são conhecidas, mas vale a pena observar um aspecto não muito evidente. O texto de Sachs não se limita a condenar a política dos estalinistas brasileiros, ele formula hipóteses marxistas sobre a gênese daquela política no terreno da luta de classes. Trata-se de uma constante entre os quadros da organização: o manejo prioritário de recursos teóricos marxistas em todas as intervenções, uma prática que rendeu à POLOP o rótulo de ortodoxa. Neste caso, a análise de Sachs põe em evidência o problema das relações entre a pequena burguesia e a esquerda, um problema que não diz respeito apenas ao PCB. Também a POLOP tem seus quadros oriundos daquela classe social, e Sachs não foge do assunto, rompendo a partir daí o consenso inicial do texto. O trecho citado abaixo visa grupos no interior da POLOP, como veremos depois:

Hoje novamente encontramos a resistência pequeno-burguesa dominando amplos setores da esquerda que, em nome da “unidade mais ampla”, recomenda deixar para amanhã as reivindicações, objetivos e os métodos da luta proletária. “Primeiro restabelecer a democracia” - eis a palavra de ordem deles. “Os direitos”, “a Justiça”, “a Constituição” – eis as categorias com que operam. Pouco se importam com uma análise de classe da sociedade brasileira, com os alicerces materiais dessa “democracia” que pretendem restabelecer.²³

Para ele a classe média é um *“importante fornecedor de quadros revolucionários”* socialistas uma vez que o proletariado tem dificuldades evidentes para formar quadros oriundos de suas próprias fileiras. Mas o que faz de um pequeno burguês radical um revolucionário é a *“assimilação do marxismo-leninismo”*, que Sachs considera como *“sinônimo de socialismo científico, cujas bases foram elaboradas no século passado e desenvolvidas na época do imperialismo e na experiência revolucionária mundial.”* Em muitos casos, os pequeno-burgueses radicais ou esquerdizantes manifestarão *“resistência ao socialismo científico, que não corresponde a suas necessidades materiais imediatas”*.²⁴

A classe operária brasileira *“seguia sob a égide das tradições reformistas criadas no passado e, enquanto essas tradições não entravam em choque aberto com os seus interesses, a classe não se definia por um caminho revolucionário.”* Assim a POLOP ficava *“à margem do movimento de massas”*.²⁵

²³ Idem, p. 5.

²⁴ Idem, p. 6-7.

²⁵ Idem, p. 8.

Isolada, a POLOP era impotente. Houve tentativas, antes de 1964, de construção de uma Frente de Esquerda Revolucionária com o PCdoB e a AP, rompendo a situação de *“isolamento revolucionário”*, mas elas conduziam sempre ao mesmo dilema: *“ou aceitamos a ideologia pequeno-burguesa e renunciamos a luta por um partido independente do proletariado ou continuamos sozinhos”*. Destoando do que propunha o *Nossas Tarefas*, Sachs critica os membros da POLOP que escolheram *“um caminho mais imediatista, fazendo concessões que permitissem uma aproximação com as organizações pequeno-burguesas, nos termos deles”*.²⁶

Sachs reconhece que o fracasso da política do PCB, sobretudo diante da derrota em 1964, abriu caminho a um movimento crescente de dissidências radicais e algumas delas manifestavam aproximação com as posições propagandeadas pela POLOP. Mesmo assim o trabalho político de tecer vínculos sólidos com a classe não avançava como seria necessário para mudar a composição social da organização e ancorá-la em bases proletárias firmes. E o problema teria caráter essencialmente político, sendo ilusório buscar para ele soluções de caráter pragmático. Citando Lenin, Sachs conclui seu *Aonde Vamos 1* com um chamado a *“libertar a linha proletária da intoxicação pequeno-burguesa. E temos que começar pela própria casa.”*²⁷

Como o reformismo, ao desarmar o proletariado, era tido como o principal responsável pela derrota sem luta de 1964, Sachs dedica a ele o segundo *Aonde Vamos*, de junho de 1966. Sua premissa aqui é de que se uma liderança pequeno-burguesa se impôs à classe foi porque *“suas concepções pequeno-burguesas foram ao encontro de tendências reformistas existentes no meio operário”*.²⁸ O jovem proletariado brasileiro se desenvolveu, nos anos 30 e até 1945, sob *“influência ideológica unilateral do Estado bonapartista”* de Vargas. Após o fim do Estado Novo, no entanto, uma onda de mobilizações e greves indicava que a luta econômica abria fissuras entre os operários e o aparato sindical trabalhista. Vargas era ovacionado e o trabalhismo tinha grande aceitação, mas Sachs atribui esses fenômenos ao reconhecimento pela legislação trabalhista e à oposição instintiva ao poder das velhas oligarquias.

²⁶ Idem, p. 9.

²⁷ Idem, p. 12.

²⁸ MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos? Segunda parte*. Junho de 1966, p. 1. CEDEM. Ernesto Martins é um dos pseudônimos de Érico Sachs.

“O proletariado brasileiro tinha poucas razões para continuar trabalhista. Estava à espera de uma alternativa”.²⁹

O PCB, uma vez legalizado, recebeu instantâneo apoio de importantes segmentos da classe, mas nunca teria chegado a ser a alternativa ao reformismo trabalhista. Sachs não dá maior importância aos “zigzagues” da política pecebista, que ele associa às mudanças nas prioridades da política externa da URSS. As diferentes etapas constituem apenas em variações da mesma linha reformista: desde a “Constituinte com Vargas”, depois o “oportunismo de esquerda” da fase aberta pelo Manifesto de Agosto (1950) e por fim o retorno à convivência pacífica com a burguesia nacional em 1958 (e até com o imperialismo, pois em nome do “espírito de Camp David” a direção do PCB se negou a participar de manifestações contrárias à visita do presidente Eisenhower).

No plano sindical, tanto pior: sem jamais questionar a estrutura sindical imposta pelo Estado, o PCB contribuiu para a sedimentação de uma prática sindical que secundarizava os interesses materiais concretos dos trabalhadores em proveito de pautas gerais traçadas pelo nacionalismo reformista. O caso mais emblemático era o do CGT, em cuja direção o partido tinha maioria. Citando o “insuspeito” (porque não comunista) sociólogo Leôncio Rodrigues, Sachs sublinha que o *“Programa Unidade e Ação do CGT correspondia aproximadamente ao programa das reformas de base do governo anterior. Paradoxalmente, alguns de seus tópicos... foram retomados no Governo Castelo Branco.”*³⁰

A inflação e a política financeira, por sua vez, forneciam a base material da colaboração de classes: reajustes periódicos de salário criavam a ilusão de ganhos para os trabalhadores, valorizavam o papel de negociador dos sindicatos mas garantiam o rápido retorno dos lucros, o que era decisivo.

A grande contribuição da POLOP foi, para Sachs, ter feito a crítica e a denúncia política do reformismo, mas ela não conseguiu levar às massas a única alternativa real, que seria *“a mudança nas relações de classes na sociedade brasileira, a começar pelo surgimento do proletariado como força independente na política nacional.”* A meta do trabalho com a classe não pode ser *“o restabelecimento do status quo anterior”*³¹, já que a POLOP está convencida

²⁹ Idem, p. 2.

³⁰ Idem, p. 5. O texto de Leôncio Rodrigues citado por Sachs é *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1966.

³¹ Idem, p. 7.

de que a ditadura resulta do aguçamento das contradições da sociedade brasileira e que só pode ser superada com a atuação revolucionária do proletariado. No entanto, a condição *“indispensável para que o nosso proletariado preencha seu papel é que adquira consciência de sua situação social e política. Levar essa consciência para dentro da classe operária é a nossa tarefa, a tarefa de todos os verdadeiros revolucionários no país”*. (Idem, fl. 25). É um trabalho a ser feito não apenas nos espaços sindicais, mas nos locais de trabalho e de concentração de setores estratégicos da classe, e que deve ter como referência a solidariedade de classe, isto é, uma *“argumentação anti-capitalista e anti-burguesa”*.³²

Em agosto do mesmo ano apareceu o terceiro *Aonde Vamos?*, que trata de um dos pontos mais controvertidos do projeto político da POLOP: o governo de transição. O tema aparece como um desdobramento direto da reflexão anterior, pois a consciência política do proletariado, cujo desenvolvimento Sachs considera como missão primordial da organização revolucionária, *“só está completa quando incorpora o problema da conquista do poder”*³³. A questão é considerada relevante porque nem sempre a conquista do poder pode ser enfrentada imediatamente em bases socialistas, mesmo que seja socialista o caráter da revolução. O conceito de governo de transição é construído pelo autor com base em referências a Lenin em 1905 (o conceito de *“Ditadura Democrática e Revolucionária dos Operários e Camponeses”*) e ao IV Congresso da Internacional Comunista em 1922, o último congresso com participação de Lenin (que fala em *“Governos Operários e Camponeses”* apoiados em movimentos de massas e com caráter anti-burguês). Não se confunde com a ditadura do proletariado, pois seria um governo de forças revolucionárias ainda nos limites do Estado burguês:

Trata-se de governos provisórios – um passo para a frente – previstos para momentos em que a classe operária se mobiliza na luta contra os seus opressores, mais ainda não está disposta ou não tem possibilidade para a batalha final. Trata-se de governos de transição, pois a classe operária não pode governar por muito tempo à base de um sistema social burguês. Ou atacará esse sistema de frente e será obrigada a instaurar a Ditadura do Proletariado ou, pacificamente ou não, terá de dar lugar novamente a governos burgueses.³⁴

³² Idem, p. 8.

³³ MARTINS, Ernesto. *Aonde Vamos?* Terceira parte, agosto de 1966, p.1. CEDEM.

³⁴ Idem, p. 2.

No Brasil, a POLOP vinha empregando o conceito de “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo” como consigna alternativa às propostas de participação ou apoio aos governos burgueses-latifundiários. Sachs retoma a análise da forma histórica do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil que exclui a revolução burguesa clássica e que se apoia na “cooperação antagônica” entre o capital nacional, o latifúndio e o imperialismo. A conclusão sempre foi a de que, em tais sociedades *“as únicas classes que tem um interesse objetivo na mudança radical do status social do país, são as vítimas diretas do domínio burguês latifundiário (mais imperialismo) – os operários industriais e os camponeses – os trabalhadores da cidade e do campo.”*³⁵

Dessa vez, entretanto, Sachs vai extrair mais uma conclusão daquela análise. A Frente Única Revolucionária dos Trabalhadores da Cidade e do Campo é também a única força política capaz de *“assegurar uma derrota revolucionária da ditadura militar”*. Ele admite outras possibilidades de a ditadura chegar ao fim, se as classes dominantes não mais necessitarem do regime. Mas ressalta, de um modo que hoje poderia parecer profético, que uma eventual

redemocratização burguesa, entretanto, não se estenderá espontaneamente ao proletariado, nem ao campesinato, ela conservará intactos todos os instrumentos da ditadura, pois são os mesmos que a classe dominante usa na democracia burguesa como meio de dominação dos explorados.³⁶

A América Latina teria conhecido pelo menos duas experiências de governos de transição, com desfechos opostos: a Bolívia, em 1952, e Cuba, entre 1959 e 1961.

O governo de transição é considerado um *“item decisivo do programa mínimo, que tem de ser difundido claramente e sem subterfúgios na atuação propagandística no meio da classe operária”*. É uma posição defendida isoladamente pela POLOP, mas Sachs considera que isso não deve ser motivo para surpresa ou temor. Presa à ideologia pequeno-burguesa, a esquerda que viu desabar sua esperança no “Governo Nacionalista e Democrático” agora se refugia em conceitos como “Governos Populares e Democráticos”,

³⁵ Idem, p. 3.

³⁶ Idem, p. 3.

ou “Populares Nacionalistas”, ou “Revolucionários Populares”, ou qualquer outro que possa esconder o caráter do propalado governo revolucionário e fugir da definição sobre o seu conteúdo de classe”³⁷. Também eram alusões a posições defendidas por outros grupos no interior da POLOP.

O quarto e último *Aonde Vamos?* circulou aproximadamente um ano depois do terceiro, em agosto de 1967. Aqueles foram meses em que o debate interno não parou de subir de temperatura, o que terminaria por levar à cisão da POLOP durante o IV Congresso, em setembro. O texto de Sachs trata do foco guerrilheiro, um dos pontos de acirrada discórdia na discussão sobre estratégia e sobre luta contra a ditadura. A despeito de erguer reservas sérias contra generalizações indevidas da guerrilha como “arma milagrosa” ou dos métodos de certas guerrilhas como dotadas de validade universal, o autor não tergiversa: “A forma de luta armada que está em foco, e que está hoje dentro de um raciocínio estratégico e tático, é a guerra de guerrilha.”³⁸ A questão da luta armada jamais poderia ser abordada fora do contexto da luta de classes: a guerrilha é levada da cidade para o campo, mas o proletariado urbano segue como a força estratégica da revolução e o governo de transição (Governo Revolucionário dos Trabalhadores) permanece como eixo do programa mínimo. Por isso a “formação desse proletariado como classe independente continua como tarefa cardinal de qualquer movimento revolucionário consequente”³⁹. Mas a guerrilha, fazendo propaganda revolucionária de arma na mão, inicia o trabalho que nunca pôde ser realizado adequadamente no Brasil pela ausência do partido revolucionário, além de fazer avançar a organização política dos trabalhadores do campo. A ação política da guerrilha não substitui o partido mas pode, sob certas circunstâncias (mas não como regra geral) facilitar o surgimento do partido revolucionário que, como vanguarda do proletariado, permanece indispensável no processo revolucionário. Por isso, prossegue Sachs, não se deve deslocar a direção revolucionária para o foco, já que a vitória só virá quando “a guerra de guerrilha desembocar numa insurreição do proletariado, que liderará as massas exploradas do país contra a reação interna e a intervenção imperialista”.⁴⁰

³⁷ Idem, p. 6.

³⁸ SACHS, Erico. *Aonde Vamos? Parte IV*, julho de 1967, mimeo, p. 1. CEDEM.

³⁹ Idem, p. 7.

⁴⁰ Idem, p. 8.

Outra rota contra a Ditadura: A POLOP que não foi

Esta intervenção de Érico Sachs tornou-se a posição da direção, incorporada ao documento programático mais importante da organização, o Programa Socialista para o Brasil (PSPB). A controvérsia sobre a versão POLOP do foco guerrilheiro se estendeu pelas organizações de esquerda e mereceu a atenção de historiadores.⁴¹ O que nunca teve a mesma visibilidade foi a intensidade da polêmica no interior da POLOP a respeito da guerrilha – e de alguns outros temas ligados à ditadura militar e seu enfrentamento. Em Minas Gerais, no mesmo período, ganhava corpo uma reflexão coletiva que acumulava divergências com as posições da direção. A crítica de Érico Sachs à influência pequeno burguesa sobre a esquerda, que acompanhamos até aqui, era parte da munção empregada pela direção nacional na luta interna contra o grupo de Minas, e as réplicas não se fizeram esperar. Uma das polêmicas mais agudas travou-se a respeito da proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte.

A POLOP já havia discutido a proposta de luta por uma Assembleia Constituinte, ideia lançada publicamente por Leonel Brizola ainda durante o governo Jango, mas ela foi derrotada no III Congresso da Organização, poucos dias antes do golpe. Em janeiro de 1965 o Secretariado Regional de Minas Gerais voltou a defender a palavra de ordem “Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana”, mas a questão só ganhou maior repercussão com o adensamento do debate interno, em 1966. Em abril a Comissão Nacional divulga “A propósito da Constituinte”, uma dura crítica à proposta de Minas. Depois de questionar o valor político de textos constitucionais em Estados burgueses e de mencionar como o marxismo revolucionário (bolcheviques e espartaquistas) não adotou no passado a luta por constituintes, a Comissão Nacional acrescenta que, para o Brasil de então, aquela palavra de ordem

só pode corresponder aos interesses de uma facção da classe dominante (...) descontente com os rumos tomados pelo regime depois de abril (...). Mais uma tentativa de restabelecer o equilíbrio da nossa sociedade burguesa-latifundiária (...). Nesse intuito, a oposição burguesa encontra novamente seus aliados pequeno-burgueses, que, involuntariamente, se tornam os seus porta-vozes.⁴²

⁴¹ Ver os já citados Aarão e Gorender. Tive oportunidade de examinar mais detidamente a análise do foco guerrilheiro feita no *Aonde Vamos?* em Coelho (2014).

⁴² CN da POLOP. *A propósito da constituinte*, abril de 66, Pág. 2. CEDEM.

Os proponentes não recuaram. Em junho de 1966 apresentam a sua “Resposta ao documento da direção intitulado ‘A propósito da Constituinte’”, uma réplica em quinze páginas (o documento da direção tem três) escritas sem qualquer indício de conciliação. Resumem o texto da direção em seis pontos e partem para refutar um a um. Defendem sua proposta de tática e a correspondente palavra de ordem e acusam a direção, composta por “teóricos”, de manter a ORM-PO desarmada no campo da tática. A base de seu argumento é que a bandeira pela Constituinte Popular em nada se confunde com o “*raciocínio legalista da pequena burguesia, que tem um respeito supersticioso pela lei*”. Trata-se de uma

palavra de ordem tática revolucionária que consiste em aproveitar as contradições do quadro político dado para iniciar uma luta capaz de arregimentar, organizar e educar as massas, desmascarando a ditadura, radicalizando a luta política até a insurreição popular. Isto é, transformando a oposição subjetiva, social e passiva à ditadura em uma oposição objetiva, ativa e política.⁴³

Quanto aos eixos programáticos mais gerais da organização, tal como estabelecidos em documentos da direção, o Secretariado de Minas reitera explicitamente seu completo acordo: mobilizar a classe operária contra a ditadura, restabelecer a auto-confiança das massas, organizar o partido independente da classe e trabalhar por sua educação política, preparar o foco insurrecional. Só que este conjunto compõe apenas uma “missão”, no sentido mais genérico, que permanecerá no campo do impossível “*sem uma tática clara e definida e, conseqüentemente, sem uma palavra de ordem tática clara e definida. Assim é que ela [a direção] se omite no que diz respeito à tática política.*” O SR, ao contrário, está convencido de que o caminho que poderá levar “*à insurreição e ao poder é o da luta pelas liberdades democráticas e que a palavra de ordem que define esta luta é a da Assembleia Nacional Constituinte Popular*”.⁴⁴ Não era uma questão secundária. Segundo os militantes mineiros, a ORM-POLOP tinha diante de si a urgência de superar seu passado de organização “de (maus) intelectuais”⁴⁵ e se tornar efetivamente um partido com capacidade dirigente real sobre as massas, o que só poderia

⁴³ SR de Minas Gerais. Resposta ao documento da direção intitulado “A propósito da Constituinte”, jun 1966, p. 1-2. CEDEM.

⁴⁴ Idem, p. 10.

⁴⁵ Idem, p.. 11.

ser alcançado se ela resolvesse seu déficit no plano da tática – no plano das intervenções no cotidiano da classe. A palavra de ordem proposta não apenas abre perspectiva de mobilização mas a direciona para o questionamento direto do poder – uma luta política de massas real. Por isso a posição da direção tinha de ser combatida e vencida.

A palavra de ordem “Constituinte Popular” defendida pelo SR de Minas era parte de algo maior, uma reflexão política mais ampla que se elaborava desde o final de 1965 e que culminou nos debates preparatórios do IV Congresso. A extensão daquela reflexão pode ser constatada no documento *A Tendência e o Caminho da Revolução*, escrito com o objetivo de se tornar um “documento básico para a POLÍTICA OPERÁRIA”⁴⁶ que circulou provavelmente em 1966. Um “documento básico” traça as bases de uma linha política, ou seja, o texto era uma arma na luta pelos rumos da POLOP, pela direção da organização. Divide-se em três partes: I – A Tendência da Revolução; II – O Caminho da Revolução; III – O Roteiro de Política Operária. Seguindo o formato clássico dos programas políticos de organizações comunistas, a primeira parte é dedicada à exploração das condições históricas da luta de classes a partir do contexto mundial, dominado pelo imperialismo. A descrição das condições históricas de expansão capitalista na fase imperialista guarda estreita relação com as hipóteses que depois seriam conhecidas como “teoria da dependência”, ou seja, com o patrimônio teórico comum da POLOP.

Diferenças com a direção (e com os escritos de Érico Sachs) aparecem mais nitidamente na segunda parte. Ao tratar do “inimigo principal” o raciocínio desdobrado é o seguinte: *“como toda a dinâmica do capitalismo moderno está apoiada na contradição entre a grande burguesia imperialista e o proletariado, esta grande burguesia é, do ponto de vista de classes, o seu inimigo principal.”* E como a força desta grande burguesia reside, fundamentalmente, no complexo industrial-militar sediado nos Estados Unidos da América, o *“objetivo político e militar do proletariado de cada país terá que ser, assim, o de cortar os tentáculos deste super estado”*.⁴⁷ Não é o que pensam Sachs e a direção da POLOP, para quem a luta do proletariado não faz distinção entre burgueses nativos ou estrangeiros, que são aliados estratégicos. Mas o “caminho da revolução” pensado pelo grupo de Minas

⁴⁶ NAVARRO, Joaquim, FERREIRA, Ferdinando e SEABRA, Tania. *A tendência e o caminho da Revolução*. (sd), p. 1. CEDEM

⁴⁷ P. 6.

também passa pela ditadura do proletariado e pela luta armada, um processo de construção complexa que depende da mudança de qualidade na luta de massas, objetivo a ser perseguido pela indispensável vanguarda revolucionária.

Discrepâncias mais sérias estão presentes na caracterização da revolução, que para Sachs “ou será socialista ou será caricatura de revolução”⁴⁸. A forma militarista do Estado burguês, segundo os autores, é um sucedâneo histórico da democracia burguesa, progressivamente abandonada pela classe dominante à medida em que ficava para trás a etapa concorrencial do capitalismo. Na era dos monopólios o domínio ideológico precisa ceder passagem à repressão, pois não é mais possível à burguesia figurar como representante dos interesses de toda a sociedade, ao contrário do que ocorria quando ela liderava o processo de expansão e desenvolvimento das forças produtivas. À medida em que se torna gradativamente “incapaz de impulsionar as forças produtivas, a burguesia se mostra mais refratária à concessão de liberdades, já que a expansão daquelas volta-se contra os seus interesses”. E é por isso que a

vigência das liberdades democráticas, entendidas como o direito de livre manifestação das massas sem a interferência direta do aparelho de repressão, identifica-se com o desenvolvimento das forças produtivas e interessa, objetivamente, durante todo o decorrer do processo, ao proletariado. (...) Toda a luta do proletariado é, em última análise, a luta pelas liberdades.⁴⁹

Efetivada pela luta armada, a Revolução Nacional Democrática Popular deverá produzir um governo de transição, dirigido pelo proletariado, com tarefas democráticas (ampliação de liberdades, extinção de forças armadas regulares, criação de milícias) e nacionais (fortalecimento econômico do Estado, nacionalização de empresas estrangeiras, rompimento com o super-estado imperialista e política externa independente baseada na autodeterminação dos povos, reforma agrária radical e estatização de latifúndios de alta produtividade). Esta revolução será “o coroamento da luta contra o Estado Militarista, da luta contra a ditadura”⁵⁰ luta que, no momento, ainda se apresentava de forma nebulosa. A luta de massas por “reivindicar do governo a vigência e a ampliação das liberdades democráticas”⁵¹ é o caminho que leva

⁴⁸ A frase, de Che Guevara, foi repetida muitas vezes por Érico Sachs e pela POLOP como um todo, inclusive no *Aonde Vamos?*

⁴⁹ *Idem*, p. 9

⁵⁰ *Idem*, p. 13.

⁵¹ *Idem*, p. 14.

ao desmascaramento do compromisso das classes dominantes com o Estado Militarista e impulsionará a luta para a etapa superior: a conquista dessas liberdades pela via revolucionária. Finalmente, a *“forma concreta de se reivindicar do governo a transformação da ditadura em uma democracia popular é a reivindicação (ou exigência) de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana.”*⁵²

Ferdinando Machado, codinome de um militante que defende as posições do SR de Minas Gerais, também insiste na importância da luta pela democracia. Sua intervenção é um texto de 22 páginas inteiramente voltado à crítica das teses ao IV Congresso apresentadas pela direção. Depois de citar o *Aonde Vamos?*, no trecho em que Sachs ridiculariza setores da esquerda que dão centralidade à luta democrática, ele golpeia:

Para a corrente operária revolucionária a democracia representativa é um meio de transformar a correlação de forças políticas dentro dos quadros da ditadura, de forma favorável ao proletariado, combinando os métodos legais com os ilegais, de forma científica, e reivindicando a conquista das liberdades para os trabalhadores e as massas de um modo geral.⁵³

Convoca, a seguir, a autoridade de Rosa Luxemburgo (que não era pequena na POLOP e especialmente junto a Érico Sachs) para reafirmar a importância estratégica da democracia para o movimento do proletariado. Os esquerdistas é que, *“sem terem uma compreensão clara do processo político, imaginam que qualquer luta democrática é uma luta pequeno-burguesa”*.⁵⁴

Machado também censura a omissão da direção sobre a tática, que ele interpreta como economismo mecanicista, e a concepção de foco guerrilheiro catalisador. Segundo ele a leitura da luta de classes do CN é feita de forma estática, os interesses das classes são *“categorias prontas, sem relação com sua situação histórica”*. São desprezados os interesses políticos imediatos dessas classes, concebidos somente como objetivo final, e as formas de luta legal que não sejam meramente econômicas são negligenciadas ou negadas. A direção cai, assim, no *“mais mecânico economismo reduzindo a luta de classes à luta entre patrões e empregados”* a ser conduzida por comitês de empresa que

⁵² Idem, p. 14.

⁵³ MACHADO, Ferdinando. Do economismo prático ao foquismo teórico. (sd), p. 10. CEDEM. O trecho referido por Machado, da p. 5 do primeiro *Aonde Vamos?*, foi citado acima (ver nota 23).

⁵⁴ Idem, p. 14.

sequer existem. Já a luta política ficaria “*enquanto não surge o foco (ocasião em que deverá assumir a forma de luta pela tomada do poder) postergada ao plano meramente ‘educativo’*”.⁵⁵

* * *

A luta interna envolvendo o grupo de Minas Gerais e a direção nacional, Érico Sachs à frente, não ficou por aqui. Outros documentos foram escritos em tom crescente de beligerância, radicalizando as respectivas posições e correspondentes críticas ao adversário.⁵⁶ O debate, aliás, envolvia outros interlocutores que nem sequer foram mencionados aqui. O desfecho seria, como sabemos, o rompimento completo em setembro de 1967 quando quase a metade dos delegados abandonaram o IV Congresso.

É uma história que ainda está por ser conhecida, a da luta interna na ORM-POLOP, mas o que temos aqui nos permite relativizar o veredito quase consensual entre os estudiosos sobre as causas da cisão. Os problemas ligados à guerrilha (forma organizativa, natureza e alcance de seus objetivos políticos, oportunidade de sua deflagração entre outros) não vinham isolados, mas como parte de um debate que envolvia vários outros temas: caracterização do governo militar e do estado burguês na fase atual do capitalismo, significado da democracia para a tática revolucionária no contexto da ditadura, proposta de Constituinte, caráter da revolução e do governo de transição. Havia ainda os desdobramentos secundários do debate, como a acusação do déficit de tática na política da direção ou do caráter pequeno-burguês das formulações do grupo de Minas.

O coletivo mineiro se preparou para a luta interna e disputou, seriamente, os rumos da organização. A importância dessa história não é a de alimentar a imaginação de como a trajetória da POLOP poderia ter sido diferente, mas sim a de procurar respostas sobre como tal trajetória foi efetivamente construída. É uma opção metodológica. A documentação nos permitiu visualizar, mesmo que ainda superficialmente, as rotas alternativas de luta contra a ditadura que se desenhavam no interior da POLOP. São elementos suficientes para alimentar a hipótese de que a trajetória fora do eixo seguida

⁵⁵ Idem, p. 14.

⁵⁶ Dois dos mais emblemáticos foram *Mais uma vez a pequena burguesia*, de Sachs, e a réplica de Ferdinando Machado, *Vanguarda política ou vanguarda ideológica*, arquivados no CEDEM.

pela organização resultou de um processo que envolveu duros embates entre projetos substantivamente distintos, mesmo que coincidentes na crítica ao reformismo do PCB e ao mergulho voluntarista na guerrilha.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, MELSO, 1962.

COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGS, Rubén (orgs.) *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura Militar Brasileira. Aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo, Ática, 1990

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil vol. V*. Campinas, Edunicamp, 2002

MELO, Demian Ferreira de, (org.). *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. PCB: vinte anos de política. Documentos (1958-1979). São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

OLIVEIRA, Joelma Alves. POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação de Mestrado em Sociologia da UNESP. Araraquara, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990

REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe Operária, Partido de Quadros e Revolução Socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Vol 3: Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007

SENA JR., Carlos Zacarias de, MELO, Demian Bezerra de e CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

REVOLUÇÃO BURGUESA E AUTOCRACIA NO BRASIL

David Maciel¹

Introdução

Neste texto procuraremos levantar algumas questões teóricas e conceituais relacionadas à problemática da revolução burguesa no Brasil, entendendo-a em sentido amplo, como processo geral de substituição da ordem social escravista pela ordem social capitalista e de consolidação das relações capitalistas nos planos econômico, social, político e ideológico/cultural num movimento histórico de longo prazo, desdobrado entre o início do século XIX e o último quarto do século XX. Devido à sua particularidade, quando comparada aos países do capitalismo central, a revolução burguesa no Brasil pode ser entendida mediante o recurso a um conjunto de conceitos e categorias, que aparentemente são estranhos e até contraditórios entre si, mas que na verdade expressam aspectos de sua dinâmica e configuração históricas, podendo assim, ser relacionados e articulados. Aqui, procuraremos apresentar de forma sumária como esses conceitos e categorias podem ser mobilizados para a compreensão da revolução burguesa no Brasil e, ao final, que desdobramentos esta categorização tem para a luta socialista hoje.

Uma revolução burguesa particular

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que estamos compreendendo o conceito de revolução burguesa em sentido amplo, como processo desdobrado no tempo ao longo de décadas de mudança social global e não no sentido comumente usado, como revolução política em que o caráter de classe do Estado e sua aparelhagem jurídico-política são alterados em favor de sua

¹ David Maciel é professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFC. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC), o Grupo de Pesquisa “Capitalismo e História” (CNPq) e participa da coordenação nacional do Grupo de Trabalho da Anpuh “História e Marxismo”. É pesquisador do NUPEMARX (Núcleo de Pesquisa Marxista).

correspondência com as relações de produção capitalistas, num movimento histórico de duração relativamente curta. A revolução burguesa em sentido amplo é um processo de longo prazo em que as relações de produção e propriedade, as classes sociais, o Estado e as instituições jurídico-políticas, as práticas sociais e concepções de mundo próprias da sociedade burguesa se desenvolvem, consolidam e disseminam, substituindo antigas relações sociais, tornando-se predominantes e criando assim a ordem social capitalista. Nestes termos, a revolução burguesa em sentido estrito, revolução política que instaura o Estado burguês, torna-se parte do processo da revolução burguesa em sentido amplo (SAES, 1990, p. 15-16).

De acordo com Fernandes (1987), no caso brasileiro a revolução burguesa em sentido amplo é caracterizada por um longo processo de substituição da ordem social escravista, da situação colonial que lhe foi inerente e da economia senhorial ligada ao latifúndio escravista pela ordem social capitalista, o Estado burguês e a economia de mercado, passando por movimentos de transformação política de intensidade variável que formataram o Estado brasileiro num sentido autocrático-burguês. A dimensão autocrática do Estado e do processo de transformação capitalista que lhe é correspondente expressa o caráter particular da revolução burguesa desenvolvida no Brasil em relação aos casos “clássicos”, desenvolvidos nos países do capitalismo central. Ou seja, a revolução burguesa no Brasil deve ser entendida a partir da particularidade da formação social brasileira, qual seja, a de uma sociedade periférica e dependente em relação aos centros irradiadores e dinamizadores do capitalismo, o que lhe impede de “repetir a história”, ou seja, reproduzir o processo da revolução burguesa desencadeado nos países do capitalismo central. Segundo Fernandes, nos países capitalistas periféricos, como o Brasil,

a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo “democrático-burguês” (FERNANDES, 1987, p. 291-292).

Mais do que isso, o caso brasileiro apresenta uma singularidade em relação ao caso particular das revoluções burguesas nos países periféricos da América Latina, pois em nenhuma outra formação social o modo de produção

escravista colonial atingiu a centralidade, a duração, os vínculos com o mercado internacional e a abrangência que teve no Brasil, fazendo com que aqui a transição para o capitalismo adquirisse aspectos específicos. Para exemplificar poderíamos citar a manutenção da unidade territorial, crucial na formação do Estado Nacional e na sua configuração como dínamo do poder burguês, o peso ideológico de uma concepção privatista das relações entre Estado e sociedade, ou entre público e privado, de origem estamental, mas que se atualiza no oligarquismo e ainda a importância negativa da degradação ideológica do trabalho escravo na formação de uma ética burguesa em torno da dignificação do trabalho.

A revolução burguesa no Brasil se inicia em 1808/1822, com a criação do Estado Nacional, ainda escravista (SAES, 1990, p. 57-179), mas que permite à classe dominante nativa o controle do poder político, a “nacionalização” de seus privilégios patrimonialistas de origem senhorial e a ascensão a uma condição protagônica na definição dos processos e dos ritmos da dominação política e econômica no interior da formação social brasileira. Isto a torna capaz de moldar o Estado como instrumento de reação às pressões externas do capitalismo central (pressões pelo fim da escravidão) e das pressões internas representadas pelos “de baixo” (escravos, homens livres pobres e setores médios) e pela perspectiva do separatismo e da balcanização política e territorial, como evidencia o ciclo de revoltas ocorrido na primeira metade do século XIX (Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Cabanada, Cabanagem, Malês, Balaiada, Farroupilha, Revolução Praieira). A criação do Estado Nacional permite-lhe ainda intensificar e dinamizar a economia escravista, apropriando-se de um quinhão maior do excedente produtivo e criando as bases para uma acumulação de capital por certo precária e primitiva, mas contínua, e que cumprirá um papel importante na transição para a economia urbano-industrial capitalista (FERNANDES, 1987, p. 31-85; GORENDER, 1981, p. 7-23).

Neste sentido a mudança operada pela Independência obedece ao imperativo do aperfeiçoamento e potencialização da economia escravista e de seus vínculos com o mercado externo, inaugurando de modo incontornável o conteúdo da revolução burguesa à brasileira, qual seja, o da *conservação na mudança*. O mesmo sentido se apresenta no processo de abolição da escravidão e instalação da República, que correspondem no plano político às dores do parto da ordem social capitalista, configurando o momento de maior

ruptura no plano político institucional ao criar o Estado burguês propriamente dito em suas linhas gerais e o estatuto jurídico do trabalho livre e das relações entre capital e trabalho (SAES, 1988), porém, sem abolir os privilégios e vantagens de origem estamental das classes dominantes junto ao Estado e nem instituir a cidadania plena para o mundo do trabalho (FERNANDES, 1987, p. 203-221).

A revolução burguesa ganha nova dinâmica com a abolição do tráfico negreiro e a absolutização definitiva da propriedade fundiária em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras), permitindo a substituição gradual e progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, sua emergência como categoria social e política, a mercadorização da força de trabalho e da terra; o que acelera a eclosão de contradições sociais que tornam o modo de produção escravista colonial e o Estado escravista entraves ao aprofundamento do processo interno de acumulação de capital e de inserção na nova ordem imperialista e ao processo de diferenciação social iniciado em 1850. A partir daí desencadeia-se o que Saes (1990, p. 181-343) conceitua como a revolução política burguesa no Brasil, ou seja, o conjunto de transformações institucionais marcado pela abolição da escravidão, pela proclamação da República e pela elaboração e promulgação da Constituição de 1891, em resposta à verdadeira revolução social representada pela luta dos escravos, homens livres pobres e de setores das classes médias contra o escravismo e a monarquia.

O Estado escravista é substituído por um Estado burguês, que reproduz em linhas gerais suas características específicas, que correspondem às relações capitalistas de produção, quais sejam, o direito burguês (a igualdade civil-jurídica formal, que permite que a troca entre salário e trabalho apareça como uma troca de equivalentes, escamoteando a extração da mais-valia) e o burocratismo (a meritocracia como critério fundamental para o recrutamento da burocracia de Estado, e não a condição de classe, e os princípios da hierarquia, da disciplina, da verticalidade e do segredo na definição de seu modo de funcionamento, condições para a identificação da burocracia com o Povo-nação e o escamoteamento do caráter de classe do Estado). Porém, com a peculiaridade de preservar mecanismos estamentais e patrimonialistas de poder e distinção social e de abafar no nascedouro a perspectiva democrática representada pelo estatuto da cidadania jurídica e pelo direito universal ao voto (SAES, 1990, p. 349-354). Mais ainda, o Estado burguês criado no Brasil foi capaz de anular as potencialidades transformadoras e

mesmo revolucionárias presentes na consolidação do trabalho livre como uma categoria social e histórica, cujo sujeito emerge em si como classe antagônica do capital, como o próprio perfil predominantemente anticapitalista do movimento operário em suas origens indica (anarco-sindicalismo). Assim, o Estado burguês precisa se constituir como uma autocracia, que cozinha a utopia burguesa do igualitarismo civil e do republicanismo em “banho maria”, reproduzindo a perspectiva exclusivista e patrimonialista já presente no Estado escravista. Portanto, durante a chamada “República Oligárquica” (1889-1930) vigorava formalmente um regime democrático que estendia a cidadania política apenas aos homens alfabetizados e que convivia com relações de produção pré ou subcapitalistas, baseadas em variadas formas de dependência pessoal (colonato, parceria, meação), e com um conjunto de práticas e relações de tipo oligárquico, como o chamado coronelismo, combinando democracia restrita e oligarquismo e esvaziando o potencial transformador da revolução política de 1888/1891.

A chamada “Revolução de 1930” representa um passo adiante no sentido do aparelhamento do Estado com vistas ao aprofundamento e ampliação da ordem social capitalista por meio da industrialização, da incorporação das técnicas produtivas e organizativas do capitalismo central, da criação de um forte estatismo no plano econômico e do controle do mundo do trabalho, articulando repressão, tutela estatal e cooptação. O esforço de industrialização se irradia por toda a economia, expandindo ainda mais as relações de produção capitalistas e repondo a dupla articulação em novas bases. De um lado, refuncionalizando a agricultura como setor econômico produtor de mão-de-obra, alimentos e matérias primas baratas em favor da acumulação capitalista urbano-industrial; de outro aprofundando as relações com os países capitalistas centrais, consolidando a situação de dependência inaugurada com o fim da escravidão e tornando o capital imperialista parceiro incontornável da implantação do arcabouço técnico-material próprio da Segunda Revolução Industrial. Além dos aportes de capital, efetuados por meio do endividamento estatal ou de investimentos diretos, há o aporte tecnológico, com a venda de máquinas, equipamentos e tecnologia. Em contrapartida o estatismo econômico cresce exponencialmente, principalmente por meio da criação de empresas de grande porte localizadas nos setores estratégicos da produção de bens de capital e da constituição de uma miríade de agências de controle e planejamento econômico, articulando os interesses da burocracia (civil e

militar) e da burguesia de Estado com os da burguesia industrial (OLIVEIRA, 2003, p. 25-119; SOARES, 1991; DRAIBE, 1985; FIORI, 1995).

O processo de industrialização e urbanização, o êxodo rural e a expansão das relações capitalistas de produção por toda a economia urbano-industrial e mesmo em parte da economia agrícola possibilitaram a expansão significativa do proletariado, particularmente do operariado fabril, ampliando sua presença no conjunto da sociedade brasileira e fortalecendo sua capacidade de organização e mobilização. Ao longo do período o movimento sindical cresce, irradiando-se também para o campo, o movimento estudantil adquire um perfil de esquerda, as associações de moradores começam a se organizar e o mundo do trabalho irradia sua perspectiva político-ideológica para a imprensa, a universidade e entidades culturais. Enfim, a categoria trabalho livre reforça sua condição de sujeito histórico portador de uma perspectiva antiautocrática, a quem a autocracia burguesa dedicará tratamento diferenciado, para além da repressão pura e simples, adotando métodos transformistas com vistas à sua cooptação e anulação enquanto sujeito antagônico em potencial.

Diante disso no período 1930-1964 os mecanismos de cooptação e de produção de consenso junto aos “de baixo” se desenvolvem ao lado do aparato repressivo, “encouraçando” a dominação burguesa com mecanismos transformistas, como o sindicalismo de Estado, que fazem o movimento dos trabalhadores orbitar em torno da perspectiva burguesa de transformação capitalista e tornar-se refém da estatolatria, ou seja, do culto do Estado *benefactor*. A partir de 1946 o regime democrático é restaurado, não mais como uma democracia restrita, mas como uma “democracia de cooptação”, em que o espaço político, partidário e eleitoral dos trabalhadores é tutelado pelo Estado e pelo horizonte político do reformismo burguês por meio do próprio sindicalismo de Estado e do trabalhismo, submetendo seu movimento ao transformismo. Ao lado disso, começa a se desenvolver um conjunto de aparatos de hegemonia, inclusive com o apoio “pedagógico” do capital externo, com crescente capacidade de interlocução com as classes subalternas, como o rádio e o cinema, além de associações corporativas e entidades culturais, impedindo que seu movimento social ultrapassasse o horizonte do radicalismo burguês, do nacionalismo, da democracia representativa e da ampliação de direitos (ORTIZ, 1985 e 1991; TOTA, 2000). A autocracia burguesa se complexifica, pois sofisticada a dominação burguesa com mecanismos próprios da hegemonia, sem permitir que a ampliação relativa do espaço político dos

trabalhadores os qualificasse como sujeitos políticos.

O golpe de 1964 e a Ditadura Militar permitem um novo giro em favor da ordem social capitalista, consolidando suas tendências monopolistas, os vínculos com o capital externo e o padrão de acumulação capitalista dependente-associado; aprofundando ainda mais o estatismo por meio do “gigantismo” das empresas estatais e do forte intervencionismo estatal; favorecendo a criação de empresas monopolistas com ramificações em diversos setores da economia (industrial, bancário, comercial e agrário) e atuação no mercado externo; implantando definitivamente o capitalismo no campo com a disseminação das relações de produção capitalistas e o crescimento exponencial do operariado rural; e submetendo o mundo do trabalho ao ápice da super-exploração e da repressão aberta, concluindo uma revolução burguesa secular. Ou seja, a conclusão da revolução burguesa demandou um movimento de intensificação e aceleração das tendências heteronômicas, concentracionistas e expropriadoras do modelo de transformação capitalista adotado no país e de enrijecimento da autocracia burguesa, levando às últimas consequências a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia (OLIVEIRA, 1984; FERNANDES, 1987; SOARES, 1991).

A década de 1980 vê surgir uma formação social capitalista madura; com uma economia industrial avançada e em expansão imperialista e uma agricultura empresarial altamente produtiva, apesar de predatória e altamente concentrada em termos fundiários; uma população majoritariamente urbana; com as relações entre capital e trabalho mediando toda a vida social; e por fim, uma sociedade civil ampliada e diversificada no lado burguês e em processo de expansão no lado proletário (OLIVEIRA, 2003, p. 121-150; FONTES, 2010, p. 215-254; DREIFFUS, 1989; SADER, 1988, MACIEL, 2014).

Uma revolução passiva bem sucedida

A esta altura o leitor atento deve estar se perguntando se o que vai descrito acima não se assemelha a uma revolução passiva bem sucedida, ou seja, um processo de “mudanças moleculares” que se tornam matrizes de novas modificações, conforme a fórmula de Gramsci (2002, p. 317), com poucos momentos de ruptura, permitindo ao mesmo tempo a conciliação e a unificação das classes dominantes velhas e novas, por dentro do Estado e no

plano econômico e social, e impedindo que os dinamos transformadores e as contradições da ordem social capitalista deságuem numa revolução dos “de baixo”.

De fato, estamos diante de uma revolução passiva que permitiu a atualização permanente do que Florestan Fernandes chamava de “dupla articulação” da economia brasileira, ou seja, a complementaridade contraditória entre o setor capitalista e os setores pré ou subcapitalistas e entre a economia nacional e o capital externo, num desenvolvimento desigual e combinado que substituiu o colonialismo pelo neocolonialismo e este pela dependência-associada e, mais tarde, pela expansão imperialista. A dupla articulação emerge como centro nevrálgico do processo de acumulação de capital do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, pois ao mesmo tempo combina acumulação primitiva, ou seja, a apropriação do excedente produzido por relações de produção sub ou pré-capitalistas, herdadas da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e onde a separação entre propriedade dos meios de produção e propriedade da força de trabalho não é absoluta (colonato, meação, parceria, etc.), com as relações especificamente capitalistas de extração da mais-valia no plano interno e as inversões oriundas do processo de acumulação nucleado pelos países centrais (FERNANDES, 1987).

Ao contrário do que entende o pensamento dualista, estas formas distintas de extração e acumulação de valor não se excluem e separam em circuitos econômicos estanques, mas, ao contrário, se combinam e complementam num movimento único. Isso significa que o atraso em termos produtivos, tecnológicos e no âmbito das relações de produção, com a presença de diversas formas de trabalho compulsório e dependência pessoal, presente no setor primário da economia (agricultura e pecuária), e mesmo no setor terciário (serviços), durante toda a trajetória da revolução burguesa no Brasil, não representava um obstáculo ao desenvolvimento industrial. Ao contrário, representava uma espécie de compensação pela precariedade da base original de acumulação de capital oriunda da economia escravista, pelo caráter hiper-tardio da industrialização brasileira e pelo próprio ônus pago à dependência externa. Portanto, para turbinar a acumulação capitalista na indústria era preciso submeter o campo e partes do setor terciário a formas de produção, circulação e acumulação historicamente pretéritas, porém, altamente funcionais à dinâmica moderna (OLIVEIRA, 2003, p. 25-119).

Ao mesmo tempo, a dependência ao capital externo permitia o acesso a

capitais, inovações tecnológicas, métodos produtivos e administrativos altamente desenvolvidos e portanto, muito mais avançados e atualizados em conformidade com a dinâmica do capital internacional. Neste sentido, tanto o atraso, quanto a dependência compunham-se como partes orgânicas da acumulação capitalista sediada na indústria, mas assim impedindo um movimento de ruptura tanto com as velhas formas de produção e relações sociais, quanto com o imperialismo. A mudança, quando houve, foi molecular e, por isso, gradual.

Em termos políticos esta articulação desigual e combinada entre temporalidades sócio-históricas distintas exigiu a conciliação entre classes dominantes velhas e novas e destas com a burguesia imperialista, num movimento de composição e recomposição que não impediu alguns momentos de “acerto de contas” inter-elites, mas que possibilitou a “atualização” das velhas classes dominantes e a socialização e aculturação das novas pela perspectiva política e ideológica patrimonialista e oligárquica. Ora, tal movimento de conciliação sempre dependeu da capacidade do Estado em, ao mesmo tempo, fazer frente à ameaça interna representada pelo mundo do trabalho e às pressões externas representadas pela perspectiva de recolonização, unificando os distintos interesses dominantes num único movimento de auto-proteção e defesa.

As contradições emanadas da dupla articulação tanto entre as diferentes classes dominantes (internas e o capital imperialista), quanto entre essas e as classes dominadas foram tratadas no topo por meio da fusão de interesses, do transformismo em sentido estrito e da acomodação no interior do Estado; e na base por meio da repressão pura e simples e/ou pela cooptação sob variadas formas. Ou seja, no topo o conflito social e político foi tratado “à frio”, compensando os setores mais atrasados que eram deslocados de sua centralidade política pelo processo de modernização econômica, concentração e centralização do capital por meio da preservação das formas de produção e propriedade tradicionais. Assim garantindo sua participação subordinada nos novos arranjos de poder no interior do Estado e geralmente concedendo-lhes acesso privilegiado à burocracia e a determinadas instâncias do aparelho estatal, num movimento transformista estrito, onde não apenas as lideranças derrotadas, mas mesmo grupos políticos inteiros eram incorporados ao novo grupo dirigente a cada novo período da luta de classes.

Enquanto isso, na base o conflito social e político foi tratado “à quente”

de maneira predominante, por meio da repressão e da restrição do espaço político dos “de baixo”, justamente para impedir que sua mobilização e força organizativa pressionasse pela superação das formas tradicionais de produção e propriedade em favor da concessão de direitos políticos, sociais e trabalhistas. O que significa dizer que o tratamento repressivo frente ao mundo do trabalho, na maior parte dos casos *manu militari*, era o outro lado da moeda da perspectiva de acomodação entre setores modernos e tradicionais. Além disso, na exata proporção em que a categoria trabalho se afirmava social e historicamente, os mecanismos transformistas tiveram que ser mobilizados, tanto em sentido estrito, com a cooptação de lideranças e setores do movimento dos trabalhadores para a burocracia estatal e sindical, quanto em sentido amplo, com a formatação da arena da disputa política de uma maneira tal que a autonomia e a independência de suas organizações ficasse deveras comprometida (MACIEL, 2006). O sindicalismo de Estado e o trabalhismo foram as expressões mais acabadas deste tipo de transformismo durante a revolução burguesa, fazendo o movimento dos trabalhadores operar nos marcos do reformismo e de um “radicalismo burguês” que a própria burguesia foi abandonando ao longo do tempo na exata medida em que se afirmava como classe dominante.

Por conta disso, como “dínamo do poder burguês” e pivô da conciliação “pelo alto”, ao longo do tempo o aparelho de Estado foi se ampliando e incorporando os novos interesses sem derrubar os velhos, num movimento transformista bem sucedido que impediu que as dissensões inter-burguesas evoluíssem para uma situação em que as frações descontentes buscassem alianças com as classes subalternas numa perspectiva revolucionária. Ao contrário, o radicalismo burguês nunca “atravessou o Rubicão” no sentido de buscar uma revolução dentro da ordem de caráter nacional-democrático e “de baixo para cima”, quando muito optando pela demagogia populista, pela cooptação dos trabalhadores e pela unificação interburguesa em torno do conservadorismo e da autocracia. Nesta esfera o radicalismo burguês funcionou muito mais como “utopia” e auto-referência para consumo interno das próprias classes burguesas do que como “vontade de ação”, como realidade prática a mobilizar corações e mentes.

As instâncias do aparelho de Estado que se abrem neste movimento à incorporação das demandas dos trabalhadores o fazem numa perspectiva transformista e sem que o fundamento autocrático do não reconhecimento

dos trabalhadores como sujeito político e de sua sociedade civil como parte da Nação seja questionado. Em torno do conservadorismo em relação às pressões transformadoras desencadeadas pela própria dinâmica da sociedade de classes e do protagonismo em relação às pressões recolonizadoras partidas de fora, a “união sagrada” por dentro do Estado garante que as classes burguesas se sucedam na direção política do bloco no poder, permitindo às frações e classes descendentes se atualizarem no plano econômico-social buscando novos meios de inserção na dinâmica da acumulação capitalista e preservando sua força política e seus nichos de poder.

Neste sentido, trata-se de uma revolução passiva bem sucedida, que tornou possível a transição para uma sociedade capitalista madura na periferia do sistema, anulando as perspectivas revolucionárias que essa mesma transição alimentou.

Um Estado burguês autocrático e sincrético

Neste processo de acomodação das dissensões inter-burguesas e de “passivização” dos antagonismos de classe e da perspectiva revolucionária, emerge uma autocracia burguesa que molda o Estado e suas relações com a sociedade civil como expressão do componente especificamente político de efetivação da revolução burguesa, como função das tarefas da dominação de classe. Ou seja, as tendências centrífugas e desagregadoras presentes num modelo de transformação capitalista pautado pelo desenvolvimento desigual e combinado entre seus diversos setores internos, pela dependência externa, por uma base de acumulação limitada para as necessidades de reprodução ampliada do capital, pela super-exploração do trabalho e por um mercado interno deprimido só podiam ser contidas e anuladas por meios políticos, pela criação de uma “superentidade” capaz de unificar as classes burguesas em torno da contra-revolução e mesmo do anti-reformismo. Por conta do estatismo o Estado precisa constituir-se como um aparato político também capaz de “fabricar o fabricante”, como diria Gramsci (2002, p. 70), tornando o fundo público e o setor econômico estatal os principais avalistas da acumulação privada, e de excluir as classes trabalhadoras da cidadania burguesa plena, restringindo o máximo possível seu espaço de atuação política ao plano econômico-corporativo e tratando suas demandas por participação

e poder político através da repressão aberta e/ou da cooptação transformista.

Daí que o conteúdo autocrático do Estado burguês reside justamente na anulação das potencialidades revolucionárias e mesmo democráticas contidas no processo de transformação capitalista, dissociando pragmaticamente desenvolvimento capitalista e democracia, como diria Fernandes. Para tanto, é necessário restringir ou mesmo anular o espaço político dos trabalhadores e demais classes subalternas, ao mesmo tempo em que a sociedade política e a sociedade civil são limitadas o máximo possível ao universo da movimentação burguesa e de suas organizações, exigindo que o Estado autocrático burguês seja ao mesmo tempo um Estado “sincrético”, que articula formas democráticas na relação entre as classes burguesas e o Estado, formas oligárquicas e autoritárias na relação entre a burguesia e os trabalhadores e entre a burocracia e a sociedade e formas fascistas na relação entre o Estado e as classes subalternas. Conforme Fernandes, o Estado autocrático-burguês

sob certos aspectos, (...) lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, (...) constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de formas de coação, de repressão e de opressão ou de institucionalização da violência e do terror, que são indistintamente fascistas (FERNANDES, 1987, p. 350).

Ao longo do tempo o peso de cada uma das três facetas políticas do Estado autocrático-burguês variou conforme a dinâmica da luta de classes, com forte predominância das faces oligárquica e fascista sobre a face democrática. A face oligárquica acompanhou a dinâmica do desenvolvimento capitalista desenvolvendo formas autoritárias modernas (tecnocratismo, despotismo burguês nas empresas) ao lado das formas tradicionais (patrimonialismo, paternalismo, personalismo). A face fascista foi além da simples repressão policial centralizando suas operações em nível nacional, envolvendo funcionalmente as Forças Armadas no aparato repressivo, incorporando mecanismos de vigilância e controle (o aparato de informações), ampliando e sofisticando o arcabouço jurídico e legal repressivo e desenvolvendo uma ideologia legitimadora que se transformou no mantra burguês (“segurança com desenvolvimento”). Enquanto isso, a face democrática oscilou entre a democracia restrita, efetivamente limitada à movimentação das classes burguesas, e a democracia de cooptação, onde a

participação das classes subalternas é controlada direta ou indiretamente pela ausência de real autonomia e independência políticas e por uma arena de disputa política formatada para esvaziar sua perspectiva antiautocrática, fazendo o voto popular funcionar mais como elemento de legitimação da própria autocracia. Na verdade, a face democrática funcionou efetivamente muito mais para acomodar os variados interesses das classes dominantes no interior do Estado, particularmente das classes e frações subalternas do bloco no poder, e/ou para submeter o movimento dos trabalhadores à variadas formas de transformismo do que para integrar as classes subalternas no processo político como sujeitos e acolher o protesto popular como manifestação política legítima, tornando a promessa da democracia de massas uma quimera (FERNANDES, 1979; MACIEL, 2004, p. 27-84).

Sabemos que o desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa “superentidade” política, o Estado autocrático-burguês, nunca impediu, ao contrário, sempre demandou, a existência de uma sociedade civil relativamente articulada e que se ampliou, complexificou e robusteceu na medida em que as etapas do desenvolvimento capitalista iam se sucedendo no sentido do capitalismo monopolista e do imperialismo emergente. Porém, aqui se trata dos aparelhos privados de hegemonia burgueses, da sociedade civil burguesa, adubados pela proteção do poder público e/ou pela mercantilização de bens culturais. Uma sociedade civil altamente desenvolvida, educada pela experiência externa dos países capitalistas centrais e vocacionada para a produção de um consenso predominantemente passivo, desmobilizador e desorganizador das classes subalternas, por faltarem as bases materiais de sustentação de uma vontade coletiva burguesa entre os “de baixo”. Enquanto isso, os aparelhos de hegemonia proletários são contidos em suas expansão e desenvolvimento pela repressão pura e simples ou são controlados pela tutela estatal, dificultando enormemente a autonomia de classe. Portanto, uma autocracia burguesa que é mais do que pura capacidade de coerção, porque também é manipulação e passivização (DREIFUSS, 1989; ORTIZ, 1991; MACIEL, 2014; FONTES, 2010, p. 215- 301).

Revolução burguesa como contra-revolução permanente

Neste quadro macro-histórico se sobressai uma revolução burguesa que se apresenta como uma contra-revolução preventiva, indo adiante para se

antecipar aos impulsos centrífugos e desagregadores de sua própria dinâmica, mas cujo conteúdo é o de uma contra-revolução permanente. Diante das contradições geradas a partir dos anos de 1930 por um processo de industrialização intensiva que preservou a dependência e o desenvolvimento desigual e combinado, as classes burguesas intensificaram os elementos autoritários e fascistas da autocracia burguesa enrijecendo sua dominação de classe e intensificando o processo de revolução burguesa como uma contra-revolução preventiva e prolongada. Para além da permanência de elementos oligárquicos e patrimonialistas herdados do passado escravista e da preservação/atualização das velhas classes dominantes no bloco no poder, tal processo foi sobredeterminado pelos influxos externos das nações capitalistas centrais e do imperialismo, no sentido da racionalização do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista por meio da transmissão e pedagogia de técnicas empresariais, administrativas e militares, concepções ideológicas e da propagação cultural que estimularam o abandono pelas frações burguesas das últimas veleidades republicanas, nacional-democráticas e reformistas ideadas por setores mais radicalizados das classes burguesas, das classes médias e do movimento socialista.

Como diria Fernandes (1987, p. 310-321), tal “revolução copernicana” na mentalidade burguesa permitiu sua configuração definitiva como classe dominante, como classe para si, aceitando e desenvolvendo os aspectos mais fascistas e totalitários da dominação burguesa como sua face “natural”, confundindo a nação burguesa com a nação legal. Neste percurso histórico o ciclo da revolução burguesa se completa como uma contra-revolução preventiva e permanente, que não garante a estabilização do poder burguês, mas que consegue lidar pragmaticamente com os conflitos e contradições emanados e potenciados pelo padrão de transformação capitalista em processo de instalação do capitalismo monopolista, se antecipando aos seus desdobramentos revolucionários e esvaziando o protesto popular. O golpe de 1964 e a institucionalização da Ditadura militar consumam esta “revolução copernicana”. Na verdade, as tendências contra-revolucionárias da ordem do capital se manifestam em sintonia com a expansão imperialista e em resposta à ameaça da revolução mundial inaugurada pela Revolução Russa. Porém, se nos países do capitalismo central a contra-revolução se efetiva atraindo o movimento operário e popular para a defesa da democracia burguesa e do gradualismo reformista, na periferia o capital imperialista

alimenta e patrocina seu aniquilamento físico e político por meio das formas autocráticas mais rígidas, num único movimento de defesa da ordem em termos planetários. Daí que na periferia a forma autocrática da contra-revolução burguesa se coloca como contraface de sua forma democrática no centro, como dois lados de uma mesma moeda (FERNANDES, 1979 e 1980).

Aqui é importante estabelecermos um paralelo entre duas categorias importantes, que expressam processos distintos de mudança histórica. Ao contrário da categorização desenvolvida por Marx e Engels sobre a revolução permanente, onde em seus diversos períodos o processo revolucionário é sempre impulsionado pelas classes que na escala social estão imediatamente abaixo das classes que estão no poder, fazendo a revolução avançar em direção à universalização de direitos, à democracia de massas e ao socialismo (MARX e ENGELS, 1982), na contra-revolução permanente o processo é impulsionado pelas classes que assumem a vanguarda do desenvolvimento econômico e da integração burguesa em cada período e, portanto, situam-se no núcleo das contradições suscitadas por seu modelo de transformação capitalista.

Assim, se na revolução permanente a perspectiva da transformação social é impulsionada e acelerada num movimento contínuo porque a cada etapa do processo revolucionário sua direção é assumida pela classe que “tem menos a perder”, até que a classe que “não tem nada a perder” (o proletariado) assuma o poder e inicie a transição ao socialismo; na contra revolução permanente acontece o contrário, pois a direção do processo é sucessivamente assumida pela classe mais bem posicionada em termos de sintonia com o capital externo, de recursos econômicos, integração entre setores moderno e atrasado da economia e capacidade de se beneficiar dos diversos circuitos de acumulação de capital. Ou seja, a cada novo período a hegemonia no interior do bloco no poder e do Estado é assumida pela classe dominante mais integrada economicamente com os ditames do mercado mundial e com os diversos setores da economia nacional, mais dotada de poder econômico por estar mais bem posicionada no circuito interno de produção e circulação da mais valia e de acumulação de capital e por isso mais capaz de determinar a formatação e o funcionamento do aparelho de Estado, pois mais dotada de recursos políticos e ideológicos capazes de produzir consenso passivo e mesmo ativo. Ao longo da história escravocratas, cafeicultores, comerciantes, banqueiros, industriais e o capital monopolista com ramificações em todos os setores estratégicos da economia vão se sucedendo na direção do bloco no

poder e no comando do Estado, mesmo que de forma indireta e por meio do cesarismo, fazendo a máquina autocrática se ampliar e se aperfeiçoar, incorporando novas funções no processo de acumulação e reprodução do capital e desenvolvendo novos procedimentos no trato com as classes subalternas e o protesto popular. Combinando ao mesmo tempo e no mesmo movimento intensificação repressiva, sofisticação manipulatória e domesticação dos conflitos sociais e políticos. É fato que tal processo não evoluiu de forma unilinear, nem foi isento de contradições e momentos de crise aguda, onde as ameaças de regressão colonial, de disjunção entre moderno e atraso, e de revolução a partir de baixo se colocavam de maneira real ou potencial, como na crise da Monarquia (1870-1894), na crise da chamada “República Oligárquica” (décadas de 1920 e 1930) e nas décadas de 1950 e 60, mas os imperativos da “união sagrada” inter-burguesa, da super-exploração do trabalho e da acumulação turbinada pelo Estado prevaleceram. Daí que no processo secular desta contra-revolução permanente o sentido da mudança privilegiou muito mais a dominação burguesa nua e crua e a mera transformação capitalista, ou seja, as modificações econômicas, materiais e tecnológicas voltadas para turbinar a acumulação capitalista, do que a hegemonia e o desenvolvimento e maturação dos pré-requisitos de cidadania, sociabilidade, cultura e ação política próprios da civilização burguesa.

Depois da revolução burguesa “não é possível remendar o que não tem remendo”²

Concluída a revolução burguesa, a sociedade brasileira emerge como uma formação social capitalista madura, onde a relação capital x trabalho predomina em todos os setores da produção e perpassa todos os aspectos da vida social, mesmo se determinadas formas de extração de valor, como o trabalho “escravo” no campo, a “pejotização” e assemelhados nas cidades, não se encaixam completamente no figurino legal das relações de produção capitalistas, porém agora funcionalizadas pela acumulação globalizada. As técnicas e procedimentos da revolução molecular-digital foram incorporados de maneira subordinada e parcial, aumentando a importância da importação

² Agradeço a Virgínia Fontes pela sugestiva metáfora.

de capital. O capital financeiro internacional predomina na economia brasileira, determinando sua completa heteronomia diante da dinâmica imperialista, deslocando o estatismo de sua anterior centralidade e subordinando toda e qualquer política econômica à sua lógica rentista de remuneração (OLIVEIRA, 2003, p. 121-150). A autocracia burguesa foi “normalizada” por meio de sua reforma, deixando de operar ao sabor das emergências para funcionar como norma nos marcos de uma “democracia de cooptação” rotinizada e “blindada” diante dos impulsos transformadores, imbricada numa sociedade civil ainda mais robusta, cada vez mais regida pela lógica do capital, inclusive entre os aparelhos de hegemonia das classes subalternas. Uma sociedade civil crescentemente capaz de produzir consenso ativo, que institui uma hegemonia burguesa relativamente estável e duradoura, apesar de limitada porque agregada à autocracia, que apela para o transformismo em sentido amplo como forma privilegiada de cooptação do movimento dos trabalhadores (MACIEL, 2012, p. 297-375; DEMIER, 2017; FONTES, 2010, p. 255-350).

Até então a resposta proletária à contra-revolução permanente burguesa demandava uma revolução permanente dos “de baixo” que combinasse as tarefas democrático-nacionais com as tarefas socialistas numa sintonia fina entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”, conforme elaboração de Fernandes. No entanto hoje, quando a autocracia burguesa é reposta em sua excepcionalidade e sentido de urgência, ressaltando-se as faces fascista e oligárquico/autoritária em detrimento da face democrática, por uma burguesia completamente integrada aos circuitos da economia internacional, para girar mais uma vez o ferrolho da expropriação e da super-exploração do trabalho, a perspectiva socialista precisa ser colocada e a lógica da revolução proletária ressaltada como caminho não só para a expropriação dos expropriadores, mas para a própria instituição da cidadania. As tarefas “nacional-democráticas” perdem organicidade enquanto propositura programática específica, pois só podem se consumir mediante a realização das tarefas socialistas, na medida em que nos marcos da dinâmica do capital a perspectiva antiimperialista e a realização de uma democracia ampliada e de massas não podem se dar nos marcos da ordem, não podem se dar “dentro da ordem”. A questão estratégica então passa a girar em torno da seguinte problemática: como disputar a hegemonia inserindo-se em todas as instâncias da luta política e ideológica no interior do Estado e da sociedade civil, sem se deixar cooptar e “passivizar” pela institucionalidade política, pela defesa da

“democracia (burguesa)” e das “reformas possíveis” e ao mesmo tempo organizar a mobilização dos trabalhadores no sentido de sua constituição como classe dominante “contra a ordem”, no sentido da ruptura revolucionária. Tarefa para um movimento dos trabalhadores refundado, avesso ao aparelhismo, ao doutrinário, ao burocratismo, à estatolatria e ao paternalismo, e praticante da democracia de base e da independência e autonomia de classe. No caminho para a construção desta estratégia, abandonar a ilusão de que é possível “remendar o que não tem remendo” é um primeiro passo muito importante.

Referências bibliográficas

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René A. (1989). *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis/RJ: Vozes.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

_____. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1995.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

CORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. “Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci”. In: *História Revista*, volume 11, nº 2, Goiânia: Editora do Mestrado em História/UFG, 2006, p. 273-299.

_____. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo/Goânia: Alameda/Funape, 2012.

_____. “Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado”. In: *Lutas Sociais* (PUCSP), v. 18, 2014, p. 64-78.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “Mensagem da Direção Central da Liga dos Comunistas”. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, tomo I. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982, p. 178-188.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*, terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. Terceira edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, lutas e falas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOARES, Alcides Ribeiro. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor – a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REFLEXÕES SOMBRIAS SOBRE REVOLUÇÃO E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

Gelsom Rozentino de Almeida¹

Florestan e a Revolução Burguesa no Brasil

Me surpreende que, mesmo dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista, a burguesia no Brasil não seja capaz de elaborar e levar adiante um projeto próprio, que resulte em desenvolvimento econômico e inclusão social, elevando o nível de determinação interna. Se tal projeto parecia estar sendo implementado a partir do governo Lula, percebe-se um claro retrocesso. Por quê?

Não sei se terei condições de responder. Mas pretendo pensar nesta e noutras questões a partir de Florestan Fernandes e sua obra “A Revolução Burguesa no Brasil”. Iniciado em 1966, como tentativa de compreensão do golpe militar, foi concluído e publicado em 1974, objetivando ir além, visando explicar as origens e fundamentos do Estado autoritário, bem como a natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil. Um capitalismo dependente. Articulado matrizes teóricas diversas – o que resultou em alguns problemas e contradições, onde nas duas primeiras partes prevalece o referencial weberiano e na terceira parte o marxista -, Florestan busca estudar a revolução burguesa como um “tipo ideal”, mas que difere dos modelos de França, Inglaterra e EUA. A “revolução burguesa” no Brasil não teria sido uma revolução em sua definição clássica, mas um processo de 150 anos – a grosso modo, entre a independência e o golpe de 1964 -, com características e condições específicas. A independência romperia com a condição colonial e possibilitaria autonomia política e desenvolvimento comercial e urbano, engendrando uma sociedade burguesa. Todavia, a manutenção do sistema escravista e seu aprofundamento com a grande lavoura de exportação (notadamente o café), resultariam que essa potencial classe empresarial se organizaria ainda como

¹ Professor associado e Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, Procientista FAPERJ/UERJ, Coordenador do TEMPO – Núcleo de Pesquisa de Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder, Coordenador do GT História e Marxismo da ANPUH.

estamento da velha ordem. Essa situação seria alterada com a imigração e a própria expansão do complexo cafeeiro, que introduziriam o trabalho assalariado e uma ordem econômica competitiva, desde o final do século XIX mas que apenas se consolidaria na década de 1950, gerando uma formação social com acomodação de elementos contraditórios arcaicos e modernos, e um capitalismo dependente, com associação da burguesia com o capital internacional, integrando o Brasil ao capitalismo monopolista.

Desde os fins do século XIX e início do século XX, a mudança no padrão econômico era uma necessidade do sistema capitalista. A expansão do modelo de produção industrial – já vigente nos países centrais do capitalismo – aos países periféricos fazia parte do processo de desenvolvimento do próprio sistema de capitalismo competitivo. No caso brasileiro, a abolição do sistema escravista era uma condição fundamental, embora tardia, para que se formasse um mercado consumidor. Para Florestan, essa expansão requeria que os países periféricos – todos? ou apenas uma parte? - desenvolvessem seu parque industrial voltado para o mercado interno e exportação. Assim, o desenvolvimento da indústria têxtil, por exemplo, supriria o consumo interno de vestuário simples, de baixo valor agregado, e demandaria a importação de máquinas e equipamentos para a nascente indústria, com alto valor agregado. Essa era a forma subalterna e dependente que países como o Brasil deveriam se inserir na ordem capitalista internacional. E as classes dominantes nacionais deveriam se ater aos limites que impedissem uma revolução social ou de caráter nacionalista. A economia deveria ser acelerada ao máximo, enquanto a política era retardada ao extremo. Eram tempos diferentes, o tempo econômico e o tempo político, que precisavam ser mantidos desagregados pelas classes dominantes.

Se nas revoluções burguesas de França e Inglaterra, tanto o campesinato como o proletariado apresentavam-se como capazes de exercer forte pressão nas estruturas de poder, o mesmo não aconteceu no Brasil. Através dessa pressão, as classes subalternas poderiam exigir que a revolução burguesa avançasse questões estruturais – como a reforma agrária, no caso francês, por exemplo – e no reconhecimento de direitos políticos e sociais.

Em decorrência disso, a classe que se tornou hegemônica estabeleceu uma forma de dominação centrada unicamente nos privilégios da pequena minoria que a compunha, em detrimento da maioria. Segundo Florestan, isso não se deu ao acaso, haja vista que o retardo do tempo político era a

condição necessária para que o tempo econômico fosse aprofundado.

A revolução burguesa teria conduzido o Brasil, portanto, à transformação capitalista, mas não à esperada revolução nacional e democrática. Na ausência de uma ruptura enfática com o passado, este cobra seu preço a cada momento do processo, em geral na chave de uma conciliação que se apresenta como negação ou neutralização da reforma. A monopolização do Estado pela burguesia – tanto econômica, como social e política – estaria na raiz do modelo autocrático, da “democracia restrita” que marca o século XX brasileiro.

No Brasil o que ocorreu foi um processo de recomposição das estruturas de poder entre a oligarquia e a burguesia emergente, através da conciliação dos interesses dessas duas classes. Tal condição permitiu a associação entre o modelo burguês de dominação e os procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia, o que tornou o Estado brasileiro numa instituição avessa à participação democrática da população.

Autocracia Burguesa, Crise de Hegemonia e Democracia

A sociedade brasileira estaria atravessando, nos anos oitenta, uma dupla revolução, uma e outra ainda não inteiramente materializadas: a que se expressaria na modernização econômica destes últimos vinte anos e a que se indicaria pela emergência das massas a uma livre cidadania. A conjuntura do final dos anos 70 e início dos 80 significaria o esgotamento do impulso da modernização conservadora iniciada em 1964 e coincidiria com a busca de um novo padrão institucional para a ordem burguesa (VIANNA: 1984). Impulso este responsável pela plena imposição do modo de produção especificamente capitalista no país. Daí a questão: “esta economia modernizada, especificamente capitalista, terá qual política e quais instituições sociais?” (Idem, p. 54).

A astúcia da ordem burguesa autoritária consistiria, a partir de 1930, na dissimulação do afastamento entre o capitalismo e a nação por meio da fórmula corporativa. Propõe-se, e de certo modo se consolida, um capitalismo recoberto pela norma, pelo direito e pela realização de fins sociais. A força de trabalho deixa de ser compreendida no universo mercantil, tendo seu valor regulado pelo direito e seu sistema de orientação, com suas associações sindicais designadas pelo Estado, que as mantém sob sua jurisdição (VIANNA, 1983, P.

254-255). A expansão da acumulação capitalista se converteria em fim social da nação organizada corporativamente. A legislação social que veio com a ordem corporativa não elevou as massas à cidadania. Ao contrário, interrompeu o processo de constituição, em curso na 1ª. República, de uma identidade entre as classes subalternas, construída a partir de sua experiência e de suas organizações (Idem, p. 255). Desta forma, o corporativismo, com a interrupção da construção da identidade da classe trabalhadora, teria imposto uma noção de cidadania baseada na colaboração entre as classes e o objeto da grandeza nacional, uma “cidadania regulada”.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, a burguesia, não tendo dirigido um movimento de incorporação da cidadania, quando esta inicia sua emancipação da regulação do Estado, então tal processo se apresentaria como uma conquista que se faz contra ela. Contra a ordem burguesa se levantariam tanto o “setor moderno” quanto trabalhadores de “setores tradicionais”. Esse momento seria o de esgotamento da revolução burguesa no Brasil, com a superação da política como algo precário por sua institucionalização democrática. Essa democracia, porém, não representaria a consagração da burguesia e sim o surgimento das massas que assumiriam sua livre cidadania. Sem compromissos com a ordem burguesa, a cidadania se relacionaria com a autonomia dos trabalhadores, competindo agora com a burguesia no terreno da democracia: a transição como “ruptura democrática”.

A “Revolução Burguesa” no Brasil - seguindo, em termos gerais a interpretação de Florestan Fernandes - teria ocorrido pela “via prussiana” através da realização da “modernização conservadora” (FERNANDES, 1986). A coalizão conservadora seria refeita politicamente em cada momento de crise tendo como princípio e meta o estabelecimento de uma nova etapa de acumulação acelerada - talvez comparável ao conceito de “aprofundamento do capitalismo”, desenvolvido por Guillermo O’Donnell (1987). Essa recomposição entre os “de cima” significaria o reforço do controle e dominação sobre os “de baixo”, que teriam se manifestado de forma autônoma no momento de crise anterior. Os momentos de crise, que teriam permitido a “ruptura democrática”, mas que resultaram, na recomposição da coalizão conservadora, segundo ele, foram: 1888/1889, 1930, 1935 1945, 1953/1954, 1964.

No início da década de 1980 o ciclo da “Revolução Burguesa” no Brasil teria se completado, dando lugar ao surgimento de uma “cidadania livre”,

questionadora e opositora da ordem capitalista/burguesa, através da combinação da ação sindical e de partidos democráticos. Este movimento estaria caminhando, então, no sentido de uma ruptura democrática. Partindo dessa interpretação, os anos 80 seriam um momento de crise de hegemonia, “resolvida” com a recomposição das forças conservadoras e burguesas através da coalizão que, primeiro, sustentou o governo-tampão de Itamar Franco e, em seguida, elegeu Fernando Henrique Cardoso.

O Congresso Constituinte e a dominação burguesa

Um dos mais sagazes críticos da realidade brasileira, o deputado-constituinte e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP), intelectual-orgânico ligado à tendência petista Democracia Socialista, analisava prospectivamente o papel dos trabalhadores na Constituinte. Para ele, os trabalhadores deveriam pôr de lado as “ilusões constitucionais”, disseminadas pelos meios de comunicação e impostas como parte da ideologia da classe dominante. Primeiro, os trabalhadores precisariam encarar a Constituição como ela é: ela organiza, sanciona e legitima a distribuição da riqueza e do poder na sociedade capitalista, não “igualmente” para todo o povo, porém desigualmente, seguindo o modelo de desigualdade econômica, cultural e de dominação de classe que impera na sociedade civil. Segundo, os trabalhadores precisariam encarar a própria “Assembleia Nacional Constituinte” como um campo no qual proletários e burgueses se enfrentariam como classes antagônicas e irreconciliáveis. No momento da Constituinte a sociedade civil apareceria de cabeça para baixo, invertida. A minoria dominante, graças aos artifícios da democracia burguesa e dos mecanismos eleitorais, torna-se maioria parlamentar. A maioria social - todo o povo pobre e trabalhador - surgiria ali como uma minoria parlamentar, graças aos partidos políticos prole-tários e aos setores dissidentes da burguesia, que constituem a sua esquerda e se aliam de modo oscilante àqueles partidos (o PT, o PDT, o PS, o PC do B e o PCB).

Essa situação histórica concreta obrigaria os trabalhadores, em particular os seus setores mais organizados e combativos, atuando através da CUT, a assumirem com firmeza certas tarefas fundamentais no momento. Não se trataria de agir buscando “autoproteção”, ou de defender só as “conquistas” feitas nas áreas dos direitos e garantias individuais e coletivos ou da ordem

social. Mas de avançar coletivamente, do mesmo modo que estavam fazendo os pequenos e médios produtores, os latifundiários, o grande capital nacional e estrangeiro. Para isso, seria necessário avaliar corretamente as reformas rejeitadas pela burguesia, embora elas fossem reformas capitalistas. A resistência burguesa a tais reformas converte-as em reformas socialistas, para o proletariado como classe e para a massa do povo. Conseguí-las e mantê-las significa realizar uma revolução democrática e nacional, que a burguesia teme e procura impedir por todos os meios ao seu alcance, inclusive pelo recurso à ditadura militar e à “Nova República”.

Esse desafio colocaria as organizações sindicais, todos os sindicatos combativos, no caso as centrais trabalhadoras, especialmente a CUT e a CGT, e todos os partidos proletários — em particular o PT, na linha de frente das lutas operárias, estabelecendo a relação entre reforma e revolução. De imediato, a reforma seria parte do desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o desenvolvimento capitalista desigual do país e a dominação imperialista imporiam essa tarefa histórica às classes trabalhadoras e à massa do povo. Contudo, se se abrem novas perspectivas para o futuro (a tão falada “transição para o século XXI”), a relação entre reforma e revolução aparece com seu verdadeiro caráter socialista, como uma emanção prévia do socialismo proletário. Se a burguesia se mostra incapaz de cumprir seus papéis históricos e são os proletários que têm de lutar pelas reformas e transformações capitalistas mais profundas, isso quer dizer que as tarefas históricas em questão transfeririam para os trabalhadores, as suas organizações sindicais, culturais e políticas a conquista ofensiva de uma nova forma da organização do modo de produção, da sociedade e do Estado. Essa nova forma seria a socialista e diria respeito à futura conquista do poder pela maioria.

Os embates constitucionais desenrolavam-se, nesse sentido, no âmbito das lutas políticas das classes trabalhadoras com a grande burguesia nacional e estrangeira. As aparências superficiais demonstrariam apenas o interesse de começar e terminar em um “melhorismo” econômico e em um “mudancismo” democrático. Florestan alertava que, se tudo permanecesse igual, salvo certas alterações para satisfazer aos anseios das classes trabalhadoras de “participação popular”, a Constituição poderia passar por “democrática” e “satisfazer a todos”, dando a falsa impressão de que “todos” foram vitoriosos. Mas os trabalhadores não se satisfariam mais com “transformações cosméticas” e para eles “participação popular” deveria ter o significado de “controle popular do

poder". Por isso, a luta por uma constituição democrática envolveria dois patama-res distintos, interligados. Primeiro, a Constituição precisaria avançar (e não recuar, como pretendem os "conservadores", isto é, os setores dominantes da burguesia); e esse avanço deveria conferir aos proletários peso e voz na sociedade civil existente e capacidade de exercer influência ativa sobre a organização, o funcionamento e o rendimento do Estado. Segundo, a Constituição precisaria ser suficientemente clara e consistente para comportar tais reformas como legalmente necessárias e politicamente incontornáveis. A reforma da ordem social vigente seria, assim, sustentada e legitimada por disposições constitucionais específicas, cuja transgressão deveria estar sujeita à penalização, a sanções punitivas.

Esse é o aspecto no qual a ligação entre o proletariado e a reforma social seria decorrente do grau maior ou menor de avanço democrático da Constituição e que permitiria justificar o envolvimento do trabalhador em seu apoio, em termos do desencadeamento de uma "revolução democrática". O outro aspecto, que ligaria reforma e revolução em âmbito propriamente socialista, dependeria do crescimento do poder real dos trabalhadores, de suas organizações sindicais, culturais e partidárias no seio da sociedade civil. É claro que a Constituição, em qualquer sociedade capitalista, só legitima essa relação enquanto ela for instrumental para o desenvolvimento capitalista ou, no máximo, para a "reforma capitalista do capitalismo". Os que se identificam com o socialismo têm de ir mais longe e acabam perdendo, por isso, as garantias e liberdades asseguradas constitucionalmente (como "inimigos internos", passam a ser estigmatizados e perseguidos). Ainda assim, uma Constituição autenticamente democrática aceita e legitima (e por consequência protege) o florescimento do socialismo proletário pelo menos enquanto ele não se torna uma ameaça à ordem legal. Essas constatações indicam que os militantes cutistas e petistas deveriam travar suas batalhas com vistas à vitória das posições democráticas mais avançadas dentro do Congresso Constituinte. A retórica e a propaganda da "participação popular" são promissoras. Todavia nada substituiria o objetivo essencial: o socialismo revolucionário como o elemento central das lutas proletárias pela democracia. Florestan, repetindo Marx e Engels, reafirmava não bastar melhorar a sociedade de classes. Seria preciso extingui-la, substituindo-a por uma sociedade igualitária.

Uma pinguela para o passado

Durante o segundo governo Dilma Rousseff, o PMDB, em plena movimentação golpista, lançou um documento em que pretensamente sinalizava o seu compromisso com o “mercado” e grande capital para um novo ajuste neoliberal. Independente do seu conteúdo e da concretização do golpe, com a instalação do ex-vice presidente Michel Temer na presidência, ainda durante o último governo petista começamos a viver “tempos sombrios”. O governo usurpador de Temer representa um passo adiante nesse processo e o seu aprofundamento, com o rápido desmonte das tímidas políticas econômicas e sociais anteriores. Presenciamos uma violenta retirada de direitos sociais – contra-reforma trabalhista, contra-reforma da previdência -, corte de recursos para programas sociais, em ciência e tecnologia, universidades, saúde, meio ambiente, etc. Um brutal aumento da precariedade do trabalho e ataque ao funcionalismo público nos níveis municipal, estadual e federal. Desestabilização da maior empresa estatal do país e uma das mais importantes do mundo, a Petrobrás. Retomada das privatizações, em especial nos setores de infra-estrutura. Redução da autonomia política nacional e da atuação internacional, basicamente limitada à subordinação aos interesses do mercado internacional e à retórica conservadora para a América Latina. Judicialização da política, através de investigações conduzidas parcialmente, por manifestações públicas de magistrados que antecipam a sua decisão e julgamento, pela assimetria nos processos judiciais, pela incorporação da definição política final como papel do Supremo Tribunal Federal, em parte pela incapacidade e perda de legitimidade da política institucional. Aumento do autoritarismo e coerção, através da repressão aos movimentos sociais e a liberdade de manifestação. Crescimento do fundamentalismo religioso e intolerância, em especial contra as religiões de matriz africana. Crescimento da extrema-direita, com diferentes grupos e partidos, e forte atuação através das redes sociais.

Num Estado de direito, democrático, a coerção é predominantemente latente, manifestando-se ostensivamente de maneira tópica, nos casos em que a ordem pública é violentada. Essa coerção se mantém num sentido mais geral, como ameaça, uma ameaça legítima, porém, que não deixa de existir, e a área do consenso é deixada, por assim dizer, *livre*: a imprensa é livre, não há censura, os partidos se organizam legalmente e competem livremente

nas eleições, embora em condições desiguais, pois os recursos de uns e outros não são os mesmos. Mas essa liberdade se dá *dentro* dos limites da ordem. E os principais partidos recebem os recursos do capital, verdadeiros investimentos de empresas que, após o resultado e durante o exercício do mandato, cobrarão o seu retorno, das mais diferentes formas, legais ou não. Os sindicatos também são livres: a Constituição reconhece o direito de greve. Todavia, como não há regulamentação, as empresas ou o poder executivo tem recorrido ao poder judiciário para pô-las na ilegalidade, ameaçando-as com pesadas multas e regras impraticáveis. Por exemplo, a greve dos ferroviários é admitida, mas obrigam aos mesmos manterem o funcionamento de 90% dos trens no horário de pico. Fazem-se greves, até certo ponto admitidas, algumas com a simpatia de parte da população. Mas a repressão policial, cada vez mais tem sido utilizada e, em alguns casos, praticando agressões e até assassinatos a líderes sindicais. A própria vida universitária recupera a sua autonomia, funciona com um grau de liberdade consentâneo com a competição entre as várias ideias.

Nos dias atuais parece que há uma tendência a um uso maior do poder coercitivo - imposição de vontade por ameaças e punições – em detrimento do consenso. A coerção, juridicamente, é o “direito de usar a força” por parte do Estado, forma de poder mais condenada socialmente e que mais provoca reações de oposição por parte dos subordinados, por ser violenta e por explicitar a dominação. Mas, com aparente contradição, cresce nesse mesmo Estado os espaços e instrumentos de participação e controle social. “Nunca antes nesse país” se participou tanto e se decidiu, efetivamente, tão pouco.

Concepção ainda prenhe de incertezas e indefinições, sabia ao menos que não seria fruto de ‘leis inabaláveis da evolução histórica’, nem da ação de minorias que, conhecedoras destas “leis”, estariam à frente das mudanças. O socialismo a construir deveria ser um projeto humano e humanista, consequência de um amplo bloco de forças políticas e sociais, capaz de convencer uma ampla maioria de cidadãos de que é possível conquistar uma nova vida, mais confortável, mais digna, mais prazerosa, mais ética. Conforme sua formulação, o socialismo seria obtido por um processo, onde ele deveria permanentemente se reciclar, se autocriticar, se submeter à vontade dos cidadãos e, eventualmente, conviver e superar recuos e derrotas. Em outras palavras, deveria ter a democracia como base e referência de todo o seu processo de construção. No Brasil, onde a democracia assume, para as classes

dominantes, um valor meramente tático, a ser limitado ou descartado quando começa a incomodar, caberia ao bloco histórico das forças democráticas e populares garantir a sua consolidação e ampliação, rompendo com a tradição autoritária na política e com a rearticulação da “modernização conservadora”.

O Partido dos Trabalhadores, nas campanhas presidenciais de 1994, 1998, até a vitória eleitoral em 2002, alterou o programa econômico, que foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas às claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) consolidou o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica à análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital* (COELHO, 2012).

Muitas lideranças envolvidas nos diferentes fóruns, conselhos e demais espaços de participação institucional se questionam sobre a eficácia de sua atuação. De forma direta, se indagam: “O que faço aqui?” “Pra que serve isso?”, “Foi pra isso que lutamos?”, “Não seria melhor estar em outro lugar?” A construção da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania pelos movimentos sociais (incluindo também parcela significativa do movimento sindical) esbarram em sérios limites. Como afirmamos no início, ocorre um deslocamento de sentido das noções de *sociedade civil*, *participação* e *cidadania* que corrompem o seu significado original no projeto democrático

popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade.

Esses termos são *apropriados* pelo projeto neoliberal, passando a responder por demandas do encolhimento de Estado, seja através de políticas compensatórias implementadas diretamente, ou seja delegando atribuições ao *terceiro setor*, fundações empresariais e ong's, que através de ações de "responsabilidade social", da "solidariedade com os pobres" , do trabalho voluntário e filantrópico, de programas assistenciais, retiram a condição humana do campo dos direitos fundamentais, retiram a cidadania do campo da democracia, e retiram direitos do campo da política.

Para além dessa disputa partidária entre PT e PSDB, existe um lugar exclusivo para o *mercado*: o espaço de decisão política do Estado. O capital financeiro – que, embora hegemônico, tem de quando em vez disputar com outras frações do capital – controla o que podemos denominar de núcleo de poder, que se mantém de fato distante do alcance da participação dos movimentos sociais. Naquilo que se constitui no cerne da política econômica, por exemplo, não há nenhum espaço público de discussão, consulta, ou algo parecido. Não há sequer interesse público...

A repressão aos movimentos sociais tem sido utilizada de forma quase indistinta por diferentes governos estaduais comandados por diferentes partidos, sejam do PSDB, PMDB e mesmo do PT, entre outros. Isso não respalda análises apressadas, nem de que há riscos golpistas imediatos pela direita contra o regime democrático, nem que a crise política já está gerando uma situação "pré-revolucionária" que favoreça à esquerda. O desenho atual da dominação burguesa no Brasil, que durante as últimas duas décadas combinou, tão eficientemente, o aparato amplo de formulação de consensos com todos esses instrumentos repressivos ainda parece ter muito fôlego para sustentar o regime democrático em nosso "Ocidente periférico". No entanto, ficou evidente que, diante do primeiro movimento de contestação de massas, voltou a desmascarar-se a velha face da "contra-revolução preventiva" (lembrando Florestan Fernandes), que sempre caracterizou uma classe dominante que já nasceu, por aqui, sob o temor da revolução dos "de baixo".

A criminalização contra os movimentos sociais e a pobreza foi uma constante na história do Brasil, mas nos últimos anos a lógica de repressão chegou a níveis alarmantes, com a tentativa de se editar uma "lei contra o terrorismo", sendo que, concretamente, o Judiciário até criou uma instituição voltada a condenar, sumariamente, os acusados da prática de ilícitos em

manifestações (CEPRAJUD), o que levou a uma nota de repúdio da Associação Juízes para a Democracia

Conforme Lúcia Neves e outros, o Estado brasileiro teria redefinido os fundamentos e as práticas no sentido da consolidação e do aprofundamento do projeto burguês em curso. A nova pedagogia da hegemonia, representada pela Terceira Via, implicaria num processo em que o Estado ampliado se requalifica historicamente como agente educador do consenso (NEVES, 2005).

Esse discurso pode ser exemplificado, ainda que muito sumariamente, com as políticas educacionais de cunho neoliberal, onde se organizam a atuação do empresariado e dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que vêm tendo como função ideológica responsabilizar a sociedade pela situação econômica, social e política do Brasil, construindo e firmando o consenso de que a situação *individual e coletiva* só irá melhorar se cada um investir em sua própria escolarização e requalificação, como se a oportunidade fosse igual para todos e retirando do Estado o seu dever constitucional (art. 205) de promover a educação. Para essa ideologia do processo de acumulação flexível, isto é, a ideologia neoliberal, a educação é um tipo de atividade que será melhor desempenhada pelo mercado. Num processo aparentemente contraditório, diante da dissolução do núcleo familiar *típico*, tal perspectiva agrava a responsabilidade não só individual, mas das *famílias* com relação ao financiamento da educação, como comprova a atual Lei de Diretrizes e Bases, estabelecendo a família como a primeira instituição responsável por garantir a educação, diferentemente da Constituição de 1988 que responsabiliza primeiramente o Estado. Assim, na prática, a educação deixa de ser um direito e passa a ser um serviço. Mas, no jogo de palavras, torna-se “responsabilidade social”...

São grandes e variados os desafios para os movimentos sociais. Não abrir mão da participação, da organização e da mobilização, mas atuar de forma sempre crítica e consciente de seus limites é apenas um deles.

A partir de 2003 e o início do Governo Lula, fica difícil dissociar os rumos do PT e do governo federal, bem como da sua principal liderança. Não obstante, é preciso reconhecer ainda a diversidade regional e local do partido, entre as suas tendências internas, bem como a sinceridade e combatividade de muitos de seus militantes.

Fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, em síntese o governo Lula foi continuador da política

de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. O comando da economia foi entregue a Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), coordenador da campanha de Lula e interlocutor com os setores empresariais, como Ministro da Fazenda (depois substituído por Guido Mantega), e Henrique Meirelles, executivo do setor financeiro (Bank Boston) e eleito deputado federal em 2002 (PSDB-GO), como Presidente do Banco Central. A gestão independente (independente do público e dependente do mercado) do BC manteve as taxas de juros básicas sempre entre as mais altas do mundo, resultando numa valorização expressiva do Real, mas manteve a inflação sob controle dentro do centro das metas de inflação estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária.

A maior surpresa oferecida pelo governo Lula foi o seu projeto de contra-reforma da previdência social dos funcionários públicos, encaminhada em abril de 2003 para o Congresso Nacional e aprovada em dezembro do mesmo ano. Nele o governo retomava os principais pontos que haviam sido derrotados durante a reforma promovida por FHC, derrota imposta pela oposição liderada pelo PT. Seus principais pontos foram: o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade; e o início de procedimentos que visam a unificação entre o Regime Geral da Previdência Social, aplicado ao setor privado, e o dos funcionários públicos. Contrariando o princípio de reciprocidade, foi estabelecida a contribuição para os aposentados. Foi criado também um teto para a aposentadoria dos funcionários públicos e a previdência complementar. Esse teto pode ser interpretado como quebra do contrato de trabalho, pois romperia com a integralidade de salários percebidos na ativa.

Dentre as inúmeras iniciativas, projetos e programas do governo petista, cabe destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Fórum Nacional do Trabalho, que teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. Na bancada de representantes do empresariado, dividida igualmente entre todas as confederações, sobressairia a representação dos interesses do capital financeiro, consolidando também nesse fórum a sua hegemonia. O PT e a CUT, constituídos na luta contra a ditadura, articulando o binômio negociação e confronto e representando o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação

do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores modernos, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um “consenso” para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe (ALMEIDA, 2012).

O escândalo do “mensalão” foi a crise de maior repercussão do primeiro governo Lula. O estopim da crise ocorreu em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários. Apadrinhado do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), Marinho passou a ser alvo de investigações. E Jefferson foi acusado de fazer parte do esquema de corrupção dos Correios. Abandonado pelo governo e se sentindo acuado, Jefferson concedeu uma entrevista em junho de 2005 denunciando a compra de votos dos parlamentares no Congresso Nacional. O esquema consistiria em pagar regularmente aos deputados aliados com uma quantia em dinheiro – de acordo com Jefferson, R\$ 30 mil por mês – para que eles aprovassem as matérias em tramitação no Congresso que fossem a favor do governo Lula. Os pagamentos seriam realizados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Outro operador era o empresário Marcos Valério de Souza. Proprietário de duas agências de publicidade, a SMP&B e a DNA Propaganda, que receberia depósitos destinados ao PT, o que serviria de fachada para ocultar doações irregulares de campanha eleitoral.

No auge do escândalo, foi instalada a CPI do Mensalão, que terminou sem que o relatório final do caso fosse votado. Além disso, descobriu-se que o esquema seria uma reprodução ampliada de um semelhante utilizado pelo PSDB mineiro. O escândalo derrubou o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do PT, José Genoíno, Delúbio Soares e outros assessores do PT. O caso foi amplamente explorado pela oposição e pela grande mídia, com forte pressão sobre o STF até o julgamento em 2012, já

no governo Dilma e a condenação a penas inclusive de prisão para os principais acusados.

A eleição presidencial de 2006, que parecia se encaminhar para uma reeleição tranquila para o presidente, tornou-se bastante acirrada. A oposição apresentou três candidaturas: Geraldo Alckmin (PSDB), Antony Garotinho (PSB) e Heloísa Helena (PSOL). O eleitor de classe média, parte significativa do eleitorado petista, sob o impacto das denúncias, migra em boa parte para essas candidaturas. Passam para o segundo turno Lula e Alckmin.

Mais uma vez os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação adotaram uma postura extremamente crítica ao governo e favorável à oposição, contribuindo para a definição do voto da classe média. A distribuição dos votos por renda mostra a intensa polarização social por ocasião do pleito de 2006. Pela primeira vez, não só os trabalhadores organizados, mas, sobretudo, a grande massa desorganizada tinha fechado com o PT, antes forte na classe média, numa inversão que define o realinhamento iniciado quatro anos antes. Além disso, o resultado do segundo turno também expressou uma forte regionalização.

O segundo mandato de Lula contou com uma articulação política ainda mais ampla e estável no Congresso Nacional, tendo como base a aliança com o PMDB. Esse governo foi marcado pelo prosseguimento da política econômica, com redução mais acelerada da taxa básica de juros, do crescimento mais acelerado do PIB, do aumento mais significativo do salário mínimo acima da inflação, da geração de um maior número de empregos, da distribuição e do aumento da renda da maioria da população. De forma mais nítida, assumia uma posição *desenvolvimentista*. Além disso, exercitou sua musculatura nas relações internacionais, através de uma postura independente e maior protagonismo na ONU, nos fóruns e organismos internacionais, bem como na tentativa de mediação de conflitos, sobretudo palestino-israelense e EUA-Irã, ao mesmo tempo em que aprofundou as relações no Mercosul e as estendeu ao subcontinente e efetivou o eixo global Sul-Sul, com parcerias com África do Sul, Índia e, principalmente, a China. Foi bem sucedido na articulação e patrocínio da candidatura brasileira para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Se, politicamente, o governo Lula foi caracterizado pela busca da conciliação de interesses classistas, não só entre capital e trabalho, mas entre frações da burguesia, economicamente apresentou escolhas políticas

que mantiveram a hegemonia do capital financeiro, a gigantesca remuneração a esse setor através dos juros, ao mesmo tempo que ampliou o mercado interno, incorporando cerca de 50 milhões de pessoas (que deixaram a pobreza absoluta), e cerca de 20 milhões numa nova “classe média baixa” – tornando o país um “mercado de classe média”. O comércio exterior mais que dobrou no período, sendo que os setores agropecuários e de mineração se destacaram, implicando numa diminuição relativa da exportação de produtos de maior valor agregado.

Ocorreu uma intensificação do processo de modernização de grande parte da indústria e de concentração de capitais, tornando a economia cada vez mais oligopolizada. Mas a *novidade* é que parte dos grandes conglomerados nacionais tornaram-se “multinacionais brasileiras” e “empresas globais”, disputando o mercado continental ou mundial, com importantes investimentos, ativos e aquisições no exterior, como os bancos Itaú e Bradesco, a Brasil Foods (oriunda da fusão da Sadia com a Perdigão), a Inbev (fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew), a Embraer, e a Vale. Esse processo assinala o ingresso do Brasil no rol das potências imperialistas, um *imperialismo tardio*, ainda que numa posição inferior ao que o governo gostaria, mas com maior autonomia do que seus críticos admitem.

A crise financeira mundial, iniciada em 2008, interrompeu o ciclo ascendente de produção e consumo. Contando com um mercado interno aquecido, capaz de contrabalançar o impacto da crise no comércio exterior. A ideia, difundida pelo presidente, de que a população podia comprar sem medo de quebrar, ajudou a conter o que poderia ser um choque recessivo e a relançar a economia rapidamente em nova fase de crescimento. Foi lançado em 2007 um amplo e ambicioso programa, o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc). Em 2009 foram anunciados R\$142 bilhões em investimentos.

As principais políticas utilizadas foram a ampliação do crédito consignado, da desoneração fiscal estratégica, como a do IPI sobre os automóveis e os eletrodomésticos da linha branca, o papel dos bancos públicos - em particular o do BNDES - na sustentação das empresas aumentou a capacidade do Estado para conduzir a economia.

Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política

econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o capital-imperialismo (FONTES, 2010), e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução. E mais: a expansão do mercado interno com a incorporação de milhões significou a ampliação e consolidação de valores conservadores relacionados ao consumo, à propriedade privada, ao mercado. Ocorreu, pois, um aprofundamento do capitalismo no Brasil.

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves consequências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.

Lula manteve a ampla articulação política e, ancorado em ampla aprovação popular e em vigoroso crescimento econômico (7,5% a.a.) logrou a eleição de sua sucessora em 2010, Dilma Roussef. O governo Dilma representava uma clara continuidade com o governo Lula, embora a presidente carecesse de seu carisma e capacidade política e tentasse enfatizar a sua “eficiência” administrativa.

Em 2011 foi lançada a segunda fase do programa pelo governo Dilma. O PAC 2, com os mesmos objetivos do anterior, teve aporte de novos recursos, aumentando a parceria com estados e municípios. Entre os anos de 2011 e 2014, o governo esperava fazer investimentos, através do PAC 2, da ordem de R\$ 955 bilhões. Estes investimentos objetivam aumentar o nível de emprego no país, melhorar a infraestrutura e garantir o desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil. A sua “menina dos olhos” era o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Mas grande parte desses recursos permaneceram contingenciados, sem sair do papel. O país vive um período de pleno emprego,

de aceleração da inflação e incertezas políticas. O modelo de desenvolvimento parece encontrar seus limites, senão esgotamento, com a taxa de crescimento caindo para 2,7% do PIB em 2011 e patinando em 1% em 2012, numa conjuntura econômica internacional menos favorável. Entre marchas e contramarchas, indicava a retomada do processo de privatização, com as concessões de aeroportos. Ao mesmo tempo que amplia o protecionismo e o subsídios aos produtos industrializados, conforme os interesses da FIESP.

O governo Dilma enfrentou maiores disputas internas na própria base aliada, por disputa de espaço e interesses, que resultaram na manutenção tática do grande arco de alianças para 2014, mas a perda do controle efetivo, que passou para a cúpula do PMDB. Dilma, diante da ameaça eleitoral, acenou com uma agenda um pouco à esquerda no segundo turno. Mas, vitoriosa, iniciou o segundo mandato com um ajuste neoliberal, cortando gastos públicos, sob o comando de Joaquim Levy. Cresceu a insatisfação com os gastos astronômicos com estádios em detrimento de infraestrutura, transporte, educação e saúde pública. Diante do crescimento do descontentamento e manifestações populares, das lutas ainda em aberto nas ruas, o que fez o governo Dilma, o que fez o PT? Aprofundou o corte dos gastos e os acenos para o mercado, os setores fisiológicos e conservadores. Apostou na aliança com o PMDB e demais partidos da base aliada, de cunho conservador, no estelionato eleitoral e na desorganização e desmobilização da classe trabalhadora. Como as manifestações de junho de 2013 já haviam demonstrado, além de outros sinais, se o PT não é capaz de controlar a classe trabalhadora e as massas populares, do ponto de vista do capital, para que serve o PT? Para que continuar com Dilma?

Conclusão

O PT definia a democracia como uma conquista, resultado de uma série de vitórias dos trabalhadores sobre a burguesia. Todavia, historicamente, a construção da democracia não foi realizada somente a partir de vitórias da classe operária, mas também de derrotas de projetos revolucionários do proletariado. E é no sentido de uma defesa radical da democracia que o PT surgiu e se consolidou na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, objetivando construir

uma alternativa de poder democrática e socialista. Mesmo que o “socialismo petista” tenha se tornado cada vez mais flexível. Ou menos socialismo... Em síntese, em 30 anos de história do PT, algumas das vitórias do partido resultaram na derrota dos interesses históricos dos trabalhadores e socialismo no Brasil. Mas a história não acabou.

Vivemos tempos sombrios... A autocracia burguesa cada vez mais recorre aos instrumentos coercitivos e a manipulação de informações, diante de uma sociedade desorganizada e desmobilizada.

A tentativa de conciliação entre a manutenção da agenda neoliberal e a adoção de uma política neodesenvolvimentista, durante os governos Lula, resultou no fortalecimento de setores agro-exportadores e de algumas empresas, consideradas como as “campeãs” do governo, no capital-imperialismo, como *players* mundiais: Vale do Rio Doce, JBS, Eike Batista, INBEV, Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Embraer e Petrobrás. Para este fim foram utilizadas diferentes políticas e o financiamento através do BNDES, sem a explicitação de contrapartidas, salvo a lógica genérica de geração de emprego, renda e dividendos para o país. Essa política teria desagradado uma importante fração da burguesia, representada pela FIESP. E, claro, a grandes potências imperialistas, notadamente os EUA.

Enquanto o PT cumpriu o seu papel de articulador político e amortecedor dos conflitos sociais e luta de classes, foi do interesse dos setores majoritários da burguesia a sua manutenção no poder. Entretanto, com o acirramento das contradições sociais, das disputas intra-burguesas, e a incapacidade demonstrada pelo governo Dilma de conciliar os interesses classistas e promover “a paz social”, avançou-se na defesa da repressão às manifestações de junho de 2013, a criminalização dos movimentos sociais e o avanço sobre direitos sociais e trabalhistas. Ainda pouco antes do golpe, o próprio governo Dilma aprovou a “Lei anti-terrorismo” que visa a criminalização dos movimentos sociais, incluindo aqueles que outrora fizeram parte da base política do PT.

Destaca-se a relação entre a crescente judicialização da política, desde o processo do “Mensalão” até as presentes operações midiáticas desenvolvidas pela “Lava-Jato” e outras, e a desmobilização e desorganização promovida pelo PT ao longo dos seus governos. O governo enfrentou disputas internas crescentes na própria base aliada, por disputa de espaço e interesses, que resultaram na divisão do grande arco de alianças. Diante do crescimento do descontentamento e manifestações populares, das lutas ainda em aberto nas

ruas, as escolhas do governo Dilma e do PT possibilitaram o sucesso do golpe de 2016. A perda da base social tornou o PT um partido da ordem, semelhante aos demais. Assim sendo, não é mais uma “esquerda” para o Capital.

Referências

ALMEIDA, Gelson Rozentino de & LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru (SP): Canal 6, 2012.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012.

FERNANDES, Florestan. “Burguesia usa poder econômico para controlar o processo constituinte”, in: *Boletim Nacional da CUT*, no. 14, julho/agosto de 1987.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

O’DONNELL, Guillermo. *O Estado Burocrático-Autoritário*, 2ª ed., S.Paulo: Vértice, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. v. 26, n. 3, p. 243–264, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. Atualizando uma Bibliografia: “Novo Sindicalismo”, Cidadania e Fábrica, In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 17, 1 sem/1984.